

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA - UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL
E
MEIO AMBIENTE

FLÁVIO APARECIDO PONTES

**ESTRATÉGIAS DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO: A TRAMA DOS
BLOQUEIOS E AVANÇOS NO ASSENTAMENTO HORTO BELA VISTA
IPERÓ.**

Araraquara - SP
2020

FLÁVIO APARECIDO PONTES

**ESTRATÉGIAS DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO: A TRAMA DOS
BLOQUEIOS E AVANÇOS NO ASSENTAMENTO HORTO BELA VISTA
IPERÓ.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, curso de Doutorado, da Universidade de Araraquara - UNIARA - como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, na área de concentração: Desenvolvimento territorial e alternativas de sustentabilidade.

Orientadora: Profa. Dra. Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante

Araraquara - SP

2020

FICHA CATALOGRÁFICA

P858e Pontes, Flávio Aparecido

Estratégias de produção e comercialização: a trama dos bloqueios e avanços no assentamento Horto Bela Vista no município de Iperó-SP/ Flávio Aparecido Pontes. – Araraquara: Universidade de Araraquara, 2020.

260f.

Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente- Universidade de Araraquara-UNIARA

Orientador: Profa. Dra. Vera Lucia Silveira Botta Ferrante

1. Desenvolvimento territorial. 2. Agricultura familiar. 3. Assentamentos rurais. 4. Políticas públicas. 5. Produção e comercialização. I. Título.

CDU 577.4



FOLHA DE APROVAÇÃO

Nome do Aluno: *Flávio Aparecido Pontes*

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, curso de Doutorado, da Universidade de Araraquara – UNIARA – como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente.

Área de Concentração: Desenvolvimento Territorial e Alternativas de Sustentabilidade.

BANCA EXAMINADORA

Profª. Dra. Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante

Prof. Dr. Luis Antonio Barone

Profª. Dra. Alexandra Filipak

Profª. Dra. Helena Carvalho De Lorenzo

Prof. Dr. Luiz Manoel de Moraes Camargo Almeida

Araraquara – SP, 20 de março de 2020

DEDICATÓRIA

À Márcia, esposa, amiga, companheira, porto seguro de todas horas e situações, obrigado por partilhar sua sabedoria, seus conhecimentos e principalmente pela compreensão, amor e dedicação, que permitiram realizar esse estudo de anos.

Aos meus pais Cida e João, pelo esforço que sempre fizeram, diante de todas as dificuldades, para que desde cedo pudéssemos nos dedicar e entender a importância da leitura e do estudo, talvez nem imaginem, qual foi a importância dos livros comprados em longas prestações para aguçar a curiosidade e a vontade de investigar.

AGRADECIMENTOS

Escrever na maioria das vezes é um ato solitário, mas um estudo como esse depende de muitas pessoas, de muitas trocas, de diferentes olhares de aprendizado mútuo e coletivo, de se colocar na posição do outro e enxergar por prismas diferentes e tentar passar toda essa trama para o papel é algo extremamente difícil, mas jamais solitário. Na última década e em especial nos últimos 4 anos, houve pessoas cuja a importância para que eu chegasse até, foram cruciais e jamais poderia expressar o quanto lhes sou grato.

À Deus, agradeço pela vida e por tudo que permitiu vivenciar até aqui.

Das pessoas especiais, agradeço em primeiro lugar a Professora Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante, pessoa forte e amorosa pela vida e pelas pessoas, sua energia revigora e estimula. Obrigado **VERA BOTTA** pelo empenho, dedicação, paciência e carinho em cada conversa tivemos, cada puxão de orelha e em cada risada, aprendi academicamente e aprendi algo que levarei para sempre. De nada adiantará uma boa tese, como nada na vida, se não estivermos felizes. Não é isso? Muito obrigado! Desde 2011, tenho bebido na fonte de seu conhecimento e isso com certeza está presente neste trabalho e estará nos que vierem adiante.

Aos professores do curso de doutorado da UNIARA, Helena, Maria Lúcia (Bilú), Queda, Osvaldo Ally, Zildo Gallo, Leonardo, Guilherme, Baltasar, Zé Maria, Janaina, Sandra, Paulillo, Hermann, Beth, Henrique Carmona, Dulce, Luiz Manoel e Flávia, muito obrigado por compartilharem conosco todo o conhecimento.

Silvia e Ivani, o que dizer de vocês em agradecimento? Este programa não seria o que é, sem vocês, obrigado pela paciência e generosidade. Que a vida seja doce como um chocolate para vocês duas.

Aos colegas da turma de 2016, obrigado pelo companheirismo e pelas risadas, pela sempre boa energia da turma, mesmo naquelas ocasiões onde o cansaço e desgaste se faziam presentes. Para não esquecer de ninguém e não ser injusto, citarei apenas dois representantes, bem divididos para que não tenhamos problema de gênero. Gustavo e Zaira (AVA), superamos as distâncias e todos obstáculos e vencemos, através de vocês agradeço a todos.

Anderson A. Silva e Flávio Oliva, àquelas viagens cansativas terminaram, os ventos sopraram para outros caminhos e hoje distanciados, por graça das surpresas da vida vamos finalizando essa nossa meta. Obrigado a vocês dois por compartilharem

comigo, não só o tempo de viagem, mas tudo o que nos fez seguir e chegarmos até aqui, quem sabe um dia ainda possamos os 3 comer um bolinho de carne com pimenta apreciando a vista da serra. Obrigado meus amigos!

Aos professores que compuseram minha banca de qualificação, Professora Helena de Lorenzo, cujas contribuições desde o seminário de tese, foram sempre muito coerentes e elucidativas de rumos a serem seguidos. E agora mais uma vez se dispôs a árdua tarefa de ler o texto e contribuir com suas considerações nesta defesa. Ao professor Luiz Barone, que muito mais que um mestre e um amigo, a quem devo parte de minha formação como pesquisador e que neste momento mais uma vez se faz presente e me brinda com sua contribuição.

Professor Luiz Manoel, que na mesma medida me orientou no seminário de tese agora mais uma vez, com suas considerações melhora este estudo. Professora Alexandra Filipak, cuja atuação no IFSP, em defesa da economia feminista e da agroecologia é um presente a nossa instituição, com certeza sua análise melhorou este trabalho. À Professora Sônia Bergamasco que mesmo não podendo participar da banca teve participação fundamental em minha formação desde a graduação até aqui.

Obrigado, foi um privilégio tê-los nesta banca!

Não posso deixar de agradecer ao CNPq, órgão do qual recebi fomento desde minha graduação com a primeira bolsa do edital 058, coordenado pelo Prof. Ricardo Borsatto. CNPq até a conclusão do mestrado e mesmo não sendo bolsista de doutorado, concomitantemente fui coordenador do NEA Boituva, com fomento da chamada 021/2016.

Da mesma forma agradeço ao Instituto Federal de São Paulo, instituição de ensino da qual tenho orgulho em pertencer, se trata de um projeto fantástico de educação, ciência e tecnologia voltada à possibilidade de mudar vidas a partir do conhecimento. O IFSP, não só possibilitou o meu doutoramento, através de tempo para autocaptação, como custeou parte dos recursos através de editais de Incentivo Educacional, o que contribui para o aprimoramento dos docentes da instituição, propiciando a ela melhoras contínuas.

Aos meus bolsistas do NEA, obrigado pela paciência, sei que me ausentei algumas vezes, cobreí muitas, gritei outras, mas vocês avançaram e seguem trilhando seus caminhos, demos conta de cumprir e ir além das metas estabelecidas e este trabalho tem muito de cada um de vocês. Obrigado Adonis, Adriano, Elizabeth, Flávia, Gabriela, Giza, Ingrid criadora dos desenhos que ilustram essa tese, Marcos, Maria, Mariana, Yonara, será que esqueci de alguém?

Não esqueci. Bruna, obrigado! Pelos anos de dedicação como bolsista, pelo carinho, por ser chata e amável, tudo que uma filha é. Enfim acabamos a tese!

Aos colegas do IFSP campus Boituva, sou grato pelo apoio às atividades ligadas a agricultura familiar que coloquei dentro do campus e acho que não saem mais. Não citarei nomes, mas agradeço aos docentes, aos técnicos, e terceirizados, vocês de alguma forma, seja com um simples café, em um bate papo descontraído, ou mesmo em risadas e cervejas, assim como nas pesadas reuniões, foram essenciais para que eu pudesse chegar até aqui.

Três pessoas tiveram papel preponderante para a conclusão desta tese, registro assim os meus agradecimentos a minha cunhada Clarice, Tio Valter e Maria Irene Acquaviva, em diferentes situações me socorreram e concorreram para que essa tese se concretizasse.

Algumas pessoas contribuíram de forma significativa em minha trajetória de pesquisador e para que esse doutoramento se conclui-se, agradeço imensamente aos docentes, alunos, colegas pesquisadores, amigos e especialmente aos assentados da Reforma Agrária do Pontal do Paranapanema, onde vivenciei a maior parte de minhas experiências de pesquisa e onde acompanhei a luta na terra para que a produção aconteça e nos seja garantido o direito à vida com alimentação digna, segura e saudável.

Aos assentados do Horto Bela Vista e à todos aqueles que dentro da trama da produção e comercialização, se dispuseram a contribuir com esta tese, as famílias que me receberam inúmeras vezes, atenderam ligações, disponibilizaram seu tempo precioso, respondendo aos questionários e abrindo as porteiras de seus lotes , para que pudéssemos estudar cada detalhe. Minha gratidão!

Espero de fato contribuir na caminhada, ciente de que a raiz dos entraves da produção e da comercialização aqui apresentados, possam estimular outros estudos, que apontem para a importância das políticas públicas, e assim subsidiar não apenas debates, mas intervenções que representem passos concretos na conquista de autonomia para os assentados do Horto Bela Vista e por que não de outros assentamentos.

Meu muito obrigado a cada um de vocês...

O meu país

Um país que crianças elimina;
E não ouve o clamor dos esquecidos;
Onde nunca os humildes são ouvidos;
E uma elite sem Deus é que domina;
Que permite um estupro em cada esquina;
E a certeza da dúvida infeliz;
Onde quem tem razão passa a servis;
E maltratam o negro e a mulher;
Pode ser o país de quem quiser;
Mas não é, com certeza, o meu país.

Um país onde as leis são descartáveis;
Por ausência de códigos corretos;
Com noventa milhões de analfabetos;
E multidão maior de miseráveis;
Um país onde os homens confiáveis não têm voz, não têm vez, nem diretriz;
Mas corruptos têm voz,
Têm vez,
Têm bis,
E o respaldo de um estímulo incomum;
Pode ser o país de qualquer um;
Mas não é, com certeza, o meu país.

Um país que os seus índios discriminam;
E a Ciência e a Arte não respeita;
Um país que ainda morre de maleita, por atraso geral da Medicina;
Um país onde a Escola não ensina;
E o Hospital não dispõe de Raios X;
Onde o povo da vila só é feliz;
Quando tem água de chuva e luz de sol;
Pode ser o país do futebol;
Mas não é, com certeza, o meu país!

Um país que é doente, não se cura;
Quer ficar sempre no terceiro mundo;
Que do poço fatal chegou ao fundo;
Sem saber emergir da noite escura;

Um país que perdeu a compostura;
Atendendo a políticos sutis;
Que dividem o Brasil em mil brasis;
Para melhor assaltar, de ponta a ponta;
Pode ser um país de faz de conta;
Mas não é, com certeza, o meu país!

Um país que perdeu a identidade;
Sepultou o idioma Português;
Aprendeu a falar pornô e Inglês;
Aderindo à global vulgaridade;
Um país que não tem capacidade;
De saber o que pensa e o que diz;
E não sabe curar a cicatriz;
Desse povo tão bom que vive mal;
Pode ser o país do carnaval;
Mas não é, com certeza, o meu país!

Gilvan Chaves / Orlando Tejo/ Livardo Alves (Música) 1994.

RESUMO

Com o propósito de contribuir para a análise da difícil concretude dos assentamentos rurais, buscamos com essa tese verificar em que medida a trama composta pela produção e a comercialização interferem na sobrevivência e na reprodução do grupo social estudado. Os objetivos específicos que nortearam nosso estudo, serviram, para que pudéssemos identificar quem são os atores, agentes, setores e instituições envolvidos neste processo, verificando qual a contribuição de cada um deles e de que forma impactam nos processos produtivos e comerciais das frutas, legumes e verduras do Horto Bela Vista.

Para tanto, realizamos estudo de caso com metodologia que se apoia na abordagem quali-quantitativa, pesquisa bibliográfica e documental e na aplicação de questionários semiestruturados com 25 famílias assentadas no Assentamento Horto Bela Vista, além de 6 entrevistas abertas (gravadas e transcritas) com lideranças do assentamento que foram indicadas pelo método da bola de neve. Realizamos ainda visitas nas rotas de coleta/entrega do principal intermediário elencado pelas famílias e visitas nos pontos de vendas em São Paulo, a fim de que pudéssemos conhecer os agentes e a constituição das forças de comercialização no assentamento. Nesta fase da pesquisa nos foi possível inferir que a produção do assentamento é bastante diversificada no que tange as Frutas, Legumes e Verduras FLV, bem como são utilizadas diversas estratégias de comercialização com destaque para as feiras, cerca de 50%, das famílias, utilizam este canal. E a triste constatação do fim do PAA e da baixa realização do PNAE. Observamos que a agroecologia tem se destacado como princípio de produção, todavia, não é ainda maioria, mas tem sido propulsora de maior organização social e articulação na busca de novos mercados e atendimento às demandas dos consumidores, onde destacamos o protagonismo das mulheres para reprodução social. Neste trabalho, analisamos conjuntamente a produção e comercialização, posto que são indissociáveis, são ponto de partida e de chegada desta investigação, baseada na análise da multifuncionalidade que permeia o modo de vida dos assentados, trazendo à tona a consciência da raiz dos entraves da produção e da comercialização. Pretendemos com este estudo, mostrar que o pensamento crítico exige reflexões sobre a unidade entre a produção e a comercialização, sobre perspectivas de um modo de vida digno em assentamentos rurais, muitas vezes relegados preconceituosamente à invisibilidade por pressão de lógicas de mercantilização típicas dos sistemas agroindustriais.

Palavras-chave: Desenvolvimento territorial; Agricultura familiar; Assentamentos rurais; Políticas públicas; Produção e comercialização.

ABSTRACT

In order to contribute to the analysis of the hard concrete of rural settlements we seek with this thesis verify to what extent the plot consists of the production and marketing influence the survival and reproduction of the studied social group. The specific objectives that guided our study, served so that we could identify who are the actors, agents, sectors and institutions involved in this process, verifying the contribution of each of them and how they impact the production processes and trade of fruits, vegetables and vegetables of Horto Bela Vista.

Thus, we performed case study methodology is based on qualitative and quantitative approach, bibliographical and documentary research and the application of semi-structured questionnaires with 25 families settled in the settlement Horto Bela Vista, and 6 opens interviews (recorded and transcribed) with leaders of the settlement that were indicated by the snowball method. We also carried out visits on the routes of collection / delivery of primary intermediate part listed by families and visits to points of sale in São Paulo, in order that we might know the agents and the establishment of market forces in the settlement. At this stage of the research it was possible to infer that the production of the settlement is very diverse in terms of Fruits and Vegetables FLV, and are used various marketing strategies with emphasis on trade, about 50% of families use this channel. And the sad fact the end of PAA and low realization of PNAE. We note that agroecology has emerged as principle of production, however, is not majority, but has been driving greater social organization and articulation in the search for new markets and meeting the demands of consumers, where we highlight the role of women in social reproduction. In this work, together we analyze the production and marketing, since they are inextricably linked, are the point of departure and arrival of this research, based on analysis of multifunctionality that permeates the way of life of the settlers, bringing out the root of consciousness of production impediments and marketing.

Key words: Territorial Development; Family farming; rural settlements; Public policy; Production and marketing.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa da Região Metropolitana de Sorocaba - Sub-regiões.....	36
Figura 2 – Município de Iperó Localização Regional.....	41
Figura 3 – Proximidade de lotes do assentamento ao distrito Industrial.....	49
Figura 4 - Demarcação de lotes e proximidade com perímetro urbano.....	49
Figura 5 – Ramal tronco Horto Iperó.....	50
Figura 6 - Levantamento Planimétrico do Assentamento Horto Bela Vista.....	52
Figura 7 – Ilustração a dinâmica de comercialização na rede de abastecimento produtiva.....	65
Figura 8 – Esquema de Circuitos Curtos.....	76
Figura 9 - Sistema Agroflorestal Implantado pelo PDRS (vista aérea)	96
Figura 10 -Imagem satélite dos lotes 24 e 29 no ano de 2003.....	102
Figura 11 - Imagem satélite dos lotes 24 e 29 no ano de 2017.....	103
Figura 12 -Lote agroecológico Vista aérea.....	116
Figura 13 - Lotes modelo de descrição dos sistemas produtivos	117
Figura 14 - Produção agroecológica de hortaliças.....	119
Figura 15 - Frutas legumes e verdura produzidos no Horto Bela Vista.....	125
Figura 16 - Variedade produtiva do Horto Bela Vista.....	129
Figura 17 - Variedade produtiva do Horto Bela Vista.....	129
Figura 18 - Planta comestível – Capuchinha.....	132
Figura 19 - Armazém Terra Viva – Centro de distribuição (Sorocaba).....	145
Figura 20 - Feira do produtor - Kit pós formação.....	146
Figura 21 - Listagem semanal de produtos.....	158
Figura 22 - Convites eventos CSA Coração.....	159
Figura 23 - Imagem parcial da listagem de produtos que compõe a cesta verde.....	161
Figura 24 - Feira Central Iperó.....	163
Figura 25 - feira agroecológica UFSCar.....	165
Figura 26 - Feira de produtores IFSP.....	166
Figura 27 - Multidimensões entre a Produção e a Comercialização.....	173
Figura 28 - Pontos de coleta pelo Terra Viva.....	175
Figura 29 - Pontos de venda para distribuição na capita.....	178
Figura 30 - Anexo II Chamada Pública PNAE Iperó- 2019.....	188

Figura 31 - Recorte da Chamada 04/2019 PPAIS.....	191
Figura 32 - Estratégias de comercialização – Esquema representativo.....	198

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Produtores Orgânicos Cadastrados no MAPA.....	67
Gráfico 2 - Quando nasceu morava no campo ou na cidade?.....	111
Gráfico 3 - Tipo de produção conforme percepção do respondente.....	115
Gráfico 4 - Sistemas Agroflorestais.....	120
Gráfico 5 - Criação animal (suínos, caprinos/ovinos, peixes, abelhas, não crio)	121
Gráfico 6 - Ovos produção mensal (dúzias).....	122
Gráfico 7 - Produção corresponde as expectativas.....	123
Gráfico 8 - Principais frutas produzidas no Horto Bela Vista.....	126
Gráfico 9 - Frutas produzidas em menor frequência nos lotes	128
Gráfico 10 - Legumes mais produzidos no Horto Bela Vista.....	130
Gráfico 11 - Cereais – plantações nos lotes.....	132
Gráfico 12 - Visitação pelos técnicos do ITESP nos lotes.....	139
Gráfico 13 - Formação técnica em agroecologia.....	141
Gráfico 14 - Condições de recusar preço oferecido pelo atravessador/comprador.....	151
Gráfico 15 - Onde é realizada a comercialização.....	154
Gráfico 16 - Horto Bela Vista vendas de distribuição de FLV.....	169
Gráfico 17 - Evolução dos recursos investidos pelo PAA (R\$) no Brasil e São Paulo (2010 - 2019)	183

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- População Assentada, Idade Sexo Total.....	112
Tabela 2 – Produtos processados, que podem compor as cestas verdes do Terra Viva .	161
Tabela 3 – Valores formalizados por Iperó e ARDA (PAA).....	184

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – estratégias de comercialização utilizadas pelas famílias assentadas.....	155
Quadro 2 – Pontos de distribuição em São Paulo e Barueri.....	176
Quadro 3 -Panorama dos avanços e bloqueios no Horto Bela Vista.....	194

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
APROBIO	Associação de Produtores Agroecológicos e Biodinâmicos da Reforma Agrária da região de Sorocaba
ARDA	Associação Agrícola de Desenvolvimento Agrário
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CATI	Coordenadoria de Assistência Técnica Integral
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CBRN	Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais
CC	Circuitos de comercialização
CDAF	Compra Direta da Agricultura Familiar
CDS	Compra com Doação Simultânea
CDRS	Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável
CEAGESP	Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo
CEASA	Centrais Estaduais de Abastecimento
CGU	Controladoria Geral da União
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COAGROFIL	Cooperativa Agropecuária Filadélfia de Fruticultores, Avicultores e Pecuáristas de Gado Confinado
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COOPAORGS	Cooperativa agroecológica e orgânica da região de Sorocaba
COOPMAX	Cooperativa dos Pequenos Agricultores do Sudoeste Paulista
COSAE	Coordenação do Programa de Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas e Educação do CNPq
CPR	Cédula de Produto Rural
CSA	Comunidades que sustentam a agricultura
DAP	Declaração de Aptidão
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMPLASA	Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S/A.

FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FBB	Fundação Banco do Brasil
FCT	Faculdade de Ciência e Tecnologia
FEPASA	Ferrovias Paulista S/A.
FLV	Frutas, legumes e verduras
FNDE	Fundo Nacional da Educação
Ha	Hectare
IAA	Indústrias Agroalimentares
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente
IBD	Associação de Certificação Instituto Biodinâmico
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IFSP	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
INCRA	Instituto de Colonização e Reforma Agrária
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPM	Índice de Participação no Mercado
ITESP	Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo
LASAT	Laboratório Sócio Agrônomo do Tocantins
LUPA	Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCTIC	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MDSA	Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
MEC	Ministério da Educação
MST	Movimento dos Sem Terra
NAAC	Núcleo de Agroecologia Apetê Caapuã
NEA	Núcleo de Estudos em Agroecologia
NEDET	Núcleo de Extensão e Desenvolvimento Territorial
NUPEDOR	Núcleo de Pesquisa, Estudos e Documentação Rural
OCS	Organização de Controle Social
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PANCS	Plantas Alimentícias Não Convencionais

PCF	Pentaclorofenol
PET	Programa de Educação Tutorial
PIB	Produto Interno Bruto
PDRS	Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável
PLANAPO	Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânico
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAPO	Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATER	Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária
PPAIS	Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social
RMS	Região Metropolitana de Sorocaba
SAA	Secretaria de Agricultura e Abastecimento
SAF	Secretaria de Agricultura Familiar
SAFs	Sistemas Agroflorestais
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SAP	Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo
SDT	Secretária de Desenvolvimento Territorial
SEAD	Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SERAT	Secretaria de Meio Rural, Ambiente e Turismo de Iperó
SESAN	Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional
SESC	Serviço Social do Comércio
SIDRA	Sistema IBGE de Recuperação Automática
SMA	Secretaria Estadual de Meio Ambiente
SPG	Sistema Participativo de Garantia da Qualidade Orgânica
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UNB	Universidade de Brasília
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNIARA	Universidade de Araraquara

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	24
1 OS CAMINHOS PERCORRIDOS NA PESQUISA EMPIRICA.....	28
2 CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO DE PESQUISA.....	36
2.1 A região metropolitana de Sorocaba.....	36
2.2 O município de Iperó e seus assentamentos.....	40
2.3 2.3 O lócus da pesquisa empírica: a realidade multidimensional de um assentamento rural.....	44
2. 2.4 Horto Bela Vista: da ocupação aos dias atuais- tensões e avanços.....	46
2.5 O assentamento enquanto território	53
3 COMERCIALIZAÇÃO E MERCADO: Dificuldades e embates.....	59
3.1 Intermediários e Atravessadores: diferenças e aproximações.....	63
3.2 Agroecologia e sua importância para comercialização e mercado.....	67
3.3 Estratégias de comercialização: Há novas perspectivas?.....	71
3.4 Feiras livres como ferramentas de sobrevivência comercial e espaços de sociabilidade	77
3.5 Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA): uma inovação sustentável?.....	81
3.6 Políticas públicas e mercados institucionais.....	83
3.6.1 O mercado institucional e os programas (PAA-PNAE-PPAIS): perspectivas de autonomia aos agricultores familiares?.....	85
3.6.2 Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social – PPAIS do Estado de São Paulo.....	92
3.6.3 Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável Microbacias II :acesso ao mercado PDRS)	94
3.7 Do estado da arte à pesquisa empírica: uma ponte para a comercialização.....	98
4 PRODUÇÃO NO HORTO BELA VISTA.....	100
4.1 As famílias, a luta pela terra e a nova condição de assentados, os desafios da produção.....	100
4.1.1 O protagonismo silencioso.....	104
4.1.2 Entre a OCS e a SPGs: indefinições e exigências legais.....	107
4.2 Caracterização da população assentada investigada.....	110
4.3 As estratégias de produção no Horto Bela Vista.....	114

4.4 A Produção de Frutas legumes e Verduras no Horto Bela Vista: contrapontos ao atributo de improdutividade.....	125
5 Da terra ao prato: os caminhos possíveis para a autonomia.....	136
5.1 Os protagonistas e os coadjuvantes da comercialização de FLV no Horto Bela vista.....	136
5.1.1 O Instituto Terra Viva: coadjuvante principal.....	144
5.1.2 Secretaria de meio rural, ambiente e turismo (SERAT) a presença da prefeitura.	145
5.1.3 Núcleos de Estudos em Agroecologia apoiados pelo CNPq: NAAC Apetê Caapuã e NEA Boituva.....	147
5.1.4. Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo – “José Gomes da Silva” – (ITESP): a presença do Estado.....	149
5.2 Atravessadores e intermediários	150
5.3 Circuitos e estratégias de comercialização: um itinerário nada linear.....	154
5.3.1 Vendas Diretas: no próprio lote nos lotes, porta a porta e informal.....	156
5.3.2 Comunidades que Sustentam a Agricultura - CSAs Coração e Sorocaba a solidariedade presente.....	157
5.3.3 Cestas Verdes: a mediação do intermediário.....	160
5.3.4 Feiras: espaço de trabalho e de sociabilidade.....	162
5.4 Vendas para Distribuição: de quem é o comando?.....	167
5.4.1. Quitandas, supermercados, minimercados, lojas especializadas, restaurantes, cozinha industrial e delivery: o universo das vendas indiretas.....	168
5.5. Mercados institucionais: entre perspectivas e castrações	182
5.5.1 PAA do auge à extinção, os impactos no Horto Bela Vista.....	183
5.5.2 PNAE: uma esperança de futuro?.....	186
5.5.3 PPAIS: uma promessa frustrada.....	190
5.6 Raízes da reprodução social: elos entre produção e comercialização.....	192
6 CONCLUSÕES.....	201
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	206
Apêndice 1 – Questionário.....	222
Anexo 1 - Tabela chamada pública PNAE -1/20019/Iperó.....	256
Anexo 2 - Listagem de produtos ofertados cestas verdes (Terra Viva).....	257

APRESENTAÇÃO

A primeira vez em que ouvi o termo “sem-terra”, salvo engano de minha memória foi no ano de 1984, quando ao visitar familiares no município de Presidente Bernardes, avistamos no trevo da cidade um grande acampamento formado de barracos de lona e bambu defronte a uma cruz instalada no local.

Anos mais tarde, por força do trabalho que realizava e face à grande frente de ocupações pela qual passava a região do Pontal do Paranapanema em meados da década de 1990, novamente ouvi falar dos “sem terras” e de suas atuações que levavam ao campo um conjunto de mudanças, e que o senso comum percebia como ruins, estigma que levei comigo por alguns anos.

Ao final da década de 1990, me tornei agricultor familiar no mesmo município de Presidente Bernardes, com algum investimento na aquisição da terra e outros poucos em atividades que se mostravam rentáveis. Busquei com minha esposa um porto seguro, que em pouco tempo descobrimos ser não tão seguro assim. As agruras que a vida no campo faculta aos agricultores familiares são muitas, e a proximidade com os “sem terras” assentados da reforma agrária de alguma forma nos fazia acreditar que pudéssemos ser melhor do que eles ou diferentes deles, já que à luz da sociedade, eram pessoas que “invadiam as terras” e eram consideradas vagabundas, sem vontade e sem nenhuma capacidade produtiva.

Lutei na terra por anos e os via passarem sem uma perspectiva de melhora. A produção era pouca e a condição de tomador de preço a montante e a jusante da propriedade nos mantinha vulneráveis e presos a um regime de trabalho árduo e de pouca renda. Essa condição às vezes era desanimadora, via vizinhos em situações semelhantes e até piores.

Assim, o retorno aos estudos se apresentou como uma forma de buscar uma nova condição que alimentasse minhas inquietações e me permitisse continuar vivendo no campo, mas, com um pouco mais de conforto e tranquilidade.

Quis o destino me colocar em contato com a agroecologia e, mais uma vez, confesso, me mostrei resistente. Ora, se com tantos recursos tecnológicos à disposição será que esta forma de produzir pode mesmo ser eficaz?

Mais uma vez a agroecologia e os assentamentos rurais se apresentaram a mim, num convite para ser bolsista de um edital do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), onde iniciei minha jornada de estudos nos assentamentos rurais.

As agruras da terra me aproximavam muito do público que agora era meu objeto de estudo, já enxergava na agroecologia a solução para um conjunto de problemas dos agricultores familiares e até mesmo dos “tradicionais” que, como eu, tinham um pedaço de terra por compra ou herança natural.

Sabia eu, de todo conjunto de dificuldades que se mostravam ao agricultor familiar; em produzir e comercializar a produção, sabia eu da dificuldade em se manter da terra e na terra. Mas a sociedade me via como um ser diferente dos assentados por força de estigmatizações, já que em nada éramos diferentes.

A única diferença foi que, ao adquirir minha terra, escolhi uma que já tinha uma certa estrutura, boa aguada, boa estrada, não muito distante da cidade e com boa terra para produzir pastagens e tudo mais que quisesse plantar. Já os assentados recebiam terras sem nenhuma estrutura, sem água, e na grande maioria das vezes, já vinham degradadas pelo processo de exploração dos antigos proprietários.

Meus estudos seguiram. Concluí minha graduação, continuei atuando em pesquisas pela Universidade de Araraquara¹ nas regiões do Pontal, Promissão e Andradina, ingressei no programa de pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural da Universidade Federal de São Carlos, onde concluí minha dissertação estudando o Curso de Formação Técnica em Agroecologia na Gleba XV de Novembro em Euclides da Cunha Paulista.

Enquanto cursava o mestrado fui convidado a ser bolsista de projeto encomendado pela Coordenação do Programa de Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas e Educação - COSAE/CNPq à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - FCT/UNESP (Campus de Presidente Prudente), e coordenado pelo Professor Barone. Projeto executado com recursos do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), tendo como meta desenvolver, na região do Pontal, o trabalho de Assessor de Inclusão Produtiva pelo Núcleo de Extensão e Desenvolvimento Territorial (NEDET).

Percorri, nos anos de minha formação todos os assentamentos da região do Pontal do Paranapanema, (eram 114 implantados até aquele momento e outros tantos de diversas regiões

¹ O Projeto da Universidade de Araraquara (UNIARA) em parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) trata-se de uma pesquisa multidisciplinar que avaliou as políticas públicas e a perspectiva de desenvolvimento local e regional dos assentamentos rurais do estado de São Paulo, realizada em 2011 a partir de duas perspectivas diferentes: a uma, o diagnóstico que investigava sobre o modo de vida e o desenvolvimento das famílias assentadas. Outra, o diagnóstico das regiões que identificava suas vocações e potencialidades produtivas. A pesquisa foi realizada sob coordenação do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (NUPEDOR) da UNIARA, e financiada com recurso do INCRA.

do estado de São Paulo). Neles conheci homens e, principalmente, mulheres de muita garra e determinação, que lutavam ano a ano para manter suas famílias com dignidade na pouca terra, cuja posse lhes foi conferida pelo estado.

Ao dar continuidade aos estudos, ingressei no curso de doutoramento do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio ambiente da UNIARA, por acreditar que a questão do desenvolvimento territorial teria que ser compreendida em seus bloqueios e perspectivas, talvez para colaborar na melhoria da condição de vidas de um sem número de famílias cuja produção agrícola e animal era a principal fonte da composição de suas rendas, por acreditar que a agroecologia sendo ciência, prática e movimento poderia também ser contributiva neste contexto.

Para tanto apresentei uma proposta que visava o estudo da cadeia produtiva do leite no âmbito dos assentamentos rurais na região do Pontal. Acreditava ser uma forma de devolver aos assentados que tanto contribuíram com a minha formação, um pouco de conhecimento que pudesse melhorar as condições de produção e comercialização do leite que está presente em cerca de 90% dos lotes dos assentamentos.

Quis o destino mais uma vez interferir e me conduzir à Boituva, para assumir a função de docente da área de gestão no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), em um campus onde não existem cursos relacionados às ciências agrárias. Pude ter contato com um grupo de mulheres da Fazenda Ipanema, assentamento de Iperó, onde estão assentadas 150 famílias e cujo maior problema era a sua inserção nos circuitos de comercialização.

Ao final do ano de 2016, o CNPq relançou apoio à criação de núcleos de agroecologia. Chamada 021/2016, para a criação de Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica (NEA), vislumbramos a possibilidade de enviarmos uma proposta cujo objetivo era a criação do que chamaríamos de NEA – Boituva, que previa um conjunto de ações, dentre as quais: qualificar agricultores familiares, oferecendo a eles capacitação em processos produtivos, de gestão, processamento e comercialização, visando a organizar suas estratégias e direcioná-los para processos de produção sustentáveis e acessos a canais de comercialização, além de apoiá-los na criação de marcas e embalagens.

A proposta foi aprovada pelo CNPq em dezembro de 2017 e, em fevereiro de 2018, o NEA Boituva iniciou suas atividades. Passei a acompanhar igualmente as atividades do NUPEDOR da UNIARA, o qual, em parceria com a Universidade Federal de Brasília (UNB), com fomento do CNPq, havia aprovado o projeto denominado “ Do Informal para o formal:

Uma investigação das redes de abastecimento alimentar territoriais”, cujo objetivo é mapear e analisar as alternativas de comercialização dos agricultores familiares a partir de experiências de grupos formais e informais, privilegiando-se cadeias curtas, ou seja, espaços locais em limites territoriais determinados. Foram priorizados dois campos empíricos separadamente, o que poderá fornecer uma base para comparações a partir de metodologias em comum: a região do município de Araraquara/SP e de Brasília/DF: Plano Piloto e Regiões Administrativas de Ceilândia, Planaltina, Gama e Núcleo Bandeirantes, em colaboração com a Universidade de Buenos Aires, Boituva poderá vir a ser um terceiro campo de estudo, onde se pretende analisar a possível autonomia da agricultura familiar na comercialização de seus produtos, as várias possibilidades de mercado nas redes de abastecimento compostas no município e seu entorno.

Diante dessa nova situação, as pesquisas e estudos do NEA BOITUVA estavam em pleno desenvolvimento. Também entendemos que poderíamos contribuir um pouco mais se estudássemos as dificuldades relativas ao acesso dos agricultores familiares aos circuitos alimentares, considerando como hipótese quais são os fatores responsáveis por essa situação, e em que medida nosso estudo poderá trazer novos elementos de contribuição para discutir formas de integração dos agricultores assentados aos mercados, que seja diferenciada e sem a intermediação de grandes cadeias, com a inovação de não separar em blocos estanques a comercialização e a produção.

INTRODUÇÃO

Com a definição dos objetivos e do escopo partindo da hipótese de que a produção e a comercialização seriam as principais atividades garantidoras da sobrevivência e manutenção das famílias no campo, já consideradas as dificuldades e as estratégias para enfrenta-las, tínhamos definido o mote central de nosso estudo.

Com o propósito de contribuir para a análise da difícil concretude dos assentamentos rurais, buscamos com essa tese verificar em que medida a trama composta pela produção e a comercialização é fundamental, identificando como interferem na sobrevivência e na reprodução do grupo social estudado.

Os objetivos específicos que nortearam nosso estudo serviram para que pudéssemos identificar quem são os atores, agentes, setores e instituições envolvidos neste processo, verificando qual a contribuição de cada um deles e de que forma impactam nos processos produtivos e comerciais das frutas, legumes e verduras do Horto Bela Vista.

Igualmente, agrega-se a preocupação de analisar se as políticas públicas (ou a ausência delas) impactam as relações de produção e de comercialização dentro da área de abrangência do estudo realizado, se a organização social das famílias assentadas tem contribuído para melhorar os números da produção, reverter problemas dentro da relação estudada e ainda compreender o nível de participação dos agricultores nos circuitos de comercialização, e se essa organização tem trazido benefícios ao grupo.

Foi mapeada a produção de frutas, legumes e verduras, identificadas cerca de cento e cinquenta variedades de frutas, legumes verduras, hortaliças, incluindo algumas plantas alimentícias não convencionais - PANCs, tubérculos, outras raízes, cereais e cana de açúcar, foram identificados quais os canais de venda praticados e de que forma chegavam ao consumidor final.

A produção e a venda permitem a reprodução social dessas famílias no assentamento rural investigado?

Quais os bloqueios constatados nesse processo?

Em que medida a comercialização se modifica conforme a forma de produção adotada (convencional ou agroecológica)?

Guiados por essas hipóteses/questões, foram traçados os caminhos metodológicos que conduziram a pesquisa. Para tanto, a tese se apresenta com a seguinte estrutura:

Após a apresentação e da introdução, no capítulo 1 intitulado, “Os caminhos percorridos na pesquisa empírica”, apresentamos de forma sucinta todo o arcabouço metodológico utilizado para a fundamentação e justificativa da pesquisa, quais foram os balizadores para a escolha do tipo de pesquisa, os instrumentos utilizados e de que forma os aplicamos. Quais as bases documentais e dados utilizados? Qual o passo a passo do cronograma de execução na efetiva realização da pesquisa?

Uma vez definidos e estabelecidos os passos metodológicos para a realização da pesquisa, passamos ao estudo mais aprofundado do nosso recorte espacial, momento em que apresentamos a nossa opção de estudo do caso do Horto Bela Vista no município de Iperó – SP.

Nesta caracterização do espaço de pesquisa, foi descrita a região Metropolitana de Sorocaba, parte de suas características populacionais e produtivas, com destaque para a produção agropecuária. Na sequência, o município de Iperó e seus assentamentos entraram em cena com um breve passeio histórico, que nos permitiu entender como se deu a formação do município, algumas peculiaridades locais e dos assentamentos implantados em seu território.

Partimos da realidade multidimensional de um assentamento rural, suas concretudes, e especificidades que os diferenciam do mundo rural como apresentado pelo senso comum. A trajetória do HORTO BELA VISTA foi resgatada através das entrevistas de como se deu o processo de ocupação do assentamento, desde a divisão dos lotes relatada, chegando aos dias atuais: com as tensões e avanços de um território.

Faz-se necessário esclarecer que neste capítulo, foram utilizados conceitos da geografia sendo o assentamento definido como um território, abrangendo tensões no espaço de vida e produção. Espaço que é disputado a todo o tempo, espaço que é pano de fundo de lutas de poder, afirmação e sobrevivência, que gera pertencimento, que tem formação cultural e que, portanto, é território passível de desenvolvimento e transformação.

No capítulo 3, apresentamos a comercialização e mercados: dificuldades e embates foram priorizados e assim foco da análise. A dimensão histórica a evolução dos sistemas comerciais e do mercado, como se apresentam na atualidade, quais dificuldades e embates, a intervenção Intermediários e Atravessadores discutidos em suas diferenças e similaridades.

A agroecologia e sua importância para a comercialização e o mercado, uma vez que ela propiciou aos assentados um novo leque de possibilidades de estratégias de comercialização, não necessariamente acessada pelos produtores que optaram pela forma convencional de produzir frutas, legumes e verduras (FLV).

O conjunto de estratégias de produção e comercialização também foi apresentado no Capítulo 3, de forma conceitual, sendo apontadas as dificuldades em classificar as relações de mercado e as nuances presentes no Horto Bela Vista. No item deste capítulo nomeado de “Circuitos de comercialização: novas perspectivas?” Apresentamos novas estratégias e de que forma elas podem mudar realidades na questão da comercialização dos assentados. Com este propósito foram apresentadas as feiras, CSA, venda direta nos lotes e fora deles.

Completando essa revisão, são apresentados os conceitos sobre políticas públicas e mercados institucionais, em sua dimensão teórica e na observação da sua prática.

A partir do capítulo 4, os resultados da pesquisa realizada assumem o comando sem perder a relação com as dimensões teóricas, a luta pela terra, a condição nova para essas famílias a partir da implantação do assentamento em 1999, e sua caracterização compõem a primeira apresentação dos dados.

Cabe ressaltar que o processo de divisão de lotes, os primeiros plantios para subsistência, quais foram as estratégias de produção ao longo desses anos de vida no assentamento, os embates travados para garantir a sua reprodução nos lotes foram discutidos com base em dados obtidos e por meio dos discursos das lideranças.

No capítulo 5, as alternativas nada lineares do processo de comercialização ganham a cena, sendo discutidos os protagonistas e coadjuvantes participantes da trama da comercialização. Ganha destaque a participação fundamental das mulheres, desde a produção até a realização da venda. Conquistam a dimensão de protagonistas principais, embora seu trabalho seja, via de regra, invisibilizado e secundarizado.

A presença controvertida dos jovens nos assentamentos é objeto de reflexões, ainda que não aprofundadas.

Foram identificadas e apresentadas cerca de dez (10) entidades que atuam diretamente no processo, além de atravessadores e intermediários e um número indefinido de consumidores que utilizam as FLV, valendo-se dos circuitos e estratégias de comercialização utilizadas pelas famílias do Horto Bela Vista.

São apresentados os canais de comercialização, descritos como ocorrem as vendas diretas nos próprios lotes, nas vendas de porta em porta, ou vendas informais. Como ocorreu o processo de formação e o papel de Comunidades que sustentam a agricultura (CSA) no caso investigado, onde destacamos a CSA Coração e as feiras realizadas, sendo essas espaço de distribuição e sociabilidade.

Foi feito um esforço de descrição dos diferentes caminhos de vendas diretas e da construção de um mapeamento da trajetória das FLV, de sua produção aos diferentes agentes de comercialização.

Os impactos positivos e negativos do programa de aquisição de alimentos (PAA), em seu período de auge e retração, o tímido itinerário do PNAE e a experiência de difícil acesso do PPAIS, entram decisivamente na discussão do presente e futuro dos assentados e do assentamento.

As conclusões desta tese talvez reapresentem problemas, considerando-se os embates contraditórios entre formas de produção, relações com o mercado, ausência de políticas de estado, mas igualmente avanços e conquistas de espaços se não de autonomia, garantidores de uma digna reprodução social

1 OS CAMINHOS PERCORRIDOS NA PESQUISA EMPIRICA

A pesquisa, definida por Kauark et al (2010) como sendo, o processo de busca ou procura de respostas e ou soluções para alguma dúvida ou problema, portanto, o caminho para se chegar à ciência, ao conhecimento.

Neste trabalho utilizamos tipos diferentes de pesquisa, que contribuíram entre si, para que pudéssemos chegar aos resultados. Houve a pesquisa por meio da observação participante e a pesquisa descritiva do sistema e de seu funcionamento, que segundo Bandeira (2016) é um estudo de caso.

Para Bandeira (2016), nesta metodologia busca-se apresentar características de um sistema único, com amostras, da sua composição e funcionamento, incluindo todas as questões desse caso em particular, evitando generalizações ou comparações com casos semelhantes, inclusive analogias.

Yin (2015) ressalta que o estudo de caso pode ser utilizado em muitas situações, contribuindo para a construção do conhecimento sobre fenômenos individuais, grupais, organizacionais, sociais, políticos.

Servimo-nos das afirmações sobre as relações não hierárquicas de Yin (2015) para o uso do estudo de caso como metodologia que fosse capaz de nos levar além da fase exploratória, o que, para o autor, é uma concepção errônea de muitos cientistas.

[...] que os levantamentos e as histórias são apropriados para a fase descritiva e que os experimentos são a única maneira de fazer investigações explicativas ou causais. A visão hierárquica reforça a ideia de que a pesquisa de estudo de caso é somente uma ferramenta de pesquisa preliminar e não pode ser usada para descrever ou testar preposições (YIN, 2015 p. 07).

Como nossa pesquisa tinha em seu cerne premissas como as descritas por Yin (2015), como aquela que pode funcionar bem em uma determinada comunidade, consumidores ou usuários individuais são a unidade de análise, onde pretende-se ter entendimento sobre fenômenos do mundo real e assim assumir que a ele, sejam relacionados a condições e contextos do seu caso. Assim, conforme a definição do autor que o estudo de caso é uma investigação empírica sobre o caso (objeto ou universo), estudando-o em profundidade e seu contexto de realidade, principalmente se não houver clareza evidente quanto aos limites do fenômeno e do contexto.

Ainda conforme Yin (2015), as características de um estudo de caso devem ser levadas em conta, ao se pensar em características metodológicas de uma pesquisa, considerando que nem sempre os fenômenos e o contexto são facilmente diferenciados nas situações reais. Portanto, a investigação do caso deve:

Enfrentar a situação tecnicamente diferenciada em que existirão muito mais variáveis de interesse de que pontos de dados e como resultado conta com múltiplas fontes de evidencia, com os dados precisando convergir de maneira triangular e como outro resultado beneficia-se do desenvolvimento anterior das proposições teóricas para orientar a coleta e análise dos dados (YIN,2015, p. 18)

O estudo de caso assim deve ser visto como um método abrangente, não limitado apenas à coleta e análise dos dados e deve ser entendido como método capaz de abarcar diferentes orientações epistemológicas. Em consonância com Yin (2015), procuramos fazer uso de uma perspectiva mais realista em detrimento de uma relativista ou interpretativista.

Stake (1966) dividiu os estudos de caso em três modelos de análise de caso: 1°. Essencial, que tende a estudar um caso privado, sem visar a entender o fato mais vasto em questão; 2°. Instrumental, que estuda o caso em particular, pretendendo entender o acontecimento em questão, já o 3°. Coletivo, que se assemelha ao instrumental, mas, estuda mais de um caso, um a um, o que Yin (2015) denominou de casos múltiplos, mas ainda assim, um estudo de caso.

Em todos os modelos, a análise de caso pretende a compreensão mundial de um fato ou de um acontecimento, e não uma simetria causal entre duas variantes. Stake (1994), refere-se a uma opção de objeto de estudo, e não de uma metodologia, já que o estudo de caso pode ser uma pesquisa qualitativa ou quantitativa ou até mesmo uma fusão das duas. Com base nos apontamentos de Stake é que definimos que nosso estudo de caso para uma análise qualiquantitativa dos fenômenos e dados do Horto Bela Vista.

Conforme descrito por Gil (2002), as pesquisas são classificadas conforme seus objetivos, e as separa em três grupos: descritiva, exploratória e explicativa. A principal finalidade das pesquisas explicativas tem como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. A pesquisa explicativa é a que mais aprofunda o conhecimento da realidade, já que explica a razão e o porquê das coisas.

Desta forma, Gil a define como sendo o tipo mais complexo e delicado, uma vez que nela há o risco aumentado de se cometer erros. O autor afirma que o conhecimento científico pode ser determinado com base nos resultados oferecidos por estudos explicativos, isso não significa que as pesquisas exploratórias e descritivas não tenham valor, uma vez que geralmente, são etapas indispensáveis para a obtenção de explicações científicas (GIL, 2002, p. 42).

Nas ciências sociais, a aplicação deste método reveste-se de muitas dificuldades, razão pela qual se recorre também a outros métodos, sobretudo ao observacional. Nem sempre se torna possível a realização de pesquisas rigidamente explicativas em ciências sociais, mas em algumas áreas, sobretudo da psicologia, as pesquisas revestem-se de elevado grau de controle, chegando mesmo a ser chamadas 'quase experimentais' (GIL, 2002, p. 43).

A partir dessa conceituação pode-se, portanto, definir pesquisa social como o processo que, utilizando a metodologia científica, permite a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social. O que corrobora com a definição de Gil (2002) de que realidade social é entendida com sentido amplo, uma vez que envolve um conjunto de aspectos relativos ao homem em seus múltiplos relacionamentos com outros homens e instituições sociais e, nesta pesquisa, também com a terra.

Oliveira (2011), ao tratar da natureza das pesquisas, destaca a reflexão de determinado grupo de autores cuja argumentação vai no sentido da defesa da inconveniência ao se definir limites entre os estudos ditos qualitativos e quantitativos nas pesquisas, devendo ser afastada a ideia de que somente o que é mensurável teria validade científica.

Para Moreira (2002), a diferença entre a pesquisa quantitativa e a qualitativa é muito mais do que o ato da escolha de um conjunto de táticas de pesquisa, procedimentos de coleta de dados, representando, na verdade, posições epistemológicas antagônicas. Entretanto, o autor corrobora a ideia de Laville e Dionne (1999), que afirmam que este debate parece sem efeito uma vez que acreditam que os pesquisadores já aprenderam a conjugar as abordagens conforme suas necessidades.

Reforçando que, conforme Demo (2002), não há sentido em se desprezar o lado quantitativo, quando isso é bem feito. Da mesma forma que se tem ganhos com a avaliação qualitativa que se cerca com inteligência da base empírica, até porque qualidade não é a contradição lógica da quantidade, mas a face contrária da mesma moeda” (DEMO, 2002, p. 35).

Dentro do contexto acima buscamos trabalhar com a pesquisa qualiquantitativa, entendendo que seja aquela que, conforme Demo (2002), a pesquisa que inclui qualitativa e quantitativa, pois embora sejam diferentes, elas não se excluem.

A utilização da pesquisa qualiquantitativa se justifica porque os assentamentos inserem-se em uma rede de relações, cuja discussão exige a não demarcação de fronteiras rígidas em seu estudo. Leia-se tal observação com a ressalva de que a escolha de enfoques múltiplos e da compatibilidade entre pesquisa qualitativa e quantitativa pode enriquecer, sem esgotar, a realidade investigada (FERRANTE, 1999).

Tal situação nos permite que a coleta de dados possa ser trabalhada em ambas abordagens conforme a necessidade de tratamento e análise do conjunto de informações geradas pela pesquisa. Onde foi possível, foram utilizados os resultados estatísticos, o cruzamento de dados com informações extraídas das falas dos assentados, entrevistas e questionários.

Num primeiro momento realizamos pesquisa bibliográfica e documental, aceitando que a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente.

Como instrumentos de pesquisa usamos um conjunto de questionários e de entrevistas semiestruturadas. A pesquisa propriamente dita com o uso de instrumentos teve início em meados de julho de 2019, todavia já havíamos visitado algumas famílias do assentamento na tentativa de conhecer melhor o nosso universo de estudo. Fizemos, ainda, uma entrevista coletiva com seis agricultores assentados, que contribuiu para a confecção de nosso questionário.²

A aplicação ocorreu entre os dias 4 de setembro e 6 de outubro. Aplicamos os questionários (Apêndice A) para vinte e cinco famílias do Assentamento Horto Bela Vista, embora a ideia inicial era estendermos a todas as vinte e nove famílias, todavia, no momento da aplicação houve recusa por parte de três famílias e uma outra não foi localizada em todas as visitas realizadas. Concomitantemente neste período realizamos as entrevistas com as

² Em agosto de 2019, aplicamos o questionário a uma família e fomos discutindo com a família questão a questão, explicando o que pretendíamos apurar com cada questão. Esse questionário piloto levou quatro horas para ser aplicado, mas foi muito importante e a partir dele e das contribuições da família que o respondeu, foi que conseguimos aprimorar e chegar ao modelo que foi aplicado a todas as famílias do assentamento.

lideranças do assentamento, escolhemos uma liderança reconhecida e a partir dela utilizamos a técnica da bola de neve (*Snowball sampling*) para a escolha dos outros cinco participantes.

A “bola de neve” é descrita por Baldim e Munhoz (2011) como uma técnica capaz de identificar e recrutar como participantes da pesquisa, atores sociais que têm o reconhecimento de seus pares em função do papel de liderança nas comunidades que atuam. Nada mais é do que uma forma de amostragem não probabilística onde um participante indica outro até que se alcance o objetivo proposto.

Cabe destacar que, para além dos questionários aplicados e das entrevistas, realizamos anotações em caderno de campo, as quais servem como uma ferramenta, (já que é a memória do momento de pesquisa) podendo ser acessada sempre que se fizer necessária. Buscamos registrar como foi o dia de campo, quais desafios, surpresas e novidades e outros detalhes que pudessem estar fora do questionário, mas que fossem relevantes à pesquisa, dando maior valor ao seu teor.

Lopes et al. (2002), definem o diário ou caderno de campo como a forma pela qual o pesquisador recorta o seu local de estudo, não só pelo seu tema em pauta, mas para além da questão teórico-metodológica. Deixando a sua subjetividade agir da mesma forma que ao fazer um retrato o fotógrafo faz o enquadramento que acha perfeito.

No diário registramos todas as passagens das idas a campo, de impressões nossas a falas dos assentados, que no momento em que ocorrem julgamos indicativas para nos ajudar a compreender as especificidades da vida das famílias nos assentamentos. Os registros são guia para o rememorar as situações presenciadas. Nos colocam, em nossos imaginários, novamente à frente das famílias nos lotes, momento que apreendemos sobre o conhecimento que eles possuem através da observação de como eles fazem para conciliar a natureza deles com seu meio de sobrevivência. Após reler os diários, cada bolsista pode enxergar obstáculos que ele mesmo tem para compreender o meio rural. Mudar suas posturas e avaliações nas situações com as quais não soube lidar corretamente, com perspectivas de melhorá-las, é um exercício que auxilia muito na compreensão do real em sua complexidade (DUVAL, 2004, p. 78).

É no caderno de campo que se manifesta a faculdade do pesquisador em realizar a captação da concretude em sintonia com suas percepções mentais previamente definidas, ou conforme o momento lhe fornecer.

O assentamento foi escolhido como recorte espacial dada a sua importância no contexto local (número expressivo de unidades produtivas inseridas em um sistema agroalimentar alternativo de base agroecológica), que é reconhecido regionalmente e principalmente pelo

conjunto de dificuldades narradas por seus agricultores familiares de se inserirem nos canais da rede de comercialização.

Em função desta dificuldade, foram apontados (via questionários e diário de campo) alguns canais de comercialização abertos nos municípios de Iperó e outros próximos, chegando até a capital do Estado, sendo eles as feiras de produtores realizadas em diversos municípios semanalmente; a venda direta por meio de cestas e *Community Supported Agriculture (CSA)* nesses municípios; venda direta nos lotes dos assentamentos; vendas em pontos informais, e em uma rede formada a partir do instituto Terra Viva, sediado em Sorocaba, atuando em toda a região e com pontos de distribuição nas cidades São Paulo e Barueri.

A partir do conhecimento destes canais e a fim de que pudéssemos analisá-los, visitamos a feira de produtores de Iperó, e realizamos quatro visitas ao Instituto Terra Viva. Acompanhamos também durante uma semana do mês de outubro toda a rota de coleta e entrega deste instituto. Além disso fizemos a marcação de geoposicionamento por satélites de todos os pontos, e com uso da plataforma *Google Maps*, pudemos criar mapas e roteiros dessas atividades.

Esse conjunto de visitas contribuiu para que pudéssemos entender a dinâmica das atividades de compra/venda, e qual a percepção sobre a aquisição direta da agricultura familiar, não construímos roteiro para essas visitas, as perguntas foram acontecendo com o desenrolar da conversa e devidamente anotadas em caderno de campo.

Com as respostas dos questionários passamos a sistematizar os dados. Para tanto, utilizamos a plataforma *SurveyMonkey*®, que nada mais é do que uma ferramenta on-line que permite a inclusão de questionários e suas respectivas respostas, gerando gráficos e tabelas automaticamente a partir dos dados inseridos. O *Surveymonkei* gera também análises simples e permite realizar o cruzamento dos dados e algumas correlações entre as respostas obtidas.

Foi a partir da sistematização dos dados e dos gráficos gerados pela plataforma que organizamos tabelas e quadros, dos quais extraímos resultados da pesquisa.

Como já dissemos, ao aplicarmos os questionários obtivemos algumas respostas e indagações sobre a difícil inserção dos agricultores familiares nos circuitos de comercialização. Com entendimento da vivência sobre os mercados pelos agricultores e feirantes a partir das respostas dos questionários, identificamos a necessidade de realizar entrevistas com alguns agentes públicos para tanto realizamos uma entrevista com o secretário municipal do meio rural, ambiente e turismo de Iperó, realizada em outubro de 2019, e com o coordenador regional

da Fundação ITESP, que contribuiu durante todo o processo com dados, mapas e outras informações solicitadas.

Realizamos uma visita na entrega de cotas e fizemos uma conversa informal com representantes da CSA e da distribuição de cestas verdes em Iperó, e mantivemos contatos com alguns dos clientes destes dois segmentos, durante a fase de análise dos dados da pesquisa.

Visitamos em janeiro de 2020 a feira livre central em Iperó, para entrevistarmos consumidores e feirantes. Para essa entrevista não preparamos roteiros, e as conversas se desenvolveram de maneira informal, devidamente gravadas e com as anotações em caderno de campo.

Todo o conjunto de informações gerado a partir das entrevistas e das visitas, nos possibilitaram um melhor entendimento do nosso objeto de estudo e nos aproximaram de nossos objetivos, após a sistematização das entrevistas com esses resultados qualitativos trabalhamos a análise de discurso com uma análise coletiva dos mesmos.

Seguindo a concepção de Porto (2013), sendo considerada uma prática que consiste em analisar a estrutura de um texto e a partir disto, compreender as construções ideológicas presentes no mesmo, ainda que nosso estudo não tenha relação com a linguística, sendo o discurso em si atrelado ao contexto social no qual ele foi desenvolvido, ou seja, o discurso traz as ideologias determinadas pelo contexto político social em que vive seu autor. Mais do que uma análise textual é também uma análise contextual da estrutura discursiva.

A análise do discurso descrita por Marques (2011) dá a pesquisa um caráter qualitativo-interpretativista, que considera os objetivos, a linguagem e pode incluir os efeitos de memória, da história, as ideologias, imagens e lugares.

Foucault (1996) descreveu o discurso como uma constituição de características sociais, onde a sociedade promotora do seu contexto é a base estrutural deste, podendo qualquer elemento fazer parte de sua composição, sendo o discurso o caminho de uma contradição à outra, permitindo o desvendamento de dimensões ocultas.

Já para Pêcheux (1997), o discurso é todo enunciado; toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação.

Ainda segundo Foucault, para se analisar o discurso torna-se necessário que as contradições desapareçam e reapareçam, sendo necessário expor qual papel desempenham, é

torná-las visíveis, dar-lhes corpo, ou conferir a elas algum aspecto exterior (FOUCAULT, 1996).

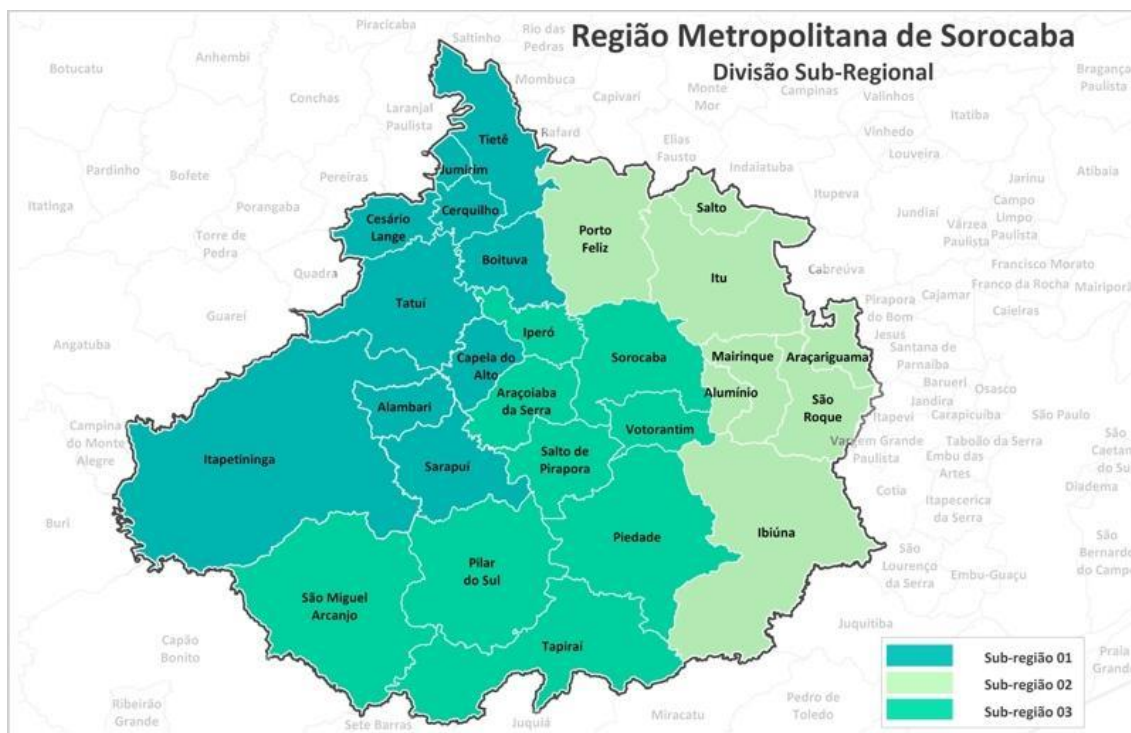
Neste sentido é que todo esse conjunto de entrevistas foi devidamente sistematizado e analisado, o que nos permitiu compreender o universo de estudo proposto, mapearmos a produção, o conjunto das relações dentro do sistema agroalimentar e em especial com os circuitos de comercialização no recorte espacial e nas relações que extrapolam esse ambiente, e todos aqueles que estão envolvidos de alguma forma.

2 CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO DE PESQUISA

2.1 A região metropolitana de Sorocaba

A região metropolitana de Sorocaba (RMS) foi institucionalizada pelo governo estadual paulista, oficialmente em 8 de maio de 2014, por meio da Lei Complementar Estadual nº 1.241. A RMS tinha em sua composição inicial vinte e seis municípios, em 29 de junho de 2016 por meio da Lei Complementar Nº 1.289, passou a integrar a Região Metropolitana de Sorocaba o Município de Itapetininga, desde então os vinte e sete municípios estão agrupados segundo três sub-regiões (Figura 1):

Figura 1 – Mapa da Região Metropolitana de Sorocaba - Sub-regiões



Fonte: Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano - EEMPLASA (2018).

Como podemos observar, a composição de cada sub-região é a seguinte: **Sub-Região 1:** Alambari, Boituva, Capela do Alto, Cerquilho, Cesário Lange, Jumirim, Sarapuí, Tatuí, Tietê e Itapetininga, município que foi incorporado à região após a sua institucionalização; **Sub-Região 2:** Alumínio, Araçariçuama, Ibiúna, Itu, Mairinque, Porto Feliz, Salto e São Roque; **Sub-Região 3:** Araçoiaba da Serra, Iperó, Piedade, Pilar do Sul, Salto de Pirapora, São Miguel Arcanjo, Sorocaba, Tapiraí e Votorantim.

Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017), a estimativa é de que a região possui mais de 2 milhões de habitantes; estes representavam 4,6% da população estadual. Em 2015, a região foi, segundo o IBGE, a responsável pela geração de aproximadamente 4,0% do Produto Interno Bruto (PIB) estadual paulista.

Considerada como estratégica dada a sua localização, o uma vez que está dentro de um corredor formado pelas Rodovias Presidente Castello Branco e Raposo Tavares, a região também está cravada entre outras duas importantes regiões metropolitanas do País (São Paulo - SP e Curitiba-PR), e ainda por manter limite territorial e processo de conurbação com a Região Metropolitana de Campinas.

Destaca-se, em âmbito nacional, por intensa e diversificada atividade econômica, caracterizada por produção industrial altamente desenvolvida, com predominância dos setores metalomecânico, eletroeletrônico, têxtil e agronegócio em especial a cana-de-açúcar (EMPLASA, 2018, s.p).

Doze de seus municípios estão localizados no eixo das Rodovias Castello Branco (SP - 280) e Raposo Tavares (SP - 270) cujo fluxo vai da capital para o sentido oeste do estado, oeste do Paraná e sul do estado do Mato Grosso do Sul. Destes, cinco se destacam na produção industrial, sendo eles: Sorocaba, Itu, Votorantim, Salto e Itapetininga dando-lhes destaque e especial relevância na economia paulista. A RMS é a maior produtora agrícola entre as regiões metropolitanas do Estado de São Paulo e com elevada diversidade. Tem relevante contribuição no cômputo da produção estadual de minérios, com destaque para elementos como calcário, rocha ornamental, pedra brita e argila, entre outros e na fabricação de cimento (EMPLASA, 2018).

Em Sorocaba destacam-se um Parque Tecnológico e a presença de diversas Universidades, com os Campi da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e UNESP.

Na agropecuária a região atua na viticultura, fruticultura, olericultura, produção de hortifrutigranjeiros, milho, soja, entre outras culturas. Há também criadores de gado de corte e leite, suínos e expressiva produção de frangos de corte. Entre os municípios de menor porte há predominância da produção rural e atrativos turísticos, estes são favorecidos pela natureza local ou por criações destinadas a este fim, como um grande parque de paraquedismo e balonismo (Boituva), o maior conservatório de música da América latina (Tatuí).

. Outro destaque no turismo são as inúmeras obras de arquitetura que fizeram parte da história do estado de São Paulo, construções tombadas pelo patrimônio histórico e que são

frequentemente visitadas, a exemplo o Parque das Monções em Porto Feliz, a primeira fábrica de armas brancas do Império, onde a Real Fábrica de Ferro de São João de Ipanema. Dentro do que hoje é a Reserva da Floresta Nacional de Ipanema se mantêm importantes instalações da fábrica, da residência imperial e do Prédio da Guarda o que além, do aspecto ambiental e turístico, destaca Iperó como sendo um sitio histórico e arqueológico de relevância na região.

No que tange à produção rural, em toda a região metropolitana há destaque para os seguintes produtos:

- **AGRICULTURA:** feijão, milho, laranja, café, abacate, cacau (em amêndoa) azeitona, banana, tangerina, sisal, pimenta-do-reino, pêra, pêssego, caqui, figo, chá da Índia, tungue, coco da baía, uva, soja, erva-mate, goiaba, guaraná, limão, maçã, mamão, manga, maracujá, marmelo, noz, cevada, arroz em casca, aveia e trigo;
- **PECUÁRIA:** bovinos, bubalinos, equinos, asininos, muares, caprinos, ovinos, suínos, aves, galo, galinha, codornas, coelhos, vacas ordenhadas, mel de abelha, lã, leite, casulos do bicho da seda e pesca;
- **EXTRATIVISMO/SILVICULTURA:** borracha, óleo de dendê, castanha-de-caju, palmito, urucum, tungue, castanha do Pará, pinhão, carnaúba, buriti, mangaba, açai, umbu, aromáticos, piaçava, maçaranduba, carvão vegetal, lenha, pequi, tucum, pinheiro brasileiro nativo, angico, barbatimão, madeira para papel e celulose, eucalipto, resina, babaçu, copaíba, licuri, oiticica, copaíba, cumaru e sorva;
- **LAVOURAS TEMPORÁRIAS:** abacaxi, algodão herbáceo, alho, amendoim, aveia, batata doce, batata inglesa, cana-de açúcar; cebola, centeio, ervilha, fava, fumo, juta, malva, linho, mamona, mandioca, melancia, melão, rami, tomate e triticales (EMPLASA, 2018).

Conforme dados da prefeitura de Sorocaba, na RMS existem 23.346 unidades produtivas que garantem ocupação para mais de 160.000 pessoas.

A RMS, em meados dos anos 1900, começou a desenvolver as indústrias de couro, artefatos de metais e tecidos. Em seguida, no processo de avanço do café para o centro-oeste, a região teve, sobretudo, Itu e Sorocaba se consolidando como centros provisórios, proporcionando futuramente a instalação de indústrias tradicionais, permanecendo Itapetininga e Capão Bonito como lugares de passagem para o sul.

Ao final dos anos 1920, a pecuária regional perdeu sua posição de destaque estadual e a área cultivada na região era inexpressiva. Ainda nessa década era expressivo o setor agroindustrial comandado pelo beneficiamento do algodão, seguido, em menor escala, pelo açúcar e álcool. Logo abaixo do algodão, seguiam os laticínios e frigoríficos, pois a região contava com 12% do rebanho leiteiro e de cortes.

Com a crise cafeeira de 1930, as manchas de café das sub-regiões de Sorocaba, Tatuí e Itapetininga cederam lugar à cana e ao algodão. Na mesma época, nas sub-regiões de Itapeva e Capão Bonito instalaram-se a extração mineral e algumas culturas alimentares como o trigo e o reflorestamento. Essas duas atividades contribuíram para o processo de absorção e fixação de contingentes populacionais.

A própria sub-região de Sorocaba absorveu parcelas significativas dos migrantes rurais em sua indústria já então bastante diversificada e nas atividades extrativas de seu subsolo. Assim, na década de 1930, a economia sorocabana, que havia recebido impactos bastante reduzidos do recém-findo ciclo cafeeiro, viu perder as oportunidades de suas regiões de expansão algodoeira; por outro lado, limitada pelas condições do solo e topografia, tirava proveito da expansão da cana-de-açúcar, ou das culturas intercalares do café e outras que o substituíram (COLPANI, 2010).

As características agrícolas, existentes desde os anos 1930, diversificaram-se em produtos alimentares e de menor valor de produção, economicamente menos dinâmicos e com poucos desdobramentos industriais. Entre os primeiros destacam-se o feijão, a cebola, a batata e o arroz; entre os desdobramentos industriais, tem-se o milho, o tomate e a uva.

O segmento dedicado ao gado de corte e leiteiro integrou-se ao processo de transformação industrial (laticínios), notadamente, mas o seu tradicional plantel de asininos e muars foi decrescendo rapidamente, e, em 1960, deixou de ocupar a liderança no Estado, passando ao 3º lugar.

Quanto à destacada liderança industrial, agropecuária e à fixação de população no início do século, a região de Sorocaba adentrou os anos 1970 ocupando quinta, sexta e quarta posições respectivamente, entre as regiões administrativas do Estado. No entanto, apesar desse quadro geral, a agricultura regional nos anos 1960 revigorou-se expressivamente, aumentando sua contribuição agrícola no Estado de 7,3% em 1949/1951, para 10,4% em 1969/1971 (COLPANI, 2010).

A agricultura regional no final dos anos 1960 e início da década de 1970 passa a suprir parcelas crescentes da produção paulista de alimentos pelo aumento de produtividade de várias de suas culturas, beneficiando-se dos preços em elevação. A agricultura regional registrou, nos anos 1980, dinamismo inferior à década anterior, sem, contudo, reduzir o processo de transformação iniciado na área rural.

A introdução da irrigação e a ampliação do uso de tratores na região de Sorocaba permitiram ganhos de produtividade que, de alguma maneira, e em alguns casos, compensaram a perda quantitativa da área de produção.

A região começou, então, a receber investimentos oriundos do exterior e da metrópole que propiciaram estímulos à modernização tecnológica dos vários setores. Porém, ainda encontramos técnicas rudimentares como tratores, enxadas, etc. (COLPANI, 2010).

A indústria foi ganhando destaque ao longo dos anos e atualmente conta com mais de 2000 indústrias instaladas, abrangendo desde o tradicional setor de fiação e tecelagem até o de componentes aeronáuticos. Nos últimos anos, novas empresas, de diversos gêneros industriais, sobretudo os intensivos em capital, instalaram-se na região, atraindo diversas cadeias de fornecedores.

A estrutura industrial da região é diferente do restante do Estado pela pequena presença dos principais complexos agroindustriais, embora haja forte participação do setor de reflorestamento, e, por consequência, a existência de um importante parque da indústria madeireira. Novos setores industriais têm se instalado na região, como o de material de transportes e o químico, e os setores tradicionais dão lugar aos ramos mais complexos. Observa-se também crescimento no segmento de alimentos.

Como observamos, embora haja crescimento do número de empresas no segmento alimentar, há, conforme Colpani (2010), baixa presença de agroindústrias na região, o que nos permite inferir que para a produção agrícola, denotava uma dificuldade com relação à comercialização de seus produtos, em especial para os municípios menores, o que interferia na renda das famílias do campo, como no caso de Boituva e Iperó.

2.2 O município de Iperó e seus assentamentos

O município de Iperó dista cerca de 116 quilômetros da capital do Estado, teve segundo o IBGE, sua população estimada em 2018 por um número de 34.913 pessoas. Segundo o Censo

Município de tradição agrícola, já fazia parte da chamada Rota dos Bandeirantes, conforme texto da prefeitura municipal:

Os bandeirantes sorocabanos preferiram, muitas vezes, atingir o Tietê pelo rio Sorocaba, que só tinha uma cachoeira e era margeado por algumas matas onde havia madeiras para a construção de canoas. Assim, esses bandeirantes passaram por regiões que atualmente representam os territórios dos municípios de Sorocaba, Iperó, Porto Feliz, Boituva, Tatuí, Cerquillo Jumirim e Laranjal Paulista (IPERÓ, 2018).

Denominado como Vila Santo Antônio até 1943 conforme Squeff e Ferreira (2003), no ano de 1938 quando o Decreto Federal 311, disciplinou a divisão territorial do país e vedava que em um estado houvessem dois locais homônimos e, cinco anos mais tarde, o Decreto Federal 5901, cujo texto reafirmava a vedação e ainda a estendia para todo o território nacional. Isso fez com que Santo Antônio passasse a ser Iperó, haja vista que no estado gaúcho já havia um município com o mesmo nome (IPERÓ, 2018).

No mesmo ano da mudança de nome, também passou a ser distrito do município de Boituva do qual dista cerca de 5 quilômetros, permanecendo assim até o ano de 1964, quando a Lei Estadual 8092 de 28 de fevereiro o emancipou (Rodrigues, 2018).

O autor afirma que durante o processo emancipatório Iperó perdeu boa parte de suas terras, o limite que ia além do Rio Sorocaba, ficou reduzido até as suas margens, mas teve em compensação a anexação do Distrito de Bacaetava que pertencia à Araçoiaba da Serra ao território municipal que desde então passou a ter uma área de 170.289 km².

A agricultura é considerada pela gestão municipal como uma das principais atividades do município, segundo o LUPA (2008), o município possuía 332 unidades produtivas naquele ano, já os dados do IBGE (2018) extraídos do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), mostram que o município apresenta apenas 160 estabelecimentos agropecuários em uma área de 4.538,14 hectares, onde haviam 1.215 hectares de lavouras permanentes e 542 hectares de lavouras temporárias

Todavia, ambos levantamentos não trazem informações se nestas unidades, estão contabilizados os lotes dos dois assentamentos implantados no município; o assentamento Fazenda Ipanema e o assentamento Horto Bela Vista, com 150 e 28 famílias assentadas respectivamente. Ambos os assentamentos são frutos da luta pela terra e dos movimentos sociais.

No início do ano de 1992, houve articulação dos movimentos e sindicatos rurais com a finalidade de organizar uma ocupação de terras. Essa articulação trouxe famílias de treze cidades diferentes da região de Campinas até Sorocaba. (CASTRO, 2005).

Conforme Castro (2005), esta ocupação contou com participação de militantes dos movimentos sociais de várias regiões do estado de São Paulo e de outros estados e teve apoio da Igreja Católica. A ocupação se deu no dia 16 de maio de 1992, na Fazenda Ipanema, eram cerca de 700 famílias com o objetivo de serem assentadas.

Houve litígio sobre a terra que pertencia à união, e era administrada pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA), que, em meados de 1993, em reunião em Brasília comprometeu-se a ceder para o uso dos acampados, uma área de 1.210 hectares. Os trabalhadores passaram a produzir coletivamente na área ocupada. “Durante o período de acampamento, as famílias começaram a produzir na área ocupada devido ao fato de estarem dentro da terra, coisa que raramente ocorreu na maioria das ocupações de terra no Brasil” (CASTRO, 2005).

Castro (2005) destaca que parte da produção dos acampados era comercializada na periferia de Sorocaba, bem como eram exercidas outras atividades não agrícolas para que pudessem se manter acampados.

Essa produção realizada na área ocupada servia, em sua maior parte, para o abastecimento das famílias acampadas. Mas, regularmente, grupos de famílias acampadas levavam parte de sua produção (sobretudo de hortícolas) para ser comercializada em alguns bairros periféricos de Sorocaba, próximos à área ocupada. Além disso, muitos acampados realizavam trabalhos assalariados nesse município, como forma de garantir uma renda enquanto estivessem acampados. Essas estratégias só foram possíveis de serem desenvolvidas devido à grande proximidade da área ocupada do grande centro urbano de Sorocaba (CASTRO, 2005, p. 321).

As negociações com o governo federal continuaram até que em 4 de dezembro de 1995 o INCRA promulgou a Portaria nº 342, criando o Projeto de Assentamento Ipanema, com 1.712 hectares, essas terras pertenciam ao Ibama e ao Ministério da Agricultura e Reforma Agrária, 1.210 hectares e 502 hectares respectivamente.

Castro (2005) ressalta que no projeto técnico realizado para a implantação do assentamento, não houve um estudo dos possíveis impactos que a proximidade com um grande centro urbano (Sorocaba) poderia causar ao assentamento. Assim, das setecentas (700) famílias

foram assentadas cento e cinquenta (150) na área que hoje é denominada de Assentamento Rural Fazenda Ipanema.

No Assentamento Horto Bela Vista, lócus de nossa pesquisa, a luta pela terra teve início em 1997 com um acampamento ao longo da rodovia que liga Iperó à Tatuí, próximo ao distrito industrial do município.

O Assentamento Horto Bela Vista foi oficialmente implantado em 1999. Localiza-se na região noroeste do município, entre a região urbana do município e a divisa com Tatuí. O assentamento dividia-se em trinta e um (31) lotes, abrangendo uma área de 887,88 há, ficando posteriormente 29 lotes (ITESP, 2014).

2.3 O lócus da pesquisa empírica: a realidade multidimensional de um assentamento rural

Segundo Bergamasco e Norder (1996), o emprego do termo “assentamento rural” tanto no direito como na sociologia, se deu na década de 1960 por ocasião da reforma agrária na Venezuela. Para os autores, de forma simples, os assentamentos rurais eram /são espaços com novas unidades produtivas criadas por políticas governamentais, que objetivavam reordenar o uso da terra, beneficiando trabalhadores rurais com pouca ou sem nenhuma terra.

Os autores enxergavam nos assentamentos rurais uma importante ferramenta para o combate à fome e a miséria, e para evitar o inchaço que já se instalava nos grandes centros urbanos, já que poderiam gerar empregos diretos e indiretos, contribuindo para o desenvolvimento regional, diminuindo índices de pobreza e exclusão social (BERGAMASCO E NORDER, 1996, p. 8)

Todavia, os assentamentos rurais não poderiam, para os autores, ser considerados apenas locais de execução de políticas fixadoras dos trabalhadores no campo, deviam também dar todas as condições adequadas para uso da terra, a sua organização social e a vida comunitária.

Os assentamentos devem ser entendidos como muito mais do que simplesmente um local de produção primária de alimentos; podem ser pano de fundo para o desenvolvimento de inúmeras atividades para além da produtiva, como a cultural, a política, a econômica, dentre outras.

Caldart (2004) os definiu como sendo a transição do latifúndio na transformação e organização de um espaço onde muitas famílias passam a viver de forma articulada. Um espaço

de poder onde são construídos projetos variados e sempre um espaço passível de conflitos (FARIAS, 2008).

Portanto, não podem ser os assentamentos rurais pensados ou entendidos apenas pela sua existência temporal e dinâmica, pois são espaços onde reinam subjetividades diferenciadas e planejamentos familiares que se cruzam e conflitam continuamente, quer pelo anseio das pessoas, quer pela necessidade do grupo; sempre há que se pensar em assentamentos rurais como espaços em construção e constante ruptura dada a dinâmica cotidiana de suas famílias (FARIAS, 2008).

Há nos assentamentos rurais também a produção diária das histórias de vida, de cada pessoa e do grupo, a luta na terra pela defesa do espaço conquistado, dos recursos que garantirão a comida à mesa e a dignidade familiar. O vizinho de lote é também o concorrente e o colaborador no mercado a ser conquistado pela qualidade ou pelo preço daquilo que produzirem a partir dos seus esforços.

Farias (2008) defende a ideia de que não são um espaço de harmonia, e sim de instabilidades, onde as relações são marcadas por continuidades e descontinuidades, mesmo que setores da sociedade e do estado depositem esperanças de que essas famílias alcancem rapidamente e com baixos investimentos, uma alta produtividade para o atendimento a demandas impostas pelo mercado; ou seja, que a reforma agrária seja simplesmente um novo modelo economicista de produção, e não novos espaços para a reprodução social.

Reprodução social, conforme Giddens (1976) e Bourdieu (1974, 1976), é um processo de renovação constante da produção material e cultural face às suas necessidades, ou seja, é a garantia da produção dos bens necessários para a sobrevivência de uma formação social, cuja continuidade depende de que o grupo se assegure de que as suas novas gerações possam dar continuidade ao processo de produção, garantindo assim a reprodução deste grupo (sociedade).

Para Bourdieu (1976), devem ser garantidas pela sociedade também a reprodução cultural e ideológica, com partes da reprodução social; são os valores, ideias e os modelos sociais que balizam o funcionamento da sociedade.

reprodução cultural faz parte de um processo mais amplo de reprodução social através do qual sociedades inteiras e suas características culturais, estruturais e ecológicas são reproduzidas por um processo que invariavelmente envolve certo volume de mudança. A reprodução social exige, pois, não só a reprodução das forças produtivas, isto é, a força de trabalho e os meios de produção, mas também a reprodução das relações sociais de produção (GARCIA, 2008, sp)

Não diferente deste contexto, o assentamento Horto Bela Vista em Iperó vive os mesmos dilemas e anseios da mesma forma que avança e retrocede, e as histórias de vida vão se construindo na busca da reprodução de suas famílias enquanto grupo social.

Passamos agora à caracterização dos lócus da pesquisa.

2.4 Horto Bela Vista: da ocupação aos dias atuais: tensões e avanços

Após a implantação de um assentamento rural, a paisagem que era monocultura e por vezes de áreas degradadas pelos anos de exploração agropecuária passaram a formar mosaicos produtivos conforme Duval e Ferrante (2008), não diferentemente o Horto Bela Vista, também nasce fruto da luta pela terra, terra essa que se transformou de grande área degradada, em um mosaico de biodiversidade, produção e relações sociais.

Foi implantado na Fazenda Bela Vista, cuja área total somava 1.027,30 hectares, dos quais 405,30 ha pertenciam à área de reserva florestal da extinta Ferrovia Paulista S/A (FEPASA); as demais áreas eram uma fazenda de criação de gado de corte (ALBUQUERQUE, 2011)

Havia na área da ferrovia uma plantação de eucaliptos que pertencia a uma empresa particular, situação que se manteve até o ano de 1995, quando houve o processo de privatização das ferrovias. Na mesma área, havia, conforme Albuquerque (2011), uma usina de tratamento de dormentes cujo princípio ativo preservante da madeira utilizado era o *pentaclorofenol*³.

O processo de luta pela terra se deu em meados do ano de 1998, quando um grupo de 86 famílias acampadas no bairro de George Oetterer (proximidades da Fazenda Ipanema), participou de uma Jornada Estadual, definida pelos assentados como uma luta pela Reforma Agrária no Estado de São Paulo. Momento em que este em que grupo de famílias resolveu ocupar também o Horto Bela Vista.

³ O pentaclorofenol -PCF é utilizado no Brasil, na forma de sais (como preservante de madeira com ação algicida, fungicida e inseticida. Sua principal utilização está no tratamento de madeiras recém-cortadas e recém -serradas para combater fungos que causam manchas e deterioração São autorizados os seguintes métodos de aplicação: pulverização, pincelamento e imersão, sendo este último de uso exclusivamente industrial. uso agrícola do pentaclorofenol foi cancelado, pela Portaria do Ministério da Agricultura n. 329, de 02 de setembro de 1985, pelo Ministério da Saúde, através da Portaria n. 11, de 08 de janeiro de 1998 e conseqüentemente proibidos seus usos para campanhas de saúde pública ou domissanitário s. Restando até o presente momento somente o uso como preservante de madeiras (ANVISA,2019)

Nessa época foram dezessete órgãos que fizeram a ocupação aqui do Estado, e quando faz essa jornada dos órgãos, o pessoal que estava acampado em George Oetterer vem e entra para esse outro aqui perto, perto da Fazenda Ipanema, a gente acampava ali, aí entrou com esse outro, na ocupação aqui, dessa Fazenda Bela Vista (ASSENTADA, 59 anos, 2019).

A ocupação se deu onde atualmente estão os lotes 22 e 31 do assentamento (ver figura 6), e segundo declarações dos assentados, houve pressão da sociedade contrária à ocupação. Dias após foram ocupadas também as casas que pertenciam à Vila da FEPASA eram casas dos ferroviários que ali moravam e prestavam serviço a companhia férrea.

Durante quase um ano de acampamento, as famílias realizaram a luta pela terra. Em fevereiro de 1999, as próprias famílias começaram a fazer a divisão dos lotes.

A gente mediu, vamos dizer assim, os assentados mediram um pedaço para cada um para já poder plantar, como já no nosso ponto de vista produtivo para alimentos, como arroz, feijão, mandioca, mamona (era para venda para fora), e a gente mediu na corda (ASSENTADA, 59 anos, 2019).

A ocupação logrou êxito, e em agosto de 1999 a Fundação ITESP passa a realizar os trabalhos de agrimensura para a divisão da área e formação dos lotes. As famílias foram assentadas seguindo quase que a mesma conformação que haviam proposto e onde já vinham realizando as atividades produtivas.

Em 10 de dezembro de 1999, pela Portaria nº 44, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), cria e dá reconhecimento ao Assentamento como Projeto Estadual Bela Vista, cujo código no INCRA é SP0108000. A área do assentamento é de 1.034,96 hectares (ha) e no ato de reconhecimento tinha capacidade para o assentamento de trinta e uma (31) famílias (INCRA, 2019 p. 98).

Para caracterizarmos o Assentamento Horto Bela Vista precisamos nos valer da ciência geográfica com o uso do conceito de periurbano. Turnowski (1992) defendia que as metrópoles impunham aos espaços que lhe eram externos condições de uso peculiares, o que deixava os conceitos de urbano e rural insuficientes para definir a organização do espaço e uso do solo.

Há uma complexidade na discussão que permeia sobre o rural e o urbano, haja vista, que esses espaços trazem em si uma dicotomia cuja materialidade exige a sua superação. Algumas características do rural foram sendo modificadas ao longo dos anos tanto nas funções do espaço quanto nas relações de sua população, o modo de vida, o acesso a bens, benefícios sociais já não dão conta da distinção entre esses espaços (WANDERLEY, 2001).

Considera-se que o urbano do espaço tenha início quando surge o processo de loteamento da periferia das grandes cidades. Na verdade, entre esses lotes da extremidade da metrópole e a ampla prevalência no uso rural das terras, aparecem formas mistas de uso do solo, como clubes de recreação, habitações de segunda residência, sítios de veraneio, além de formas peculiares de uso agropecuário marcados, por exemplo, por seu grau de intensidade. Essa faixa exige um tratamento analítico diferenciado. A denominação dessa faixa ainda não obteve consenso entre os estudiosos, embora haja tendência para designá-la como espaço periurbano (TURNOWSKI, 1992, p. 82)

Seguindo essa lógica Pereira et al (2012), definem os espaços periurbanos como sendo aquelas áreas rurais que assumiram uma lógica urbana de uso da terra; ou aquelas que estão localizadas no entorno das cidades, todavia:

[...] a expansão urbana agregou a este espaço de aparência tipicamente rural, novas formas de ocupação que não estão restritas apenas ao desenvolvimento de atividades agrícolas. então, zonas de transição entre cidade e campo, onde se mesclam atividades rurais e urbanas na disputa”. Cria-se assim, um sistema territorial onde cidade e campo permanecem distintos em seus aspectos físicos, mas se tornam indefinidos em seu caráter social e econômico. Já não se pode considerar o mundo rural em sua totalidade como sinônimo de atraso, isolamento e pobreza (PEREIRA et al, 2012, p. 02).

Neste contexto, o Assentamento Horto Bela Vista (ver figuras 3 e 4) tem todas as características de periurbanidade.

Podemos observar na figura 3, a sua proximidade com o distrito industrial do município, bem como na figura 4, é possível observar a demarcação de parte dos lotes que compõem o assentamento, e a sua proximidade com a área urbano-municipal.

Ao observamos melhor a figura 4, é possível notar que nesta porção do assentamento rural, quase não há presença de áreas de reserva legal ou de preservação permanente.

Podemos observar que há, dentro desta área que é compreendida pelos lotes de nº 1 até o lote de nº 22, um corte longitudinal do assentamento tanto pela ferrovia, quanto pela Estrada Tatuí - Iperó e sua proximidade com a Penitenciária Estadual.

Figura 3 – Proximidade de lotes do assentamento ao distrito Industrial



Fonte: NEA Boituva, 2019

Figura 4 - Demarcação de lotes e proximidade com perímetro urbano



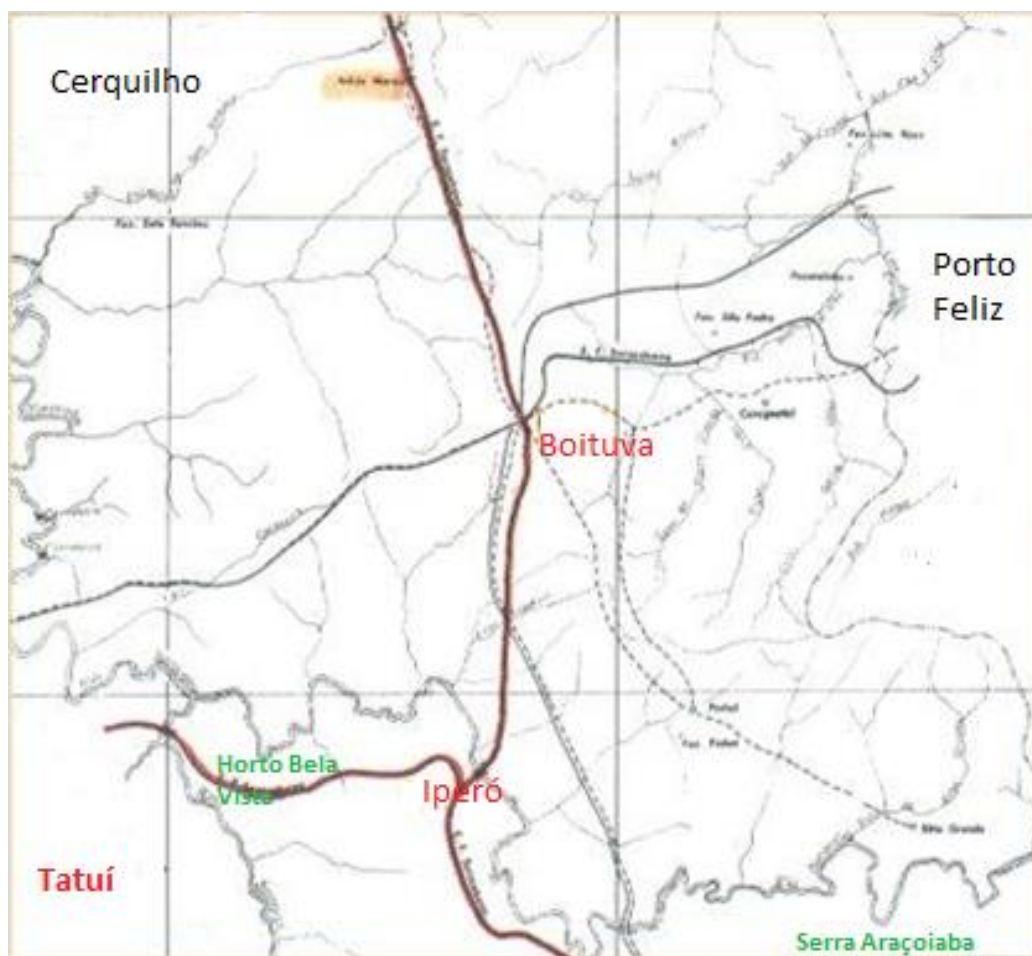
Fonte: Google Maps, 2019.

A Penitenciária Estadual Odon Ramos Maranhão foi inaugurada em 17 de setembro de 1999, possui uma área construída de 40000 m², operando nos regimes fechado e semiaberto.

A população prisional em outubro de 2019 era de 2290 detentos, embora a capacidade seja para 1286 pessoas. Há ainda o anexo de Detenção provisória e a Ala de Progressão penitenciária, ambas operadas acima do limite de capacidade (SAP,2019).

A Estrada Municipal Tatuí - Iperó (SP - 141), divide o assentamento em duas partes e tem paralela a ela, o ramal tronco Horto Iperó criado em 1935 (ver figura 5), da ferrovia A E. F. Sorocabana que foi fundada em 1872 e cortava todo o estado Paulista. O ramal permitia o acesso dos trens para carga e descarga de dormentes na estação de tratamento do horto.

Figura 5 – Ramal tronco Horto Iperó



Fonte: Adaptada a partir de Giesbrecht, 2018

[...]o primeiro trecho da linha foi aberto em 1875, até Sorocaba. A linha-tronco se expandiu até 1922, quando atingiu Presidente Epitácio, nas margens do rio Paraná. Antes, porém, a EFS construiu vários ramais, e passou por trocas de donos e fusões: em 1892, foi fundida pelo Governo com a Ytuana, na época à beira da falência. Em 1903, o Governo Federal assumiu a ferrovia, vendida para o Governo paulista em 1905. Este a arrendou em 1907 para o grupo de Percival Farquhar, desaparecendo a Ytuana de vez, com suas linhas incorporadas pela EFS. Em 1919, o Governo paulista voltou a ser o dono, por causa da situação precária do grupo detentor. Assim foi até 1971, quando a EFS foi uma das ferrovias que formaram a estatal FEPASA. O seu trecho inicial, primeiro até Mairinque, depois somente até Amador Bueno (GIESBRECHT, 2018, sp.)

Desde a sua fundação, o ramal teve diversos proprietários, voltando ao governo estadual em 1920, quando a ferrovia passou a atender principalmente os trens de subúrbio. Trens de passageiros de longo percurso trafegaram pela linha-tronco, passando por Iperó até 16 de janeiro 1999, quando foram suprimidos pela concessionária que sucedeu à Fepasa. A linha está ativa até hoje para trens de carga, embora o ramal que chega ao Horto Bela Vista já não seja mais utilizado.

Embora concebido inicialmente para assentar trinta e uma famílias (Figura 6), atualmente há apenas 29 as famílias que compõem a formação do assentamento. Os lotes número 11 e 12, foram interditados devido à alta concentração de pentaclorofenol, que após o uso no tratamento das madeiras pela companhia férrea, era descartado a céu aberto nestes lotes, antes da implantação do assentamento.

O lote número 11 foi incorporado à área de reserva legal do assentamento e o lote 12 segue interditado. Não conseguimos localizar informações, sobre qual destino as famílias assentadas nestes lotes, tiveram após a interdição dos mesmos.

Figura 6 - Levantamento planimétrico do Assentamento Horto Bela Vista



Fonte: ITESP, 2019.

2.5 O assentamento enquanto território

Para que possamos definir o assentamento rural como um território é preciso mais uma vez nos valer de alguns conceitos emprestados da Geografia, não só do espaço geográfico.

O espaço aqui é entendido como a visão de Lefévre (1976), posto que desempenha uma função na estrutura da totalidade, de uma lógica e de um sistema. O espaço é o lócus da reprodução das relações sociais e de produção. É convivido, e não deve ser visto apenas como um lugar vazio, mas onde se vivencia a prática social.

Logo, o território é também um espaço, conforme Castro et al (2006), é um espaço fundamentalmente definido e delimitado a partir das relações de poder. Embora a palavra “território” traga a evocação de nação (território nacional), tendo o estado como gestor, pode também ser idealizado e construído em escalas variáveis como uma rua, ou conjunto de organizações. Da mesma forma que são construídos e desconstruídos em diferentes recortes temporais, que podem ser permanentes, cíclicos, durarem anos, meses, dias ou apenas horas (CASTRO ET AL 2016, p. 81).

Na geografia política o território é definido como:

[...] o espaço concreto em si (com seus atributos naturais e socialmente construídos), que é apropriado, ocupado por um grupo social. A ocupação do território é vista como algo gerador de raízes e identidade: um grupo não pode mais ser compreendido sem o seu território, no sentido de que a identidade sócio cultural das pessoas estaria inarredavelmente ligada aos atributos do espaço concreto (natureza, patrimônio, paisagem). E mais os limites do território não seriam imutáveis, pois as fronteiras poderiam ser alteradas, comumente pela força bruta. Mas cada espaço seria, enquanto território, território durante todo o tempo, pois apenas a durabilidade poderia, é claro, ser geradora de identidade sócio espacial, identidade na verdade não apenas com o espaço físico, concreto, mas com o território e, por tabela, com o poder controlador desse território (CASTRO ET AL, 2006, p. 84).

Ainda conforme Castro et al (2006), o território é um campo de forças, uma teia ou uma rede de relações sociais que se torna fluida graças ao fluxo de informações e capital, as ações se sobrepõem e dão novos contornos, o que deixa as fronteiras mais porosas para o dinheiro e as informações, que mudam e transformam os territórios, da mesma forma que flexibilizam as fronteiras, enfraquecem e mudam a natureza de estados (SANTOS, 2001).

A Secretária de Desenvolvimento Territorial (SDT) do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) adotava a mesma definição de Castro et al (2006) e atribuía a ele dentro da política de desenvolvimento territorial, as seguintes definições:

Espaço físico geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais – ambiente, economia, sociedade, cultura, política e institucional – e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial” (SDT/MDA, 2005).

[...]identidade uma característica do território, relacionando-a com suas origens, com os modos de ocupação do espaço e com o contexto social construído. Definida como um elemento aglutinador, a identidade territorial facilita a construção de um futuro mais solidário e interdependente, onde se reconhece e se valoriza a diversidade, a coesão de princípios, a mediação de interesses e a convergência de dinâmicas sociais, culturais e econômicas (BRASIL, 2011a, s/p.).

Definições essas que nos remetem à conformação dos territórios que se formam a partir da implantação dos assentamentos rurais. E que nos fazem buscar o entendimento do que é especificamente o desenvolvimento territorial a partir do assentamento em estudo.

A partir das definições geográficas sobre espaço e território, consideramos que desenvolvimento territorial é um processo capaz de transformar progressivamente o território desde suas características estruturais como, paisagens rurais e urbanas, construções e aparelhamento público), ao padrão de distribuição geográfica das pessoas (povoamento) e das atividades antrópicas nele exercidas.

O desenvolvimento Territorial é um conceito abrangente e essa abrangência não visa exclusivamente o crescimento econômico das regiões, mas também a sustentabilidade econômica, social, ambiental e cultural. Ele tem em si uma coerente e forte dimensão qualitativa que se refletem na concepção e concretização das políticas públicas (UNIÃO EUROPEIA, 2011, p. 11).

Com base nas afirmações da União Europeia sobre desenvolvimento territorial, ousamos apontar que o desenvolvimento territorial deve sim ser transformador, mas não somente pela via econômica, mas especificamente nos territórios dos assentamentos rurais. Ele deve garantir políticas públicas que deem as mínimas condições de produção e comercialização, e melhorem

a formação de renda das famílias, garantam assistência técnica e extensão rural, equipamentos públicos que permitam ao campo os mesmos direitos do urbano.

O desenvolvimento como promotor da liberdade, sendo capaz de eliminar as formas de privação da liberdade, que por vezes influenciam ou anulam as tomadas de decisões e restringem oportunidades das pessoas conforme Sen (2000), tem como pilar basilar a concepção de que as capacidades humanas, quando bem formadas, podem tornar os indivíduos agentes de seu desenvolvimento e não meros beneficiários passivos (SEN, 2000).

A crença de que o desenvolvimento econômico é condição *sine qua non* para uma instantânea distribuição de renda e melhoria do bem-estar e, por consequência, o aprimoramento da educação e da cultura, e que essas condições seriam permissoras da democracia, representou por muito tempo a ideologia dominante no país, Ricupero (2009) relembra que essa ideologia se estendeu desde o governo de Juscelino Kubitschek até a era tecnocrata militar, agonizando em meados dos anos de 1970, quando tornou-se claro que o crescimento econômico rápido levava a concentração de renda e ao aumento da desigualdade (RICUPERO, 2009, p. 21).

Ao prefaciar o livro de Duncan Green, Ricupero (2009), aponta que no ano de 2009, o debate sobre métodos que se mostrariam eficazes para a redução da pobreza e da desigualdade ainda eram vistos como ações de risco, trata especificamente do Programa Bolsa Família e sob as formas de apressar as famílias para não terem mais a necessidade do programa.

Todavia, Ricupero (2009), apontava que faltavam propostas efetivas e solução prática para a desigualdade e pobreza, deixando clara a necessidade do desenvolvimento de um esforço sistemático que pudesse organizar as comunidades, dar a elas informação e poder para a promoção das suas ideias, e que este poder emanasse da própria comunidade, e não, de forma verticalizada de algum órgão, mas sim da própria vivência e experiência comunitária.

Garantir para além dessa autonomia, que sejam prestados serviços públicos essenciais com qualidade, legitimam a população, e fazem parte do desenvolvimento territorial.

A prestação de serviços públicos decentes é uma das funções essenciais do estado efetivo, tanto para **DESENVOLVER** uma economia dinâmica como para preservar sua legitimidade. Os investimentos sociais em saúde, educação, água limpa e saneamento não são um luxo para países que conseguiram crescer; eles são na verdade, precursores deste **CRESCIMENTO** e também possibilitam que seus benefícios sejam mais equitativamente distribuídos. Esses serviços são os elementos básicos de uma vida decente, consagrados como direitos universais pela Organização das Nações Unidas (GREEN, 2009 p. 43).

São esses elementos considerados básicos e como direitos fundamentais pela ONU, da qual o Brasil é signatário, que deveriam ser garantidos aos assentados e, por conseguinte, a todo o território de sua inserção e a toda a população, todavia, três décadas após as primeiras implantações de projetos de assentamentos rurais, ainda observamos a falta desse elementos cruciais para que essas famílias possam vivenciar uma reprodução social digna.

Como veremos mais adiante, ainda faltam água limpa para saciar a sede e para garantir a produção, saneamento e serviços de saúde, e uma série de outros direitos que poderiam contribuir para aumento de produção e qualidade, beneficiando a todos, desde os produtores até o consumidor final.

Mas, mesmo assim, há uma cobrança da sociedade para que níveis altos de eficiência produtiva sejam atingidos e superados, e quando não o são, a culpa é da má vontade pessoal, mas nunca da falta de recursos mínimos de estrutura ou de um insumo fundamental como a água por exemplo. Esses entraves não seriam também o que Sen (2000), chamou de privação das capacidades básicas, tendo relação direta com a baixa renda?

O sistema econômico segundo Moraes (2013), no âmbito do território está intrinsecamente ligado às relações sociais, havendo a necessidade de que grupos sociais se apropriem do espaço físico e apliquem neste espaço, o uso de técnicas inovadoras, que se sintam pertencentes ao território.

Essa sensação de pertencimento foi observada em nossa pesquisa desde o momento em que os assentados entrevistados retratam a divisão dos lotes ainda quando estavam na condição de acampados.

Eu tenho até uma foto antiga aí, porque a gente vai com bastante gente, teve até uma turma aí que de gente de fora que veio ajudar a gente passar as cordas nas áreas, aqui é seu pedaço, aqui é seu pedaço, e foi muito bonito, por que aí a gente desenhou o mapa, aquele tempo a gente já podia baixar a imagem do Google, e desenhamos assim no chão e cada um ficou em cima do seu pedaço ali. (ASSENTADA, 59 ANOS)

Moraes (2013) concebeu em sua obra que a relação descrita nos parágrafos anteriores tem permitido nas aglomerações locais maior flexibilidade produtiva, inovações tecnológicas aplicadas a cada caso, e vantagens competitivas. Contexto que reforça premissas do desenvolvimento territorial.

O conjunto descrito por Moraes é validado por Abramovay (2003), quando expressa que o arranjo dos sistemas produtivos dentro dos espaços deve abarcar as dinâmicas territoriais ali contidas e balizar a transformação das unidades de produção agrícola.

Considerando o desenvolvimento territorial como uma dimensão, Abramovay (2003), permite formas de interação sociais específicas, tanto dos indivíduos quanto das organizações locais (empresas, associações/cooperativas e outras similares). Desta interação resultam inter-relações dinâmicas que valorizam o capital social, seus saberes e suas tradições.

Assim, outras interações se estabelecem dando aos territórios o caráter multidimensional e com algumas condicionalidades. A agricultura como dimensão se apoia em produção, meio ambiente, cultura, preceitos ecológicos e éticos que são suas condicionalidades, assim como o mercado.

Porém, em alguns estudos tanto a agricultura quanto o próprio mercado podem ser analisados como uma dimensão em separado. Nos baseamos nos apontamentos de Silva, Fernandes, Valenciano (2000), que ao se referirem sobre a multidimensões e suas condicionalidades, e da necessidade de entendê-las como um todo para uma melhor análise.

Em outras palavras: a parte é transformada em todo e o todo é transformado em parte. Isso significa que o espaço agora passa a ser compreendido segundo a intencionalidade da relação social que o criou. É, então, reduzido a uma representação unidimensional e a visão que o criou, embora parcial, é expandida como representação da multidimensionalidade. A relação social em sua intencionalidade cria uma determinada leitura do espaço, que conforme o campo de forças em disputa pode ser dominante ou não (SILVA; FERNANDES; VALENCIANO, 2006 p. 25).

Desta forma, analisar o mercado pelo viés unidimensional dentro do assentamento, não expressa as multidimensões das quais ele é composto. Seria como analisar e avaliar por apenas uma variável, o que nos afastaria cada vez mais do entendimento da complexidade que existe dentro dos assentamentos, do conjunto de variáveis que compõem a realidade das famílias e do conjunto de inter-relações naquele território estabelecidas.

Tendo este contexto como ponto de partida, entendemos o mercado (ou os mercados), que se apresentam aos agricultores do Bela Vista não apenas como pontos de equilíbrio entre a demanda e oferta de frutas, legumes e verduras, mas como uma estrutura social formada por agentes e forças diversas que contribuem e competem entre si.

Essas estruturas e os seus atores foram estudadas conforme Amaral (2019), por autores clássicos da sociologia econômica como Durkheim, Marx, Simmel e Weber. O comportamento dos atores econômicos sendo analisados para o entendimento do funcionamento do mercado e das regulações propostas pelas instituições econômicas.

O mercado é um produto que deriva da construção social, conforme afirmou Bourdieu (2000), onde a decisão econômica não é tomada de forma isolada, mas entre o coletivo, grupo, família ou empresa, funcionando à maneira de um campo. Assim, o campo econômico se constitui com regras específicas. Porém fatores externos podem contribuir para a mudança de suas relações (BOURDIEU,2000)

Outros fatores externos capazes de contribuir para uma transformação das relações de força no campo: as transformações das fontes de abastecimento (por exemplo, as grandes descobertas petrolíferas do começo do século XX) e as mudanças na demanda determinadas por mudanças na demografia (como a queda da natalidade ou o aumento da expectativa de vida) ou nos estilos de vida (o crescimento do trabalho das mulheres, por exemplo, que acarreta a queda de certos produtos e cria novos mercados, como por exemplo, os dos produtos congelados e dos fornos de micro-ondas (BOURDIEU, 2000, p. 41)

As afirmações de Bourdieu sobre a pressão que os fatores externos exercem e sobre os reflexos e efeitos desta pressão sobre o campo econômico, aqui o campo entendido como o mercado enquanto construção social. Esses efeitos e a lógica destas relações de mercado, permitem a criação de nichos, mercados especializados, como o de orgânicos, por exemplo.

Esses mercados geralmente não são atendidos pelas organizações de alta produção padronizada, uma vez que não conseguem atingir consumidores que têm exigências mais específicas, ou mesmo de mercados regionais que são, conforme Bourdieu (2000), uma abertura de novas possibilidades nos territórios de comercialização e mercados.

3 COMERCIALIZAÇÃO E MERCADO: dificuldades e embates

A partir do século XIX, com o rápido crescimento das cidades e uma gama de diferentes necessidades da população, houve, na mesma medida, uma adequação industrial para que se pudesse produzir especificamente aquilo que atendesse às demandas dos consumidores. Com produtos mais específicos houve especialização também das lojas, o que ampliou as disputas pelos consumidores e estabeleceu o que Sousa (2018), chamou de um novo ciclo para o comércio a fim de exercer as funções de equalização e distribuição dos bens de consumo.

Como vimos, a comercialização sempre se mostrou muito complexa e a formação dos preços traz em sua raiz não só os fatores de produção e custos, mas também custos de negociação e do saber fazer. Ferrari e Schneider (2015), ao tratarem da autonomia dos agricultores familiares demonstram que o saber fazer representa também agregar valores e ou mesmo recuperá-los, na busca de uma maior parcela recebida por um determinado produto dentro das cadeias de alimentos.

Cadeia de alimentos, aqui entendida como cadeia produtiva, a qual, conforme Zylbersztajn e Neves (2000), consiste num corte vertical no sistema econômico a partir de determinado produto final (escola francesa) ou matéria prima (escola americana). As cadeias produtivas agroindustriais envolvem desde a fabricação de insumos, a produção nos estabelecimentos agropecuários, o processo de transformação nas agroindústrias, a distribuição dos produtos agroindustriais até o consumo.

A cadeia incorpora ainda toda uma rede de serviços de apoio, isto é, organizações e instituições responsáveis pela logística, pelo desenvolvimento e difusão de tecnologias, pela assistência técnica, serviços de créditos, entre outros, indo de encontro ao conceito de agribusiness de Davis e Goldberg (1957).

O conceito nada mais é do que a soma das operações desde a pesquisa até o consumidor final. Ou seja, na análise de uma cadeia produtiva faz-se necessário realizar o mapeamento de todas as etapas que participam do processo como forma de entendimento do seu ambiente institucional.

Acontece que nesta composição o produtor garante mais renda ao passo que se insere mais na verticalização do processo, o que é praticamente impossível de ser alcançado pelos agricultores familiares, em especial pelos assentados da reforma agrária, o que faz com que esse modelo não tenha conseguido aplacar os números relativos à pobreza no campo.

Assim, a agricultura que é a base da subsistência de um número enorme de pessoas que estão entre as mais pobres do mundo. São mais de 3,41 bilhões de pessoas vivendo e trabalhando em cerca de 570 milhões de unidades agrícolas produtivas, onde estão concentrados mais de 80% da pobreza mundial (ESCHER, 2011).

São agricultores que a cada safra que se passa ficam mais empobrecidos e distantes dos mercados. Mercados que segundo Escher (2011), são organizados por corporações globalizadas que ditam regras, organizam a agricultura e estabelecem os padrões de consumo de alimentos em escala mundial.

Essa tendência dominante faz crescer cada vez mais a concentração do sistema agroalimentar industrial, e que traz em seu bojo uma maior concentração de poder e controle das empresas multinacionais sobre processos de inovação tecnológica, sobre os fluxos dos inputs e dos resultados financeiros ligados ao setor.

Da perspectiva dos produtores rurais (“dentro da porteira”), a organização do sistema agroalimentar pode ser dividida entre atividades a montante (“antes da porteira”) e a jusante (“depois da porteira”). As firmas a montante fornecem ao agricultor máquinas e equipamentos agrícolas, sementes, fertilizantes e agrotóxicos genéticos, rações e produtos veterinários. As firmas a jusante atuam no beneficiamento, processamento e transformação do produto primário, no comércio atacadista e varejista e nos serviços de criação e marketing de novos produtos visando o consumidor final (ESCHER, 2011, sp).

Na lógica do agronegócio, os agricultores familiares não têm nenhum domínio sobre os preços praticados seja a jusante ou a montante de sua unidade de produção, o que os caracteriza como tomadores de preço, dependentes das regras mercantis. Ou seja, o produtor dificilmente consegue negociar preço com seus fornecedores em função do baixo volume adquirido, e quanto ao mercado este também impõe seu preço estabelecendo o teto para os produtos, ignorando os custos de produção.

Carvalho e Costa (2013) discutem que a comercialização agrícola se apresenta como uma atividade complexa, já que opera o que os autores denominaram de sistema da agricultura, onde a produção assume o papel de mercadoria ao chegar à ponta da cadeia, refletindo assim a dinâmica que a envolve dentro do circuito integrado de mercados, uma vez que abrange diversos segmentos e setores que se apropriam da produção e passam a impor metas de quantidade e de qualidade, formando cadeias, redes ou arranjos produtivos.

Este processo envolve diversos atores sociais que compõem a cadeia produtiva, integrando etapas de beneficiamento ou processamento, o que determina se a cadeia tende a se estender ou encolher conforme a demanda econômica por um determinado produto, promovendo variações no tempo, no espaço e no número de atores envolvidos para promover a interação produtor-consumidor.

[...] sentido de cadeia produtiva tem se aprimorado e agregado novos elementos no contexto da nova economia internacional. Este contexto, com suas características básicas de fluxo instantâneo de capitais financeiros, abertura de mercados, desenvolvimento das telecomunicações, mudanças nos papéis dos Estados-nação e nas relações de produção-consumo, tem contribuído para o aparecimento de novas estratégias socioeconômicas no que se referem aos setores de produção, comércio e consumo de alimentos (CARVALHO; COSTA, 2013, p. 84).

Para Carvalho e Costa (2013, os arranjos desses atores econômicos para Carvalho e Costa (2013) é o que fundamenta a ampla compartimentação das cadeias produtivas, o que faz com que cada uma delas seja dividida em várias etapas até chegar ao mercado consumidor final. No Brasil, a partir de 1960, a cadeia de produtos agrícolas começou a mudar os padrões da relação produção/consumo, uma vez que houve o crescimento das unidades agroindustriais que passaram a ser compreendidas não só como conjunto de operações de transformação, mas também como conjuntos de relações comerciais e financeiras (BATALHA, 2007).

A partir do conceito de *agribusiness* criado em 1957 na Universidade Havard pelos professores Ray Goldberg e John Davis, com a publicação do livro *A Concept of Agribusiness*, conceito analisado pela Escola Francesa de Organização Industrial na década de 1960, quando criaram o conceito de *analyse de filières*, o que equivalente no Brasil foi denominado de cadeia de produção conforme Zylberstajn e Neves (2000).

Essas metodologias de análise, propostas em países e épocas diferentes trazem muitas semelhanças entre si, ambas trabalham a perspectiva do corte vertical no sistema econômico de um serviço e ou produto, podendo ser até mesmo um insumo ou matéria prima.

Pressupondo-se que a produção tem origem em um sistema, que é formado por atores e outros interessados (*stakeholders*), que para atender a demanda de um mercado se relacionam pelo fluxo de materiais, informações e recursos financeiros objetivando entregar o produto ou serviço ao consumidor final.

Para que esses conceitos fossem mais abrangentes e não ficassem relacionados a um produto ou matéria prima específica definiu-se conforme Moraes (2013), que seriam acrescentados à cadeia ou sistema o termo agroalimentar, sendo esses sistemas agroalimentares compostos por seis grupos de atores, a saber: (1) agricultura, pecuária e pesca; (2) indústrias agroalimentares (IAA); (3) distribuição agrícola e alimentar; (4) comércio internacional; (5) consumidor; (6) indústrias e serviços de apoio (MORAES, 2013, p. 84).

Os sistemas agroalimentares foram definidos por Batalha (1997), como sendo conjunto de processos e ações que concorrem para a produção de produtos agroindustriais, desde a produção dos insumos até a chegada do produto final ao consumidor. Podendo existir diferentes modalidades e formas de organização, (MORAES, 2013).

[...] o conjunto de mudanças exigidas para se atender às demandas, implicaram em alterações dos comportamentos produtivos e competitivos das organizações, o que as obrigou ao aprimoramento, implementação e novas estratégias e ainda ao gerenciamento e negociação em todos os níveis com fornecedores e clientes (MORAES, 2013, p. 82)

Essas novas estratégias e mudanças estão contidas nos conceitos de redes alimentares alternativas conforme Ploeg, (2008); Wilkinson, (2008) e circuitos curtos de alimentos ecológicos (Ferrari, 2011; Darolt, (2012); Darolt et al, 2016) e ainda Guzmán et al. (2012); Marsden e Bristow (2000).

Darolt et al (2016), apresentam uma distinção entre circuitos longos e curtos, baseada no número de intermediários que operam nas atividades de produção até o consumo. “Assim, quanto maior o número de atravessadores, mais longo é o canal e vice-versa”.

Entretanto, os autores deixam claro que não é apenas o número de intermediários que deve definir um circuito curto, questão, a ser discutida ao longo deste trabalho.

Neste contexto, aparecem como uma possível solução para a agricultura familiar os circuitos curtos de comercialização. Conforme Rambo e Denz (2015), os circuitos curtos de comercialização podem ser eficientes mecanismos para garantir renda e priorizar o trabalho na agricultura familiar, sendo estes circuitos uma alternativa para comercializar os produtos permitindo também diminuir o número de intermediários entre o produtor e o consumidor (FRANÇOIS, 2000).

3.1 Intermediários e atravessadores: diferenças e aproximações

O universo empírico da agricultura familiar difere em muito da grande maioria dos produtores rurais em geral (agronegócio), assim como os assentados da reforma agrária, e ambos segmentos nos deparamos com um conjunto de atores que atuam no caminho entre a produção e o consumo final, são os atravessadores e intermediários. e costumeiramente são confundidos, como sendo uma só pessoa.

É necessário entender a diferença entre os esses dois sujeitos, conforme o fez Wilkinson (1999), ao tratar de aspectos de acesso ao mercado, por pequenas e grandes organizações, problema que só foi resolvido pela intermediação de comerciantes tradicionais. A intermediação de grandes indústrias e a exploração dos produtores pelos atravessadores, são efetivamente bloqueios à livre comercialização dos agricultores familiares.

Segundo Sato et al. (2006) e Carrieri (2000), a figura do intermediário, é uma pessoa física ou jurídica, dentro de uma cadeia de produção, que atua como um atacadista. Porém em uma menor escala na compra e na venda de produtos, adquiridos junto ao produtor agrícola, cujo destino é o pequeno varejo e supermercados.

Nas razões citadas por Stern et al. (1996) e Rosembloom (1999) ao justificarem a existência de intermediários entre a produção e o consumidor final está uma possível melhoria no aumento da eficiência do processo, uma vez que haveria maior sortimento de produtos disponíveis para o consumo e seria ineficiente se uma empresa tentasse atender aos consumidores isoladamente. Os intermediários, por sua especialização e divisão do trabalho contribuem na dinamização da cadeia ou criam entraves?

Já os atravessadores, por sua vez, compram dos produtores repassando a revendedores com preços mais altos, ganhando uma alta porcentagem e fazendo com que o produto chegue no consumidor final a um preço menos competitivo do que dos mercados, por exemplo.

Consideramos para tanto, neste estudo, que a atuação dos intermediários pode ser uma ferramenta que ajuda os agricultores, ao contrário dos atravessadores, cuja atividade visa apenas a sua lucratividade e não trazem contribuição para a cadeia, apenas visam lucratividade a partir da produção de outros.

Conforme Scherer e Oliveira (2005), os atravessadores não conseguem garantir o abastecimento com regularidade, já que não detêm a produção e sua relação é muitas vezes em momentos de extrema necessidade de venda. Vendas a preços mais baixos o que visa garantir

melhor rendimento para o atravessador, os autores enumeram outros problemas como adiamento de compras, vendas sem garantia de preço, atraso em pagamentos e outros compromissos.

Conforme Kyota e Gomes (1999), os agricultores/produtores recebem o menor valor do seu trabalho agregado no produto, enquanto os intermediários têm ganhos mais significativos sobre ele, sendo que os mais expressivos são recebidos pelos atravessadores. Segundo Alentejano (2000), os atravessadores têm duas formas de ganho nessa relação: instituição de um preço médio para produtos que são diferenciados; atraso e adiantamento das informações acerca da oscilação dos preços no mercado.

Além do ganho significativo dos atravessadores, a sua atuação pode trazer outros prejuízos na questão da comercialização. Fato comum é o consumidor buscar ofertas mais atraentes ao seu bolso, ainda que redunde em uma menor qualidade dos produtos.

Embora, para o consumidor essa prática seja boa, ela força ainda mais para baixo o preço oferecido ao produtor, o que, em determinadas datas específicas, os faz baixar ainda mais o preço de determinados produtos.

Realizando uma venda com preços inferiores ao custo de produção, para Andrade et al. (2013), a relação de domínio dos atravessadores fica evidente em sua pesquisa, cujos números apontam que 15,8% dos produtores entrevistados, possuíam dificuldades de acesso ao mercado e desses, 58,5% dependiam de atravessadores para realizar a comercialização de seus produtos.

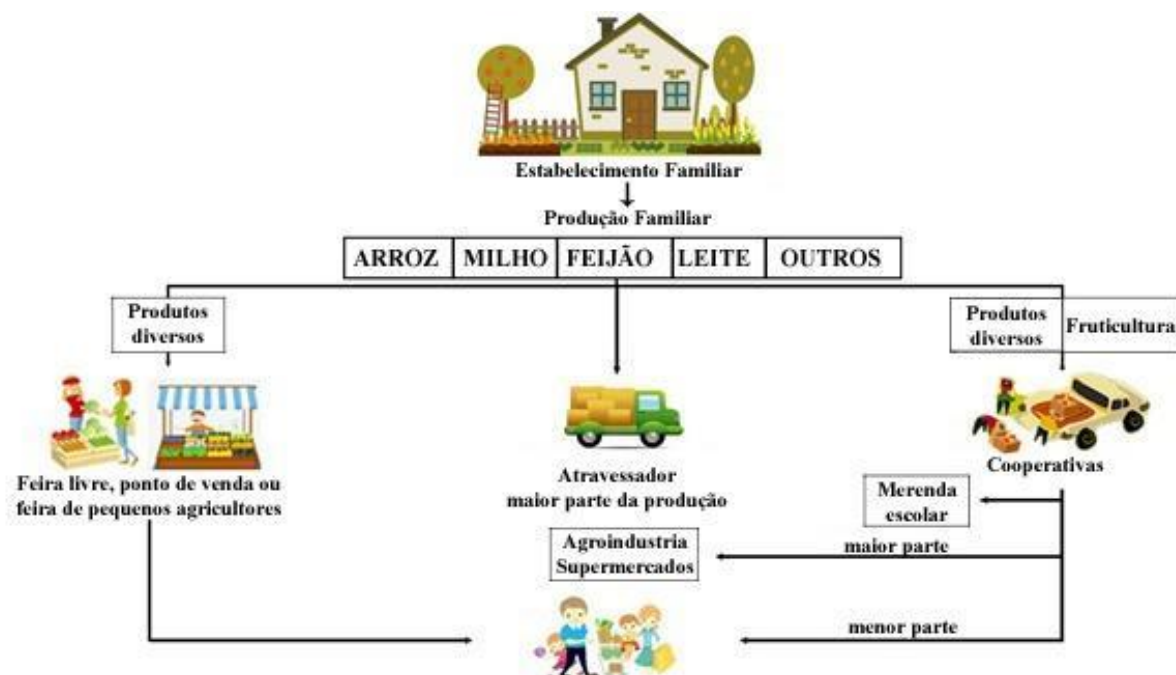
Gazolla e Schneider (2004) também sinalizam para a dificuldade de acesso aos circuitos curtos, ou seja, venda diretamente ao consumidor, venda essa que poderia melhorar a lucratividade e oferecer aos clientes preços mais justos, produtos mais frescos, com maior qualidade, em função de menor deslocamento, o que afeta o custo de transporte sensivelmente, da mesma forma que pode evitar desperdícios.

Aqui há um contraponto importante: existe a criação de um nicho de mercado especialmente para produtos agroecológicos, ou seja, há uma cooptação da agroecologia para que se colha as benesses que ela proporciona; todavia, nem sempre são respeitados aqui os seus preceitos, em especial no que tange às dimensões de sustentabilidade conforme Caporal e Costabeber (2004), que são: ética, política, econômica, social, cultural e ecológica.

Ainda segundo a pesquisa de Gazolla e Schneider (2004), os dados apontam que 54,2% dos agricultores vendem a produção vegetal para as cooperativas, e 37,3% a produção animal para as mesmas. Para os intermediários e atravessadores são respectivamente 23,7% e 22%.

Somente 25,4% das famílias vendiam seus produtos de origem animal diretamente para os consumidores.

Figura 7 – Dinâmica de comercialização na rede de abastecimento produtiva



Fonte: Adaptado de LASAT-UFPA (2006).

Na figura 7, podemos visualizar como ocorre e se dinamiza a comercialização dentro de uma cadeia de produção, sendo possível visualizar em quais pontos atuam os atravessadores e suas relações dentro da cadeia.

Conforme Santos et al. (2014), há uma evidência em relação aos diversos prejuízos causados aos produtores, quando estes vendem seus produtos a atravessadores. Como alternativa a esses problemas, os autores citam a integração dos mercados locais, a políticas institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) pois poderiam propiciar para os agricultores liberdade em relação à figura do atravessador, conseguindo aumentar sua renda por conta da comercialização direta.

Bergamasco e Souza-Esquerdo (2015), ao apresentarem a participação de agricultores no PAA de Atibaia, destacaram que, para os produtores, o PAA foi importante para eliminar a figura do “atravessador” nas relações de comercialização, corroborando para o fortalecimento e a autonomia dos agricultores. Situação diferenciada da vivida no tempo presente.

A partir dessa nova construção é possível se pensar em diferentes frentes de comercialização para os produtos oriundos da agricultura familiar. Em especial os circuitos curtos de comercialização ou Sistemas Agroalimentares Locais (Tibério; Cristóvão, 2009) ou ainda redes alimentares alternativas (DAROLT et al, 2016).

Darolt seus colaboradores defendem que as redes alimentares alternativas são uma categoria genérica de análise acadêmica para o estudo de novas possibilidades frente ao modelo agroalimentar industrial. Surgindo assim, Sistemas Agroalimentares Locais, onde o local ganha uma denotação positiva, posto que apresenta um conjunto de atributos éticos, ecológicos e estéticos que se sobrepõe ao modelo global, que é sinônimo de hegemonia, poderes assimétricos nas relações, dominação e degradação ao ambiente e seus recursos (NIEDERLE E WEIZ JUNIOR, 2018).

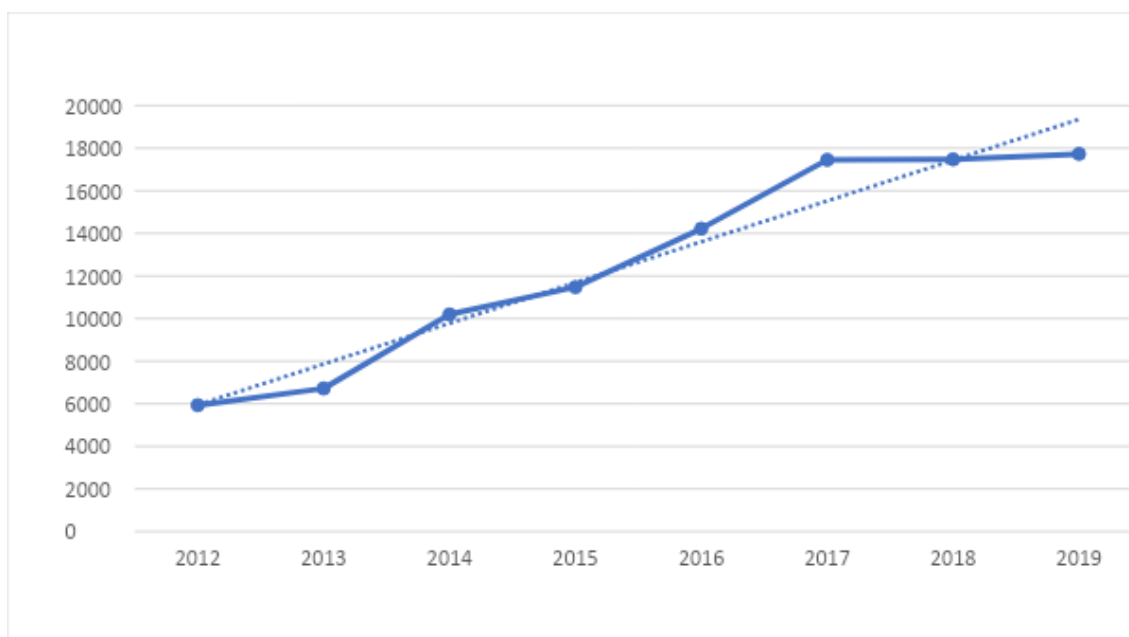
As redes alternativas são chamadas de Redes Alimentares Cívicas na obra de Niederle e Weiz Junior (2018), os autores defendem que são elas não apenas “alternativas”, mas se formam a partir do engajamento da sociedade civil que evidencia novas concepções, e forçam a construção de uma nova política de práticas alimentares.

Estas práticas colocam em evidência novos significados para os alimentos e, mais amplamente, para o meio rural, os quais estão associados às demandas societárias por equidade, justiça, participação social e sustentabilidade (NIEDERLE; WEIZ JUNIOR, 2018, p. 27).

Se o modelo hegemônico não foi capaz de garantir via produção/comercialização, que não houvessem tantas distorções sociais, foi por elas que se abriram novas demandas de espaços e desenvolvimento de novos mercados. Dessa nova concepção, considerada por Niederle e Weiz Junior (2018), como geradora de inovadoras formas de produção, comercialização e consumo, cujo elemento principal é promover a reconexão entre seres humanos, seu ambiente no âmbito dos mercados, seus produtores e consumidores, todos ligados ou reconectados pela apropriação de valores imaginários preconizados pela agroecologia.

Essa nova ordem no sistema agroalimentar pode ser interpretada como uma construção política de novos mercados, uma vez que congrega diversos interessados, sejam pessoas, organizações e ou movimentos sociais na organização e construção de práticas sustentáveis de produção e consumo. Os números do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2019) corroboram com essa nova ordem, considerado o crescimento da produção de alimentos orgânicos na última década.

Gráfico 1 - Produtores Orgânicos Cadastrados no MAPA



Fonte: MAPA, 2019.

Ao observarmos o Gráfico 1, podemos inferir que no ano de 2012, havia no país cerca de 5,9 mil produtores orgânicos registrados no MAPA; em março de 2019, esse número subiu para cerca de 17,7 mil, ou seja, um crescimento de 200%.

O maior volume de novos cadastros ocorreu entre os anos de 2013 a 2017; o salto no período foi de mais de 7000 inscritos, e, nos últimos três anos, os novos registros foram inferiores a 300 cadastros, tendência a ser acompanhada cuidadosamente.

No período, segundo o MAPA, houve também aumento do número de unidades de produção orgânica no país, partindo de 5,4 mil unidades registradas no ano de 2010, chegando ao final do ano de 2018 com mais de 22 mil unidades de produção orgânica cadastradas.

3.2 Agroecologia e sua importância para comercialização e mercado

Desde meados de 2010, entidades governamentais e da sociedade civil travaram diálogos acerca da implementação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO). O debate foi acirrado principalmente após o lançamento da minuta de um decreto, proposto pelo governo, que instituiria uma nova política. O objetivo da política, de acordo com

o artigo 3º da minuta, seria “promover a agroecologia e a produção orgânica como base do desenvolvimento rural, possibilitando à população a melhoria de qualidade de vida por meio da oferta de alimentos saudáveis a partir do uso sustentável dos recursos naturais”. (SIMONI, 2013, p. 3)

Dois anos após essas discussões, em 20 de agosto de 2012, instituiu-se a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), por meio do Decreto Federal nº 7.794. Seu objetivo é realizar a articulação e implementar programas e ações indutoras da transição agroecológica, da produção orgânica e de base agroecológica, como contribuição para o desenvolvimento sustentável (BRASIL, 2012).

A PNAPO, por si só, não conseguiu romper com o ambiente criado há mais de 40 anos pela coligação do Estado, ciência e indústria, que beneficiou a produção em grande escala em detrimento do pequeno produtor, por meio da transferência difusionista de conhecimentos (PONTES, 2015).

Todavia, ela ampliava a possibilidade de novas pesquisas que poderiam romper com essa lógica, criando processos e tecnologias apropriadas a sistemas agroecológicos de produção.

Por ser uma ciência nova, há certa confusão conceitual em torno da Agroecologia. Isso está presente na Lei 10.831/2003, que regulamenta o sistema de produção orgânico no Brasil:

Art. 1º Considera-se sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente. (BRASIL, 2003).

Um sistema de produção orgânica certificado e que leva o referido selo indica apenas que não houve o uso de insumos químicos naquele produto, sem necessariamente levar em conta os benefícios sociais e ecológicos. Tanto que percebemos no mercado produtos de monocultura em grande escala, nos quais não necessariamente se levam em conta benefícios éticos e sociais.

A Lei 10.831/2003 define a produção orgânica como um guarda-chuva de outros sistemas de produção, como vemos na sequência:

§ 2o O conceito de sistema orgânico de produção agropecuária e industrial abrange os denominados: ecológico, biodinâmico, natural, regenerativo, biológico, agroecológicos, permacultura e outros que atendam os princípios estabelecidos por esta Lei. (BRASIL, 2003).

Consideramos aqui os preceitos defendidos por Khatounian (2001), sendo o contrário. A agricultura orgânica, biodinâmica, natural, biológica, permacultura são escolas da Agroecologia e não escolas da Agricultura Orgânica (PONTES, 2015)

Todas essas escolas sugerem formas, princípios e práticas de produção que impactem menos o ambiente, pautando-se em elementos da cultura, da filosofia e características de manejo dos locais de que são provenientes, com destaque para a agricultura biodinâmica.

A Embrapa destaca que a Agricultura Biodinâmica é um sistema de produção de base ecológica que se integra junto a outros tipos de sistemas de produção existentes à ciência da Agroecologia (EMBRAPA, 2019, sp).

A “Biodinâmica” é considerada como um método de produção com práticas agrícolas combinadas com princípios esotéricos que considera calendários astrológicos para definição de plantio e ou outros manejos. Foi criada, segundo Sixel (2003), em 1924 na Polônia, pelo Austríaco Rudolf Steiner, sendo difundida aos produtores rurais em um congresso por meio de um ciclo de oito 8 palestras. Ela é considerada por Steiner (1924) como um impulso para a consequência natural de renovação do manejo agrícola, visando sanar o meio ambiente produtivo de alimentos para o ser humano.

O ser humano que é o ponto central da Agricultura Biodinâmica, uma vez que é a partir de suas intenções espirituais, baseadas numa verdadeira cognição da natureza, que consegue:

[...] transformar sua fazenda ou sítio em um organismo em si, concluso e maximamente diversificado; um organismo do qual a partir de si mesmo for capaz de produzir uma renovação. O sítio natural deve ser elevado a uma espécie de individualidade agrícola. O fundamento para tal é a integração de todos os elementos ambientais agrícolas, tais como culturas do campo e da horta, pastos, fruticulturas e outras culturas permanentes, florestas, sebes e capões arbustivos, mananciais hídricos e várzeas etc. Caso o organismo agrícola ordene-se em torno desses elementos, nasce uma fertilidade permanente e atinge-se a saúde do solo, das plantas, dos animais e dos seres humanos (SIXEL, 2003, sp).

Wolff (2013) definiu como elementos centrais da biodinâmica a utilização de "preparados" homeopáticos ou biodinâmicos, elementos que são considerados fundamentais na produção, uma vez que são utilizados para fortalecimento das plantas. Que uma vez fortalecidas, se tornam resistentes a algumas espécies de bactérias e fungos presentes no solo.

No solo por sua vez os preparados, promovem condições mais adequadas para simbiose entre o solo e a sua biota, proporcionando assim melhoria na disponibilidade de nutrientes para as plantas. Havendo assim, o que Sixel (2003) determinou como integração lavoura x animais, ou seja, aquilo que o animal tira da propriedade volta para a terra na forma de esterco. A utilização de inputs é proibida, até mesmo a importação de adubação orgânica é vedada, considerando que materiais externos são inadequados, uma vez que a sua composição bioquímica e energética difere do ambiente de produção, interferindo assim na mesma.

A agricultura biodinâmica está baseada na Antroposofia, que prega a importância de conhecer a influência dos astros sobre todas as coisas que acontecem na superfície da terra, assim, há uma preocupação com o paisagismo, com a arquitetura e com a captação da energia cósmica, (WOLFF, 2013).

O método Biodinâmico tem a ver, em grande parte, com o formar de interações vivas e não pode ser definido do mesmo modo que outros métodos de produção para artigos inanimados. O trabalho feito pela mão humana no cuidar da fertilidade do solo, das plantas, das sementes e seu material de propagação e dos animais, em harmonia com as condições locais, pode tornar a quinta ou a horta num organismo vivo. A enorme diversidade do mundo natural significa que práticas agrícolas aplicáveis num determinado local, serão totalmente inapropriadas em um outro. As capacidades e vocação de um agricultor precisam ser tomadas em conta para as várias possibilidades de organização de uma propriedade que são contempladas nestas normas. O agendar dessas medidas que afetam os processos vivos, em particular, o uso regular e consciente dos preparados Biodinâmicos e a consideração pelos ritmos cósmicos na produção vegetal e animal, é um fator da mais alta importância (ABA, 2019)

A Associação Biodinâmica é responsável no Brasil, pela elaboração do conjunto de normas de produção para obtenção do selo de qualidade Demeter⁴, certificado pela Associação

⁴ DEMETER é a marca que identifica, mundialmente, os produtos biodinâmicos. Há uma rede ecológica internacional ligada ao DEMETER Internacional, sediada na Suíça. No Brasil no sistema de certificação por auditoria, são certificados pelo Instituto Biodinâmico IBD, atualmente a maior certificadora da América Latina de produtos orgânicos e a única certificadora brasileira de produtos orgânicos com credenciamento IFOAM (mercado internacional), ISO/IEC 17065 (mercado europeu-regulamento CE 834/2007), Demeter (mercado internacional), USDA/NOP (mercado norte-americano) e aprovado para uso do selo SISOORG (mercado brasileiro), o que torna seu certificado aceito globalmente.

de Certificação Instituto Biodinâmico (IBD). Fundada em 1982 a associação, organiza cerca de 110 agricultores familiares e conta com 10 funcionários, e 30 consultores independentes. Realiza ações de apoio à comercialização de produtos biodinâmicos certificados, em ações que buscam facilitar o acesso desses produtos ao mercado consumidor. No Horto Bela Vista, como veremos mais a frente, existem produtores certificados pelo SPG do IBD.

A produção biodinâmica tem destaque também no contexto regional da RMS, onde há também outras formas de produção sem uso de produtos químicos e que consideram outros aspectos, sociais, éticos e culturais,

Também se faz necessário afirmar que apenas o “não uso de insumos agroquímicos em determinada cultura” não classifica um agricultor como adepto à agricultura mais sustentável no seu sentido mais amplo. Segundo Caporal e Costabeber (2004), um agricultor pode não fazer uso destes produtos por questões financeiras, por falta de informação ou de assistência adequada para isso.

Isso posto, dada a relevância da produção agroecológica, que por vezes se apresenta nos registros oficiais como sendo apenas orgânica, podemos retomar a sua importância no contexto das novas ordens alimentares, Redes Alimentares Alternativas ou ainda Sistemas Agroalimentares Locais, já que todos possuem variadas denominações, mas objetivos comuns.

Darolt et al (2016) afirmaram que muitas vezes, essas definições são empregadas de modo polarizado, o que contribui para a formação de um dualismo entre “o convencional e o alternativo”. Todavia, para os autores, a proposta é justamente a de superar essa dicotomia, como se fossem diversas formas de produção alternativas, lutando contra o modo convencional de produção. Afirmando, pode existir complementariedade entre as vertentes e que isso pode contribuir para a transição.

3.3 Estratégias de comercialização: há novas perspectivas?

As políticas de comercialização que forcem o agricultor familiar, seja ele, agroecológico/convencional/orgânico, a produzir para atender ao mercado, conforme Piraux (2012), dificulta a reprodução do produtor familiar, ainda mais aqueles que não têm acesso ao crédito e aos recursos técnico-agrícolas. Em seu estudo sobre métodos produtivos em uso nos assentamentos da reforma agrária, o autor aferiu que ou prevalece a lógica do agronegócio, ou

se estabelece um sistema de produção cujos pilares são a manutenção de usos, costumes e saberes produtivos locais.

Todavia, a lógica de atendimento ao comércio carrega consigo um conjunto de problemas, como os apontados por Jacques et al (2019), Lamarche (1993) e Primavesi (1992).

Apesar dessa importância, este segmento enfrenta inúmeros problemas, principalmente àqueles relacionados ao mercado, que exige determinados padrões de produção, sanitários e de apresentação dos produtos, difíceis de ser adotado num modelo de agricultura essencialmente familiar diversificada. Em suma, os grandes mercados atacadistas e os intermediários, forçam o produtor à especialização, característica que não combina com a agricultura familiar (JACQUES et al, 2019, p. 4).

As dificuldades apontadas no trabalho de Jacques e demais autores, se reforçam na obra de Lamarche (1993) e Primavesi (1992). Para a professora Ana Primavesi, a tecnologia de produção convencional é aquela que em todo o mundo tem guiado os agricultores à falência, pois ela não sobrevive sem subsídios, não é sustentável e provoca o esgotamento dos solos e prejuízos aos consumidores.

Lamarche, além de reforçar o empobrecimento e perda do patrimônio da agricultura familiar, afirma que esses atores são forçados a uma adaptação difícil para se adequarem a esses mercados que conseqüentemente os fazem perder o “capital de conhecimento”, conhecimento este que poderia gerar soluções como as apontadas por Primavesi.

Entretanto, para que possam sobreviver dignamente há a constante necessidade de inserção dos agricultores familiares nos mercados, e frente a essa demanda, os agricultores familiares criam suas próprias estratégias de produção e comercialização. Dentre elas, a pluriatividade⁵ definida por Scheneider (2001), a diversificação de produtos e outras formas de composição de renda são estratégias que visam assegurar a sobrevivência das famílias e garantir a reprodução das gerações futuras (Wanderlei,1999).

⁵ Pluriatividade é entendida como uma estratégia de reprodução social da qual se utilizam as unidades agrícolas que operam fundamentalmente com base no trabalho da família, em contextos onde sua integração à divisão social do trabalho não decorre exclusivamente dos resultados da produção agrícola mas, sobretudo, através do recurso às atividades não-agrícolas e mediante a articulação com o mercado de trabalho. Nesse sentido, assim argumenta-se, embora integradas ao ordenamento social e econômico, estas unidades familiares encontram espaços e mecanismos não apenas para subsistir, mas para se afirmar como uma forma social de organização do trabalho e da produção de características multivariadas (SCHENEIDER, 2001, p. 3).

A constituição de outros mecanismos de produção relacionados à associação de aspectos das duas perspectivas, produzir para o mercado sem agressão à cultura de seus agentes, nem contribuir para degradação do meio ambiente. (PIRAUX, 2012).

Essa produção possibilita a abertura de novas possibilidades de oferta de produtos originários da agricultura familiar, e que podem ir diretamente a mesa do consumidor, consumidor este que busca preço, qualidade e oferta constante.

Os sistemas agroalimentares atuais tendem segundo Maluf (2002), a serem caracterizados por processos de padrões e diferenciações no consumo isso refletindo diretamente na fase de produção de alimentos no campo, promovendo em alguns casos a ocorrência da valorização dos produtos por suas qualidades e diferenciais de qualidade.

Esses diferenciais geram aos agricultores familiares, novas oportunidades de mercado, incluem a sua inserção em nichos dentro e fora do país, como acontece com produtos artesanais, produção com indicação geográfica (queijo canastra) e o mercado que se abriu para os orgânicos, que conforme vimos anteriormente, na última década teve um crescimento vertiginoso.

Maluf (2001) destaca que essas novas possibilidades de participação da agricultura familiar nos mercados agroalimentares, surgem com a necessidade de adequação deste mercado em construção com a realidade que permeia os agentes que o formam.

Pierrri e Valente (2010) se valem dos estudos de Wilkinson (2003) sobre a dinâmica polivalente das formas de comercialização da agricultura familiar.

Entre os limites da subsistência e da entrada em sistemas produtivos especializados, está presente a combinação de vários arranjos, desde atividades tipicamente de autoconsumo, trocas entre vizinhos, vendas diretas e atividades que incorporam circuitos formais de comercialização e distribuição, até aquelas relacionadas com a agroindústria, por meio dos contratos de integração (PIERRI, 2010, p. 34).

Como observamos, os autores defendem a combinação múltipla de formas de distribuição e comercialização em níveis variados de integração. Na continuidade do texto de Pierrri e Valente (2010), os autores estabelecem a agricultura familiar como um grupo humano na busca de sobrevivência fazendo analogia a taxonomia. E definem quatro canais de comercialização para este grupo, quanto a sua classificação, a saber:

- Vendas diretas: todas as operações de entrega direta da mercadoria ao consumidor final pelo produtor, tais como: entregas ao domicílio, tele entregas, feiras livres, feiras especializadas, eventos comerciais promocionais, loja, balcão ou quiosque do produtor, vendas na propriedade;
- Integração vertical: venda de produtos como matéria-prima para beneficiamento pelo comprador (os principais produtos no Brasil são leite, fumo, tomate, suínos e aves);
- Vendas para distribuição: atacadistas, varejistas, distribuidores, restaurantes, lojas especializadas de agricultura orgânica e produtos naturais, supermercados e hipermercados, exportação;
- Mercados institucionais: um exemplo são os mercados criados pelo Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA, Lei nº 10.696 de 2 de julho de 2003). O PAA é um instrumento de política pública que realiza a compra de produtos da Agricultura Familiar. A aquisição é feita por diferentes modalidades, sendo as principais: 1) compra para o atendimento de populações em situação de insegurança alimentar e nutricional, distribuição nas escolas, creches, hospitais públicos, restaurantes populares, entre outros; 2) formação de estoques estratégicos. (PIERRI, 2010, p. 35).

Os mercados institucionais geralmente são compras com recursos governamentais para atendimento a programas a exemplo do apresentado por Pierri e Valente e visam atender aos órgãos públicos no fornecimento de merenda escolar, matérias primas para restaurantes populares, hospitais, exército, compra e doação de sementes para atendimento de demandas específicas e ou emergências e ainda a formação de estoques de segurança. Situação modificada nos últimos anos, o baixo investimento no programa pelo governo federal estava gerando praticamente sua paralisação.

Pujol (1997) relata que em vinte anos um longo caminho foi percorrido, e ao tratar de como eram marginalizados produtos agroalimentares locais na Europa ao final da década de 1970. Deste percurso destaca que ao final da década de 80, era correto considerar a valorização dos produtos locais como um recurso natural para as zonas europeias mais desfavorecidas, mas

ainda eram impensáveis ações coletivas e de profissionalismo empresarial, o que, para o autor impõe-se como exigência, em termos de ações comerciais para venda direta local.

Pujol (1997) ainda destaca que em se tratando de venda direta houve mudanças inclusive do consumidor, como podemos observar:

Nos últimos anos a história acelerou-se, com o efeito conjugado da evolução da procura e das rápidas mudanças da agricultura. O consumidor tem vindo a mostrar uma preferência cada vez maior pelos produtos ligados a um determinado território, produtos de qualidade diferenciada, são, com sabor e que deem prazer, mas que permitam também sonhar. Estamos perante um fenómeno de compensação do consumidor urbano em relação ao stress da vida moderna, à uniformização dos modos de vida e de consumo e aos problemas ambientais. A sucessão de acidentes, ligadas em especial a derrapagens incontroladas da alimentação para animais, intensificou e acelerou um reflexo de segurança do consumidor, que exige mais do que nunca ser tranquilizado sobre a origem e a rastreabilidade daquilo que come (PUJOL, 1997, s.p).

Pujol (1997), ainda destaca que mesmo no contexto explicitado, não são eliminados a venda direta nem os circuitos “curtos”, uma vez que eles vão ao encontro do desejo dos consumidores urbanos de conhecer os produtores.

Ao trazermos para o cenário brasileiro, observamos que os circuitos curtos de comercialização de fato permitem a redução do número de intermediários entre o produtor e o consumidor final, já que consideramos que os circuitos curtos são aqueles em que o produtor entrega diretamente o seu produto ao consumidor (venda direta).

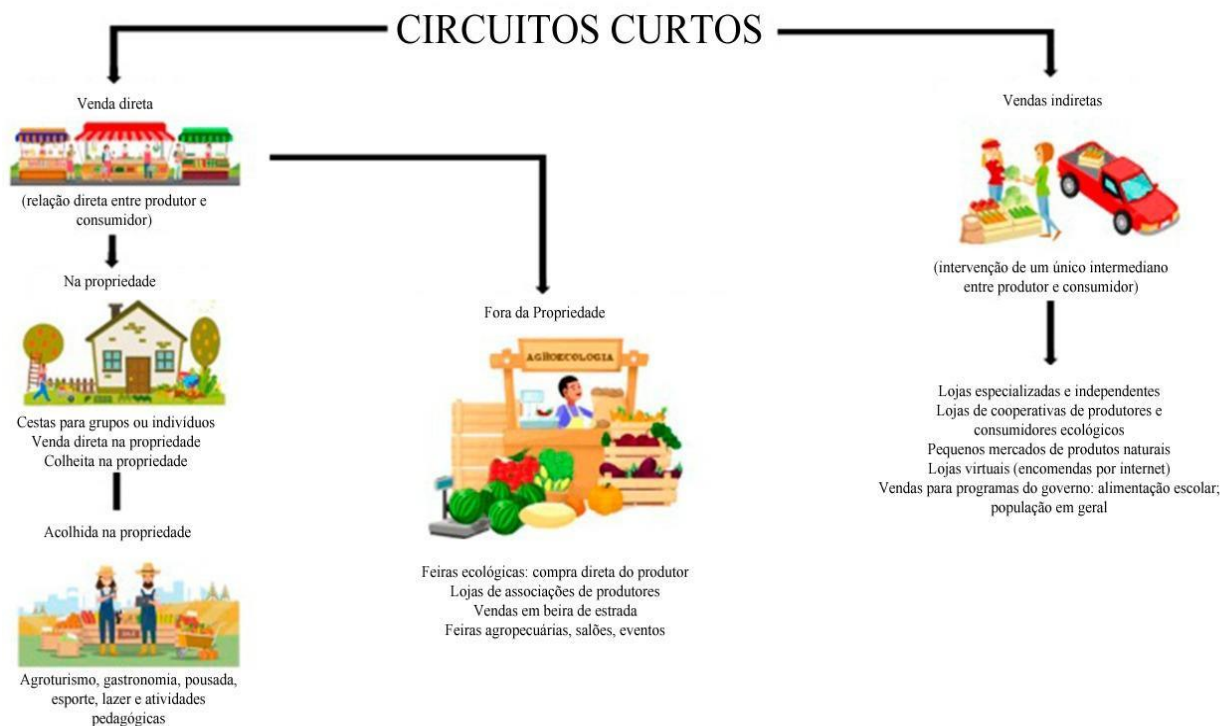
Os circuitos curtos constituem-se ainda como uma opção para a criação de valor agregado ao território, ligado a especificidades que ele imprime a determinados produtos e a sua região de fabricação. Conforme Darolt et al (2016), os circuitos curtos abarcam ainda características e dimensões socioculturais, como segue:

a capacidade de socializar e localizar o produto alimentar gerando vínculo com o local e com a propriedade; a redefinição da relação produtor-consumidor dando sinais da origem do alimento; o desenvolvimento de novas relações considerando um preço justo e a qualidade (ecológica); a conexão entre o consumidor e o produto alimentar (MARSDEN *et al.*, 2000). Seguindo essas características os mesmos autores identificaram alguns tipos de CC resumidos da seguinte forma: 1. venda direta “cara a cara”, onde a confiança está na relação interpessoal; 2. “proximidade espacial”, incluindo o que é produzido e distribuído numa região reconhecida pelos consumidores; e, 3. “espacialmente estendido”, nesse caso a confiança é transmitida por um processo de garantia da qualidade (certificação). Assim, considera-se não só a distância, mas também os parâmetros organizativos (produtores e

consumidores), fatores culturais transmitidos pela confiança, pela valorização do mercado local e pelo produto agroecológico (DAROLT et al, 2016, p. 6).

Para além deste conjunto de características, e definidas tipologias e relações sociais existentes nos circuitos curtos, os autores, ao darem continuidade no texto acima, destacam a reflexão de Sevilla Gusman e seus colaboradores para a importância das relações de poder que estabelecem em circuitos curtos, e que estas devem favorecer consumidores e produtores em detrimento dos intermediários, atravessadores e outros distribuidores (GUZMÁN et al, 2012).

Figura 8 – Esquema de Circuitos Curtos



Fonte: Elaborado a partir de Darolt *et al.* (2013).

Conforme Darolt *et al.* (2013), produtores de base ecológica têm obtido bons resultados na comercialização com o uso de dois a três canais de venda, sendo eles: feiras do produtor, entrega de cestas em domicílio e, mais recentemente, compras governamentais, embora exista uma ampla lista de possibilidades (Figura 8).

As feiras de produtores têm se tornado muito comuns, bem como as cestas que também são comercializadas pelo sistema denominado por CSA.

Os mercados institucionais se apresentaram como uma boa opção para os agricultores familiares, todavia, nos últimos anos, os recursos, em especial do PAA, tiveram redução significativa dos valores investidos, e o PNAE ainda enfrenta alguns desafios para sua consolidação no que tange à compra diretamente da agricultura familiar.

Para Scheneider e Ferrari (2015), as principais características dos circuitos curtos são: especificidade, proximidade entre a produção e o consumo. Reforçam que os circuitos curtos (CC) são uma forma de se eliminar os atravessadores, da mesma forma que se dá maior valor ao produtor, que passa a ter controle sobre suas vendas que podem ocorrer de forma mais justa.

Essa relação pode ocorrer também nas agroindústrias rurais familiares ou em relações face a face, como vendas a domicílio e feiras livres (SCHNEIDER; FERRARI, 2015). Além disso há a possibilidade da criação de redes diretas de comercialização (DAROLT et al, 2016).

Na sequência descreveremos alguns dos circuitos curtos utilizados no processo de comercialização pelas famílias assentadas investigadas.

3.4 Feiras livres como ferramentas de sobrevivência comercial e espaços de sociabilidade

Para Santos (2008), não se sabe ao certo o momento específico do surgimento das feiras livres, mas segundo alguns autores há uma previsão de que tenham surgido por volta de 500 a.C. Todavia, o autor afirma que para alguns historiadores, as feiras eram realizadas no Oriente Médio quando da Idade Média, e se relacionavam às festividades religiosas, unindo esse encontro com a oportunidade para as trocas de seus produtos com vizinhos e até outros povoados.

Segundo Souza (2009) a origem das feiras-livres como estratégia de comercialização, surgiu na Idade Média, quando as cidades começavam a florescer. O autor evidencia que algumas das maiores cidades europeias modernas são frutos das feiras que se organizavam com o propósito de permitir que produtores de distintas localidades comercializassem seus produtos.

As distâncias, as dificuldades de locomoção e a intermitência das colheitas exigiam uma solução que as feiras-livres contemplavam com plenitude: realizavam-se em uma localidade determinada (cujo acesso se dava pelas estradas que iam surgindo) e em datas determinadas, acomodando as difíceis (e arriscadas) deslocamentos.

Santos (2008) defende a ideia de que ao final da Idade Média (entre os séculos XI e XIV), os burgos (cidade medievais amuralhadas) representaram o local de origem das feiras

medievais, e se desenvolveram a partir da intensificação do comércio a partir do século XI e, mais adiante, com o surgimento da burguesia e do crescimento demográfico. Para o autor, os burgos representavam o poder dos religiosos e militares, e as propriedades dos senhores feudais.

O termo “feira”, deriva do latim *feria*, cujo significado é dia santo, sendo feriado ou dia de descanso, posto que os comerciantes, preocupados em vender o excedente da produção, se reuniam próximo das Igrejas aos domingos para comercializar seus produtos, havia maior fluxo de pessoas nesses momentos, elas se concentravam por conta das missas. Santos (2008) define as feiras medievais da seguinte forma:

As feiras medievais surgiram com o declínio do sistema feudal na Idade Média e o desenvolvimento dos burgos, nome dado às cidades medievais que, anteriormente pertenciam aos senhores feudais e, com o passar do tempo e o surgimento de uma nova classe social, a burguesia, elas foram se desenvolvendo durante o período denominado de Renascimento. A partir da decadência do sistema feudal, a Europa passava por diversas transformações sociais, culturais, econômicas e políticas. O renascimento comercial-urbano, intensificado pelas Cruzadas, abertura do Mar Mediterrâneo, introdução da moeda (base de troca) e o surgimento de novas rotas marítimo-comerciais, sobretudo das especiarias provindas do Oriente, foram as principais características do início da Era Moderna, além da visão Humanista que despontava na Europa a partir do século XIV. Com efeito, o final da Idade Média (denominada pelos Humanistas de “Idade das Trevas”, em relação ao obscurantismo da época), a visão Teocêntrica (Deus no centro do Universo) foi substituída pela visão Antropocêntrica (homem no centro do mundo), despertando assim, uma nova mentalidade na população europeia (SANTOS, 2008, s.p).

Como podemos observar, há uma inversão, o sistema feudal, baseado na troca, foi sendo substituído pela comercialização dos produtos, e os locais destinados à comercialização dos produtos dentro dos burgos, eram denominados de feiras livres, e eram oferecidos os mais variados produtos. Santos (2008) destaca como as principais feiras medievais as de Champagne, na França, e a de Flandres, na Bélgica.

Promovidas a pulso forte parte pelo crescimento demográfico e pelo êxodo rural o comércio foi se intensificando conforme Santos (2008), pelas Guildas e consolidou o que o autor chamou de capitalismo primitivo, fazendo nascer assim uma nova classe social muito preocupada com lucratividade e participação política, a burguesia.

Desde então as feiras foram se desenvolvendo em todo o mundo e até hoje são importantes canais de escoamento da produção. E mesmo com o surgimento de lojas e especialmente na década de 1980 dos supermercados, as feiras se mantêm firmes e coloridas.

Para Junqueira (2015), foi das feiras que em muito se deu o conhecimento para os arranjos logísticos dos supermercados, tanto na exposição de seus produtos, quanto em seu acondicionamento.

No Brasil, as feiras existem desde o tempo da colonização, são consideradas por muitos como um evento social que promoveu o desenvolvimento da economia interna do país. Atualmente, é muito comum nas cidades brasileiras as feiras serem realizadas uma vez por semana em locais pré-determinados.

As feiras representam um fenômeno sociocultural e econômico proveniente dos aglomerados de pessoas e barracas, donde são comercializados diversos tipos de produtos nas ruas (alimentos, roupas, sapatos, acessórios de casa, artesanato, etc.), com o intuito de oferecer mercadorias a preços mais baixos (SANTOS, 2018).

Ainda conforme Santo merece destaque o seguinte:

[...] a maior feira livre do Brasil e da América Latina chamada “Ver-o-Peso”, que ocorre desde o século XVII, na cidade de Belém, Pará; e, a Feira de Caruaru, em Pernambuco, uma das maiores feiras ao ar livre do Brasil, iniciada no final do século XVIII. Ambas foram consideradas de grande importância histórica, e por isso, indicadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), patrimônio imaterial do Brasil (Santos, 2018, p. 63):

As feiras livres são mais do que espaços de relação comercial, são locais que representam a dinâmica de uma sociedade em determinado momento, pois demonstram a produção local e a circulação de mercadorias. Tanto no Brasil, como em outros países, as feiras são espaços múltiplos de cultura. Geralmente nas periferias onde estão as camadas mais populares da sociedade a quem mais servem, conforme Minnaert (2008).

Conforme Godoi e Anjos (2007), as feiras livres formam uma intrincada teia de relações onde há fluxo de pessoas e suas ocupações, mercadorias e relações sociais, consideradas pelo autor, como um forte elo entre os feirantes e os consumidores.

Relacionamento que perpassa a relação comercial, e ganha status de amizade, que acaba possibilitando trocas de saberes e experiências entre eles, pela troca de receitas, ou formas diferenciadas de preparação dos alimentos, chás, informações nutricionais e indicações dos produtos e ainda métodos e práticas sobre as técnicas de produção agroecológicas.

Este canal de comercialização tem uma característica muito particular de interação, proporcionando a aproximação e a troca de saberes, não apenas entre o rural-urbano, mas, sobretudo do próprio rural. O “espaço-feira” tem proporcionado o conhecimento recíproco dos agricultores e das suas experiências, fato este que dificilmente poderia ocorrer se fossem utilizados outros canais de comercialização mais individualizados. A feira livre proporciona uma interação e troca de saberes ímpar (GODOI; ANJOS, 2007).

Fato muito comum nas feiras livres são as conversas de pessoas que nunca se viram ou se falaram, mas que naquele espaço de sociabilidade sentem-se à vontade para a troca de informações, fazer brincadeiras e trocas culturais, fato observado nesta pesquisa, ao irmos à campo. Nos foi possível constatar isso, as diferentes formas de preparo do feijão de corda, comercializado na feira de Iperó, no momento em que uma senhora explicava ao vendedor com preparava o cereal, foi interpelada por outra “freguesa” que disse: “No Pernambuco fazemos com gordura de porco, toicinho e farinha, fica muito bom” e saiu rindo.

A feira é considerada por Minnaert (2008) como um universo onde circulam comerciantes, consumidores e outros agentes, e estes universos atuam como atração e motivação para conhecer cultura do feirante, do consumidor e também para compreender os significados desse comércio de alimentos tão próximo à casa, parte da rua e da vida das pessoas.

Deixam de ser um espaço apenas de comércio e sim espaço de convivência, encontro, diversão e participação social. As feiras-livres proporcionam ao imaginário popular um universo de proximidades, de figuras, de encantamento, de repulsa e confusões de fronteiras. Elas oferecem um mergulho em um ambiente de sons estranhos, gestos, imagens, pessoas, animais e coisas (MINNAERT, 2008, p. 131).

Tomando como base a obra de DaMatta (1997), a feira se apresenta como um dos espaços que unificam os mundos. E como espaço, ela tem regras e sistemas de valores próprios sendo um território ambíguo, que está situada no limiar desses dois mundos, caracteriza-se pelo fluxo que a via (rua, avenida) proporciona e pela familiaridade do espaço próximo ao lar e das suas relações domésticas.

Minnaert faz uso de diversos autores (COLLA et al., 2007; COELHO; PINHEIRO, 2009), para definir a feira, sendo ela um sistema tradicional de varejo, sem lojas físicas e, por isso, ocorre sempre em instalações provisórias, as barracas montadas em vias públicas, localizadas em pontos estratégicos da cidade, em dias e horários predeterminados.

Como vimos anteriormente as feiras são espaços de comercialização e, por vezes, são implantadas seguindo uma ordem temática. As novas tendências do consumo, que levam cada vez mais à procura de produtos são, naturais, com uma identidade ligada a um território oferecem novas oportunidades de mercado para os produtos da agricultura familiar, há uma valorização dos orgânicos e uma religação dos produtores com consumidores.

Daí a importância das feiras de produtores, elas oferecem produtos mais frescos e com maior valor biológico, os consumidores gostam de saber a procedência. Os preços praticados são mais baixos e há uma relação de maior justiça (preço praticado) e equidade, bem como todo o conjunto de interações sociais já citados e que a diferenciam de outras estratégias de comercialização.

3.5 Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA): uma inovação sustentável?

Tendo suas primeiras iniciativas no âmbito mundial durante os anos de 1970, as CSAs surgiram como uma alternativa para a cadeia de produção, distribuição e consumo de alimentos até então oferecida pelo mercado convencional.

O conceito de uma CSA, conforme BRASIL (2018), nos apresenta uma prática que contribui para desenvolvimento agrário sustentável e o escoamento de produtos orgânicos de uma forma direta ao consumidor, criando uma relação próxima entre quem produz e quem consome os produtos.

A CSA traz consigo um conceito, todavia esse conceito não define um modelo universal sobre as configurações a serem utilizadas e nem mesmo qual serão as estratégias operacionais, uma vez que elas devem estar de acordo com especificidades da sociedade (grupo de consumidores), do agricultor (ou agricultores) e da economia local ao qual está inserida.

Com a intenção de caracterizar o que se entende por uma CSA, foram reconhecidos quatro princípios fundamentais durante o Primeiro Simpósio Internacional de CSAs; sendo eles:

1. Parceria: acordo entre consumidores e produtores caracterizado pelo comprometimento mútuo com a produção. Legitima o suporte financeiro e condições de bem-estar necessárias para a produção e distribuição de alimentos;
2. Local: incentivo à economia local, integrando produtores a comunidades beneficiadas próximas ao local de cultivo;

3. Solidariedade: a comunidade que se forma é corresponsável pelos riscos e benefícios associados à produção, sendo flexível às características naturais da bio-região, que afetam o ritmo e a diversidade de produtos cultivados. Comprometimento em oferecer o suporte necessário aos agricultores para que tenham uma vida digna e que possibilite a manutenção do local de produção dos alimentos;
4. Relação produtor-consumidor: é contato direto e confiança mútua, sem a presença de intermediários¹ ou hierarquia (BASHFORD et al., 2013, s.p).

A difusão das CSAs no Brasil a partir destes quatro princípios se deu a partir de seu reconhecimento no ano de 2015, enquanto tecnologia social, pela Fundação Banco do Brasil (FBB).

CSA é um modelo onde há sinergia entre produtores de alimentos, geralmente orgânicos e consumidores: um grupo fixo de consumidores se compromete por um ano (podendo diferir caso a caso) a cobrir o orçamento anual da produção agrícola. A contrapartida dos consumidores é recebida em alimentos que recebe sem outros custos adicionais, com procedência conhecida.

Os “Farmers’ Markets” ou mercados de venda directa e a designada “Community Supported Agriculture” (CSA), são as evidências mais relevantes deste movimento em torno dos sistemas alimentares localizados. Os CSA podem assumir diferentes modalidades e têm por base formas de ligação directa entre agricultores e consumidores que, além das preocupações com a proveniência e natureza dos alimentos, manifestam também um envolvimento comunitário e cívico em defesa da agricultura local, familiar e de pequena dimensão (CRISTÓVÃO; TIBÉRIO, 2009 pág 03).

Desta forma o produtor fica livre da pressão do mercado e deixa de ser tomador de preço como ocorre nos mercados tradicionais. Com a certeza da venda e do recebimento com valor garantido, podem se dedicar integralmente a sua produção.

Nos últimos anos tem ocorrido avanços nos números de CSAs, pois além dos benefícios já elencados elas contribuem ainda no desenvolvimento local e regional, além de fomentarem o consumo dos alimentos provenientes da agricultura orgânica. Em 2011 no Fórum Mundial de Porto Alegre, o conceito da CSA foi apresentado como um dos favoritos com grande potencial de futuro para contribuir de forma efetiva com a melhora da situação alimentar de crianças e adultos (BRASIL, 2018).

Dados apresentados por Barbieri et al (2017) revelavam que as CSAs podiam ser encontradas em nove estados :São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do

Sul, Pernambuco, Amazonas, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina, e também no Distrito Federal, eram mais de sessenta comunidades no País. No estado de São Paulo eram trinta comunidades. A primeira delas CSA, foi implantada no ano de 2011, com o projeto denominado CSA Demétria, no município de Botucatu. Atualmente, São Paulo é o estado que possui a maior concentração de comunidades, são cerca de cinquenta iniciativas em todo o estado (ALLOTTE et al, 2019).

3.6 Políticas públicas e mercados institucionais

Diversas conceituações para políticas públicas têm sido apresentadas ao longo da história contemporânea, sem que, com isso, tenha se chegado a um consenso ou definição conceitual única. Eastone (1965) as definiu como a alocação autorizada de valores para a sociedade como um todo. Já Kaplan e Laswell (1950), da mesma forma que Friedrich (1963), definiram as políticas públicas como um conjunto de programas que traziam em si objetivos, valores e práticas.

Dye em (1994), afirmou que as políticas públicas são o que querem fazer os governos, são dos governos em especial a sua não atuação, que impactam a sociedade. Todavia, conforme Santos (2016), foi a partir dessa ausência governamental que depois da década de 1990 houve uma massiva presença de grupos sociais organizados nos processos de estudo, decisão, implementação e gestão das políticas públicas, que passaram assim a não ser mais apenas vistas como prerrogativas estatais.

Com essas novas concepções, o Estado, que até então dedicava-se quase que exclusivamente à defesa externa e questões de segurança pública, tem suas funções diversificadas e há o entendimento de que ele é o grande promotor do bem-estar social (Santos, 2016).

Para a realização desta demanda social, não existe uma única, nem mesmo uma melhor, definição sobre o que são políticas públicas. Diversos autores trouxeram um amplo conjunto de definições: Lynn, (1980); Dye, (1984); Peters, (1986); Mead, (1995); Lopes e Amaral, (2008); Rodrigues, (1997), este último tratando especificamente das políticas relacionadas ao meio rural e suas especificidades, assim como Grisa e Scheneider (2015).

Os autores apresentados definiram políticas públicas, como sendo o campo, dentro do estudo da política, que analisa, sob a ótica governamental as questões públicas, definindo as

suas prioridades e quais as ações a serem tomadas para a obtenção de resultados específicos, logo a política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos (LOPES; AMARAL, 2008, p. 6).

Em outra concepção, políticas públicas são a expressão das forças sociais, daí os elementos de conflito e resistência, Bourdieu (2000), reforça a necessidade de não aceitar nesta relação, que pareça como natural o abismo que separa os políticos e gestores de seus eleitores, o autor define esses atores como agentes ativos e agentes passivos respectivamente.

Ainda conforme Bourdieu, para que haja maior compreensão de como se organizam e qual a dinâmica do espaço social, aqui mais especificamente o espaço das relações de comercialização que permeiam os mercados institucionais, é preciso que haja compreensão de quem é quem na construção de um hábito (BOURDIEU, 1983)

O espaço social assim se caracteriza como um campo, onde existem posições dos agentes sociais, sejam eles ativos ou passivos, que buscam a concretização de seus ideais pelas disputas de seus interesses, assim o campo se torna palco, lócus da disputa que é orientada pelo hábito dos grupos sociais que formam a sociedade.

Uma vez organizada em grupos sociais, a sociedade, pode apresentar suas demandas aos dirigentes públicos, todavia, há a limitação de recursos, que inviabilizam uma grande gama das demandas sociais, o que apresenta como consequência direta disputas pelo bens e serviços públicos conforme Lopes e Amaral (2008), na tentativa de melhorar as possibilidades de êxito, os grupos tendem a se unir, servindo assim a disputa conforme os autores mencionaram, como agente estimulante para mudanças e melhorias sociais, desde que que essas disputas e arranjos sociais não coloquem em risco as instituições.

O ciclo das políticas públicas, ou processo de formulação de políticas públicas é dividido em 5 fases específicas, conforme enunciado por Lopes e Amaral (2008), sendo elas:

- **Primeira fase** – formação da agenda (seleção das prioridades);
- **Segunda fase** – formulação de políticas (apresentação de soluções ou alternativas);
- **Terceira fase** – processo de tomada de decisão (escolha das ações);
- **Quarta fase** – implementação (ou execução das ações);
- **Quinta fase** – avaliação.

Compete aos criadores e implantadores de políticas públicas, terem a habilidade necessária para filtrar, compreender e selecionar dentro do conjunto das demandas apresentadas nas fases acima as que de fato compreendem os anseios sociais.

É a partir dessa compreensão que serão ofertadas propostas, e essas nunca serão unânimes, já que atenderão apenas parte dos grupos demandantes, mas ainda assim precisam ser avaliadas.

[...]o governo terá de formular e desenvolver ações para buscar atender suas expectativas, integral ou parcialmente. Quando o governo busca atender as principais (na sua percepção) demandas recebidas, diz-se que ele está voltado para o interesse público (ou seja, para o interesse da sociedade). Ao atuar na direção do interesse público, o governo busca maximizar o bem-estar social (LOPES; AMARAL, 2008, p. 9).

Ou seja, políticas públicas são o resultado de disputas políticas, entre os diversos segmentos da sociedade, que defendem cada qual seus interesses. Podendo esses serem específicos como demandas por segurança pública, programas de saúde, distribuição de renda, educação e direcionados especificamente a agricultura familiar como políticas, planos e programas específicos, como: as políticas de crédito agrícola, política de agroecologia, política de segurança alimentar e nutricional, políticas de comercialização que abrangem programas institucionais como o PAA, PNAE, PPAIS, e Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável Microbacias II – Acesso ao Mercado, também denominados como mercados institucionais.

Mercados institucionais de alimentos são definidos por Maciel (2008) como sendo aqueles que envolvem as compras no âmbito do Estado, nas esferas federal, estadual e municipal, para todas as compras de alimentos, sejam elas em caráter contínuo ou esporádico, para atendimento das demandas de instituições como creches, hospitais, presídios, forças armadas, ou mesmo no atendimento a situações emergenciais onde sejam necessárias ações para atendimento da população, ou ainda para o atendimento de Programas: Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

3.6.1 O mercado institucional e os programas (PAA-PNAE-PPAIS): perspectivas de autonomia aos agricultores familiares?

Embora os mercados institucionais apresentem algumas especificidades no que tange aos objetivos e à prestação de contas, e certa restrição quanto aos valores de aquisição uma vez

que a quase totalidade das transações são regidas pela lei federal 8.666, de 1993, que estabelece os critérios e procedimentos para a realização de compras por essas organizações, mesmo com algumas restrições, os mercados institucionais ainda se mostram como efetivos, por estimular a produção, garantir a segurança alimentar e o estímulo ao desenvolvimento local, já que em alguns casos há prioridade para aquisições locais, como no caso do PAA e PNAE.

O PAA foi criado por força de lei pelo governo federal para assegurar o direito humano à alimentação adequada por parte das pessoas com dificuldade de acesso a alimentos em qualidade e quantidade suficiente. Instituído pela Lei de nº 10.696, de 02 de julho de 2003 (Art. 19º), o PAA tinha como finalidade incentivar a agricultura familiar promovendo a inclusão econômica e social através do consumo e valorização dos alimentos por ela produzidos, além da promoção de uma alimentação adequada a pessoas em condições de insegurança alimentar e nutricional, de acordo com o Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012, Art. 2º.

Em meados de 2016, no governo do ex-presidente Michel Temer, houve, por conta de contingenciamentos, a quase extinção do programa. Com os cortes orçamentários, a execução do programa naquele ano foi drasticamente diminuída e praticamente não houve recursos nos anos seguintes, o que levou a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), a declarar abertamente a extinção do programa.

Posteriormente ainda que com drástica redução, o PAA reaparece em alguns (poucos) municípios, situação a ser acompanhada no presente.

Em sua concepção o programa visava estimular o cooperativismo e associativismo e o fortalecimento de mercados locais de comercialização, além da formação de estoques públicos de alimentos e abastecimento alimentar, a partir de compras governamentais e, finalmente, promover e valorizar a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos, incentivando hábitos alimentares saudáveis em nível local e regional (BRASIL, 2012).

Para alcançar esses dois objetivos, o programa comprava alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação, e os destinava às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional atendidas pela rede socioassistencial, pelos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional, e pela rede pública filantrópica de ensino (BRASIL, 2018).

Mais do que uma política de enfrentamento à fome e à pobreza, o PAA deveria fortalecer a agricultura familiar, uma vez que adquiria alimentos de agricultores familiares e os repassava para a rede de equipamentos públicos de alimentação e nutrição, organizações sociais que

atendem pessoas em vulnerabilidade social, ou destina à formação de estoques estratégicos (GRISA, 2010).

O PAA ainda articulava outras ações, conforme destacou Maluf e Reis (2013), como a garantia da alimentação adequada, com a formulação de políticas pelo Estado, cujo papel é fundamental para criação e manutenção de programas e ações, que possam agir nacionalmente e internacionalmente para a produção do desenvolvimento econômico e social, devendo respeitar a ética para o acesso digno, a diversidade nutricional e cultural.

[...] há que se respeitar a diversidade de culturas e de hábitos dos povos, nações e coletividades regionais. Além disso, cabe considerar os princípios de adequação e sustentabilidade, de modo que não haja dúvida, por parte das pessoas, da provisão do alimento à sua mesa no dia seguinte, na semana seguinte, no mês seguinte, e assim sucessivamente. Desta forma, ao se falar que a alimentação deve ser 'adequada', e não apenas saudável, busca-se salientar que os alimentos ou dietas específicas devem ser apropriados a determinadas circunstâncias sociais, econômicas, culturais e ecológicas (MALUF; REIS 2013, p 19).

Viana e Viegas (2011) corroboram Maluf e Reis (2013), uma vez que destacam que o programa promovia uma valorização da produção e cultura alimentar das populações, propiciando um fortalecimento da dinâmica da economia local, além de apoiar a formação de estoques estratégicos, e uma melhoria na qualidade dos produtos da agricultura familiar.

O programa utiliza mecanismos que facilitam a comercialização, pois favorece a aquisição direta de produtos de agricultores familiares ou de suas organizações, estimulando os processos de agregação de valor à produção. Parte dos alimentos é adquirida pelo governo diretamente dos agricultores familiares.

As aquisições podem ser executadas sem licitação através de processos mais simplificados. Cada agricultor pode acessar o programa, tem como limite anual para a comercialização para Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf (DAP de R\$8.000,00 (oito mil reais) e os preços seguem as cotações dos preços praticados nos mercados locais (BRASIL, 2018, s.p).

O PAA deveria ser executado com recursos da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) e do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), em parceria com estados, municípios e com a Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB (BRASIL, 2018, s.p).

Segundo Pereira (2015), os beneficiários do PAA são classificados em dois grupos:

[...] são beneficiários do programa fornecedores e consumidores de alimentos. São “beneficiários consumidores” indivíduos em situação de insegurança alimentar, além dos atendidos pela rede socioassistencial e pelos equipamentos públicos de alimentação e nutrição, tanto na rede pública quanto filantrópica de ensino. São “beneficiários fornecedores” os agricultores familiares, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquícultores, extrativistas, pescadores artesanais, indígenas e integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e de demais povos e comunidades tradicionais (PEREIRA, 2015, p38).

O programa foi concebido para ser executado em seis modalidades, sendo elas:

- 1) Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite (PAA Leite);
- 2) Compras Institucionais;
- 3) Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF);
- 4) Apoio à Formação de Estoques pela Agricultura Familiar (Cédula de Produto Rural - CPR Estoque);
- 5) Aquisição de Sementes (PAA Sementes);
- 6) Compra com Doação Simultânea (CDS);

Cabe destacar que no período entre 2003 a 2005 as operações eram realizadas apenas com recursos do MDS e executadas por meio de parcerias entre a Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN) e a CONAB com os governos estaduais e municípios.

No ano de 2006, o extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA passa a fazer parte da ação interministerial e a destinar recursos através da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF-MDA), para operacionalização das modalidades CPR Estoque e CDAF (PEREIRA, 2015).

A modalidade CDS ou CPR doação conforme Grisa et al. (2010), é estimuladora de mudanças importantes na matriz produtiva e de consumo das unidades familiares envolvidas. Esse programa tem potencial de alterar não apenas o cotidiano das famílias que recebem a doação de alimentos, mas também o consumo das famílias fornecedoras de alimentos ao programa.

No âmbito do PAA, a mudança da matriz produtiva é, de fato, o grande desafio. A concretização da diversificação da produção pode ser destacada como uma etapa desta mudança.

Grisa et al. (2010) confirmam a diversificação trazida pela inserção dos agricultores no PAA, mas, além da diversificação, outro ponto destacado como de especial importância é que os agricultores passaram a “valorizar os produtos locais que, até então, eram desvalorizados ou desconhecidos em seu valor comercial” (GRISA et al. 2010, 147).

Neste sentido, destacamos o autoconsumo e a renda de autoconsumo que segundo Chayanov (1974), é gerada pelo núcleo familiar na conjunção/balanço trabalho-consumo como um importante referencial que precisa ser entendido como “tudo aquilo” que a família consome de sua própria produção, ou seja, tudo aquilo que não precisa ser adquirido.

Dessa forma, a família tem menos gastos de recursos monetários para uma parcela da sua alimentação, haja vista que, quanto mais alimentos plantarem e processarem nos lotes, menor será a necessidade de adquirir esses produtos no comércio. Na economia familiar, as formas não-monetárias de comércio se apresentam com grande importância, e ainda assim são pouco estudadas, conforme Pierri e Valente (2000), bem como o autoconsumo.

Para Duval et al. (2011), o que se produz para autoconsumo em muito se relaciona com as preferências familiares nos assentamentos rurais, que são importantes fornecedores do PAA e do PNAE no Estado de São Paulo.

Autores como Vilar et al. (2013) e Saraiva et al. (2013), defendem que o PNAE é uma das maiores e mais antigas políticas públicas do país, sendo a alimentação escolar defendida como um direito dos estudantes e considerada uma das estratégias de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Todavia, no ano de 2009 foram estabelecidas mudanças com a promulgação da lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009 e da Resolução no 38/Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), promulgadas em julho de 2009.

Lei que consolida a vinculação da agricultura familiar com o PNAE, ao estipular que no mínimo 30% do total dos recursos financeiros repassados pelo Governo Federal aos estados e municípios deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar.

Podendo ser diretamente do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas, a lei determina a preferência pelos produtores locais para compras da agricultura familiar com recursos do FNDE, fazendo com que todas as entidades executoras do PNAE acabem tendo contato com os agricultores familiares do município (CAMARGO et al., 2013).

A Lei nº. 11.947, de 16 de junho de 2009, estabelece, como já citamos, o mínimo de recursos a serem gastos na compra de produtos da agricultura familiar, em seu Artigo 3º, determina que sejam priorizadas as compras de produtos produzidos no âmbito municipal, o que contribui para o desenvolvimento local. Eventualmente, não sendo possível, deve-se estabelecer a seguinte ordem decrescente de prioridade: compra de agricultores da região, do território rural, do estado e, finalmente, de outros estados.

A aquisição dos produtos dos agricultores familiares é realizada através de chamadas públicas, com preços estabelecidos previamente, e estes não devem ser maiores que os praticados no atacado e no varejo alimentício local, para não onerar as compras públicas em relação às licitações convencionais de produtos para a alimentação escolar.

Vilar et al. (2013) consideraram a operacionalização do programa como muito complexa, uma vez que envolve diversos setores do governo nos âmbitos municipal, estadual e federal e da sociedade civil, sendo fundamental que existam condições favoráveis nas diversas esferas que estão envolvidas, tanto com a alimentação escolar como com a agricultura familiar. Fruto dessa dificuldade operacional é que se dá a baixa implementação da política em todo o país, a grande maioria dos municípios ainda estava em fase de implantação do programa (VILAR et al., 2013).

Conforme Camargo et al. (2013) no ano de 2009, ao serem vinculados ao PNAE, os agricultores podiam comercializar até R\$ 9.000,00 (nove mil reais) por DAP ao ano. Porém, em 2012 este valor subiu para até R\$ 20.000,00 por DAP o que, para os autores, levou o PNAE a ser mais atrativo que o PAA.

O programa promoveu a diminuição dos elos de comercialização pela compra direta e local, possibilitando aos agricultores familiares o recebimento de valores acima do que receberiam normalmente nos canais tradicionais de venda. Mesmo diante de tantos benefícios, registram-se também dificuldades operacionais do programa.

Mas, por ser um programa coordenado pelas prefeituras municipais através de chamadas públicas, em que o produtor se compromete a entregar uma quantidade fixa de produtos semanalmente, sua operacionalização demanda maior capacidade de gestão e organização dos agricultores. Apesar das dificuldades, a participação no PNAE abre para os assentados da reforma agrária a possibilidade de maior inserção e participação direta na economia local, além da contribuição para a manutenção de hábitos alimentares tradicionais (CAMARGO et al., 2013, p. 7).

Apesar de considerarem que tanto o PAA e quanto o PNAE são passíveis de bloqueios e/ou interrupções, Camargo et al. (2013) deixam claro que não se pode negar que os programas permitem o reconhecimento e o fortalecimento da agricultura familiar como produtora/fornecedora de alimentos. Os programas atuam também como mecanismos de inclusão e legitimação dos assentados da reforma agrária na vida social e econômica local.

Apesar da importância destes programas, como demandas de produção e comercialização dos assentamentos, há entraves sérios a serem levados em conta. Dentre eles, pode-se citar a má vontade política da gestão local em realizar compras efetivamente dos produtores locais, a influência da “máfia” das merendas que naturalmente conta nesta trama, além de problemas derivados de intermediação de cooperativas fantasmas, ou a continuidade das compras sendo feitas com grandes grupos de produtores de outras regiões.

Na pesquisa realizada junto as lideranças do assentamento, a percepção dos produtores quanto a esses programas é de que eles, em especial o PAA, são estimuladores da produção de hortaliças em áreas menores, porém com uma maior diversidade de cultivos. Todavia, a descontinuidade do programa acabou por baixar a quantidade de FLV plantadas no assentamento.

A falta do programa força os produtores a buscarem outros mercados, quando em funcionamento, eram as associações e ou cooperativas que operacionalizavam e faziam o gerenciamento da venda e pagamentos, cuidavam da coleta e entrega por vezes com apoio do poder público. Ao produtor cabia a atividade da produção e deixar pronto para a retirada.

Em um olhar desapercibido, parece-nos que essas atividades logísticas não têm muita ligação ou interferência direta na luta diária no campo, como semear, plantar, preparar o solo, colher, tratar animais, e outras inúmeras atividades do cotidiano de uma pequena unidade produtiva. Há que se considerar que algumas delas devem, obrigatoriamente, serem executadas diariamente.

As ações desempenhadas pelas associações/cooperativas nos programas eram fundamentais para melhoria do desempenho produtivo das famílias. Se considerarmos um produtor que para uma simples entrega se desloca alguns quilômetros e faz algumas entregas na parte da manhã, se houver deslocamento de uma hora na ida e outra na volta e mais uma hora para a realização da entrega, ou seja, 3 horas da manhã deste produtor se perderam. Com o PAA, essa parte de tempo era melhor aproveitada na produção e os custos de locomoção eram reduzidos.

Nos últimos anos o programa sofreu reduções drásticas no aporte de recursos, o plano safra 2019/2020 garantiu apenas 1,85 bilhão de reais para ações do programa. Essa quase extinção impacta todos os segmentos do programa, quer seja na cooperativa que deixa de articular ações organizativas, ou pela desistência de cooperados pela não execução do programa.

Há uma menor produção local e desestímulo à produção local de frutas, legumes e especialmente de hortaliças. Esse desestímulo, por sua vez, contribui para a diminuição da produção de itens. Isso nos permite inferir, que o PAA contribuía para a questão da segurança alimentar das famílias uma vez que os excedentes da produção conforme declaração eram utilizados no autoconsumo. Havia uma maior variedade de itens utilizados apenas na composição da dieta familiar; com essa menor variedade, consecutivamente há redução na qualidade das refeições servidas às famílias agricultoras.

Essa menor variedade e qualidade dos produtos é igualmente sentida pelas famílias que eram beneficiárias do programa em sua execução, e que hoje sofrem pelo custo destes alimentos; isso para aquelas que conseguem adquirir parte deles, pois há ainda aquelas que simplesmente não conseguem face a sua situação de vulnerabilidade econômica, ficando ainda mais vulneráveis no que tange à segurança alimentar.

O PAA é uma política pública que orbita em um campo de forças sociais, que não segue um itinerário linear, complexo e de muitos atores sociais, cuja descontinuidade é sentida e percebida como negativa para todos os envolvidos.

O programa permitia, segundo Niederle (2019), uma implicação desde a produção até a forma de vida nas cidades, uma vez que o alimento chegava para a classe trabalhadora urbana, e a fartura da mesa do campo era estendida às cidades.

3.6.2 Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social – PPAIS do Estado de São Paulo

Criado pela Lei nº 14.591, de 14 de outubro de 2011 e regulamentado pelo Decreto Estadual Decreto Nº 57.755, de 24 de Janeiro de 2012, o programa tem como objetivo fomentar a organização e modernização da produção e melhorar o escoamento dos produtos oriundos da agricultura familiar paulista, estimulando a produção da agricultura familiar, além de contribuir para a prática de preços adequados e ampliação do mercado de consumo. Igualmente pode

favorecer a aquisição dos produtos provenientes da agricultura familiar nas compras realizadas pelos órgãos públicos estaduais.

O PPAIS é gerido por uma comissão estadual formada em sua maioria por representantes do poder público estadual e alguns membros da sociedade civil ligados à representação dos agricultores familiares. Em nossa pesquisa, ao abordarmos essa questão, constatou-se que os assentados, em sua maioria, não se sentem representados nesta comissão, e as decisões advindas da mesma são consideradas por eles como verticalizadas, impostas, e nas quais eles não têm influência alguma ou poder de decisão.

Cada órgão estadual (hospitais públicos, presídios, escolas públicas, instituições de amparo social e outras entidades, na compra direta) em conformidade com a lei do PPAIS, e em sua dotação orçamentária devem empregar, um percentual mínimo de 30% (trinta por cento) para a aquisição de gêneros alimentícios, sejam eles in natura ou manufaturados, aquisição esta que se dá mediante chamadas públicas.

A lei do PPAIS define que essa reserva percentual pode ser dispensada em algumas situações, sendo elas: a) não atendimento das chamadas públicas pelos agricultores ou suas organizações; b) impossibilidade de emissão do documento fiscal correspondente pelo agricultor ou sua organização; c) inviabilidade de fornecimento regular e constante dos gêneros alimentícios por parte dos agricultores ou suas organizações; d) incidência de pragas ou acidente natural que resulte na perda da produção dos agricultores familiares; e) condições higiênico-sanitárias inadequadas.

A habilitação dos agricultores ao programa se faz pela concessão da Declaração de Aptidão ao PPAIS que é fornecida pela Fundação Instituto de Terras (ITESP) e pela antiga Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), renomeada recentemente como Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável (CDRS).

Inicialmente cada agricultor representado por uma DAP podia comercializar anualmente até o valor máximo de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), esse valor deve ser ajustado anualmente com base em estudos realizados pela comissão gestora. Atualmente o valor foi fixado em até R\$ 60.000,00 por agricultor ao ano, conforme texto do Decreto Nº 63.278, de 19 de março de 2018, nas condições elencadas abaixo:

I - R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) para a venda de produtos in natura e demais produtos referentes ao Programa PPAIS; II - R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) referentes ao subprograma “Leite e Derivados”. Artigo 2º - As compras diretas de gêneros alimentícios a que alude o artigo 4º da Lei nº 14.591, de 14 de

outubro de 2011, por parte de órgãos e entidades da administração, deverão ser comercializados com teto específico. Artigo 3º - O valor a que se refere o § 2º do artigo 4º da Lei nº 14.591, de 14 de outubro de 2011, fica reajustado para R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) por ano (SÃO PAULO, 2018).

Quando se tratar de aquisição efetuada de associação ou cooperativa, esse valor anual deverá ser multiplicado pelo número de seus integrantes. Assim se uma associação ou cooperativa tem 50 membros, ela poderá comercializar esse valor multiplicado por 50.

Os dados do PPAIS relativos às compras não estão disponibilizados, todavia, encontramos no sitio eletrônico, do programa a chamada 03/2019 visando credenciamento de agricultores familiares para o fornecimento de 13 itens (hortifrutigranjeiros), ao Presidio Odon Ramos Maranhão, que está incrustado na área do assentamento Horto Bela Vista, fazendo divisa com o lote de número 09.

Ressaltam aos olhos, os preços dos itens da referida chamada, que são bem diferentes e abaixo dos praticados nos mercados locais, questão que trataremos juntamente à análise dos resultados da pesquisa.

3.6.3 Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável Microbacias II – Acesso ao Mercado (PDRS)

O Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – Microbacias II – Acesso ao Mercado (PDRS) é uma iniciativa executada pelas Secretarias de Agricultura e Abastecimento (SAA) e do Meio Ambiente (SMA), financiada pelo Banco Mundial e pelo Governo do Estado de São Paulo. Instituído pelo Decreto 56.449 de 29 de novembro de 2010, cujo objetivo principal é promover o aumento da competitividade da agricultura familiar no Estado de São Paulo, na mesma medida em que promove melhorias ambientais e ações de sustentabilidade.

As atividades do PDRS estão organizadas em três componentes:

Componente 1 – Apoio a iniciativas de negócios dos agricultores familiares, desenvolvido pela Coordenadoria de Assistência Integral (CATI) da Secretaria de Agricultura, que envolve investimentos para iniciativas de negócios e ações voltadas ao fortalecimento das organizações;

Componente 2 – Fortalecimento das instituições públicas e infraestrutura municipal, que contempla: ● Ações da CATI voltadas ao desenvolvimento de políticas públicas, monitoramento de mercado e extensão rural e ao fortalecimento da infraestrutura municipal de estradas; ● Ações da Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais (CBRN) da Secretaria do Meio Ambiente, que visam fortalecer a competitividade, em longo prazo,

dos agricultores familiares, promovendo o manejo sustentável dos recursos básicos para a produção (solo, água e biodiversidade). Entre tais ações estão os Subprojetos Ambientais, objeto deste Edital;
Componente 3 – Gestão do Projeto, desenvolvido conjuntamente pela CATI e CBRN, refere-se ao acompanhamento físico e financeiro do projeto, à avaliação de impactos do projeto, avaliação ambiental e auditoria.

O programa microbacias é executado com recursos provenientes do Governo do Estado de São Paulo, e do acordo estadual que foi firmado com o Banco Mundial e com contrapartida de Prefeituras e organizações formais de produtores rurais e comunidades tradicionais. O período de duração do projeto inicialmente acordado era entre 30 de setembro de 2010 a 30 de setembro de 2015, porém no dia 24 de junho de 2015 houve mudanças no prazo de execução, que foi prorrogado para 30 de setembro de 2017.

Prevendo ações para o fortalecimento das organizações de produtores rurais, no intuito de garantir o aumento da produtividade e a melhoria na qualidade dos produtos; a integração de melhores práticas de manejo do solo e da água com sistemas de produção mais sustentáveis.

Torná-los competitivos pelo fortalecimento da capacidade de organização e gerência dos sistemas de produção, as demandas de produtos e qual a viabilidade dentro do mercado e pela promoção da participação mais ativa dos agricultores familiares em suas associações e cooperativas para se integrarem dentro das cadeias produtivas em suas regiões.

São definidos como beneficiários do Projeto as associações e/ou cooperativas de produtores rurais e comunidades tradicionais de povos indígenas e quilombolas envolvidos em atividades tipicamente rurais agrícolas e não agrícolas, desde que formalizadas e regularizadas por pelo menos um ano, e sejam compostas por, no mínimo, quinze membros, dos quais mais de 50% devem ser obrigatoriamente agricultores familiares.

No investimento, o apoio financeiro para as organizações de produtores rurais (com mais de 70% de agricultores familiares), chega até 70% do valor elegível da proposta; para organizações com até 70% de agricultores familiares, a subvenção é de 50% do valor da proposta, sendo o limite financiável estipulado em R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais).

Já para os das associações indígenas e quilombolas (projetos comunitários), o financiamento pode ser até 99% do valor elegível do projeto comunitário, tendo o limite de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) por grupo organizado; para estes tetos máximos de investimento, existe a contrapartida da associação, cujo valor é de 1% da proposta.

Visando, segundo a SMA, a atender às necessidades apresentadas pelas comunidades tradicionais, os investimentos coletivos devem respeitar, além da sustentabilidade ambiental e

a competitividade, o compromisso de manter a autonomia e a valorização da cultura e identidade dos grupos, sem prejuízo à legislação ambiental e outras.

A Lei Federal 12.651/2012 estabeleceu quais seriam as obrigações a serem cumpridas pelos proprietários de imóveis rurais e agricultores do estado de São Paulo. Dentre elas, destaca-se a inscrição no Cadastro Ambiental Rural – CAR, a obrigatoriedade da recuperação parcial de áreas de preservação permanente que se encontram sem cobertura de vegetação nativa. Para as áreas de preservação permanente com uso consolidado anterior a 22 de julho de 2008, e a manutenção e/ou instituição de Reserva Legal.

O não cumprimento da legislação ambiental implica na perda do acesso ao crédito rural e a mercados consumidores, além de sujeitar os agricultores a multas e outras sanções previstas na legislação. Por outro lado, a lei possibilita que os Sistemas Agroflorestais possam ser utilizados como forma de recuperação de reserva legal em qualquer tamanho de propriedade, e no caso de pequena propriedade/posses de agricultores familiares, admite-se também sua utilização na recuperação das áreas de preservação permanente.

Figura 9 - Sistema Agroflorestal Implantado pelo PDRS (vista aérea)



Fonte: Acervo NEA Boituva, 2019.

O município de Iperó, juntamente com o governo do estado de São Paulo, desde o ano de 2015, tem assinado convênios por meio do (PDRS), com aporte financeiro do Banco Mundial (BIRD), com o propósito de cumprir os objetivos do PDRS, através do Programa Micro Bacia II – Acesso ao Mercado, pela chamada pública da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SMA) - Chamada PDRS-SA 02/SMA/SP, cuja pré-proposta apresentada pelo Projeto denominado Gerando Frutos, pela Associação Regional de Desenvolvimento Agrário (ARDA), com sede no município de Iperó/SP.

O projeto objetivava a implantação de 41 SAFs em quatro (4) assentamentos nos municípios de Iperó e Itapetininga, sendo disponibilizados cerca de R\$ 660.000,00 (seiscentos e sessenta mil reais), contemplando os assentamentos 23 de maio e Carlos Lamarca, em Itapetininga, e Fazenda Ipanema e Horto Bela Vista em Iperó, sendo, 15 unidades no Horto Bela Vista. Para efetivação do projeto houve pagamento de 10% do valor como contrapartida, pagos com recursos da Fundação ITESP.

Há um outro projeto, conforme comunicado 03/2014 da Gerência Técnica Ambiental, de 05-03-2014 da Secretaria estadual de meio ambiente (SMA), onde o Edital PDS SA02, contemplou a Cooperativa Agropecuária Filadélfia de Fruticultores, Avicultores e Pecuaristas de Gado Confinado (COAGROFIL), que foi a construção de Unidade de Processamento de Olerícolas e Frutas localizada nas proximidades do Assentamento Ipanema na Área 2, em Iperó, também construída e equipada com recursos do Programa Microbacias II – Acesso ao Mercado.

A Unidade de Processamento integra um plano de negócios apresentado pela COAGROFIL, o valor total para implantação foi de R\$ 714,400,00 Desse montante, são R\$ 500,100,00 mil financiados pelo Programa Microbacias II e R\$ 214,300,00 mil de contrapartida da cooperativa, que atualmente conta com 30 cooperados.

A unidade de processamento foi recentemente inaugurada, embora bem equipada, ainda depende de autorizações para funcionamento, como alvarás e outras. Não há previsão para funcionamento da unidade, para que se inicie ao atendimento à demanda dos produtores.

A unidade de processamento poderá receber produtos de outros assentamentos, embora os produtores agroecológicos do Horto Bela Vista não considerem no momento enviar a produção, por não haver uma separação entre a produção orgânica da convencional no processamento, condição não atendida no planejamento e execução da implantação da unidade de beneficiamento, em atendimento as leis vigentes.

Para nós que é orgânico, precisa de outros compartimentos, pois não podemos correr o risco de ter contato ou misturar com o convencional. Essas contaminações que não podem. Por isso ainda não temos plano de fazer beneficiamentos orgânicos lá. (ASSENTADA 56 anos).

Como observamos na fala da assentada, embora haja a preocupação em realizar a implantação da planta agroindustrial para beneficiar a população, ela não foi pensada e nem mesmo construída para o atendimento da produção agroecológica, mas apenas para produtos convencionais, o que nos deixa com clara evidência da flagrante falta que a ATER faz para os assentados, e da não consideração da existência de dois grupos distintos em sua forma de produção.

Contrariando inclusive o investimento anterior do mesmo programa, cujo objetivo é ampliar a competitividade e proporcionar o acesso ao mercado aos agricultores familiares organizados em associações e cooperativas em todo o estado de São Paulo, e também organizações de produtores de comunidades tradicionais como quilombolas e indígenas, que de modo geral produzem agroecologicamente.

O Projeto pretende aumentar as oportunidades de emprego, renda, e a inclusão social, e promover a conservação dos recursos naturais, tanto que havia investido na plantação de quarenta e uma unidades de produção de produtos agroecológicos, que devem ter dificuldades para serem processados nessa unidade pelos simples fatos de serem agroecológicos.

3.7 Do estado da arte à pesquisa empírica: uma ponte para a comercialização

Para finalização deste terceiro capítulo, discorreremos sobre o caminho percorrido entre o estudo sobre a teoria que fundamentou e deu embasamento a nossa pesquisa, contribuindo para o delineamento da mesma, desde a definição de nosso recorte, da situação problema, a saber os avanços e bloqueios das famílias assentadas para comercializarem sua produção de FLV.

Foi a partir da revisão bibliográfica, que elencamos quais as perguntas essa tese deveria dar as respostas, em cumprimento ao objetivo geral, para tanto todos os itens deste capítulo 3, se fizeram necessários para que pudéssemos estudar o universo da agricultura familiar de sua produção e da comercialização.

Norteados pela teoria é que conduzimos a pesquisa, para chegarmos aos resultados que apresentamos nos capítulos seguintes. Caracterização das famílias, mapeamento da produção e

quais sistemas de produção são adotados por elas, quais canais e estratégias de comercialização elas utilizam, com a finalidade de sobreviverem dignamente enquanto grupo social.

E por último à luz da teoria utilizada, de qual forma essa tese pode contribuir para essa discussão dos desafios da comercialização muitas vezes se convertem em bloqueios.

4 PRODUÇÃO NO HORTO BELA VISTA

4.1 As famílias, a luta pela terra e a nova condição de assentados, os desafios da produção

Desde 1998, quando as famílias passaram a buscar a terra numa tentativa de uma melhor condição de vida, e para isso se dispuseram a realizar processos de ocupação de terras pertencentes ao Estado, segundo as entrevistas realizadas, no momento da ocupação eram mais de oitenta (80) famílias. Famílias que lutavam por esse ideal, ainda que não soubessem, primeiro se teriam êxito, segundo naquele local nem todas as famílias seriam assentadas, mas ainda assim resistiram por mais de um ano na busca de seu intento. O processo informal de divisão dos lotes foi relatado por uma das entrevistadas.

Aí, nós fizemos tipo de um mapinha, um mapa, cada um viu o seu, pisou no seu, na terra mesmo o mapinha, então pisou no seu lote. Então aí aqui, quando a gente chegou a gente plantou mamona para começar, dividiu cada um, um pedaço. Cada um plantou só mamona, no seu lugar, onde era o seu lote já (ASSENTADA, 56 anos).

Este momento descrito pela assentada, marca a gênese do processo de luta na terra para as trinta e uma (31) famílias, que meses mais tarde seriam definitivamente assentadas, com o reconhecimento do assentamento pela portaria 44, de 10 de dezembro de 1999, do INCRA.

Esses plantios iniciais realizados pelas famílias, conforme as declarações, eram sempre de feijão, arroz e mandioca, itens básicos que eram plantados pensando-se na subsistência familiar. A mamona também foi plantada neste momento, face a facilidade de conseguirem as sementes dentro das próprias áreas e o seu plantio tinha como objetivo a colheita de mais sementes para serem comercializadas gerando assim alguma renda às famílias naquele momento.

O plantio da mamona demonstra que desde o princípio do assentamento as famílias já lutavam por formas variadas de produção e obtenção de renda, corroborando os estudos realizados por Wanderlei (1999); Pierri e Valente (2000); Schneider (2001), Wilkinson (2003), e Piraux (2012).

O desafio de produzir alimentos de forma diversificada, em terras degradadas pelo uso exacerbado ao longo do tempo, que continham plantações de eucalipto e onde há falta de água de bebida, para saciar a sede das pessoas era predominante, se materializou rapidamente para

as famílias assentadas que já dependiam de seus esforços relacionados à produção, para a sua manutenção.

a gente já ficou plantando direto né, cada um no seu sítio lá, arroz, feijão, aí a gente começou a mexer, foi em 2003, a gente já mexeu com hortaliça, uns com hortaliça, outros não, com gado né, não dava para mexer. Depois, hortaliça a gente mexeu até agora, na verdade né, com o custeio, depois paramos. Nós, também não tinha água né, aqui era tudo eucalipto, não tinha água, a gente mudou para o sítio, mas buscava água na agrovila mesma coisa (ASSENTADA, 56 anos).

Com a demarcação dos lotes e o assentamento das famílias, cada uma delas foi se adequando como pôde à falta de água. Algumas construíram poços cacimba “caipira”, visando suprir a necessidade das casas, da produção e dessedentação dos animais.

As famílias começaram a pleitear financiamentos para aquisição e construção de estruturas mínimas, como cercas e poços e de animais, geralmente vacas leiteiras, aqui começavam outras lutas, como as batalhas junto aos bancos para aprovação dos créditos, que dependiam de documentos dos órgãos de ATER. Uma vez vencidas essas primeiras barreiras, para conquista dos recursos para os primeiros investimentos, esbarravam em falta de conhecimento, gado leiteiro adquirido vinha com baixa qualidade, em sua maioria vacas de descarte por baixa produção ou contaminadas pela mastite (ASSENTADA, 59 ANOS).

A produção de FLV começou a se consolidar no ano de 2006, em especial as hortaliças, houve uma aproximação dos assentados do Bela Vista com os da Fazenda Ipanema, agrupados pela Associação de Produtores Agroecológicos e Biodinâmicos da Reforma Agrária da região de Sorocaba (AproBio).

AproBio tem uma função muito importante aqui para discutir sobre diversificação da produção e agroecologia, já nesse período, e nesse período já foi um suporte para o PAA - Programa de Aquisição de Alimentos que a gente criou uma associação e fez as primeiras entregas aqui, é uma associação estadual e foi muito legal isso (ASSENTADA, 59 anos).

Essas relações sociais, propiciaram a organização social da comunidade pela associação, que foi propulsora da inclusão das familiares no PAA, sem essa organização, talvez as famílias não tivessem acessado o programa.

Aí a gente começou a mudar a paisagem e qualidade produtiva de cada lote, porque todo mundo tinha horta tinha muita coisa, e isso também ajudou na sua alimentação interna da família, eles montavam feira, levava e vendia em carroça, aquele auê legal. (ASSENTADA, 59 ANOS).

A mudanças sugeridas por Duval e Ferrante (2008), podem ser percebidas na declaração da entrevistada, a mudança da paisagem se configura na implantação sugerida pelos autores de mosaicos de biodiversidade, produção e relações sociais (ver figuras 10 e 11).

Figura 10 - Imagem satélite dos lotes 24 e 29 no ano de 2003



Fonte: Google Earth, 2019.

Figura 11 - Imagem satélite dos lotes 24 e 29 no ano de 2017



Fonte: Google Earth, 2019.

Nas imagens extraídas do Google Earth que mostram os lotes 24 e 29, é possível observar, no detalhe, as diferenças visuais da mudança de paisagem produzida graças à maior variedade produtiva, à terra degradada, quase sem presença de vegetação e com ares de ressecamento no ano de 2003. Ganha mais verde na imagem de 2017.

É perceptível a presença mais numerosa de espécies vegetais, bem como um maior adensamento da mata nas áreas de reserva pertencentes ao assentamento.

Essa maior presença de vegetação nos dá indícios de maior diversidade animal e de interações entre as espécies, uma vez que baseados na obra “Um Amplo ‘Olhar Sobre a Biodiversidade’” produzida pela Agência Paulista de Amparo à Pesquisa (FAPESP), onde os espaços naturais são vistos como espaços de interações entre plantas e animais e entre eles e os seres humanos. Havendo entre todos eles um elo, pois essas relações são intrincadas, sutis e inevitáveis, uma vez quebradas há prejuízo para todos (FAPESP, 2006).

⁶ O Programa de Pesquisas em Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade do Estado de São Paulo – ou Biota-FAPESP, propunha-se a reunir, organizar, completar e analisar a fauna e a flora do Estado de São Paulo, abrangendo microrganismos, invertebrados e vertebrados e as plantas, que são apresentados na obra um amplo olhar sobre a Biodiversidade.

As alterações causadas nas paisagens naturais, em função do uso desregrado no passado, ou mesmo pelo desmatamento para fins agrícolas onde são implantadas monoculturas (ou pela expansão das cidades), quebram com o encadeamento das interações das espécies. A convivência de espécies como aves, macacos e roedores que consomem frutos e sementes também propicia o espalhamento de sementes em áreas diferentes da planta mãe, da mesma forma que as abelhas propiciam a polinização de plantas distintas.

Voltando à comparação das imagens podemos observar que em 15 anos, houve contribuição significativa para o reequilíbrio da biodiversidade dentro do assentamento, quando nos fundamentamos nos apontamentos da FAPESP (2006).

Inegavelmente, houve o aumento da produção em número de espécies de uso alimentar, quer seja convencional ou não. Em uma observação mais criteriosa é possível observar o plantio de frutas como laranjas, limões e abacaxi, árvores da flora brasileira e outras como abóboras, pimentas, plantas não convencionais.

Segundo as declarações dos assentados, é a partir de 2006, que as famílias que produziam frutas, legumes e verduras começam a ser vistas de forma diferente, haja vista que eles tinham uma melhor relação com pessoas de fora do assentamento, por conta da comercialização, além disso a produção era mais diversificada “quem estava na agricultura tinha mais fartura”. Isso fez com que mais famílias aderissem à prática de hortas, e essa fartura em parte, se deu pelos esforços das mulheres.

4.1.1 O protagonismo silencioso

Conforme Pastório e Roesler (2014), a mulher ao longo da história, sempre desenvolveu um papel importante junto a família, principalmente, na educação dos filhos e junto aos afazeres no campo, arando, carpindo, auxiliando na colheita e plantio, com dedicação especial às hortas e quintais.

A participação da mulher em espaços produtivos como a agricultura, avança quanto à percepção subjetiva de seu reconhecimento, principalmente por elas mesmas, que passam a se ver como conhecedoras e manipuladoras do processo de produção agrícola em suas propriedades rurais familiares reconhecendo-se como sujeitos, que em patamar de igualdade, no entanto seu empenho nas atividades agrícolas continua sendo não valorizado e por vezes não remunerado.

Para Coelho (2011), o viés androcêntrico dado pelo modelo econômico mundial, implica no conceito não manifesto, mais implícito de que as mulheres têm uma vantagem comparativa na produção doméstica, em comparação a produção mercantil, ficando assim a elas a incumbência do cuidado dessa produção.

As mulheres agricultoras familiares em diversos estudos acadêmicos, Burg, (2005); Maronhas; Schotts; Cardoso, (2014); , Meira e Duval,(2017); Leal, Pizaia e Ferrante,(2018); Ana, 2018), têm ressaltado o seu empenho para a agroecologia, destacamos aqui a obra de Siliprandi (2015), que dentre outras atividades das mulheres, como militância, engajamento político, são apontadas como fundamentais para garantir a produção variada que garante o autoconsumo de suas famílias.

A produção destinada ao autoconsumo, geralmente não entra como fator de remuneração, uma vez que esses valores quase nunca são computados na composição da renda. Mesmo que pelas mãos dessas mulheres e por sua especialização nessas atividades a família tenha um maior nível de bem-estar material, alimentar, dentre outros benefícios.

Leal (2019), ao analisar o papel das mulheres em espaços de produção agroecológicos, identificou essa subordinação das mulheres na esfera produtiva, uma vez que o conjunto diário de tarefas que elas desempenhavam, eram contabilizados como fração do esforço coletivo, entendidas no universo familiar como ajuda nos afazeres da unidade de produção, relegando-as à invisibilidade.

Essa invisibilidade está associada a uma ortodoxia engendrada socialmente, que outorga a gestão familiar e da unidade produtiva ao homem, o que subjuga de forma cruel e injustamente a mulher, como se fosse ela inferior, tanto na divisão do trabalho quanto no poder de decisão. Na mesma medida, que são atribuídas atividades, cuja carga horária tomam o dia todo, o que as deixam exauridas.

o entendimento sobre o “tempo livre” da mulher, que muitas vezes não existe. A mulher que cuida do lar não tem folga para descanso, para lazer, ou mesmo para cuidados com a beleza. Ela está sempre disponível para um pedido dos filhos ou para uma “ajuda” ao marido (LEAL, 2019, p. 70).

Siliprandi (2015) destaca que ainda que as mulheres exerçam efetivamente funções agrícolas, como preparação do solo, plantio, colheita, cuidados com animais, e outras como preparação de alimentos, cuidado dos filhos, produção de artesanatos e transformação da

produção em alimentos processados, somente são reconhecidas pelas atividades que seriam obrigatórias por serem mães e esposas.

Esse paradigma que as torna invisíveis, precisa ser revertido. Para tanto é necessário conforme Siliprandi (2015), haver um enfrentamento quanto ao poder atribuído aos homens e maior apoio organizativo a mulheres, para que pela produção, possam romper essa lógica de desigualdade entre homens e mulheres.

Quebrando assim o silencioso protagonismo das mulheres, além de atribuir a elas o verdadeiro valor pelas atividades exercidas, que contribuem para composição da renda familiar, para a segurança alimentar da família, para conservação da biodiversidade e do ambiente, e também da preservação cultural pela manutenção dos saberes produtivos.

Siliprandi (2015) afirmou que a participação em lutas sociais pelas mulheres teve crescimento por volta dos anos de 1990. As mulheres se apresentaram também com maior afirmação no planejamento e nas decisões em experiências agroecológicas. Podendo ser percebidas mudanças significativas em meados de 2000, momento em que a autora concluiu que houve, de maneira geral, uma maior participação das mulheres em experiências de produção, permitindo ampliação da sua atuação, extrapolando os limites das suas redes de sociabilidade habituais.

Situação que é possível ser percebida no arranjo produtivo do Horto Bela Vista, onde observamos uma ruptura com essa lógica, os dados revelaram que em quatro (4) lotes as mulheres eram as titulares. O número de mulheres que administram os recursos financeiros da família sozinha ou com o companheiro foi superior a 40%.

Mesmo havendo 16% dos lotes sob a titularidade das mulheres, quando questionamos sobre aquisição de crédito pelo PRONAF Mulher, 36%, das respostas foram afirmativas para a obtenção dessa modalidade de crédito, valor que corrobora a afirmação de que 40% das mulheres participam da gestão dos recursos familiares.

Inferimos que o protagonismo das mulheres que era silencioso, passa a dar o tom a uma nova melodia, elas são as responsáveis por boa parte da produção dos quintais e também da produção agroecológica, como observamos. Sua participação nas atividades produtivas e de comercialização embora tenham propiciado mudanças significativas, ainda há conjunto de bloqueios a ser superados.

4.1.2 Entre a OCS e a SPGs: indefinições e exigências legais

No Horto Bela Vista o invisível papel das mulheres começa a ganhar cores. No ano de 2008, foram as mulheres do assentamento, as responsáveis pelo início do processo de discussão sobre a produção orgânica via AproBio, que apresentou a possibilidade de se certificarem como produtores biodinâmicos e orgânicos em conformidade com a Lei Federal nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003. Momento em que algumas pessoas optaram pelo sistema de certificação OCS⁷.

No ano de 2014, começam as preocupações com as questões ambientais no assentamento, conforme declaração:

Bom, em 2014, a gente fez então um projeto pela PDRS para Implantação de Sistemas Agroflorestais, e esse PDRS é legal por que quem contribuiu muito foi esse caderno de manejo orgânico já estudado na OCS, de como a gente ia melhorando nossa questão ambiental nos sítios, e o pessoal já ia desenhando como é que eles queriam fazer o reflorestamento o sistema agroflorestal (ASSENTADA, 59 anos).

Com essa percepção ambiental mais a florada, maior estudo sobre a produção orgânica, implantação de Sistemas Agroflorestais nos lotes, apoiados pelo governo municipal da época, no ano de 2014, os assentados que participavam da OCS, começam a realizar semanalmente a Feira de orgânicos, hoje denominada Feira dos Produtores, e agrega também os agricultores convencionais que são maioria, eles ocupam cerca de 70% do espaço da feira, que é realizada semanalmente na área central do município, a mudança de nome em parte se deve em função de que há predominância de agricultores convencionais.

Já em 2015, os assentados do Horto Bela Vista se reúnem com o apoio do Núcleo de Estudos em Agroecologia (NAAC) da Universidade Federal de São Carlos – Campus Sorocaba e dão início a implantação de uma CSA naquele município.

Nós criamos então a Comunidade que Sustenta a Agricultura em Sorocaba/SP que é a CSA e que está até hoje, inclusive amanhã tem um dia de campo com o pessoal da CSA no assentamento. Em 2015, a gente começa a fomentar uma criação de Cooperativa e se junta ao Instituto Terra Viva para fazer a logística da comercialização e da produção, então uma coisa foi puxando a outra né, aí no Terra Viva o pessoal precisava que fosse certificado e não credenciado, aí nasce a necessidade de criar um SPG, por que aí a gente podia fazer a venda

⁷ A Organização de Controle Social (OCS) é o órgão social participativo que verifica a conformidade de produção orgânica e certifica o produtor e a propriedade, permitindo que o mesmo comercialize diretamente seus produtos como orgânicos. Os dados ficam registrados no MAPA, incluindo quais orgânicos são produzidos.

através de terceiro, então em 2015/2016 a gente faz o SPG Iperó, parte dessa turma vai para no SPG Iperó (ASSENTADA, 59 anos)

Com a criação da cooperativa e a parceria firmada junto ao Instituto Terra Viva, houve a necessidade de que os produtores se credenciassem junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Sistema Participativo de Garantia da Qualidade Orgânica (SPG), posto que essa é uma das exigências dos compradores de São Paulo, que exigiam a certificação para efetivar os processos de aquisição.

Os SPGs foram instituídos pelo Decreto Federal nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007, que regulamentou a Lei no 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica. O decreto define que são Sistemas Participativos de Garantia da Qualidade Orgânica o conjunto de atividades desenvolvidas em determinada estrutura organizativa, visando a assegurar a garantia de que um produto, processo ou serviço atende a regulamentos ou normas específicas e que foi submetido a uma avaliação em conformidade à forma participativa.

No texto do artigo 38 do decreto 6.323, nos parágrafos de 1 a 5, são definidos os grupos que podem compor o sistema, qual a estrutura mínima para seu funcionamento, gestão e guarda de comprovações.

§ 1º São considerados membros do sistema os produtores, comercializadores, transportadores, armazenadores, consumidores, técnicos e organizações públicas ou privadas que atuam na rede de produção orgânica.

§ 2º Para os fins previstos no § 1º, consideram-se produtores os agricultores individuais as associações, as cooperativas, os condomínios e outras formas de organização, formais ou informais.

§ 3º O organismo participativo de avaliação da conformidade, previsto no caput, terá personalidade jurídica própria, com atribuições e responsabilidades formais no Sistema Participativo de Garantia da Qualidade Orgânica, consignadas em seu estatuto social.

§ 4º O organismo participativo de avaliação da conformidade terá em sua estrutura, no mínimo, uma comissão de avaliação e um conselho de recursos, composto por representantes dos membros do Sistema.

§ 5º No caso de o organismo participativo de avaliação da conformidade vir a ser constituído como parte de uma organização já existente, esta deverá estabelecer em seu estatuto a criação de um setor específico para a finalidade de avaliação da conformidade orgânica, com mecanismo de gestão própria.

Uma vez dentro de um SPG, a parceria com o Terra Viva se tornou mais forte para as oito famílias que aderiram a essa certificação, hoje é um dos principais canais de escoamento da produção do assentamento. O Terra Viva é considerado pelos assentados como um intermediário, discussão a ser retomada na análise dos resultados.

A história destes protagonistas nos remete ao diagnóstico do seu modo de vida, suas estratégias de produção e comercialização e sua busca por autonomia. Esse protagonismo não tem uma história linear.

Entretanto, precisamos destacar que tanto as OCSs quanto os SPG, não são modelos de eficiência absoluta, dado o conjunto de dificuldades que se apresentam para a manutenção das certificações pelas famílias investigadas. São desafios que também se apresentam em outros assentamentos do Estado de São Paulo, conforme apresentou Pizzaia (2019), e que foram igualmente percebidos em nossa pesquisa.

A comercialização depende de divulgação dos produtos agroecológicos, exige um conjunto de tarefas, que mexem com a rentabilidade da família, há muito serviços que não são da produção e precisam ser feitos e que não geram renda, principalmente para que se mantenha a certificação (ASSENTADA, 59 anos)

Das oito famílias do Horto Bela Vista que têm certificação por SPG, quatro delas mantém ainda a certificação por OCS. Garantir a manutenção da certificação, é considerado fator oneroso, segundo as lideranças agroecológicas do assentamento, uma vez que para o cumprimento das exigências legais, há obrigatoriedade de algumas atividades burocráticas, como o preenchimento dos cadernos de manejo e diários de campo.

A maioria dos agricultores tiveram pouca frequência escolar e para preencher a documentação que fica à disposição para consultas, a fim de confirmar modo de produção e rastreabilidade, é um trabalho chato, toma tempo e não se ganha nada (ASSENTADA, 59 anos).

Para as famílias, há alguma dificuldade no cumprimento dos tramites legais da certificação, o que é sanado por força da solidariedade que se estabeleceu no grupo, uma vez que os que possuem mais experiência com a confecção da documentação acabam fazendo aos demais esse trabalho de forma voluntária. Há o questionamento por parte das famílias quanto a essa exigência, sem que haja uma contrapartida. Não deveria ser um técnico a preencher essa parte? Eles questionam. E ainda, comparam a ausência de rastreabilidade para as lavouras convencionais, de onde nada é exigido e ou rastreado.

Assim como no estudo de Pizzaia (2019), ao implantarem o assentamento no Horto Bela Vista, havia uma situação de dificuldade para a produção, que foi superada a partir do fortalecimento das famílias, por meio de ações para a sua organização social.

Durante o processo de certificação seja para OCS ou SPG, houve participação ativas dos assentados em especial das mulheres, que foram peças chave, para a construção das estratégias para o planejamento e a consolidação da avaliação de conformidade orgânica que lhes garantiu os respectivos cadastros.

A formação das OCS favoreceu a construção do conhecimento de autonomia, contrapondo a simples substituição de insumos recomendada pela certificação por terceira parte. Quanto à avaliação da diversidade e volume da produção, através da comparação entre as fichas de solicitação enviadas ao MAPA e as visitas a campo (PIZZAIA, 2019, p. 71.).

Pizzaia (2019), considerou em seu estudo que o processo em si, e o amadurecimento para as famílias, teriam sido mais importantes do que a própria certificação, já que possibilitaram uma aproximação do grupo em busca de um objetivo comum, situação semelhante em nosso estudo. Todavia apenas para uma parte das famílias, àquelas que escolheram a produção de base agroecológica para nortear seus sistemas produtivos.

Outras dificuldades foram elencadas como a falta de tecnologias que pudessem contribuir para que o manejo agroecológico fosse menos penoso, contribuindo para uma ampliação da área de produção e consecutivamente da renda.

A opção pela certificação participativa lhes abriu canais de comercialização, mas ainda assim ocorreu de forma tímida e mesmo com a perspectiva de novas possibilidades de vendas, para nichos específicos, a permanência nesses sistemas é algo difícil para as famílias face ao conjunto de exigências que devem ser cumpridas, situação que merece ser estudada com mais profundidade.

4.2 Caracterização da população assentada investigada

Das vinte e cinco famílias assentadas investigadas, obtivemos respostas diretamente dos titulares em 68% dos casos. Em 20% dos casos as respostas foram dadas por filhos ou filhas do titular.

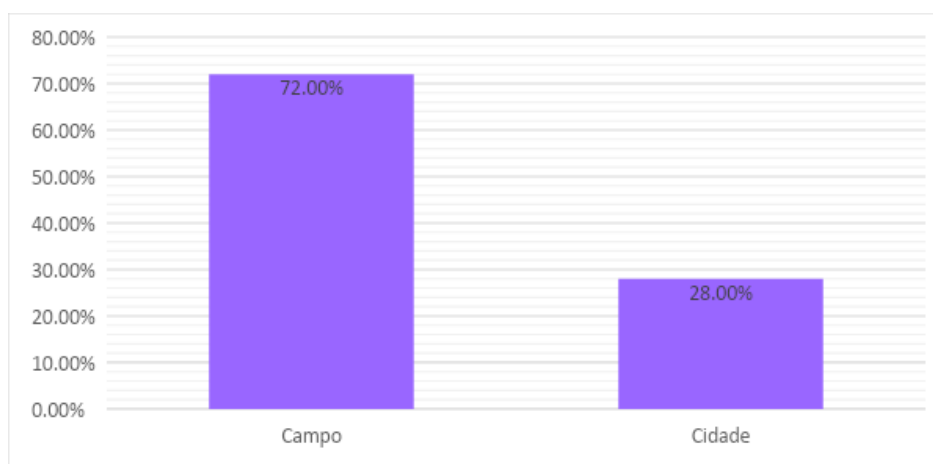
Dos demais questionários, 12%, foram respondidos igualmente por genros ou noras/ netos ou netas/ sogro ou sogra dos titulares, respectivamente 4% para cada um desses respondentes.

Ao realizarmos a aplicação pudemos nos certificar de que de fato o conjunto de respondentes tinha conhecimento das respostas, o que nos permitiu um maior nível de segurança

quanto às respostas. O fato de que a maior parte dos questionários foi respondido diretamente pelos titulares contribuiu para essa segurança em relação aos dados que seriam gerados a partir das respostas.

A primeira pergunta dos questionários que foram aplicados às famílias, era se os respondentes, no momento de seu nascimento, residiam no campo ou na cidade (Ver Gráfico 02).

Gráfico 2 – Quando nasceu morava no campo ou na cidade?



Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

O gráfico número 2, nos mostra, que quando do nascimento, 72% ,dos respondentes já residiam no campo enquanto 28%, não moravam no campo, isso nos dá indícios de que a maior parte dos assentados, que também em sua maioria, foram os próprios titulares dos lotes, já tinham antes de serem assentados, alguma relação com as atividades do campo e relacionadas a produção de alimentos. Isso quer dizer que não estavam em busca da terra como simples aventureiros, mas tinham a esperança de uma volta às origens e de uma melhor condição de vida no campo.

A luta pela reforma agrária foi iniciada na década de 1950, com as ligas camponesas que além da reforma agrária unificava, a luta por melhores salários e contra altas taxas de arrendamento (BERGAMASCO E NORDER, 1996).

Bergamasco e Norder (1996), discutiram sobre os momentos históricos e políticos do Brasil, que conduziram a reforma agrária incipiente realizada no país. Descrevem a reforma agrária realizada para atender à necessidade de pequenos proprietários posseiros, meeiros, ribeirinhos, atingidos por barragens, e até mesmo funcionários das construtoras que migravam para a obra e depois ficavam residindo às margens dos antigos canteiros de obras

Esse era o papel da reforma agrária, facilitar o acesso à terra e expandir a produção de alimentos, o objetivo era promover a reforma, com a modificação da estrutura preexistente cujo funcionamento não está cumprindo o papel que deveria (LOKOI et al, 2005).

Tabela 1- População Assentada, Idade Sexo Total

FAIXA ETÁRIA	HOMENS	MULHERES	TOTAL
0 - 5	8	8	16
6 - 10	15	5	20
11 - 15	14	9	23
16 - 20	9	4	13
21 - 30	16	13	29
31 - 40	18	12	30
41 - 50	5	7	12
51 - 60	13	10	23
61 - 70	6	5	11
71 - 80	3	2	5
> 81	1	1	2
TOTAL	108	76	184

Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Quanto à relação faixa etária/sexo é possível observar nos dados da tabela 01, que existe uma maioria de homens no assentamento dentro da população assentada, sendo que no conjunto das famílias que responderam à pesquisa, temos 108 homens (58,70 %) e 76 mulheres (41,30%). Havendo neste universo recém-nascidos e pessoas com idade acima dos 80 anos.

Na tentativa de obtermos informações sobre os lotes onde houve a negativa de resposta à pesquisa e no lote onde não encontramos o morador, investigamos juntamente aos vizinhos sobre moradores e idade aproximada dos que habitavam os mesmos.

Neste levantamento, inferimos que nos 4 lotes, residem mais 13 pessoas, porém não conseguimos levantar precisamente o sexo e idade dessas pessoas. Desta forma inferimos que a população total do assentamento é formada por 197 pessoas.

A faixa etária com maior número de pessoas é entre os 31 anos aos 40 anos de idade, são 30 pessoas nesta faixa etária, elas representam 16,31% da população.

Os dados relativos às pessoas mais jovens nos chamam a atenção, nas faixas etárias de 0 anos até 30 anos contemplam 54,9% da população. Cabe destacar que a Organização das Nações Unidas (ONU), define juventude como a faixa de indivíduos com 15 a 24 anos de idade. No Brasil embora não haja uma definição legal da população jovem, há uma importante definição legal para adolescência e infância na Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, mais conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Da população assentada apenas 22,8% da amostra estão nessas faixas etárias consideradas como juventude, esses dados nos permitem inferir que poderá em breve haver problemas relacionados à sucessão nos lotes. Nas entrevistas realizadas com as lideranças a permanência dos jovens no campo é vista com uma incerteza.” Os jovens, é incerto, porque não tem uma política pública que os incentive a ficar no assentamento, e fica difícil para eles, porque não tem renda, e no campo está difícil” (ASSENTADO, 30 anos)

Na fase, da juventude, é que surgem questionamentos quanto à permanência ou não no campo e nas atividades rurais, ou no distanciamento da família com o despertar do interesse no modo de vida das cidades. Esse conflito inerente aos jovens é fruto da ausência de perspectiva no meio rural, (leia-se aqui políticas públicas capazes de fixar os jovens no campo), que confronta diretamente com a chance de obter um trabalho assalariado nas cidades (SILVA, FLORES; FERRANTE, 2012).

[...] acusar os jovens de abandonarem o campo em busca da cidade, como se houvesse uma "força jovem" interior a comandá-los mecanicamente. Na realidade, os projetos de assentamento é que não preveem a continuidade das gerações. (SILVA; FLORES; FERRANTE, 2012, p 291)

Para Whitaker (2006),) as avaliações sobre os assentados por aqueles que desconhecem sua realidade é um engano em especial ao fazerem referência aos mais jovens, as políticas públicas é que deveriam ser pensadas de forma diferente, de forma a se sobrepor a essas dificuldades e despertando nos jovens o interesse na continuidade das atividades exercidas pelas famílias.

A defesa da professora Dulce Whitaker (2006), é clara, ao afirmar que a permanência dos jovens nos lotes, está relacionada diretamente à formulação de políticas públicas que

contribuam para a estruturação para produção e comercialização, bem como uma nova organização social a partir dos jovens, para a reconstrução de todo o processo.

Da perspectiva desta reconstrução, tanto para os jovens, quanto para os seus familiares, segundo a qual ocorreria a garantia de que a sua produção e outras formas de trabalho na terra, seriam o meio de sustento e renda, que propiciaria a continuidade na produção, investimentos futuros e melhoria na qualidade de vida, diminuindo assim o êxodo.

No que tange à avaliação dos assentamentos rurais quer seja pela avaliação de sua produção ou sua positividade econômica e mesmo sobre outros aspectos, o estudo da arte sobre o tema revela uma infindável relação de estudos, livros, dissertações, teses e ensaios. Com destaque para Sparovek (2003), que fez uma análise quantiquantitativa de cerca de 4500 assentamentos rurais no recorte temporal de 16 anos entre os anos de 1985 até o ano de 2001.

Os dados do estudo de Sparovek, permitiram ao autor, a formulação de índices da eficácia da reorganização fundiária com o advento dos assentamentos rurais implantados no estado do Rio Grande do Sul. Os índices davam conta das dimensões: Articulação e organização social; Ações operacionais; estruturas sociais e produtivas; Preservação ambiental e Renda familiar.

Em direção até certo ponto contrária à formulação de Sparovek, este estudo tem mostrado que os assentamentos devem ser privilegiados na análise, como espaços de modo de vida, incertezas dos jovens, segurança alimentar, produção e comercialização, sem influência direta na reorganização desconcentração fundiária da região.

Em nossa análise seguimos um caminho, com ênfase à comercialização que é o elemento final e crucial para o fechamento das atividades produtivas que conduzem a formação da renda familiar.

4.3 As estratégias de produção no Horto Bela Vista

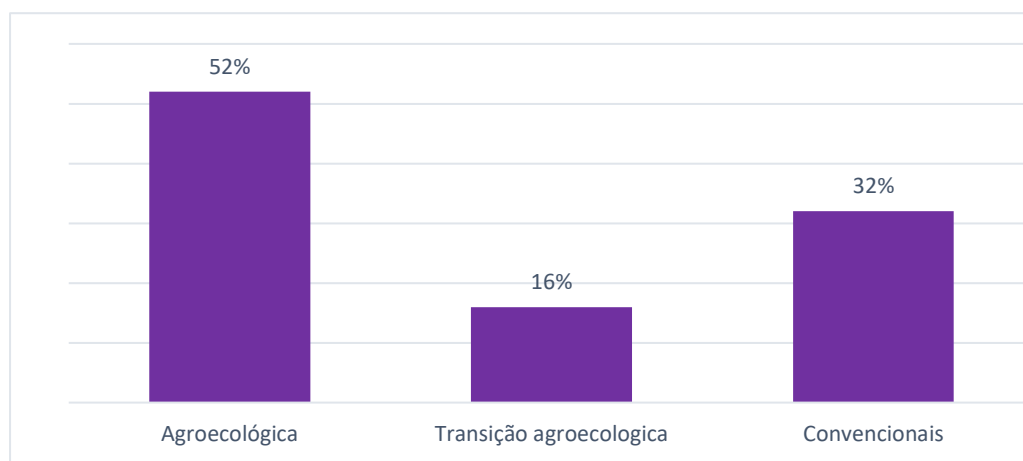
Como nosso intuito era a compreensão do mercado de FLV, esse foi nosso foco principal, todavia, percorremos durante a pesquisa a produção de outros itens, inclusive a produção animal. Principalmente em função da inter-relação existente dentro dos sistemas de produção agroecológicos, onde a integração com os animais é de suma importância, todavia, as análises apresentadas não foram focadas na produção animal, apenas na produção e comercialização de FLV.

Dos respondentes de nossa pesquisa, 92%, afirmaram que produziam frutas, legumes e verduras, os demais 8% declararam não realizar a produção desses itens naquele momento, alguns informando que já tinham produzido, mas a produção foi interrompida e alguns que nunca realizaram em seus lotes o Plantio de FLV.

Parte dos assentados que declararam a não realização do plantio de FLV, justificaram a idade avançada, como elemento dificultador das atividades agrícolas.

Com a minha idade? Hoje não planto mais nada, não aguento, mas, já tive horta, feijão, milho e meus porquinhos, hoje não dá. Arrendo um pedacinho para complementar a aposentadoria meu filho (ASSENTADA, 80 anos)

Gráfico 3 – Produção dos lotes – tipificação



Fonte: Pesquisa de Campo, 2019

Quando questionados sobre qual o método usava para a produção agrícola de seus lotes, as respostas permitiam a escolha de múltiplos tipos. No conjunto de respostas, 32% afirmaram que fazem uso do sistema convencional de plantio (pacotes tecnológicos, sementes, adubação química), os respondentes que afirmaram que o sistema produtivo é o agroecológico, também foram 52% da amostra.

Houve um amplo conjunto de respostas relativos aos sistemas e formas de produção de FLV, no Horto Bela Vista, havendo destaque para a agroecologia. Conforme declarações dos assentados é uma possibilidade frente aos sistemas convencionais de produção, que necessitam de uso de produtos químicos, os quais esses assentados consideram como extremamente nocivos à saúde humana e ao ambiente produtivo. Destacamos que para o grupo agroecológico,

relações com produtos que agredem a saúde humana e o ambiente, são inadmissíveis, como ressaltada na fala de um dos assentados.

Eu não quero veneno na minha mesa, quero que outras pessoas possam se alimentar de coisas saudáveis livres de contaminação e que gerem felicidade na mesa (ASSENTADO, 56 anos)

Por outro lado, os defensores dos sistemas convencionais de produção discordam de que seria possível atender demandas do mercado com a produção, que não seja obtida dentro dos padrões e preceitos da revolução verde, esse embate faz parte da trama que envolve a produção e a comercialização.

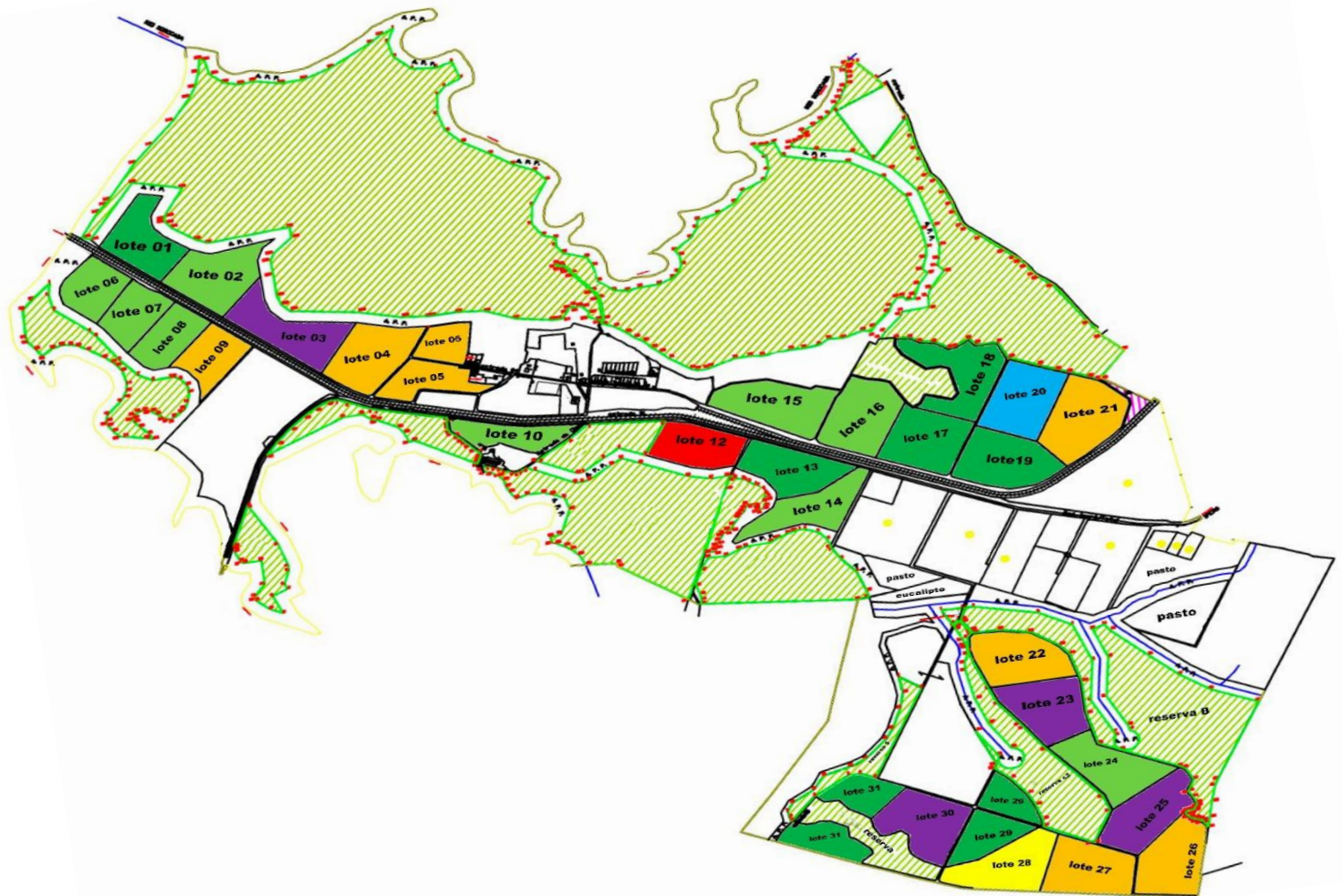
Figura 12 -Lote agroecológico Vista aérea



Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

Dentro do grupo agroecológico a agricultura natural foi a resposta de 28% dos sistemas produtivos, cabe destacar como já citado anteriormente que a agricultura natural e a biodinâmica são consideradas como escolas ou correntes da agroecologia. Houve a afirmação de que 16% dos lotes estão passando pela fase de transição agroecológica. A transição agroecológica é considerada como pilar basilar conceitual da agroecologia.

Figura 13 - Lotes modelo de descrição dos sistemas produtivos



Legenda	
■	agroecológica com certificação
■	agroecológica não certificada
■	Orgânica não certificada
■	Convencional
■	interditado
■	recusou-se a responder/ausente
■	Não soube responder

Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

Considerada por Caporal e Costabeber (2004), como o processo gradual e multilinear de mudança das formas de manejo dos agroecossistemas, cuja meta é a passagem de modelos convencionais de produção para estilos de agricultura com princípios e tecnologias de base ecológica, como maior racionalização econômica-produtiva, que implica em mudanças de atitudes e valores por parte dos atores produtivos, em relação ao ambiente, seu manejo e conservação para melhor uso de recursos naturais, portanto é um processo social não linear.

A transição de modelos convencionais para o agroecológico, perpassa por 3 níveis sendo eles, racionalização, substituição e redesenho.

Na racionalização, busca-se aliar métodos sustentáveis às práticas convencionais, contribuindo no auxílio para a redução de inputs externos que, além de onerosos e escassos, causam danos ao ambiente.

No segundo nível há a substituição dos insumos e das práticas convencionais, que além do seu alto custo degradam o ambiente, devendo assim ocorrer a troca das técnicas praticadas por outras menos agressivas e que alterem minimamente o ambiente.

O terceiro e mais complexo dos três níveis propõe o redesenho do agroecossistema, a partir de um conjunto de processos ecológicos, eliminando as causas dos problemas não resolvidos (GLIESSMAN, 2005). Em 2013, por ocasião do Congresso Brasileiro de Agroecologia em Porto Alegre RS, Gliessman, salientou em sua palestra, que o quarto da transição agroecológica, seria a reconexão entre os agricultores agroecológicos e os consumidores, sem essa ação, seria cada vez mais difícil a transição. Ou seja, a transição agroecológica só é possível, com conscientização dos consumidores, dando à comercialização força e capacidade organizativa para a produção.

A agricultura biodinâmica está presente em 4% dos lotes entrevistados, e outras formas ou sistemas de produção são realizados em 24% dos lotes. Neste percentual estão a produção orgânica em 20% das respostas e 4% dos respondentes declararam não saber responder à pergunta.

Figura 14 – Produção agroecológica de hortaliças



Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

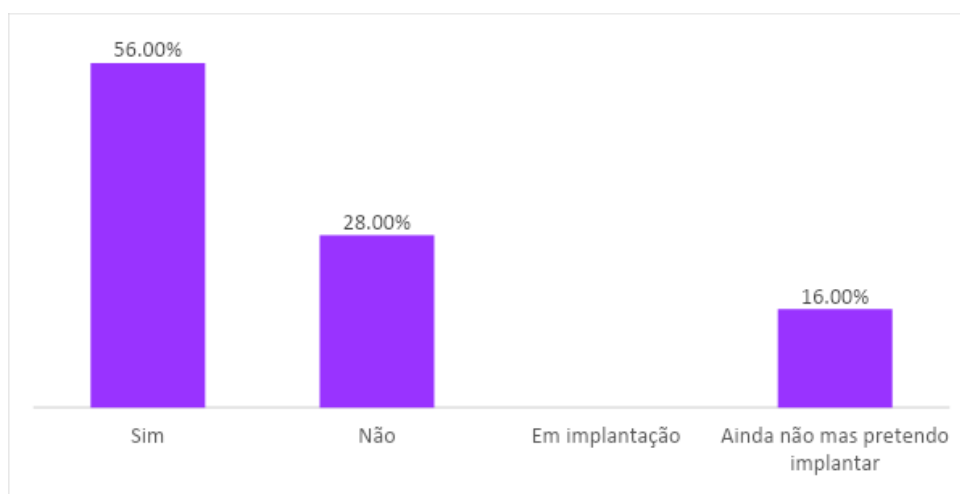
Também foi perguntado às famílias se essas possuíam produção nos seus quintais, para esta pergunta as respostas obtidas foram sim para 76% dos respondentes e não para os demais 24%. A literatura sobre essa produção, nos permite afirmar que a produção dos quintais, além de gerar excedentes para comercialização, são muito importantes para a subsistência das famílias uma vez que, garantem qualidade e diversidade de alimentos a serem ofertados à mesa.

Essa diversidade e qualidade, são atribuídas principalmente pelos quintais constituírem-se como um espaço feminino nos lotes, onde há uma tendência à aproximação com a Agroecologia, fato corroborado por Duval.

Na medida em que os principais produtos comercializados são itens que compõem o cardápio cotidiano das famílias e muitas vezes advindos do quintal doméstico, como fica agora a valorização da produção que antes era adstrita ao autoconsumo e o papel das mulheres (principais protagonistas nessa produção) (DUVAL, 2015, p. 337)

Constatamos também outro espaço importante dentro deste contexto, são os SAFs, que da mesma forma são tutelados pelas mulheres, incluindo os manejos. E que contribuem na mesma medida tanto para produção de FLV para comercialização, quanto para a alimentação da família.

Gráfico 4 – Sistemas Agroflorestais



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Quando questionados sobre sistemas agroflorestais, 56% das respostas foram afirmativas, dizendo que possuíam SAF, as respostas negativas somaram 28%, foi aferido que não há no assentamento SAFs em implantação. Todavia, 16% dos lotes afirmaram não ter o sistema agroflorestal no momento, mas que a pretensão da família, é implantar o sistema em seu lote. Verificamos que em 8% dos lotes das famílias respondentes, o SAF é o único sistema de produção, no qual são produzidos hortaliças, cereais, frutas e verduras.

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), define o Sistema Agroflorestal da seguinte forma:

Sistemas de Produção análogos aos ecossistemas naturais, em que árvores exóticas ou nativas são consorciadas com culturas agrícolas, trepadeiras, forrageiras, arbustivas, de acordo com um arranjo espacial e temporal pré-estabelecido, com alta diversidade de espécies e interações entre elas. Em geral, nos SAFs são realizados plantios de sementes e/ou de mudas. Os recursos e o retorno da produção são gerados permanentemente e em diversos estratos. SAFs otimizam o uso da terra, conciliando a preservação ambiental com a produção de alimentos, conservando o solo e diminuindo a pressão pelo uso da terra para a produção agrícola (EMBRAPA, 2019, sp).

Em nossas anotações nos cadernos de campos, observamos algumas peculiaridades sobre os SAFs. Houve aporte de recursos de dois projetos no assentamento para formação de Sistemas Agroflorestais, um pelo Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – PDRS – Microbacias II, cujo objetivo era reunir os participantes dos Subprojetos Ambientais do PDRS,

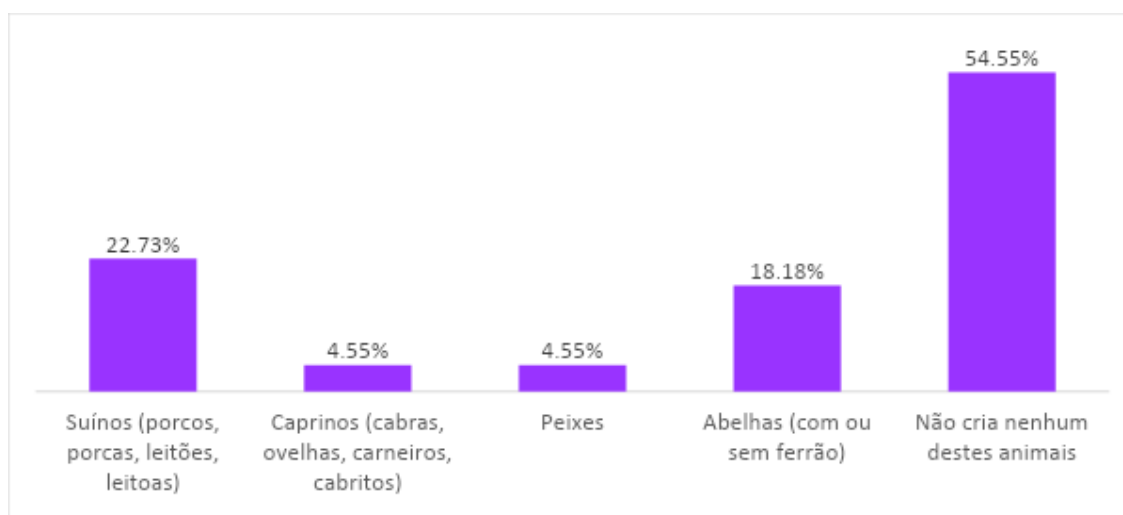
entre técnicos, agricultores e parceiros, para refletir sobre os resultados e as possibilidades dos subprojetos apoiados para implantar SAFs na região de Sorocaba. Outro financiado pela Petrobras denominado “Plantando Águas”, com patrocínio da estatal petrolífera, e executado entre os anos de 2013 e 2015.

O objetivo principal proteger recursos hídricos na zona rural, auxiliando agricultores familiares a adequar suas áreas de APP no entorno de cursos d'água, realizando ações de saneamento básico, educação ambiental, oferecendo oficinas, implantando sistemas agroflorestais como forma de recuperação ambiental e geração de renda, além de criar cartilhas e outros documentos. O projeto foi financiado pela Petrobras, através do Programa Petrobras Ambiental, recurso captado pela organização Iniciativa Verde, com parceria do Instituto de Agroecologia Terra Viva (INICIATIVA VERDE, 2015).

O SAF também possibilita a integração com a pecuária, com uso de esterco animal na composição de compostagens, urina em caldas e outros elementos usados na agricultura biodinâmica, por exemplo. Ao serem questionados sobre a realização desta atividade em seus lotes, as respostas foram 64% responderam, sim pratico alguma forma de integração lavoura/animal, e 36% negaram realizar esse tipo de integração.

Pode-se destacar que o resultado mais fértil entre os assentados como a Petrobrás pelo projeto plantando águas, é de 14 unidades, índice extremamente significativos dados o número total de famílias.

Gráfico 5 – Criação animal (suínos, caprinos/ovinos, peixes, abelhas)



Fonte: pesquisa de campo, 2019.

Cabe destacar que essa integração foi observada em lotes onde não há criação animal o que nos permitiu a inferência de que há repasse de subprodutos, como esterco e outros entre os lotes. A produção animal do Assentamento é bem diversificada.

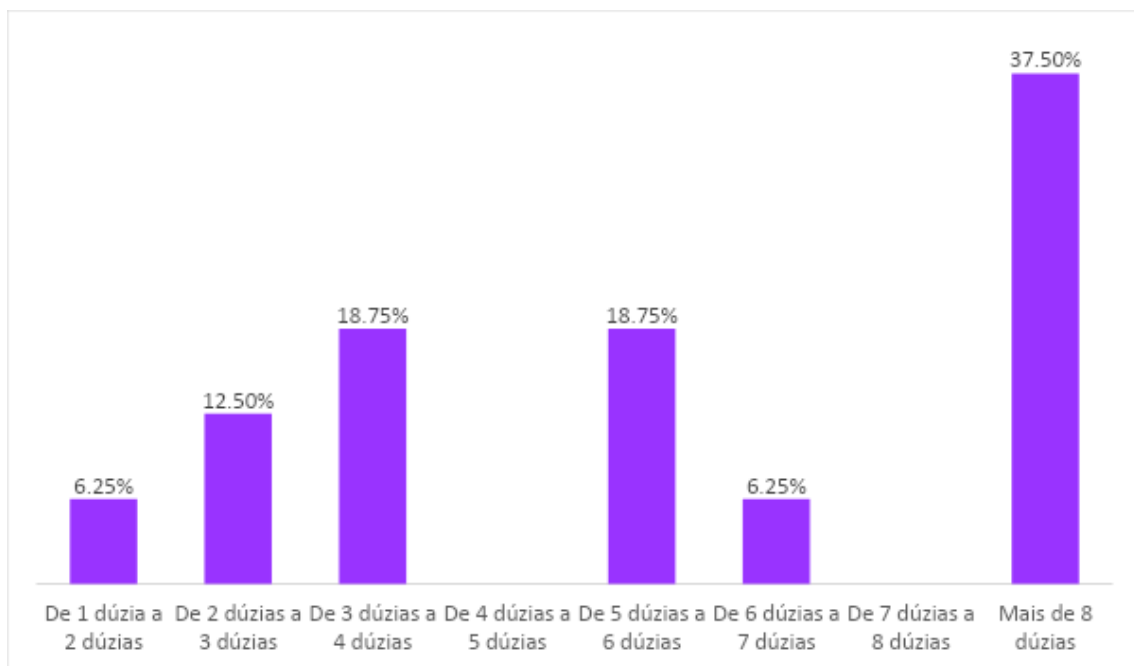
No gráfico 5, podemos verificar que a criação de pequenos e médios animais se dá na minoria dos lotes, conforme as declarações, observamos que em 54,55% dos lotes não há nenhuma criação de abelhas, peixes, suínos, caprinos e ovinos.

A criação de abelhas com ou sem ferrão, é realizada em apenas 18,18% dos lotes, em um conjunto de lotes com SAFs e plantações agroecológicas, uma maior presença destes animais contribuiria com os processos de polinização.

A criação de suínos mostrou-se presente em 22,73% dos lotes e as criações de ovinos e caprinos em apenas 4,55%, este mesmo percentual 4,55% indica os lotes onde há atividade de piscicultura nos lotes.

A criação de aves conforme declaração dos entrevistados, estava sendo realizada em 80% dos lotes. E nesses lotes há criação de galinhas caipiras, patos, gansos e perus, aves que geralmente são criadas para o autoconsumo, o destaque fica para as galinhas poedeiras presentes em mais de 60% dos lotes onde existem as criações de aves.

Gráfico 6 - Ovos produção mensal (dúzias)



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

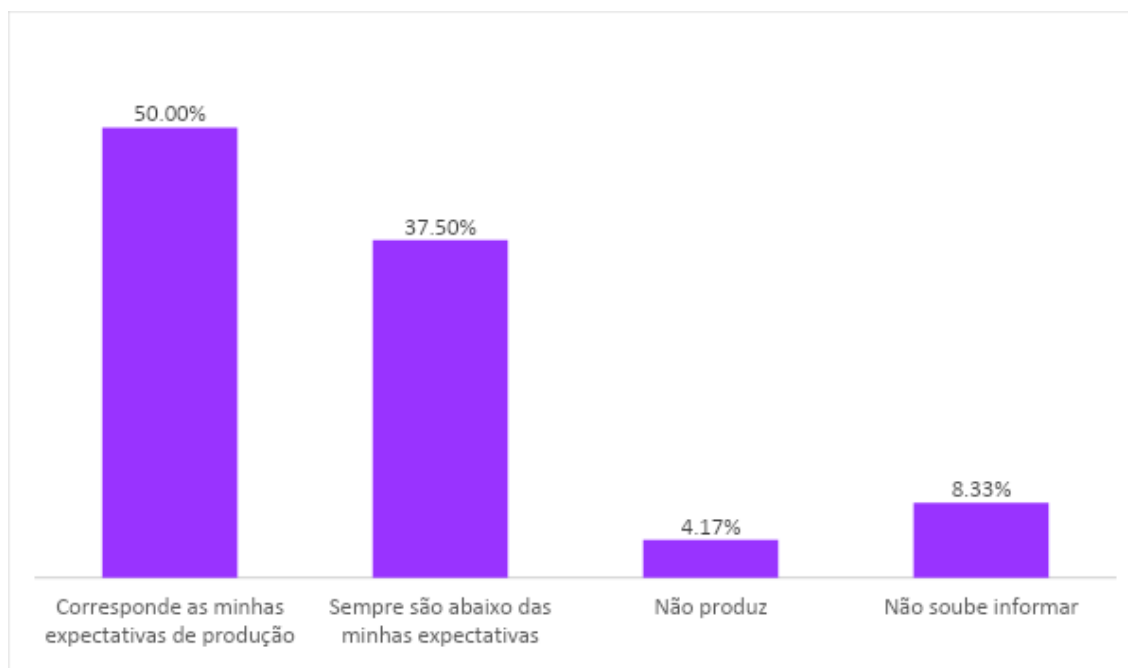
A produção de ovos em 37,5% dos lotes é superior a 8 dúzias mensalmente e, em 6,25%, essa produção é de apenas entre 1 e 2 dúzias mensalmente. A produção mensal de ovos de 3 dúzias até 7 dúzias ocorrem em 43,75% dos lotes entrevistados.

A criação de Bovinos de corte conforme as declarações, era realizada em apenas 20% dos lotes, a soma de cabeças de gado de corte criados no assentamento é de 56 cabeças. A criação de gado leiteiro acontece em 45,83% dos lotes entrevistados, com rebanho de 74 cabeças de vacas, dessas vacas apenas 18,90% estavam em lactação. E a produção média de leite por cabeça é de 6 litros por animal/dia.

Às famílias cuja resposta foi afirmativa sobre produzir leite, questionamos se com o leite eram produzidos queijos no próprio lote e dessas famílias, 33,33% afirmaram que sim, produziam queijos, basicamente para o autoconsumo.

A produção média de queijos no assentamento em unidades mensais, segundo os respondentes é 50,1 unidades mensais. Todavia, existem famílias que declararam a confecção de apenas 1 unidade mensal e famílias cuja produção declarada foi de 100 unidades ao mês.

Gráfico 7 – Produção corresponde às expectativas



Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

Ao serem questionados com relação à produtividade de seus lotes estarem ou não atendendo às expectativas familiares, obtivemos como respostas que para 50% das famílias, a

produção correspondia às expectativas, para 37,5% da amostra a produção sempre se apresenta abaixo das expectativas e 8% não respondeu a essa pergunta, os demais 4,17% não produzem.

Embora o senso comum e pouco desavisado, brade que os assentamentos rurais são pouco produtivos, os números contestam essa informação. Sendo incorreta haja vista que a produção agropecuária acontece em 95,83% dos lotes e desses, as expectativas relacionadas à produção são positivas para a maioria, no entanto a discussão sobre os assentamentos pelo prisma da produtividade é complexa e não foi o caminho priorizado nesta investigação.

A produção é apenas uma das etapas realizadas pelos agricultores para que possam auferir resultados econômicos, fruto de seu trabalho e dedicação nos lotes. Os dados do censo agrícola divulgados pelo IBGE (2017), dão conta de que a agricultura familiar é atividade basilar da economia de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes. São os agricultores familiares os responsáveis pela geração de renda de aproximadamente 40%, da população economicamente ativa no Brasil e fonte geradora de 70% dos empregos no campo.

No que tange à produção, o destaque se dá pela ampla variedade de produtos e pelos expressivos números, com destaque para a produção de 70% do feijão, 34% do arroz, 87% da mandioca, 46% do milho, 38% do café e 21% do trigo.

O Brasil é o terceiro maior produtor mundial de frutas com cerca de 45 milhões de toneladas ao ano, das quais 65% são consumidas internamente e 35% são destinadas ao mercado externo. Já o mercado brasileiro de hortaliças é altamente diversificado e segmentado, com o volume de produção concentrado em seis espécies – batata, tomate, melancia, alface, cebola e cenoura, sendo a agricultura familiar responsável por mais da metade da produção (EMBRAPA, 2019a, sp)

A agricultura familiar é o setor responsável por 50% da produção de aves e 30% dos bovinos criados no país, produzindo cerca de 60% da produção nacional de leite e ainda por grande parte da produção de suínos, já que mantém 59% do plantel suíno brasileiro. Os dados do IBGE, revelam ainda que 84% dos estabelecimentos rurais (unidades produtivas) são pertencentes à agricultura familiar.

Segundo Maynnart (2018), a produção brasileira de frutas, legumes e verduras, responde por 7 milhões de empregos em uma área de aproximadamente 2,6 milhões de hectares. Ou seja, em cada 10 hectares de produção, existem 25 trabalhadores sendo ocupados, a autora compara esse número com os relativos à produção de soja, onde nos mesmos 10 hectares apenas 1 (um) posto de trabalho é gerado.

A produção de FLV, é a base da economia do Horto Bela Vista, daí a necessidade de apresentação do mapeamento dessa produção obtido pela pesquisa.

4.4 A Produção de Frutas legumes e Verduras no Horto Bela Vista: contrapontos ao atributo de improdutividade

Muito se disse sobre os números da produção agrícola, e da variedade produzida pela agricultura familiar brasileira, e essa variedade é algo incontestável, quando o pano de fundo para análise são os assentamentos rurais. Na tentativa de mapearmos qual variedade, qual a produtividade e os números da produção de FLV do Horto Bela Vista, dedicamos um capítulo exclusivo a estes pontos em nossa pesquisa.

Nos 25 lotes, onde foram realizadas as aplicações dos questionários, realizamos também o levantamento produtivo, com objetivo de enumerarmos, quantas variedades de frutas, legumes e verduras estavam sendo produzidas no momento da nossa visita, além das FLV, levantamos também se havia a produção de cereais, ervas medicinais ou aromáticas e temperos.

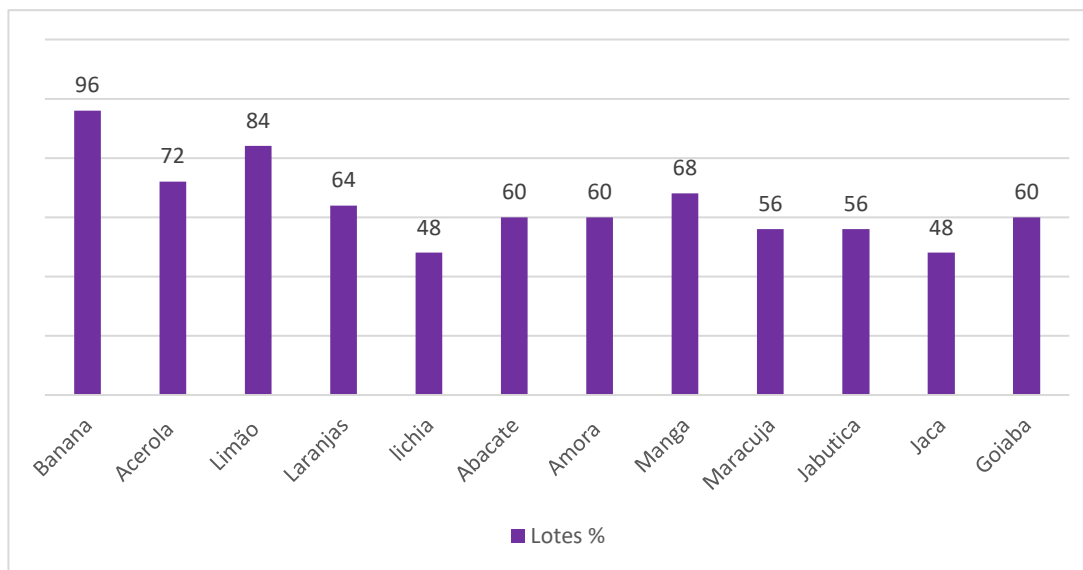
Figura 15 - Frutas legumes e verdura produzidos no Horto Bela Vista



Fonte: Acervo NEA Boituva, 2019.

Foram aferidas as plantas, cuja produção, gerasse excedentes passíveis de comercialização. A produção se apresentou bastante variada, com 44 variedades diferentes de frutas, 31 variedades de legumes e 65 variedades de verduras e hortaliças, incluindo algumas PANCs. Ainda identificamos, algumas plantações de tubérculos e outras raízes e cana de açúcar.

Gráfico 8 – Principais frutas produzidas no Horto Bela Vista



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Das frutas com maior presença de produção nos lotes, destacaram-se as variedades de Bananas (Nanica, Prata, Maçã, Conquista), presentes em 96% dos lotes, seguidas pelas variedades de limões (Taiti, Siciliano, Cravo ou Rosa, Galego). A acerola estava presente em 72%, dos lotes onde foram observadas duas variedades, conforme declarações, uma sendo própria para sucos sabor mais acentuado, e a outra maior e com mais polpa, apropriada para o consumo in natura, fruto de mesa.

Mangas de diversas variedades (Hadem, Palmer, Tommy, Rosa, Espada, Bourbon) estavam presentes em 68% dos lotes, as mangueiras além da produção das frutas, geram sombreamento nos quintais por isso a forte presença de variedades como a manga rosa e manga espada.

A goiaba foi uma das opções produtivas de 60%, das famílias conforme dados da pesquisa, sendo que em um dos lotes, existem cerca de 200 pés da variedade Paluma, que

segundo o produtor possui coloração mais avermelhada e a casca mais firme, conforme pede o mercado consumidor.

O abacate e a amora, estavam plantados em 60%, dos lotes, e tem boa aceitação no mercado e bom preço de venda, segundo as respostas que foram obtidas.

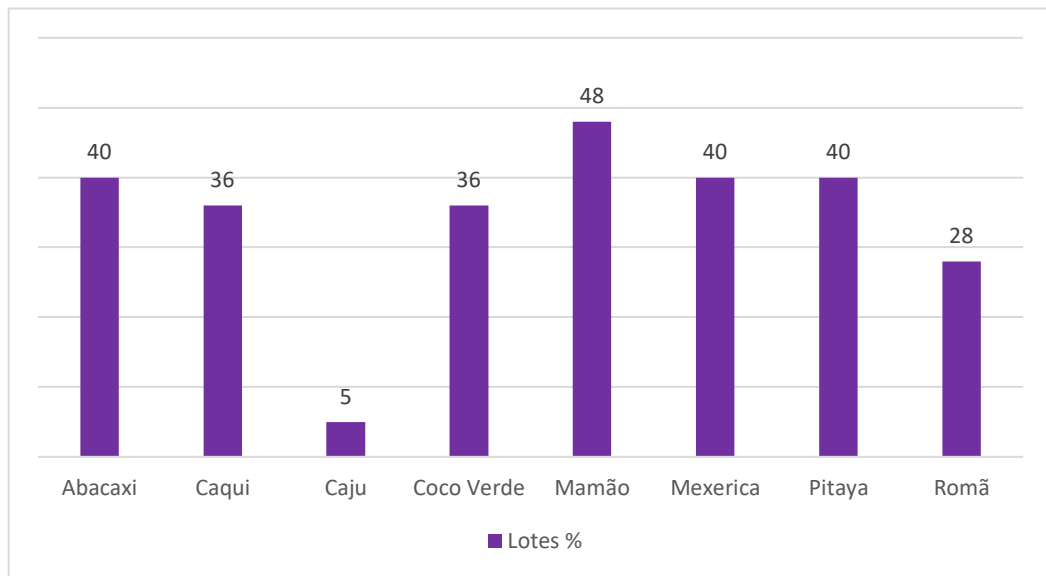
Teve um dia que a gente estava vendendo amora congelada, para o Terra Viva. para mandar para o CSA, eu vi que depois que eu mandei, eu fui pesquisar quanto que é o preço da amora, por que a gente não sabia o preço né, e foi olhar para a internet era 32 reais o kg, eu fiquei pensando: “*Caramba velho devia ter colhido um monte de amora*” Eu acho que se você parar e pesquisar tudo que você está precisando, a gente vê que aí fora está bem valorizado o preço né (ASSENTADO, 29 anos)

A lichia também presente em 48%, dos lotes estudados, é uma fruta que é vendida por um bom preço, as informações é de que em média são vendidas a R\$ 10,00 por quilograma da fruta. As graviolas e atemóia, ambas pertencentes à família das anonáceas, cada uma delas presentes em 32% dos lotes.

A graviola tem boa venda das frutas e também há a comercialização das folhas onde há alta concentração de fitoquímicos, A fruta possui ainda propriedade hipotensora, propriedade vasodilatadora, antiespasmódica (relaxa músculo li), e ainda ajuda a desacelerar o ritmo cardíaco, por sua propriedade sedativa (De Jesus, 2016).

Maracujás das variedades doce e azedo são cultivados em 56% dos lotes, a mesma quantidade de lotes que possuem jabuticabeiras (56%), as jacas são produzidas em 48% dos lotes, tanto as jabuticabas quanto as jacas, também são consideradas pelas famílias como produção de quintal, porém em função da alta produtividade das espécies é possível, o autoconsumo e a comercialização dos excedentes. Essas frutas frequentemente em sua época de produção são doadas a vizinhos e parentes e até mesmo aproveitadas para a alimentação animal.

Gráfico 9 - Frutas produzidas em menor frequência de lotes



Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

No gráfico 9, é possível observarmos frutíferas em menor proporção de plantio presentes nos lotes, mas que tem importância na composição da alimentação e de renda das famílias.

O Plantio de mamão, das variedades Formosa e Papaia, é encontrado nos pomares e nos SAFs de 48%, dos lotes. Para as famílias há grande dificuldade em colher frutas com boas características para o mercado, principalmente sem o uso de fungicidas e outros químicos para controle de pragas, mesmo presente nos lotes é baixa a comercialização dessas frutas em função deste problema.

O trio, composto por abacaxi, mexericas (Ponkan, Morgoth) e a Pitaya, foram apontadas em 40% lotes. Caquis foram relatados em 36%, dos lotes, e as romãs em 28% dos lotes, a romã é uma fruta reconhecida também por ter propriedades medicinais.

Frutas exóticas como o Bacupari (*Rheedia gardneriana*), Grumixama (*Eugenia brasiliensis*) e a Quincan (*Fortunella Margarita*), foram relatadas em 12%, 4% e 4% dos lotes respectivamente. Além do sabor exótico ofertado por essas frutas, elas geram também orgulho para os agricultores, percebemos durante as visitas no assentamento que ficam felizes e se sentem realizados em poder mostrar essas plantas diferentes que são cultivadas por eles.

Figuras 16/17 - Variedade produtiva do Horto Bela Vista



Fonte: Acervo NEA Boituva, 2019



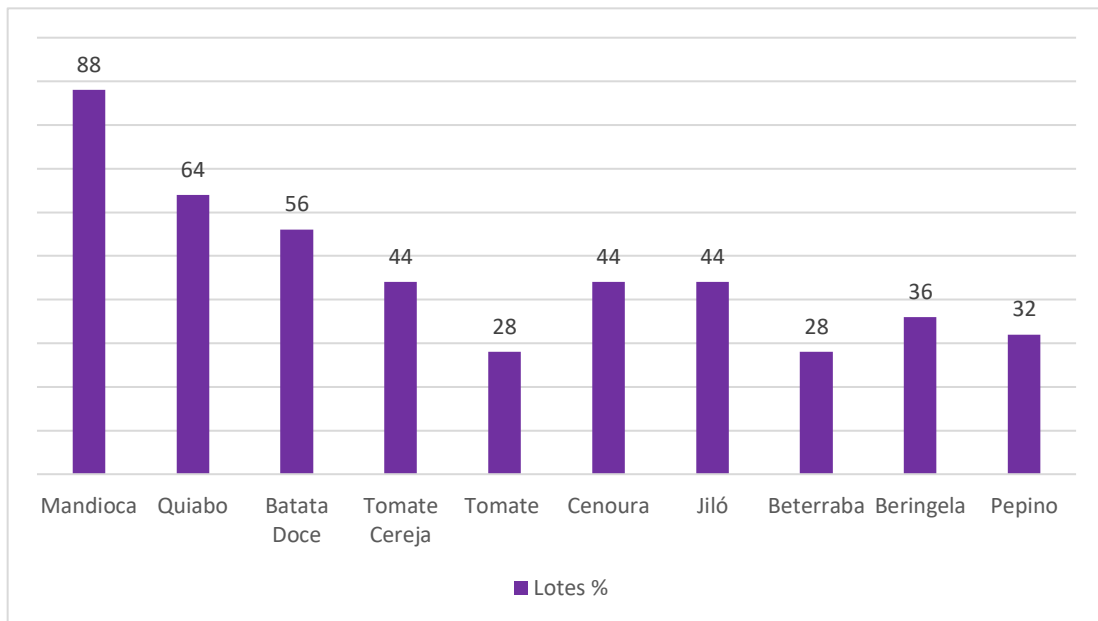
Fonte: Acervo NEA Boituva, 2019

No momento do levantamento, a produção de legumes era composta por 31 legumes, com destaques para diversas variedades de abóboras presentes em 68% dos lotes, ao analisarmos os questionários foi possível aferir que em 100% dos lotes cuja produção foi declarada como agroecológica, existiam plantações de ao menos uma variedade de abóbora, situação semelhante das pimentas vermelhas (Dedo de moça, Malagueta, Rabanero, Pimenta de Cheiro), também presentes em 100% dos lotes agroecológicos.

Uma explicação para a forte presença das pimentas nos lotes agroecológicos, segundo os entrevistados, primeiramente pelo prazer do consumo nas refeições da própria família, da mesma forma que é um produto bem aceito no mercado, as pimentas são consideradas como um patrimônio cultural da culinária, para os agricultores é uma planta “fácil de lidar” sendo exigente em calor e solos não encharcados (EMBRAPA, 2016).

E ainda é uma planta amplamente utilizada como repelente de insetos e pragas e na composição de caldas e inseticidas ecológicos, para uso nos plantios agroecológicos.

Gráfico 10 – Legumes mais produzidos no Horto Bela Vista



Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

A partir do gráfico 10, é possível verificarmos que dos 10 itens com maior destaque entre os legumes⁸ produzidos, o cultivo da mandioca figurava em primeiro lugar, presente em 88%, dos lotes entrevistados. Seguido pelo cultivo do quiabo em 64%, dos lotes e do cultivo de batata doce, em 56%, dos lotes. A mandioca e a batata doce, são importantes para a alimentação familiar, pois são utilizadas na composição de pães e bolos e também consumidas in natura.

O tomate cereja, ou tomatinho como as famílias agroecológicas se referem ao fruto, é um produto importante na comercialização, estando presente em 44%, dos lotes entrevistados, sendo todos esses lotes agroecológicos, todavia, há problemas de qualidade relativos principalmente às sementes, como discutido à frente, quando tratamos da comercialização.

O tomate para salada (longa vida), foi apontado como cultivo que era realizado por apenas 28%, dos respondentes, ao cruzarmos os dados dessa produção foi possível inferir que destes produtores cerca de 8%, eram agroecológicos e os demais produziam de forma convencional. O tomate é um produto considerado pelos assentados como de difícil produção em campo aberto.

Pequeno produtor ele não tem acompanhamento orgânico, eu pergunto pra você quem é o técnico do ITESP que é técnico orgânico? não tem. existem

⁸ Com a finalidade de simplificar a apresentação dos dados, consideramos como legumes, os legumes propriamente ditos, também os tubérculos e raízes.

alguns assentados bem aprimorados no orgânico, mas que não produzem lá essas coisas também. têm informação em parte, mas não têm lá essas coisas. porque boa parte dos produtos orgânicos você precisa de estrutura, uma estufa...o tomate se você tiver uma estufa você tira orgânico, mas se você não tiver uma estufa você tira orgânico (ASSENTADO, 70 anos)

Na percepção de um dos entrevistados, é necessário um maior aporte tecnológico e de recursos para a produção do tomate, para que houvesse uma produção orgânica seria necessária uma estufa, cujo investimento é considerado alto pelas famílias, o assentado avaliou ainda que faltam técnicos com formação capazes de garantir a produção dentro de formas sustentáveis de produção.

A situação é semelhante para o pepino, que segundo a percepção dos assentados também necessita de estufas, para uma boa produção, dada a sua sensibilidade a pragas e doenças, especialmente ao ataque de fungos. A produção de pepinos foi declarada por 32%, dos respondentes à pesquisa.

Legumes como o chuchu, presente em 52%, dos lotes, cenoura e Jiló ambas presentes em 44% das respostas, beterraba em 40% e berinjela em 36%, dos lotes juntamente com vagem (24%), e as demais variedades apresentadas no gráfico 10, compõem o que as famílias relataram ser o *mix* da feira, ou seja os itens, mais consumidos pelos consumidores, o que faz com que se apresentem em maior quantidade de lotes e maiores quantidades produzidas, uma vez que possuem a finalidade de gerar renda às famílias após a sua comercialização.

Os demais legumes produzidos no assentamento são: aspargo (4%), broto de bambu (8%), cará (16%), cebola (20%), ervilha torta (12%), inhame (16%), gengibre (16%), mandioquinha (8%) maxixe (24%), nabo (4%).

No que tange à produção de hortaliças a maioria dos lotes realizava conforme os dados apresentados o plantio de diferentes variedades de alfaces, essas se faziam presentes em 68%, dos lotes, o coentro era plantado na mesma quantidade de lotes, 68%, a couve era cultivada em 60% dos lotes e o almeirão e cultivado em 48%, dos lotes. A cebolinha e salsinha, foram respondidas como sendo cultivadas em 56%, dos lotes. Conforme declarado: “o cheiro verde é o que sai mais, nunca volta”, o maço composto pelas duas plantas tem comercialização garantida nas feiras em que participam.

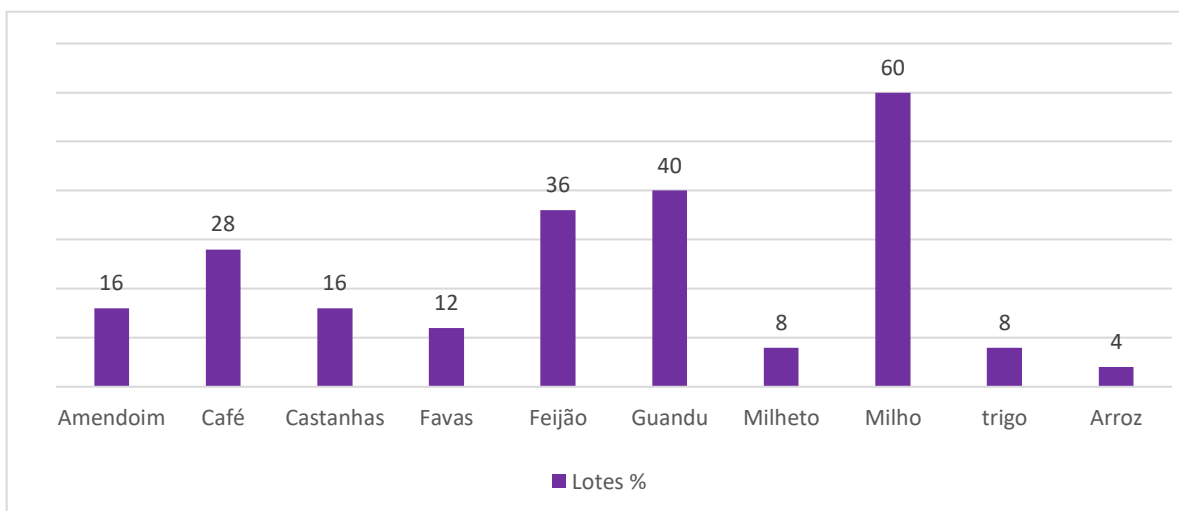
Figura 18 – Planta comestível – Capuchinha



Fonte: Acervo NEA, 2019.

As plantas não convencionais, são o maior conjunto de espécies cultivadas pelas famílias do assentamento, juntamente das ervas medicinais, flores comestíveis e dos temperos, em nossa pesquisa levantamos mais de 60 plantas diferentes, que compõem esse grande grupo, e que são importantes para as famílias assentadas, tanto quanto as frutas, legumes e cereais.

Gráfico 11 - Cereais – Lotes com produção



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Os cereais têm fundamental importância para as famílias assentadas, contribuem para o autoconsumo e os excedentes podem ser comercializados, algumas variedades são fundamentais para a transição agroecológica, o feijão guandu, tem capacidade de fixação de nitrogênio no solo, e as folhas são ricas em proteínas, podendo ser utilizadas na composição da dieta de animais. O milho foi o cereal que obteve maior destaque (Ver Gráfico 11), sendo relatado o cultivo em 60% dos lotes desses, cerca de 50%, são plantios realizados com sementes crioulas, o que permite às famílias ,guardar suas sementes de um ano, para o plantio no ano seguinte, isso dá a essas famílias certa independência, já que não precisam dispor de recursos financeiros para aquisição de sementes para o plantio.

O feijão estava sendo cultivado no momento da pesquisa por 36%, das famílias que responderam ao nosso questionário, da mesma forma que o milho, parte das famílias utilizam sementes crioulas, no seu cultivo.

[...] essa aqui ó, é variedade crioula, mas tá misturada ó, daí eu planto junto que é para elas irem junto, foi colhida essa semana. A questão da semente assim sabe, a gente não consegue uma grande produção de sementes, porque às vezes a gente colhe feijão, a gente fica sempre nessa corrente sabe, nas feiras de troca de sementes que a gente consegue trocar com outra pessoa que tem um sítio, que vai plantar em algum lugar, mas de produzir, sacos e sacos, por exemplo, de feijão crioulo, a gente não consegue. E outra, vende pouco, temos variedades de feijão vermelho e outros, mas é um sonho, a venda é pouca (ASSENTADO, 29 anos).

As famílias cultivavam 06 (seis), variedades crioulas de feijão da espécie (*Phaseolus vulgaris*), (feijão rosinha, feijão roxo mineiro, feijão jalo cavalo, feijão caupi, preto crioulo, feijão branco) e ainda o feijão guandu (*Cajanus cajan.*) presente em 40%, dos lotes entrevistados e o feijão de corda (*Vigna unguiculata*).

Embora o número de feijões seja expressivo, a grande maioria da produção é usada para duas funções, a alimentação da família e como adubação nos plantios agroecológicos, e obviamente como sementes, mas, como foi declarado, a venda de variedades crioulas está longe de ser uma atividade lucrativa para essas famílias, mesma situação das favas presentes em 12%, dos lotes.

Em 28% dos lotes houve a indicação do plantio de café, em 16%, de amendoim, 16% dos respondentes informaram que em seus lotes havia alguma espécie de castanha plantada, verificamos que existem de fato arvores isoladas em alguns lotes de castanhas como a

macadâmia (*Macadamia tetraphylla*), nóz Pecan (*Carya illinoensis*) e castanha do Barú (*Dipteryx alata*), que na verdade é uma leguminosa.

Uma produção rica em espécies, sabores, aromas e cores, é como podemos definir a vasta gama de produtos agrícolas do Horto Bela Vista, mesmo com essa riqueza, uma vez superadas as dificuldades de produção, o passo seguinte é difícil para as famílias, onde vender, para quem vender e a que preço?

A comercialização já era vista para Müller et al (2007), como uma ação difícil para a agricultura familiar, devido às peculiaridades da produção agrícola, a participação em mercados onde as regras são determinadas por outros atores é preocupante. E o aumento das famílias empobrecidas após experiências negativas com a comercialização agrícola confirma posição dos autores sobre essas dificuldades.

A lógica do grande capital é a referência para as iniciativas de comercialização para Müller et al (2007), fomentando-se produção em locais não adequados ambientalmente, incentiva-se a produção especializada de determinados produtos, análise de riscos, grandes deslocamentos de alimentos, perda da biodiversidade, aumento da dependência de insumos e sementes, perda de saberes e sabores e o petróleo como elemento principal na entrega do produto ao consumidor final (ESTEVE, 2017).

A problemática apresentada tanto por Muller et al (2007, quanto por Esteve (2017), quem controla nossa alimentação? Os autores nos mostram a necessidade de reorganização e melhoramento da comercialização, posto que o mercado se apresenta aos produtores como uma ilusão, onde se orientar para atendimento ao mercado seria a salvação financeira familiar, todavia, a ilusão se desfaz e há a percepção clara que é ali que as famílias mais perdem do que ganham (MÜLLER et al, 2007).

Essa possibilidade de rompimento pode ser percebida em:

Os pequenos produtores que nos últimos anos fizeram a transição para a agricultura “sustentável” ou “ecológica” (em parte com grande êxito), procuram melhores possibilidades de comercialização para os crescentes excedentes da sua produção agrícola e/ou para os seus produtos orgânicos (MÜLLER et al, 2007, p. 7).

Embora essas novas possibilidades se apresentem com certa frequência, para as famílias assentadas, essas novas frentes de vendas nem sempre se concretizam.

5 Da terra ao prato: os caminhos possíveis para a autonomia

5.1 Os protagonistas e os coadjuvantes da comercialização de FLV no Horto Bela vista

A comercialização de produtos agrícolas oriundos do assentamento rural se constitui um dos principais gargalos dessa categoria, como para todos os agricultores familiares, assentados ou não. Escolher um mecanismo de comercialização, requer uma grande versatilidade, uma vez que envolve ações desde o planejamento até a entrega dos produtos seja para os intermediários ou para os consumidores finais, exige com que o produtor, além de suas atividades agrícolas, passe a relacionar-se antes e depois da porteira, com fornecedores, prestadores de serviços, representantes e clientes.

Para além destes requisitos de relacionamento, a falta de conhecimento para o planejamento para que possam atender às demandas na comercialização de seus produtos e até mesmo para uma simples troca de sementes em função da relação de benefício/custo e outras dificuldades sejam elas estruturam ou não, impactam diretamente na produção, na renda e na qualidade de vida das famílias.

Esses bloqueios são consequências da falta de ATER e de políticas públicas, dos caminhos trilhados pelo modelo de agricultura do país, a falta de estrutura e instalações para a colheita e pós-colheita, armazenamento, embalagem e transporte, processamentos mínimos e manipulação corretas das FLV a fim de evitar perdas e desperdícios, que dificultam o êxito para que os assentados consigam sua autonomia. Essa autonomia é possível? Quais caminhos levam a essa autonomia?

Para obter essas respostas se faz necessário num primeiro momento entender, quem são os atores sociais que transitam na relação entre a produção e a comercialização.

Como vimos a população do Horto Bela Vista é composta por 184 pessoas, que em sua maioria são homens (58,70 %) e mulheres (41,30%).

Durante a entrevista realizada na pesquisa, questionamos as lideranças sobre a participação das mulheres nas políticas públicas de comercialização. Como se dá essa participação no assentamento?

A Associação de Agroecologia das OCS eram das mulheres e juventude, os homens só começaram a chegar depois que viram comércio e dinheiro, onde tem dinheiro, eles chegam para assumir. Não há. No início lá em 2016, as cooperativas que colocavam mais mulheres recebiam no PAA e no PNAE era prioridade, então eles pegavam DAPs das mulheres para estar na frente. Hoje em dia foi desconstruído não tem

diferencial, não tem participação das mulheres nem incentivo. Agora mesmo com o curso do SAN ⁹ mesmo a situação está difícil mesmo, nas reuniões de OCS também difícil (ASSENTADA, 59 anos)

Hoje em dia é bem difícil. na verdade, a gente nem vê. Naquele tempo tinha as mulheres que fazia o fitoterápico né, vinha e fazia as coisas, e agora não faz mais (ASSENTADO, 32 anos)

Mesmo diante do contexto apresentado, percebemos que na prática as mulheres continuam não recebendo o devido valor por suas ações, e as ações agroecológicas que nascem dessas mulheres, na maioria das vezes, são alocadas para lugares com menor qualidade da terra e consideradas como perda de tempo, segundo afirmações das assentadas. Todavia, com o passar do tempo as hortas, os quintais e os SAFs, se apresentam como uma forma produtiva viável e rentável, é neste momento que os homens voltam seus olhos para essas atividades com maior interesse, o que na percepção das mulheres, se dá mais por conta da rentabilidade oferecida nessas áreas de produção.

As mulheres segundo relatos, eram puxadoras das ações para abastecimento do PAA, com a falência do programa, rompeu-se com a lógica produtiva das hortas, desestimulando assim a continuidade deste engajamento, da mesma forma que as mulheres, incentivavam a participação dos jovens nessa produção.

Mesmo com o limite de recursos estipulado para cada DAP pelo programa, havia motivação para o plantio, já que a venda da produção seria certa, houve investimentos em estrutura de produção, como irrigações, microtratores e em alguns casos até de veículos para o escoamento da produção. Essa motivação elevava a produção a níveis maiores, gerando excedentes para além das demandas do PAA, que podiam ser comercializados pelos outros canais, todavia, não houve preparo para o fim do programa.

Com recursos cada vez menores e quase sem atuação no país, não cumpre mais o papel de outrora, trazendo a mesma desmotivação aos jovens, que não têm no assentamento as mesmas opções que são ofertadas pela cidade.

Reforçando assim, os pressupostos de Whitaker (2006), que o êxodo dos assentamentos só se reduziria a partir da formulação de políticas públicas que contribuam para a estruturação, para produção e comercialização, focada nos jovens. Garantindo assim uma reconstrução,

⁹ Curso bases em segurança alimentar e nutricional, é um curso de formação continuada com duração de 40 horas, ofertado pelo NEA Boituva para mulheres, acima de 16 anos e que saibam ler.

capaz de garantir o sustento e renda das famílias, proporcionando a continuidade na produção, investimentos futuros e melhoria na qualidade de vida.

O baixo número de jovens que participam efetivamente das atividades do assentamento, aliado ao seu interesse cada vez menor pela terra, agravam problemas de sucessão, que são percebidos nos discursos dos assentados.

Olha eu vejo poucos jovens no assentamento, então continuidade de jovem no assentamento dá pra contar no dedo. Não tem mais sabe, tem algumas coisas com crianças que ainda vão ser jovens, mas vão tudo trabalhar fora, vão tudo fazer curso pra fora, e devia ter uns cursos, acho superimportante para as pessoas aprender a cultura do próprio povo pra poder ficar na terra. Eu sinceramente não, eu vejo que mesmo com os próprios povos assim estão se desligando da cultura sabe, triste falar isso mais é verdade, eles não acham uma perspectiva do que a família faz, eles fazem meio que já não gostando sabe, eu vejo uma coisa também que é uma questão familiar que é antigo o clima era mais... é diferente de hoje eles criavam o filho de uma maneira, muito obrigatória eu vejo isso aí, não criaram um amor pelo o que faz, e eles veem isso nos pais, então não é algo que eles não á muito o que fazer. Tem que ter mais liberdade para os jovens por que eu mesmo quando eu estava aqui, o pessoa é crítica e não acredita em nada que é novo sabe, sabe quando a gente vai e quer ver acontecer, e a gente é muito ignorado, eu vejo isso muito nessas crianças e jovens, que tem aquela ideia que quer implantar e vem os pais e diz não (ASSENTADO, 29 anos).

O que eu enxergo é que do jeito que está indo vai acabar, porque muitos estão perdendo o interesse de trabalhar, inclusive a gente mesmo, por que não tem água para trabalhar, a gente quer trabalhar mas não tem água para trabalhar, fica aqui sofrendo, estou com a família inteira trabalhando e tem horas que bate desespero, precisamos de água. Os jovens, é incerto, porque não tem uma política pública que incentiva eles de ficar no assentamento, e fica difícil para eles, porque não tem renda, e no campo está difícil. (ASSENTADO, 40 anos)

Para os jovens falta muita coisa porque, jovens só vai para escola e vem e dentro de casa, e não faz nada, falta tudo, para mim falta tudo (ASSENTADA, 60 anos)

Eu sinto é uma ameaça, para quem fez essa luta e ao envelhecer perdeu a possibilidade dessa juventude conseguir dar essa continuidade. E os jovens não é que não pretende ficar, é que não tem renda, aí eles saem em busca de renda onde tiver renda é a onde eles ficam, se o lote tivesse renda eles ficariam (ASSENTADA, 59 anos)

Podemos analisar que em todo o conjunto de afirmações, há no discurso o sentimento de dificuldade com a lida na terra e o não incentivo as atividades desenvolvidas no campo e aos

assentados rurais, por parte das políticas públicas. Não havendo sucessão qual seria o destino do assentamento?

As famílias do Horto Bela Vista são sem sombra de dúvidas, os mais importantes atores e os protagonistas deste estudo, uma vez que a produção e a comercialização dependem exclusivamente dessas mulheres, homens e jovens, mas dentro do conjunto das estratégias de comercialização estudadas, observamos um sistema diversificado de atores e instituições, cuja atuação impacta nas relações produtivas e comerciais das famílias do Horto Bela Vista.

Dentro deste universo de atuação existem órgãos públicos, privados, bem como associações e cooperativas, grupos informais que atuam como intermediários, mas, e também, atravessadores, cuja finalidade, é obter lucratividade a partir da comercialização dos produtos adquiridos das famílias e comercializados nos mercados locais.

Há também atores que apenas adquirem os produtos, como supermercados, quitandas e restaurantes diretamente dos produtores, mas fazem parte dessa intensa e conturbada trama comercial.

A ATER dentro do Horto Bela Vista é responsabilidade da Fundação Instituto de Terras do estado de São Paulo, José Gomes da Silva (ITESP), é a entidade responsável pelo planejamento e execução das políticas agrária e fundiária do Estado de São Paulo. Também pelo serviço de ATER para as famílias assentadas da reforma agrária de todo o estado Paulista.

Criada no ano de 1991, é vinculada à Secretaria de Estado da Justiça e da Defesa da Cidadania. Segundo a Fundação ITESP em todo o estado de São Paulo são assistidas pela instituição mais de 10.500 famílias em 174 assentamentos.

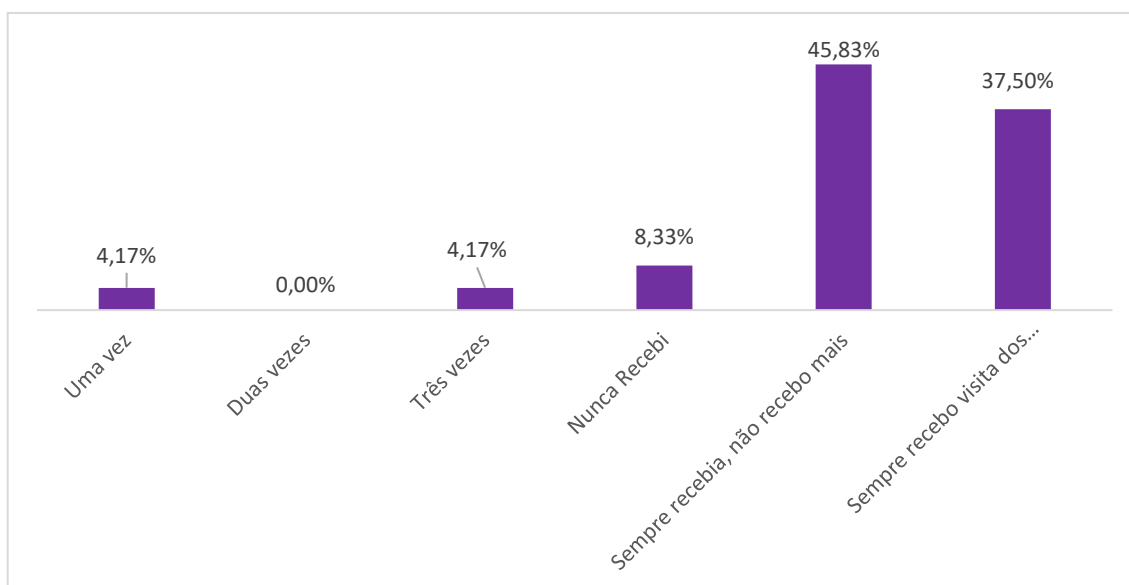
A atuação do ITESP, inicia-se com implantação de projetos de assentamentos, com a abertura de estradas, perfuração de poços, fornecimento de mudas, sementes, calcário, pequenos animais, reflorestamento, educação ambiental e construção de equipamentos para o apoio à organização das famílias na produção e em políticas de apoio à comercialização (SÃO PAULO, 2014b).

Ao analisarmos os dados da pesquisa relativos aos serviços de ATER é possível constatar as dificuldades para a realização com eficácia desse serviço, há no estado um baixo número de técnicos, o que dificulta as ações de extensão e acompanhamento de práticas de cultivo.

Eles têm boa vontade, mas não conseguem acompanhar, demora muito tempo a lavoura não espera, se precisa de veterinário, nossa, a vaca esperar para parir? (ASSENTADO 70 anos).

Ao serem questionados sobre receberem algum tipo de assistência técnica para produção, beneficiamento e comercialização, a maioria dos respondentes 76%, afirmaram não receber esse serviço nos lotes.

Gráfico 12 – Visitas técnicas do ITESP nos lotes



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Questionamos os respondentes sobre a frequência de visitas dos técnicos da fundação Itesp nos lotes. 37,5%, responderam que recebem frequentemente a visita dos técnicos nos lotes (Ver gráfico 12). Ao passo que 48,75% dos respondentes afirmaram que recebiam visitas com frequência dos técnicos, mas que elas não acontecem mais. 4,33% responderam que desde o início do assentamento receberam apenas uma visita do corpo técnico do ITESP e 4,33%, declararam que no mesmo período receberam cerca de 3 visitas.

Houve a afirmação de que nunca haviam recebido uma visita técnica da Fundação ITESP por 8,33% dos respondentes. Ao analisarmos as respostas das famílias que indicam as visitas constantes dos técnicos nos lotes foi possível inferir que elas ocorrem, sem ter uma frequência fixa, porém, a maioria recebe os técnicos mensalmente em seus lotes.

Essas declarações reforçam a análise de que a ATER, ocorre no assentamento de forma incipiente, o que causa prejuízos como dito anteriormente, uma vez que essa ausência relatada contribui para falta de planejamento, atendimento a necessidades de logística e comercialização, conhecimentos que por vezes dependem da formação técnica, que os agricultores em sua maioria não possuem.

Ao serem questionados sobre a sua opinião sobre o serviço de ATER, a grande maioria 44%, respondeu que considera o serviço prestado como regular, para 28%, dos respondentes, o serviço é considerado como bom. Foi considerado como ótimo o serviço para 4%, dos respondentes. Os serviços realizados foram considerados como ruins e péssimos para 8%, e 16% respectivamente.

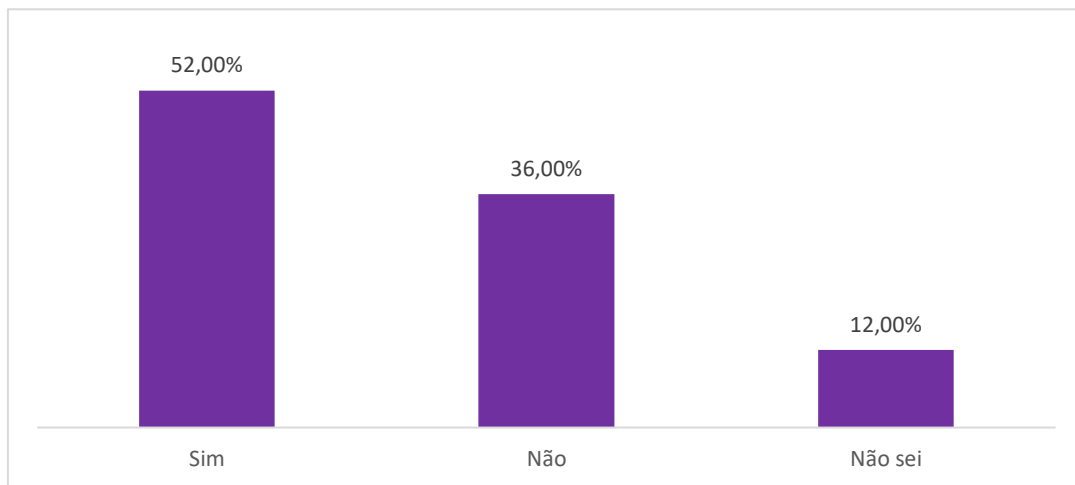
No conjunto de respostas abertas para essa questão e que foram devidamente anotadas, nos foi possível averiguar que na percepção dos assentados, estes sentem falta de maior proximidade com os técnicos, para que a o ITESP, segundo eles pudesse buscar maiores informações sobre suas demandas e ainda divulgar mais projetos, em especial na parte da produção.

Essa questão se diferencia para os convencionais e agroecológicos. para os convencionais, não há muito o que inovar em formas de produção que demande dos técnicos, já que obtêm este serviço de seus fornecedores.

Por outro lado, os agroecológicos sentem maior falta de orientação quando se apresentam necessidades de inovações, ou planejamento diferenciado para o sistema produtivo

No que tange à formação dos técnicos para o serviço de ATER, é possível observar que a grande maioria possui formação dentro dos preceitos técnicos da revolução verde. Ainda hoje ensinado nas escolas tradicionais de agronomia e são amplamente difundidas por agentes extensionistas, que trazem consigo a base de sua formação no método do difusionismo.

Gráfico 13 - Formação técnica em agroecologia



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Todavia na percepção de alguns assentados isso não é um problema, e até afirmam que há formação de base agroecológica para 52% dos respondentes. Informação não verificada. Porém a questão da formação técnica se apresenta nos discursos dos entrevistados, como um ponto para reflexão.

O ITESP que hoje fala tanto em orgânico, eu pergunto pra você quem é o técnico do ITESP que é técnico orgânico? não tem. existe alguns assentados bem aprimorados no orgânico, mas que não produz lá essas coisas também. tem informação em parte, mas não tem lá essas coisas. porque boa parte dos produtos orgânicos você precisa de estrutura, uma estufa...o tomate se você tiver uma estufa você tira orgânico, mas se você não tiver uma estufa você tira orgânico, mas tudo furadinho. quero dizer que não entra na produção de um grande, para entrar em um grande mercado. tem que negociar em feirinha para lá e para cá. e se alguns dos assentados conseguir tirar orgânico em uma produção de tomate, vai ser coisa mínima, não tira grande quantidade. eu acompanho alguns agrônomos formados aí que não conseguem grande produção (ASSENTADO, 70 anos)

Esses preparos mesmo para trabalhar com a agroecologia, eu vejo que até o pessoal do ITESP eu vejo que também não estava pronto sabe de agrônomo, eles viam muito com receitas prontas sabe, eles viam com a receita e aplicava e pronto não é uma receita agroecológica (ASSENTADO, 32 anos)

As falas descritas acima, são de um agricultor convencional e outro agroecológico, é possível constatar a partir dos discursos destes assentados, que há dificuldades que são reflexos do serviço ATER, e que corroboram com nossa afirmação de que os técnicos têm em sua maioria uma formação difusionista. E ainda que na tentativa de rompimento com essa lógica

por parte dos técnicos, na busca de um modelo de ATER pautado pelo construtivismo, esbarram em problemas estruturais e de planejamento que derivam da falta de ATER, ou que poderiam ser resolvidos com uma ATER, mais presente no assentamento.

Dentro do conjunto de respostas há os assentados, que como foi dito anteriormente estão satisfeitos com a execução do serviço de ATER.

O ITESP aqui, sobre agroecologia nós temos uma boa participação com a gente, ajuda muito, eles vêm, a gente tem os agrônomos né, para funcionar, de vez em quando tem oficina para produto, sobre agroecologia aqui, tá bom, pelo menos para as famílias que tá né, agroecologia tá (ASSENTADA, 40 anos)

Sim, da assistência técnica do ITESP, a gentes públicos como NEA e NAAC. A gente já teve aqui um programa de agroecologia com a ATER, o ITESP trabalha, mas não é uma meta, mas tem agentes do ITESP que dá uma forcinha na agroecologia e essas divulgações que temos pelo NEA, pelos estudantes em vivências que vem e defende a agroecologia e incentiva. (ASSENTADA, 59 anos)

Há por esse grupo (agroecológicos), uma maior aceitação quanto ao serviço de ATER, para eles a execução dentro do possível se faz presente, e apresenta resultados, e como é perceptível a fundação ITESP, promove intercâmbios com outros grupos e instituições, o que possibilita a essas famílias, mais acesso a conhecimento e tecnologias.

[...] acho que faz uns 2 anos que eles me chamaram para uma reunião. já teve muitas outras deles, mas tem a centralização e aquela parte lá que é exclusão sabe, “é de idade então deixa ele para lá”. é essa posição, até do ITESP. porque eles querem que seja válido a parte deles, a que eles colocam, eles não querem debate. hoje você é uma jovem, quando for daqui uns 10 anos você já tem uma senhora de uma história e a sua história, você não pode deixar em vão, você tem que contar em alguns momentos. então eu considero exclusão. [...] as vezes tem reunião, passam, convidam um grupinho (aqueles que interessam para eles) sou convencional, então fazem a reunião deles, e depois os outros que não estavam na reunião ficam aí. quando aparece alguns que comentam alguma coisa, aí você fica sabendo. mas a maioria dos convidados deles não passam (ASSENTADO, 70 anos)

A fala do assentado, apresenta uma queixa, de que pode haver um embate, e preconceitos que envolvam a forma de produção, priorizando a agroecológica em detrimento do convencional. Essa possibilidade sugere um estudo mais aprofundado sobre as questões

relativas ao fornecimento e execução de serviços de ATER, não sendo objeto direto do presente estudo.

Que conforme a Lei Federal nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, que instituiu a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, definindo a Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER: como serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais.

Tendo como princípios a gratuidade, qualidade e acessibilidade aos serviços de assistência técnica e extensão rural; e a adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública.

E tem como objetivos aumentar a produção, a qualidade e a produtividade das atividades e serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive agroextrativistas, florestais e artesanais; promover a melhoria da qualidade de vida de seus beneficiários; assessorar as diversas fases das atividades econômicas, a gestão de negócios, sua organização, a produção, inserção no mercado e abastecimento, observando as peculiaridades das diferentes cadeias produtivas.

A lei da PNATER é universal e não define, ou exclui nenhum tipo de produção, embora preveja que esta deva ocorrer de forma mais sustentável e a partir do conhecimento científico, empírico e tradicional.

Na tentativa de reconhecermos as instituições que de alguma forma impactam a comercialização do Horto Bela Vista, realizamos um conjunto de questões, que nos permitisse identificar e realizar a caracterização das mesmas.

A primeira questão neste intuito, realizada aos respondentes foi: A senhora ou senhor é filiado a alguma cooperativa ou associação? Apenas 20,83%, dos respondentes afirmaram ser associado ou cooperado de alguma organização social.

Resposta que consideramos contraditória, haja vista que na ocasião, em que foi firmado o PDRS, para a implantação dos SAFs no assentamento, o número de associados à ARDA e que receberam o benefício corresponda a 60% das famílias entrevistadas. Contradição que bem expressa as interrupções e descontinuidades constatadas no processo organizativo.

Ainda que sejam consideradas em sua totalidade as famílias, que não responderam à pesquisa, esse número seria de apenas 41,66%.

Identificamos a partir da pesquisa as seguintes associações/cooperativas e outras instituições com atuação na comercialização no Horto Bela Vista.

- ✓ Associação de Produtores Agroecológicos e Biodinâmicos da Reforma Agrária da região de Sorocaba (AproBio);
- ✓ Associação Biodinâmica do Brasil (ABA);
- ✓ Associação Instituto Terra Viva (Terra Viva);
- ✓ Associação Agrícola de Desenvolvimento Agrário (ARDA)
- ✓ Cooperativa agroecológica e orgânica da região de Sorocaba (COOPAORGS).
- ✓ NEA Boituva e NAAC UFSCar Sorocaba.
- ✓ Secretaria de meio rural, ambiente e turismo de Iperó (SERAT)

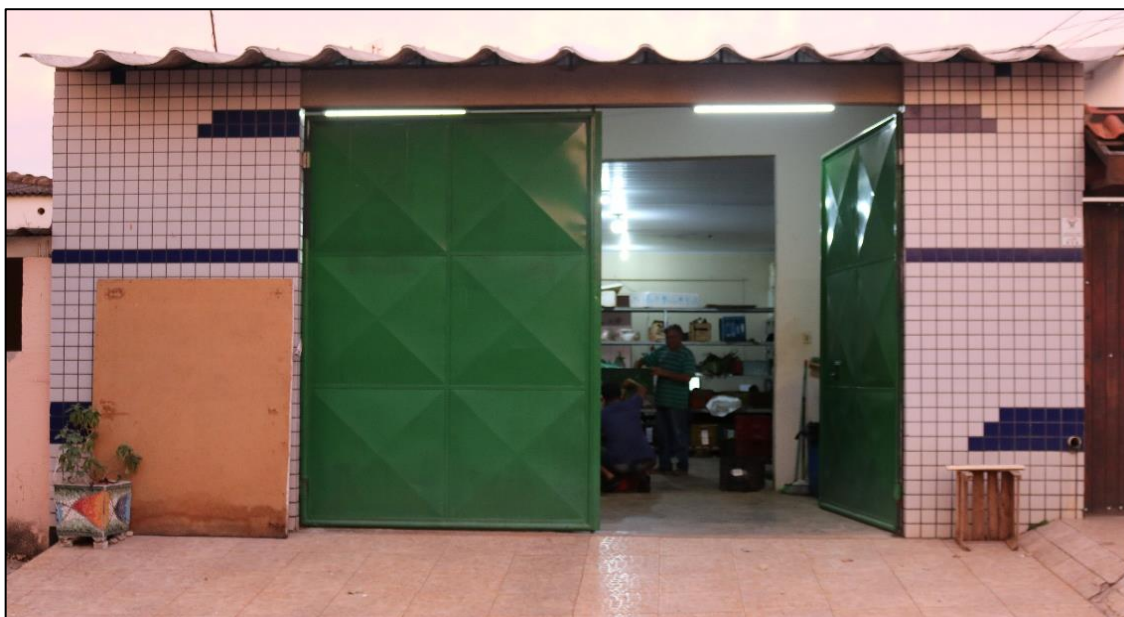
5.1.1 O Instituto Terra Viva: coadjuvante principal

O instituto Terra Viva é uma associação sem fins lucrativos, fundada em 2012, que conforme estatuto social, tem por objetivo fornecer aos seus associados serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, calcado nos paradigmas da agroecologia como ciência, prática e movimento da agricultura de boas práticas para a agricultura familiar da região Sorocabana (TERRA VIVA, 2019).

No ano de 2016, visando facilitar o escoamento da produção orgânica e agroecológica de seus associados e capilarizar a disponibilidade de oferta e variedade de alimentos saudáveis a preços justos, fazendo uma interação entre campo (rural) e cidade (urbano), permitindo às famílias associadas a valorização de seu trabalho e de suas condições de vida.

Manter as condições ideais de produção e permitir que as FLV cheguem ao destino final em perfeitas condições tem sido um grande desafio, atualmente o Terra viva se destaca como o grande intermediário na comercialização no Horto Bela Vista e demais assentamentos da RMS.

Figura 19 - Armazém Terra Viva – Centro de distribuição (Sorocaba)



Fonte: NEA Boituva, 2019.

A equipe do Armazém Terra Viva, conta com 8 pessoas, sendo 02 administradores, 02 técnicos responsáveis pelo setor comercial (compra e venda), 03 responsáveis pela logística (recolhimento e entrega), uma pessoa responsável pela organização do espaço e uma pela gestão financeira. No ano de 2019, o armazém contou com apoio de uma equipe de pesquisadores e bolsistas do Núcleo de Estudos em Agroecologia (NEA), do Instituto Federal de São Paulo – Campus Boituva.

O Armazém Terra Viva recebe, separa, fraciona e comercializa produtos oriundos da agricultura familiar dos municípios de Araçoiaba da Serra, Iperó, Piedade, Porto Feliz e Sorocaba, contribui com apoio logístico para a realização da Feira realizada na UFSCar Campus Sorocaba às terças-feiras, e também na CSA Sorocaba. Beneficiando assim, com suas ações, 15 famílias do Horto Bela Vista.

5.1.2 Secretaria de meio rural, ambiente e turismo (SERAT) a presença da prefeitura

A Secretaria de Meio Rural, Ambiente e Turismo tem por finalidade assistir o Chefe do Poder Executivo em suas atribuições legais, sendo responsável pela realização de estudos e proposição de medidas para preservação do meio ambiente, mantendo permanente coordenação

com os diversos órgãos da Administração; Planejamento e promoção das atividades relativas à preservação e ao desenvolvimento do meio ambiente.

Aplicação e fiscalização do cumprimento de normas de proteção dos ecossistemas; Fiscalização e controle dos diversos tipos de poluição; Desenvolvimento de campanhas de educação ambiental, bem como planejar, coordenar e zonedar toda a produção agropecuária e de hortifrutigranjeiros.

Através da SERAT, o município de Iperó realiza diversas ações formativas para atendimento do público rural, destacamos aqui a ação denominada Programa Feira do Produtor Rural, oferecido gratuitamente pela SERAT em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural de São Paulo (SENAR).

Figura 20 – Feira do produtor - Kit pós formação



Fonte: Acervo NEA Boituva, 2020.

Foram 228 horas de formação, divididas em 8 módulos, nos quais os produtores rurais aprenderam conceitos de legislação, procedimentos, boas práticas de manipulação de alimentos, produtos rurais para comercialização, construção e montagens de barracas e stands de vendas, comercialização, gestão de negócios (IPERÓ, 2019).

Para além do curso, os alunos que concluíram a formação receberam um kit de feira, que continha, uma barraca personalizada e uniforme (ver figura 20). A segurança alimentar e as boas práticas na manipulação de alimentos foram priorizadas no curso, que segundo a

SERAT formou nos anos de 2018 e 2019 cerca de 40 alunos, sendo um deles do Horto Bela Vista. Praticamente, essas atividades se deram sem abranger os assentados do Horto Bela Vista.

Os assentados continuam participando da feira semanalmente aos sábados, que é uma das estratégias de comercialização identificadas no Horto Bela Vista e uma vez ao mês na primeira terça-feira de cada mês, no paço municipal realizam a Feira do Produtor onde participar outros produtores do Horto Bela Vista.

5.1.3 Núcleos de Estudos em Agroecologia apoiados pelo CNPq: NAAC Apetê Caapuã e NEA Boituva

O Núcleo de Agroecologia Apetê Caapuã (NAAC) foi criado em 2009 na Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, no campus Sorocaba, pelo anseio de professor e alunos em compartilhar a extensão rural e pesquisa em agroecologia.

Configura-se como um grupo de ensino, pesquisa e extensão através do Programa de Educação Tutorial – PET Conexões e Saberes – Agroecologia e com fomento do CNPQ como Núcleo de Estudos em Agroecologia pelo edital 058/2009

A equipe do NAAC conta com 12 bolsistas PET e 5 voluntários que são alunos de graduação dos cursos de Geografia, Biologia Bacharelado, Biologia Licenciatura, Pedagogia e Engenharia Florestal; dois professores colaboradores e também com voluntários.

Dentro das premissas da Agroecologia enquanto ciência e movimento, o NAAC busca levar a extensão universitária no campo, prestando assistência técnica e troca de saberes com agricultores familiares em assentamentos da reforma agrária, propriedades rurais, quilombos entre outras comunidades tradicionais da região sorocabana. Além disso o NAAC atua de forma política junto a instituições públicas e privadas em fóruns, associações e eventos que promovam o diálogo acerca da soberania alimentar e da agricultura familiar, agroecologia, produção sustentável e justiça social (NAAC, 2019, sp).

Sua influência no Horto Bela Vista se dá ações de apoio a produção de base agroecológica em especial a Biodinâmica, e no apoio as ações de comercialização que são desenvolvidas pelo Instituto Terra Viva

O NEA Boituva, foi concebido para atender os pressupostos da Chamada CNPq/MCTIC/MAPA/MEC/SEAD N° 21/2016 Linha 1: Criação de Núcleo de Estudo em Agroecologia e Produção Orgânica (NEA) - Projeto de Pesquisa e Extensão Científica e

Tecnológica, considerando a agroecologia como uma ciência capaz de garantir uma produção agrícola sustentável e que respeita a biodiversidade e suas interações nos sistemas produtivos entre o homem e a natureza, tendo como objetivo a criação do Núcleo de Estudo em Agroecologia e Produção Orgânica (NEA- Boituva): cuja função é tornar-se Centro de referência para o desenvolvimento territorial sustentável fundamentado nos princípios, conhecimentos e práticas da agroecologia, da produção orgânica e de base agroecológica, por meio de ações que integrem atividades de ensino, pesquisa e extensão na região do entorno do Campus Boituva do IFSP.

A equipe do NEA, atuou desde março de 2019, até o presente momento, realizando diagnósticos sobre gargalos logísticos no processo do Terra Viva, contribuindo para aprimorar a integração do fluxo de informações relativas às operações de aquisição e venda, estudos e proposta de melhoria do layout do centro de distribuição, favorecendo um melhor fluxo operacional, para a coleta, recepção, higienização, separação, preparação por pedidos e entrega dos produtos vendidos.

O NEA BOITUVA atuou também na construção de controle de estoque e de um calendário de planejamento visando sincronizar as operações de plantio (assentamento) com as demandas do Terra Viva. Houve também a disponibilização de uma Bolsista de Apoio Técnico (ATP- CNPq), que durante os meses de abril a novembro atuou diariamente na extensão rural para melhoria dos itens citados anteriormente. Os demais bolsistas do NEA Boituva organizam a Feira que aconteceu no campus semanalmente nos anos de 2018 e 2019.

A proposta para o ano de 2020, é que a feira passe por adequações, sendo entregues cestas, para melhor aproveitamento logístico operacional e menor nível de desperdícios para os produtores, para evitar prejuízos, uma vez que as cestas serão requisitadas antecipadamente.

Além das metas definidas pela proposta apresentada ao CNPq, o NEA Boituva, manteve uma equipe multidisciplinar que presta assessoria gratuita aos produtores rurais de toda a região, mesmo para aqueles que produzem pelo sistema convencional. Atendendo principalmente aos problemas relacionados à gestão e organização da produção, melhoria da inserção nos circuitos de comercialização.

Durante os anos de 2018 e 2019, a equipe multidisciplinar criou um site para facilitar a comercialização dos produtores ligados a Cooperativa dos Pequenos Agricultores do Sudoeste Paulista (COOPMAX), a ferramenta permite a venda direta pela cooperativa para os consumidores, que realizam seus pedidos e podem receber os pedidos na sua residência.

Atualmente o site atende apenas Boituva, mas a previsão é que em maio de 2020, possa atender também o município de Iperó, beneficiando assim, os produtores do Horto Bela Vista.

O NEA, propiciou inserção de diferentes cursos no mundo da agricultura familiar, beneficiando não só os agricultores, mas também os corpos discentes e docente da instituição, a partir de demandas trazidas pela agricultura familiar, foi possível a conclusão de diversas pesquisas aplicadas, com solução de problemas, contribuindo assim para a melhoria da situação das famílias no campo.

O NEA Boituva tem se destacado como um articulador regional, para o estudo de temas relacionados ao desenvolvimento territorial sustentável, considerando a agricultura familiar como elemento central, e as mulheres e jovens como atores fundamentais para a continuidade da reprodução social deste grupo.

5.1.4. Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo – “José Gomes da Silva” – (ITESP): a presença do Estado

A Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) é a entidade responsável pelo planejamento e execução das políticas agrária e fundiária do Estado de São Paulo. Também é responsável pelo serviço de assistência técnica e extensão rural para as famílias assentadas da reforma agrária em várias regiões do estado, incluindo o Horto Bela Vista.

O ITESP foi criado no ano de 1991, sendo vinculada à Secretaria de Estado da Justiça e da Defesa da Cidadania. Segundo a Fundação ITESP em todo o estado de São Paulo são assistidas pela instituição mais de 10.500 famílias em 174 assentamentos.

Sua atuação inicia-se com implantação de projetos de assentamentos, pela demarcação dos lotes, seleção das famílias, com a abertura de estradas, perfuração de poços, fornecimento de mudas, sementes, calcário, pequenos animais, reflorestamento, educação ambiental e construção de equipamentos para o apoio à organização das famílias. (SÃO PAULO, 2014).

A assistência prestada pela Fundação Itesp aos assentados do Horto Bela Vista, e avaliada na percepção dos mesmos de forma bem diversificada, há críticas e elogios em equilíbrio, mas há um consenso observado a partir das respostas de que os técnicos e demais servidores se esforçam para prestarem um bom atendimento.

Esse atendimento, porém, possui entraves, que advém da ausência, ou da inobservância do estado das políticas públicas relacionadas à produção, houve no estado de São Paulo, como

em todo o país, um desmonte das agências de ATER a partir dos anos de 1980, fruto da crise fiscal, que forçou os governos a reduzirem seus investimentos. Os cortes orçamentários levaram a extinção da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), pelo Decreto Federal nº 97.455, de 15 de janeiro de 1995 (CASTRO e PEREIRA, 2017).

O fim da EMBRATER, causou reflexos nas agências estaduais, que também sofreram reduções drásticas em seus orçamentos, diminuindo a composição de seus corpos técnicos, e assim a agricultura famílias, que mais dependia desse serviço, se viu recebendo menos atenção do Estado, seja pela ATER incipiente que os é prestada, mas também pela falta de políticas de Estado voltadas para o seu desenvolvimento.

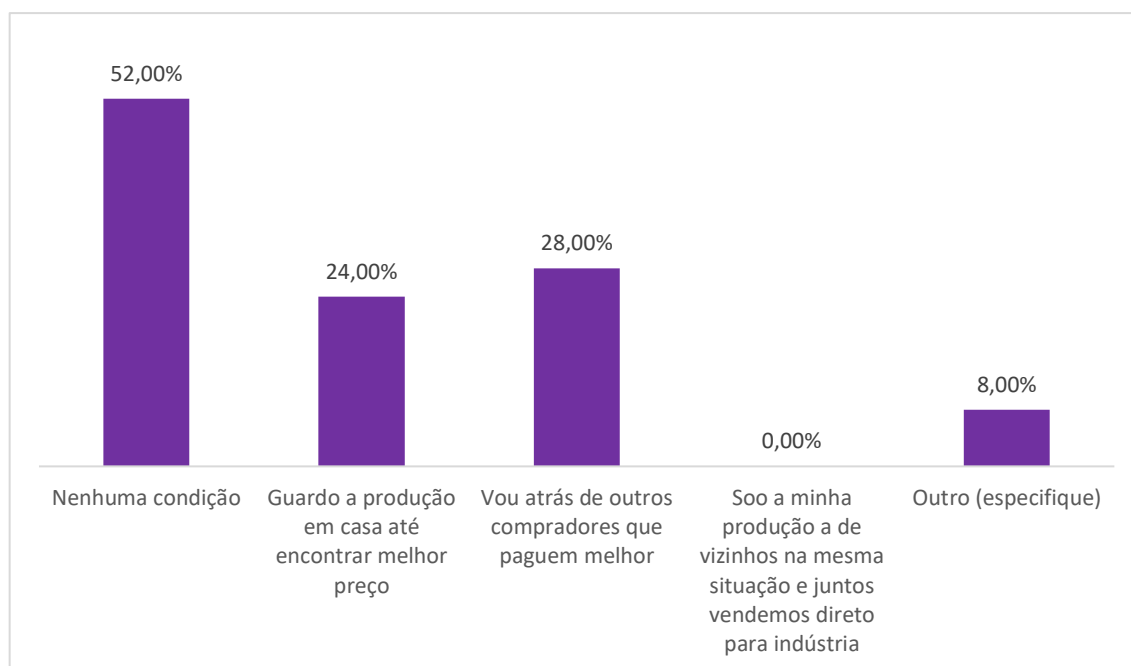
Situação que perdura, molda e define a estrutura do ITESP, e dificulta a realização de melhor prestação de serviços ao público alvo, da qual fazem parte as famílias assentadas rurais.

5.2 Atravessadores e intermediários

No rol de atores que atuam dentro da trama da comercialização no Horto Bela Vista, estão presentes os atravessadores e intermediários, iguais a partir das afirmações de autores como Stern(1996), Rosembloom (1999), Wilkinson (1999), Carriere (2000) e Sato et al (2006), são considerados da seguinte forma: O atravessador como o ente que tem em sua atividade a finalidade apenas de obtenção de lucro, não considerando as condições e situações que envolvem produtos, produtores e consumidores.

Na medida em que o intermediário é considerado neste trabalho, como uma ferramenta capaz de contribuir com o processo de comercialização, diminuindo a distância entre os produtores e os consumidores, sem com isso causar prejuízos a nenhuma das partes e ainda obtendo remuneração justa.

Gráfico 14 - Quais as condições que você tem para recusar o preço pago pelo atravessador/comprador?



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Ao serem questionados sobre as condições que as famílias têm de recusar o preço ofertado por seus produtos pelo atravessador/intermediário 52%, afirmaram que não têm nenhuma condição de recusar a oferta de preços destes, 28% afirmaram que tentam buscar outros compradores e 24%, declararam que guardam a produção, quando não é perecível, na esperança de que preços melhores sejam disponibilizados no mercado. Apenas 8%, informaram que vendem assim mesmo, para aquele cujo pagamento for mais rápido.

Ao compararmos os dados acima, com os dados para a pergunta: A comercialização conta com alguma ajuda de fora da família? E cuja resposta para atravessador e intermediário somaram 26,09% das repostas e as demais contribuições viriam de associações ou cooperativas, do poder público pelos mercados institucionais, grupos de consumo.

Essa diferença dos números entre a condição de recusa e ajuda de terceiros na comercialização nos levou a investigar um pouco mais a fundo essas relações dentro do Horto Bela Vista, e inferimos que as famílias assentadas, assim como sugerimos, têm na figura do atravessador o elo ruim da corrente, que busca o lucro incessante independente de qualquer situação, causando aos agricultores prejuízos na hora da negociação da produção e ficando com a maior parte no momento da venda ao consumidor.

Parte dos assentados considera os supermercados, quitandas e sacolões também como atravessadores, já que forçam o preço dos produtos para baixo, aumentando seus lucros e em algumas situações não cobrindo o preço de custo, como exemplo emblemático dessa situação, são feirinhas realizadas e já expostas anteriormente.

Já as associações e cooperativas, igrejas, grupos de consumo (CSAs, Cestas) e órgãos públicos (não especificados), são considerados pela grande maioria dos assentados como intermediários, que obviamente ganham sua parcela e ou remuneração pelo serviço realizado, mas que os aproximam dos consumidores, transmitem a ideia de cadeia curta e geralmente mais atrelados à produção agroecológica e consumo consciente. Essa constatação é perceptível na fala dos assentados.

a gente está caminhando gatinhando a comercialização, a gente que está envolvido com a agroecologia. Quem está fora da agroecologia ou está na mão do CEASA ou está na mão de atravessador que nunca vai sair disso, sempre está pedalando não tem autonomia porque quem está na mão de atravessador não tem autonomia então isso é muito complicado então assim eu acho que o melhor caminho hoje e de fato você deixar esse sistema convencional de produção (ASSENTADO, 55 anos)

Para eles a agroecologia é o grande diferencial, ela os liberta das amarras do mercado, possibilita autonomia, já que os liberta também da grande necessidade de insumos e principalmente, a possibilidade de buscar novos mercados, nichos que só a agroecologia lhes permite acessar.

Por outro lado, é possível ver nos discursos que os atravessadores são para alguns, a forma mais fácil e garantida de escoamento da produção e neste caso especificamente vale frisar que se tratar de produção convencional. “eu tenho trabalhado sempre de forma particular, alguns atravessadores...” (ASSENTADO, 70 anos).

Os embates entre as formas de produção e as situações políticas que as envolvem são evidentes em algumas situações relatadas pelas famílias.

[...]as estratégias de comercialização aqui têm muita separação sabe, tem as turmas de uns grupos aí meio “loucos” que eles fazem a parte deles e centralizam sabe?! tem alguns políticos, assentados que eles levam para o meio e ele vê o lado dele e não vê o lado do outro. inclusive eu mesmo fui queimado porque eu não colocava aqueles nomes orgânicos, gosto de falar meio certo e não gosto de fazer fantasia. eles só colocam aquele, a merenda escolar só podia pegar no orgânico e cortar, mas quando cortava eles mesmos colocavam “convencional”. como a gente é sincero e fala que não está

produzindo orgânico, eles tiram você. então a maioria dos sistemas de comercialização aqui depois que Guarulhos parou de pegar, eu tenho trabalhado sempre de forma particular, alguns atravessadores...

Na comercialização é que se evidenciam as diferenças (embates), entre os sistemas agroecológicos e os convencionais, lembrando que tanto a produção agroecológica quanto a convencional, estão igualmente presentes, cada uma delas em 32% dos lotes. Parte dos agricultores convencionais se sentem perseguidos e discriminados, e em sua defesa chegam a questionar a forma de produção e as certificações.

Há críticas às políticas públicas que centralizam recursos para produção sustentável, e assim excluem os convencionais. Na pesquisa perguntamos ao respondente, se diante dessa situação ele nunca havia pensando em mudar sua forma de produção.

eu tentei entrar no orgânico junto com a turma, mas na época eles estavam fazendo (eu não lembro o nome da firma), todo o processo para pegar o selo de orgânico e o empresário só começou em dinheiro, não parecia nada de conversa. porque você até investe, mas você tem que ter meia dúzia de palestra no mínimo uma vez por mês. agora aparecia para fazer palestra, aí “esse mês não dá para eu ir porque isso e aquilo...” pensei ah não, aí eu peguei e saí fora (ASSENTADO, 70 anos).

Fica clara a intenção de mudança em algum momento, todavia, há que se considerar também os processos culturais familiares, a forma como essas famílias estão produzindo nos lotes ocorre há vários anos, sendo transmitida muitas vezes como herança pelos pais e avós, que já faziam dessa forma.

Igualmente, os altos custos e as exigências a serem preenchidas para a certificação, nem sempre podem ser cumpridas. Ainda assim a agroecologia lhes faculta a transição, mesmo sem a certificação, todavia no entendimento dos agricultores qual a finalidade de migrar para o sistema agroecológico de produção, se em termos práticos, sem a certificação isso não lhe beneficiaria a curto prazo com incremento nas vendas, na abertura de novas possibilidades de comercialização e no acesso aos canais que já estão em funcionamento, como as frentes de comercialização articuladas pelo Terra Viva.

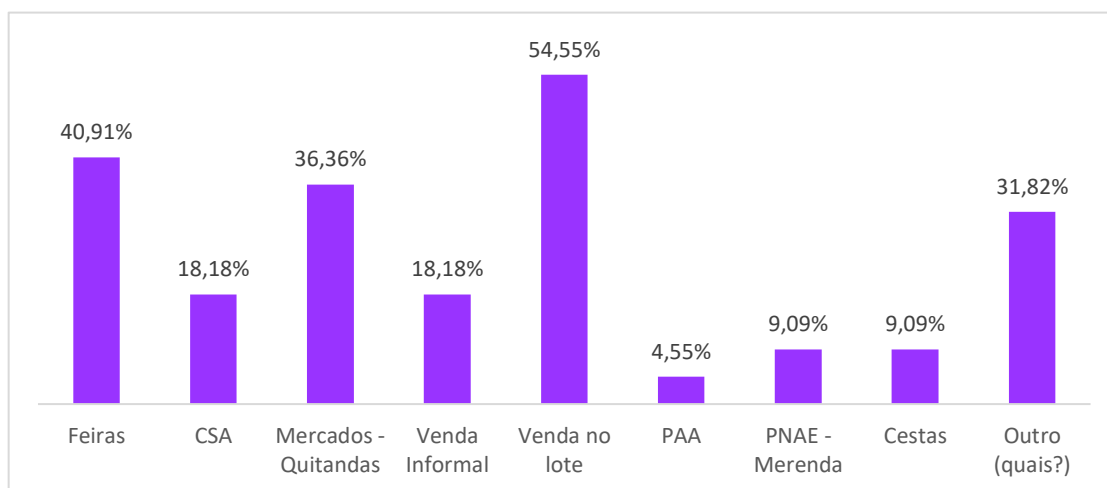
Cabe destacar que o Instituto Terra Viva é o mais forte elo entre a produção de FLV e a comercialização, fazendo com que chegue à mesa do consumidor, embora haja um grande conjunto de instituições atuando, a maior parte da comercialização de fato ocorre por ações do Terra Viva.

5.3 Circuitos e estratégias de comercialização: um itinerário nada linear

Como vimos anteriormente, a produção do assentamento, conforme os dados apresentados se mostram em consonância com o panorama brasileiro de produção de frutas, legumes e verduras, e, na mesma medida, tem dificuldades e desafios no que se relaciona à comercialização.

A partir de agora apresentamos os dados e as análises das questões relativas à comercialização, e o caminho percorrido para que os produtos cheguem aos consumidores finais e quais as estratégias adotadas pelas famílias entrevistadas.

Gráfico 15 - Onde é realizada a comercialização



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

As famílias assentadas do Horto Bela Vista, como podemos perceber adotaram não só as estratégias produtivas descritas por Müller e seus colaboradores (2007), mas também foram em busca de melhores opções para comercialização.

Ao analisarmos os dados do gráfico 15, onde havia a possibilidade de respostas múltiplas, verificamos que há uma amplitude nos canais de comercialização, e se considerarmos que a lógica de mercado se mostrava mais acentuada na venda para mercados e quitandas, ela ocorre em menor proporção, segundo 36,36% das respostas.

Inferimos ao estudar as estratégias de comercialização no Horto Bela Vista, que há a presença de diferentes formas de comercialização a partir das cadeias curtas (Circuitos curtos) de comercialização, que em alguns casos são realizadas isoladas, mas em sua maioria seguindo a combinação múltipla definida por Pierre e Valente (2000), ao classificarem os quatro canais

de comercialização que formam um circuito curto. A saber: Vendas diretas; integração vertical; vendas para distribuição e mercados institucionais.

Elencamos e descrevemos os canais identificados, observando as suas vantagens e desvantagens para a sobrevivência e autonomia das famílias, se esses canais permitem a redução dos intermediários efetivamente, e se permitem em alguma medida a agregação de valor das FLV produzidas e comercializadas no Horto Bela Vista. Se há formação de cadeias a partir destes canais de comercialização, quais são suas principais frentes de vendas e quem são os clientes.

Quadro 1 - Estratégias de Comercialização utilizadas pelas famílias assentadas

Canais de comercialização	Estratégia de Comercialização
Venda direta	Venda no lote
	Venda Informal
	Feiras
	CSA
	Cestas Verdes
Vendas para Distribuição	Mercados - Quitandas
	Restaurantes
Mercados Institucionais	PAA
	PNAE
	PPAIS
Integração Vertical	Não existe no Horto Bela Vista
	Outros

Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

Tanto na construção dos questionários, quanto dos roteiros para as entrevistas, tentamos sempre identificar os canais de comercialização que estavam sendo usados, quais os agentes e entidades que participavam deste processo e as formas como se davam.

No conjunto das respostas obtidas sobre as estratégias de comercialização foi possível identificar os principais circuitos curtos, utilizados no assentamento. Todavia, identificar quais os agentes que atuam nestas estratégias só nos foi permitido a partir da análise das entrevistas.

5.3.1 Vendas Diretas: no próprio lote nos lotes, porta a porta e informal

Os dados obtidos com as respostas e confrontados com as entrevistas nos permitiram inferir que as vendas diretas nos próprios lotes, seja para vizinhos de assentamento ou pessoas que vem da cidade para adquirir FLV somam, 54,55%. Mas como se dão essas vendas?

As vendas diretas nos lotes aqui são consideradas aquelas realizadas para os vizinhos de assentamento ou para àquelas aquisições em que o cliente vai diretamente no lote no intuito de adquirir as FLV produzidas ali.

A proximidade do assentamento à sede do município, aliada ao corte transversal que é feito pela rodovia, onde o fluxo de veículos é grande, contribuem para esses números. Nas entrevistas há relatos de que as pessoas passam, olham as hortas e param para comprar, embora essa ação traga uma renda extra, às vezes ela causa alguns embarços, já que as famílias ainda não estão preparadas para essa ação de comércio, muitas vezes não tendo nem mesmo embalagens adequadas.

A venda direta de porta em porta e a venda informal juntas somam 22,73%, nos registros de campo observamos que essas vendas são realizadas de duas a três vezes na semana, e a produção é levada em veículos e também, em alguns casos, de charretes. Conforme declaração de um assentado, seu genitor chega a vender e a aferir com as vendas, cerca de R\$ 70,00 por ida à cidade, mas perde o dia todo pois vai com a charrete e é preciso dar descanso ao animal.

Na venda porta a porta, geralmente o produtor se desloca para determinado ponto da cidade em dias específicos, onde já tem “uma certa freguesia”, anunciando sua presença, e os interessados, se dirigem até ele e adquirem os produtos ofertados naquele dia. Conforme declarações os produtos mais levados são as hortaliças e cheiro verde.

O dia que tem bastante verdura, as vezes a gente para num ponto de movimento e fica ali, o povo compra, mas precisa ser mais barato que o mercado. As vezes pessoal do comércio reclama, já veio até fiscal (ASSENTADO, 28 anos).

A venda informal ocorre desta forma, implantando-se um ponto provisório de venda em determinado local da cidade onde haja a expectativa do agricultor de boas vendas, todavia, como salienta a informalidade, atrai fiscalização, que pode ocorrer por denuncia de outros comerciantes locais, que concorrem com essa forma de venda direta.

Não identificamos na pesquisa a existência de algum ponto fixo de venda seja ele formal ou informal de FLV.

Neste conjunto de vendas, uma das características principais é que são muito esporádicas, as vendas nos lotes dependem da vontade do cliente em parar e comprar, não havendo neste comércio nenhum tipo de fidelização. Nas vendas porta a porta por sua vez há determinada uma territorialidade, mas que ainda assim não garante, frequência nas vendas, levar uma determinada quantidade é sempre um risco assumido pelo agricultor ao carregar as FLV para a venda na cidade.

As vendas ocasionais como citadas por Darolt et al (2016), que derivam de ações de turismo, pousadas, promoções, foram identificadas em 4%, das repostas. A sua realização acontece na forma de almoços e vivências agroecológicas ou oficinas e minicursos, sempre atrelada ao grupo de consumo que organiza a CSA Coração.

5.3.2 Comunidades que Sustentam a Agricultura - CSAs Coração e Sorocaba a solidariedade presente

A conceituação de Comunidades que sustentam a agricultura, não deriva de um modelo único e que deve ser franqueado, todavia, a ideia da CSA, se encaixa perfeitamente nas características de circuito curto definidas por Scheneider e Ferrari (2015), como especificidade, proximidade entre a produção e o consumo e, principalmente, por eliminar os atravessadores, da mesma forma que se dá maior valor ao produtor, que passa a ter controle na relação entre a produção e a comercialização.

As estratégias de cada CSA seguem uma linha própria de funcionamento, atendendo as especificidades da sociedade (grupo de consumidores), do agricultor ou agricultores e da economia local ao qual está inserida.

No Horto Bela Vista as CSAs Coração e Sorocaba, figuram como estratégia comercial para 18,18%, das famílias. Que entregam semanalmente uma cesta, composta de grande variedade de FLV, para 55 famílias na CSA Sorocaba e na CSA Coração que atende 8 famílias de Iperó e do município vizinho de Boituva.

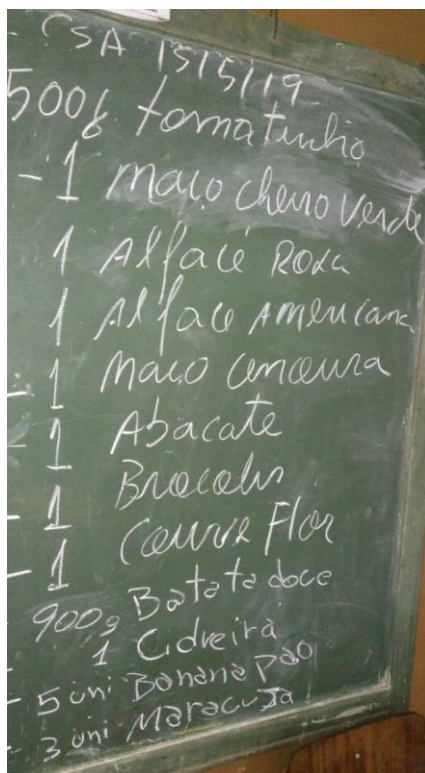
Em ambas, o valor mensal pago pelos co-agricultores é de R\$ 208,00 (duzentos e oito reais), sendo R\$ 200, 00 pela cesta de produtos que recebem, os demais R\$ 8,00, são depositados em um fundo emergencial.

Na CSA Coração, os itens após colhidos pelos produtores que compõem o grupo de fornecedores são conduzidos ao Sítio Mãe Terra (Lote 13), onde são dispostos em uma bancada, previamente lavados e escolhidos são pesados ou separados em maços.

Em épocas específicas há ofertas de produtos diferenciados como cogumelos, feijão, frangos caipiras, ovos e queijos, ou mesmo produtos processados como pães, bolos geleias e compotas, doces e conservas, esses produtos são ofertados aos co-agricultores conforme a disponibilidade, com um preço adicional à sua cesta semanal.

Cada um dos co-agricultores cotistas, ao ir retirar a sua cesta, faz a escolha dos itens conforme a lista semanal determina. Essa lista (Ver figura 21), é composta por produtos agroecológicos, alguns produtores possuem inclusive certificação. Os produtos geralmente são aqueles que a sazonalidade permite em cada época específica do ano.

Figura 21 Listagem semanal de produtos



Fonte: CSA Coração, 2020.

O grupo além da entrega, aproveita o momento semanal para discussões sobre temas diversos como segurança alimentar, alimentos saudáveis e outros. Quando da formação do grupo ou no momento da entrada de uma nova família na CSA, há uma conscientização onde são explicados aspectos da produção agroecológica, sobre a sazonalidade e obviamente das

dificuldades existentes assim como do funcionamento do Grupo, realizando inclusive vivência onde os co-agricultores podem plantar e colher os alimentos que levarão às suas casas.

Pudemos observar que há entre o grupo uma relação produtor/consumidor conforme preconizada por Bashford et al., (2013), estando presentes o contato direto e confiança mútua, sem a presença de intermediários ou necessidade de uma hierarquia, na mesma medida que são percebidas parcerias no interior do grupo.

Essas parcerias vão além da relação de fornecimento e consumo, haja vista, que o grupo realiza inclusive ações/eventos como almoços (figura 22), que arrecadam fundos, mas principalmente permitem uma maior divulgação da CSA e de seus objetivos, aproximam produtores e consumidores em momentos de descontração e permitem momentos de reflexão coletiva sobre as questões da agroecologia e da CSA.

Figura 22 – Convites eventos CSA Coração



Fonte: Sítio Mãe Terra, 2020.

Essas ações nos levam a acreditar que a parceria existe, sem, contudo, deixar claro que haja o comprometimento mútuo dos co-agricultores com a produção, conforme os quatro princípios fundamentais das CSAs estabelecidos durante o Simpósio Internacional de CSAs e previsto por Junior et al (2018). Na mesma medida que não podemos afirmar que a CSA

legítima o suporte financeiro e condições de bem-estar necessárias para a produção e distribuição de alimentos para as 3 famílias que compõe o quadro de produção.

Uma vez que a CSA, não é a única atividade que compõe a renda das famílias, que, continuam inclusive usando intermediários para escoamento de parte da produção de FLV, para o mercado. Todavia, no que tange ao incentivo do desenvolvimento local a CSA, cumpre essa missão, uma vez que integra produtores e a comunidade em regiões de proximidade conforme Bashford et al (2013).

A solidariedade é um sentimento pertencente ao grupo, percepção mantida na realização da pesquisa. Entretanto, não podemos afirmar que exista corresponsabilidade pelos riscos e benefícios associados à produção, e da mesma forma sobre o comprometimento para o suporte necessário, que garantirá aos agricultores a manutenção de sua reprodução social, sua autonomia financeira, e possibilidade contínua de manutenção do lócus de produção de alimentos, uma vez que a CSA, como dissemos compõe apenas uma parte da renda auferida por essas famílias dentro do seu conjunto de estratégias de comercialização.

5.3.3 Cestas Verdes: a mediação do intermediário

Embora as cestas verdes, figurem dentro do conceito de Pierri e Valente (2010), Pujol (1997) e Darolt et al (2016), como sendo uma estratégia de venda, as cestas comercializadas pelas famílias do Horto Bela Vista, 9,09%, dos agricultores responderam que realizam essa modalidade de venda. Porém ao analisarmos o caso, percebemos que nesta modalidade estava presente a figura do intermediário, uma vez que a organização, separação e entrega das cestas verdes dos pedidos são efetivadas pelo Instituto Terra Viva, que semanalmente recebe de um conjunto de produtores da região a sua disponibilidade de produtos para oferta.

A partir do processamento destes dados, é confeccionada então uma listagem de produtos disponíveis, que é enviada às sextas-feiras, para um grupo de clientes pré cadastrados (Região Metropolitana de Sorocaba), a lista é enviada via WhatsApp. Os pedidos são formulados e devolvidos até as 18:00 das terças-feiras seguintes, são então processados e entregues na região às quintas e sextas-feiras, em pontos pré-determinados.

Figura 23 ¹⁰- Imagem parcial da listagem de produtos que compõe a cesta verde

FRUTAS, LEGUMES, TEMPEROS, FOLHAS			
Abóbora Moranga (pequena)	20	kg	R\$ 3,50
Abobrinha Italiana		kg	R\$ 4,50
Abobrinha Paulista	100	kg	R\$ 4,50
Açafrão da Terra (D.Clara)	30	kg	R\$ 15,00
Acerola (400g)	20	pct	R\$ 5,00
Alcachofra	40	un	R\$ 7,00
Alho Poró	35	kg	R\$ 10,00
Banana Nanica	30	kg	R\$ 3,50
Banana Pão (verde)		kg	R\$ 4,50
Banana Prata Mineira (verde)		kg	R\$ 4,00
Patata Inglesa	200	kg	R\$ 5,50

Fonte: Instituto Terra Viva, 2019.

A composição das cestas verdes é definida pelo próprio consumidor, e o valor é determinado em função dos itens adquiridos e dos valores de cada um na semana. Acrescentamos a listagem, referente aos pedidos fechados até dia 17/12/2019 (figura 23).

A lista continha cerca de 80 produtos, entre frutas, legumes, verduras e temperos, também Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCS) como: Azedinha, cujo maço tinha custo de R\$ 3,00, Beldroega maço à R\$ 2,50, Caruru maço à R\$ 2,50, Coração de Banana a unidade custando R\$ 2,50.

Ervas medicinais como: Aloe Vera, Boldo Africano, Cambará, Citronela, folhas de Abacate, folhas de Amora, folhas de Bananeira, folhas de Eucalipto. As ervas medicinais são comercializadas em maços, cujo preço médio é de R\$ 2,50. Os consumidores podiam também na ocasião solicitar produtos processados (Ver tabela 2).

Tabela 2 -Produtos processados, que podem compor as cestas verdes Terra Viva

Processados	Apresentação	Preço (R\$)
Cachaça Socialista	500 ml	25,00
Colorau	Pct 30 gr	3,00
Mandioca descascada	Pct (1kg)	5,50
Arroz Agulha Orgânico Integral	Pct (1kg)	6,00
Arroz Agulha Orgânico Parboilizado	Pct (1kg)	6,00

Fonte: Instituto Terra Viva, 2019.

¹⁰ Figura 22 - está integralmente disponível como anexo 2

As cestas embora sejam um canal extra na comercialização, acabam por impactar na CSA segundo o Terra Viva, uma vez que as pessoas fazem a opção pelo descompromisso da cesta, já que o pagamento está fixado nos itens da escolha do cliente, isentos da obrigação do pagamento mensal.

Atualmente são cerca de 20 a 25 cestas verdes entregues semanalmente em Iperó com retirada no Sítio Mãe Terra, em Sorocaba no depósito do Terra Viva. Em São Paulo, os clientes são informados do período e qual local de entrega na capital, essa estratégia segundo apuramos é muito inconstante quanto ao seu volume, o que nos impossibilitou de apurarmos qual valor é obtido a partir da comercialização das cestas verdes.

5.3.4 Feiras: espaço de trabalho e de sociabilidade

Ao se valer da licença poética Sato (2007), dá uma conotação romântica e apaixonada à feira livre, descrevendo-as como:

espaço de trabalho, que faz-se da beleza, da brincadeira e move-se num mundo ritual, o que faz sobressair sua dimensão como espaço de convivência social. É na trama da rede de relações sociais que os feirantes constroem seus respectivos “sistemas de trabalho”, forjando a organização do processo de trabalho de cada unidade produtiva (SATO, 2007, p. 101)

Por sua vez Pompét (2009), ao apontar a origem das feiras-livres como estratégia de comercialização, nos mostra todo o sortilégio de dificuldades que elas pretendiam em parte amenizar como as distâncias entre a produção e o consumo, as dificuldades de locomoção e a intermitência das colheitas a exigir uma solução que pudesse reduzir esse distanciamento.

No Horto Bela Vista, tanto a face bela, como a difícil das feiras livres, se apresenta para as famílias. 40,91% das famílias do assentamento afirmaram usar esse mecanismo, como estratégia de comercialização.

Com base nas respostas é possível inferir que a atividade da feira é realizada em família, com participação coletiva, envolvendo diversos membros dos núcleos familiares, seja na preparação dentro do lote, ou mesmo na sua realização. Com base nas declarações constatamos que essas famílias participam de cinco feiras diferentes, nas feiras de Iperó, Boituva, Sorocaba e as feiras organizadas na UFSCar Campus Sorocaba e no IFSP Campus Boituva.

Segundo a SERAT, no município de Iperó são realizadas semanalmente três feiras. Aos sábados, a feira livre na área central da cidade, que é onde também ocorre a feira do produtor, essa realizada no período noturno às sextas feiras, é realizada também uma feira livre no bairro George Oetterer, fica mais próximo da divisa com o município de Sorocaba.

A feira com maior participação dos assentados do Horto Bela Vista é a feira de sábado (Ver figura 24), em função da proximidade e maior número de consumidores.

Figura 24 - Feira Central Iperó



Fonte: NEA Boituva, 2020.

Corroborando com Minnaert (2008), é uníssona a afirmação dos agricultores, e consumidores que a feira aproxima as pessoas, permite conhecer a cultura do feirante, trocar receitas e formas de preparo, mas para as famílias assentadas, as feiras são declaradas como importantes opções de comercialização.

No entanto, possuem alguns gargalos e desafios, em um dia de feira as atividades de preparação, colheita, carregamento, e a realização da feira em si, mais o retorno para casa ao final da empreitada, pode durar até 12 horas, esse período inviabiliza outras atividades no lote de pelo menos uma ou duas pessoas naquele dia.

Um outro fator declarado como preocupante, é a incerteza da comercialização, nem sempre são comercializados todos os itens que são levados, isso gera prejuízos. Para o

Secretário de Meio Rural do município, a grande quantidade de unidades produtivas e a população relativamente pequena de munícipes, contribuem para essa dificuldade.

Hoje eu vejo que tem alguns assentados que participam da feira, mas tem excedentes. Eles têm que ofertar em outros mercados além do local, porque se ele ficar somente com o mercado local ele não consegue sobreviver, porque o mercado local ele é pouco. E o que a gente vê que eles produzem muito, quase todos que a mesma coisa, por ser uma característica de agricultura familiar produzem muita hortaliça, as mesmas frutas como: banana, goiaba... então acaba contendo esse excesso de produção. [...]o município acaba produzindo uma coisa só, não tem muita variedade é aquilo, então tem que atingir outros mercados não tem jeito mesmo, o mercado local não é o suficiente para absorver a produção deles. (Secretário de Meio Rural, 2019).

Fica clara a percepção do responsável pela pasta que cuida do abastecimento local, no que tange aos limites impostos pela comercialização sobre a produção de alimentos, o consumo local segundo o mesmo não tem capacidade de absorver a produção agrícola dos seus assentamentos rurais, o excesso de produtos como banana, hortaliças e goiabas são causados também pela falta de orientação e planejamento, que deveriam ser realizados pelo responsável pela ATER.

A concorrência também foi declarada como um grande dilema para agricultores familiares, os “feirantes comerciais”, aqueles que compram e vendem FLV e outros gêneros nas feiras livres.

Geralmente são pessoas que adquirem FLV de outros agricultores, inclusive de assentados, agindo assim como intermediários, e também adquirem produtos na CEAGESP e vendem os produtos na feira. Os produtos adquiridos no CEAGESP, via de regra são produzidos de forma convencional, tem melhor aparência e tamanho, o que, para os consumidores é um atrativo, desconsiderando assim, as dificuldades para a produção orgânica e agroecológica.

Outro ponto, é a questão da instabilidade dos preços, o mercado estipula e forma os preços pela oferta e demanda de FLV, dentro do próprio CEAGESP, os comerciantes acabam por ditar os preços praticados na feira, cabendo aos assentados se adequarem a esses preços.

Como o convencional é mais bonito e o preço a gente tem de fazer igual. Senão não vende, é difícil competir. Levo um tomatinho de oito reais e chega lá tem um maior de quatro reais, todo mundo quero o maior (ASSENTADO, 32 anos).

A qualidade e apresentação das FLV como observamos influencia significativamente nas vendas e também na formação dos preços, e nesse embate o valor considerado é o econômico, sendo desconsiderado o valor biológico do alimento e, todos os outros significados de valor que ele possa conter.

Os agricultores familiares apontam a oscilação de preços, e a incerteza de vendas, como pontos cruciais de desmotivação de muitos assentados a participarem das feiras, segundo as declarações, parte dos produtos que são levados e não são vendidos geralmente são perdidos em função de ao final da feira não estarem frescos, outras vezes, o valor estabelecido pelo mercado na feira, não cobre o custo de produção e transporte.

Na declaração de um dos assentados é possível verificar que alguns produtos como alfaces, cheiro verde, couve, tomates, abóboras, quando não são vendidos nas feiras por um ou outro motivo, são deixados em mercados, sacolões e outros, mas sofrem queda no preço de até 25%. Mas, conforme declaração, “é melhor perder um pouco no preço, que voltar com tudo para casa né?”.

As feiras organizadas pelos Núcleos de estudos em agroecologia da UFSCar e do IFSP, são organizadas às terças-feiras no campus da UFSCar organizada pelo NAAC, e as quartas feiras, no campus Boituva do Instituto Federal de São Paulo, ambas ocorrem no período da tarde.

Figura 25 – feira agroecológica UFSCar



Fonte: Agroecologia em rede, 2019.

As famílias comercializam produtos agroecológicos em especial frutas legumes e verduras, mas também são comercializados outros produtos agrícolas e também de origem animal como ovos, mel e também produtos processados como pães, doces, geleias e outros.

A feira da UFSCar tem suporte logístico do Terra Viva e uma assentada é quem cuida da comercialização, não conseguimos realizar a apuração do volume de vendas e renda obtida a partir desta feira. A agricultora responsável repassa ao Terra Viva as receitas, que posteriormente realiza o pagamento aos agricultores já descontando o seu percentual.

A feira dos produtores do IFSP no campus Boituva é organizada pelo NEA Boituva, com apoio da Pró reitoria de extensão, por meio do Edital nº 125 de BTV - Seleção de Projetos de Extensão 2019, denominado Apoio à Comercialização Regional de Produtos da Agricultura Familiar. cujo objetivo previa a manutenção e funcionamento de um conjunto de ações para contribuir para a criação de uma rede colaborativa nos sistemas de produção, industrialização e comercialização da agricultura de base familiar nos municípios do entorno do campus Boituva do IFSP. Consideramos importante este movimento das universidades, de ligar as ações de extensão e pesquisa em projetos que beneficiam a comunidade.

Figura 26 - Feira de produtores IFSP



Fonte: Acervo NEA Boituva, 2019.

O projeto custeou uma bolsa de extensão, a bolsista cumpria semanalmente uma carga mínima de 20 horas , realizando atividades de pesquisa e extensão previstas no projeto, e foi responsável durante o ano de 2019 pela organização e divulgação da feira, pela reserva e organização do espaço, alocação de barracas, reuniões com a equipe do NEA e com os agricultores, sendo também interlocutor responsável pela comunicação, entre o núcleo de estudos e a comunidade de agricultores.

Durante o ano de 2019 a feira aconteceu também em algumas ocasiões especiais, como em eventos acadêmicos que foram organizados pelo campus. Durante o ano de 2019, mais de 12 famílias participaram das feiras, embora não pudéssemos determinar o volume de produtos comercializados, uma das famílias do Horto Bela Vista, afirmou que já apurou com as vendas na feira do IFSP, rendimentos que oscilaram de R\$120,00 a R\$ 320,00 entre uma semana e outra.

5.4 Vendas para Distribuição: de quem é o comando?

Pierrri e Valente (2010) definiram as vendas para distribuição, como aquelas que são realizadas aos atacadistas, varejistas, distribuidores de alimentos, restaurantes, lojas especializadas de agricultura orgânica e produtos naturais, grandes mercadistas, exportadores. No Horto Bela Vista registramos um amplo conjunto de operações de vendas neste canal, são diversos restaurantes, cantinas escolares, quitandas e lojas especializadas, no próprio município e em municípios vizinhos como Boituva e Sorocaba, e grande parte da produção agroecológica que segue para capital, na busca de consumidores.

Nesta modalidade, há forte presença das polêmicas figuras do atravessador e do intermediário, ao longo da análise descrevemos como esses atores se articulam na trama da comercialização, em que medida contribuem ou causam prejuízos às famílias assentadas, cuja reprodução social depende da comercialização de sua produção, para a sua continuidade como categoria social.

Ao revisitarmos nosso embasamento teórico, podemos perceber que para Carvalho e Costa (2013), a comercialização agrícola se apresenta como uma atividade complexa, a produção assume o papel de mercadoria ao chegar à ponta da cadeia, ou seja como alimento à mesa do consumidor, em sua casa, na escola, ou em algum restaurante de sua escolha.

Nesta perspectiva criou-se uma dinâmica dentro do mercado, que é formado por diversos segmentos, setores e pessoas (atores sociais), que se apropriam da produção formando cadeias, redes, arranjos produtivos ou circuitos de comercialização, que podem ser longos ou curtos.

Apresentando-se para a agricultura familiar os circuitos curtos de comercialização (CC), como uma melhor opção conforme Pujol (1997), Marsden et al. (2000), Guzmán et al. (2012). Darolt et al (2016), uma vez que permitem reduzir o número de intermediários entre o produtor e o consumidor final, consideramos que os circuitos curtos são aqueles em que o produtor entrega diretamente o seu produto ao consumidor (venda direta), ou ainda, aqueles onde há um intermediário, entre produtor e o consumidor final. Como classificar então as vendas indiretas do Horto Bela Vista?

5.4.1. Quitandas, supermercados, minimercados, lojas especializadas, restaurantes, cozinha industrial e delivery: o universo das vendas indiretas.

Como vimos a comercialização se apresenta de forma bem variada no Horto Bela Vista, mas ainda cheia de bloqueios e alguns poucos avanços. Ainda assim os assentados são otimistas, quanto à produção de alimentos, como principal opção para a manutenção das famílias nos lotes.

Desde o processo de produção até a entrega ao consumidor, há uma enorme gama de operações e recursos necessários, como processamento, atividades logísticas, embalagens, compra de insumos, negociações de venda. Essa realidade é excludente para os assentados, uma vez que para serem competitivos e se manterem nesse universo, precisam de mais volume de produção, diversidade e qualidade e ainda sofrem com pouco espaço disponível para produção, falta de recursos financeiros, falta de insumos, inclusive de água.

Os assentados que produzem agroecologicamente têm dificuldades de conseguir insumos de produção. Como boas sementes, pó de fosfato de rocha, micronutrientes e isso interfere diretamente na qualidade das FLV produzidas.

Mas é no momento da venda que mais sofrem com a falta de planejamento e a ausência de serviço de ATER. As regras de mercado estabelecidas, descontam pela perecibilidade dos produtos, por estarem fora do ponto ideal na colheita, por não terem padrão em seu formato e

coloração, embalagens incorretas que acarretam amassamento de FLV e prejuízos no transporte por perda e por operações inadequadas que acabam por interferir na qualidade dos produtos.

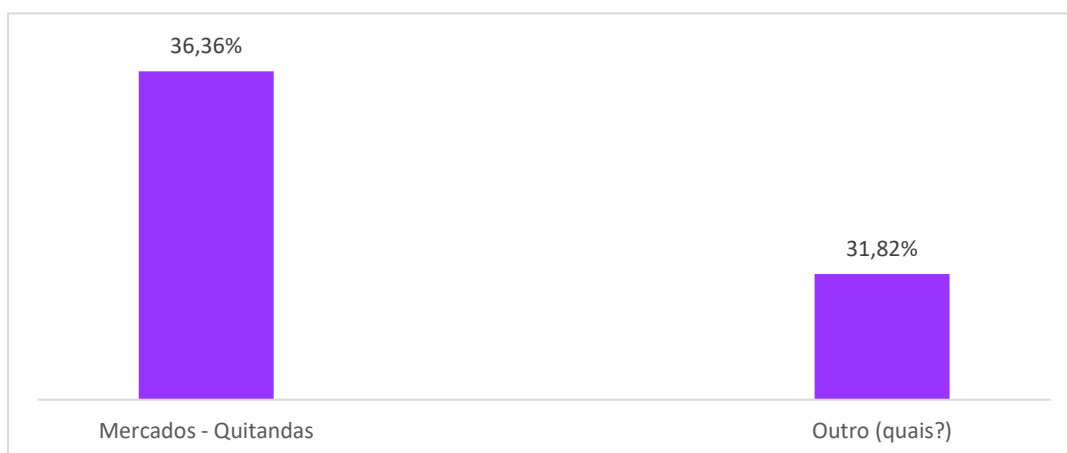
Ao abordarem as estratégias de comercialização Kiyota e Gomes (1999), relataram que a atividade de comercialização é penosa, e começa de forma gradativa. Ao descreverem esse processo podemos observar a semelhança com o processo ocorrido no Horto Bela Vista.

As famílias do estudo de Kiyota e Gomes, assim como os assentados do Bela Vista, iniciaram as vendas com excedentes da produção para autoconsumo, excedentes que eram vendidos em domicílio (porta a porta), em pequenas quantidades. Eram frutas do pomar e verdura e legumes da horta, implantados para abastecer a família, também ovos e frangos caipiras.

Num segundo momento começaram a processar esses produtos, transformando-os em pães, queijos, geleias, compotas, conservas. Algumas famílias ainda permanecem na produção em pequenas quantidades, outras, por sua vez, aumentaram a produção e ousam apresentar ao mercado alguns diferenciais para melhor atendimento às exigências do mercado.

A logística, para a comercialização se apresenta como um dos grandes desafios a serem superados. Com o empobrecimento já explicado anteriormente, as famílias perdem a sua capacidade de investimento, aliada a essa situação, a diminuição dos créditos agrícolas que atendam a essa necessidade, tem tornado cada vez mais difícil a resolução deste problema que dificulta o acesso ao mercado, novos clientes, e assim, uma das alternativas é a venda aos comerciantes locais que farão a distribuição ao consumidor final, levando nesta atividade uma boa parte do valor de venda final do produtos.

Gráfico 16 - Horto Bela Vista vendas de distribuição de FLV



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

A venda realizada a mercados e quitandas, foram apontados como estratégias de comercialização por 36,36% das famílias, e dentro dos 31,82% , das famílias que responderam outras fontes de locais, para a pergunta, ” onde comercializa as FLV?”, neste percentual foi possível aferir que houve também respostas que sinalizam a venda em pontos comerciais dos municípios de Iperó e Sorocaba (Ver gráfico 16). Ressalvamos que para esta questão poderiam ser dadas resposta múltiplas, por isso os dados não chegam à totalidade da amostra.

Dentre os pontos comerciais citados como aqueles que compram FLV, diretamente das famílias assentadas identificamos 6 supermercados, 4 quitandas e um sacolão na cidade de Sorocaba, e ainda em um açougue no centro de Iperó. Essas vendas, embora contribuam para a renda, na percepção dos assentados, é de que os comerciantes ao adquirirem esses produtos, façam uma espécie de favor aos mesmos. Essa afirmação é percebida nas falas dos assentados sobre suas vendas a este segmento.

Levo no mercado, na quitanda e no açougue, me pagam um pouco menos, mas entrego o que é pedido e não preciso ficar indo e voltando. O cara do açougue compra para me ajudar, nem vendia cheiro verde antes ele vende, levo 30 maços sábado a R\$1,00, paga na hora, se sobra ele usa no tempero lá mesmo. (ASSENTADO, 40 anos)

Então precisamos vender, ter local certo, planta e não vende, o prejuízo é nosso, vendemos no mercado, é mais barato, mas ele compra 70 reais dia sim dia não, meu pai leva na charrete é certo, entrega o cheiro verde, e esse dinheiro ajuda a gente (ASSENTADO, 32 ANOS)

Nas declarações foi possível inferir que a venda nos mercados e quitandas, também é uma estratégia que evita desperdícios após a feira. A sobra da feira levo na quitanda, ele paga menos e nem sempre compra, mas quando fica evita levar para casa e perder (ASSENTADO, 40 anos).

Com relação aos preços praticados entre a venda direta (Feira) e preço das vendas aos supermercados, foi possível aferir que no caso do cheiro verde essa diferença chega a 50% a menos. Embora haja relatos de pagamentos diários, a maioria dos respondentes informou que as entregas para as quitandas e mercados são diárias, mas, o pagamento ocorre a cada 15 dias, ocorrendo desconto por produtos não vendidos e que venham fora de padrão.

Outra característica da venda aos supermercados é que uma vez na semana, eles promovem a chamada feirinha, que nada mais é que ofertar descontos em FLV em especial

legumes e hortaliças, para que possam atrair o público à loja, e assim, motivados pelo baixo preço desses itens, acabam levando outros produtos.

Mas, esse desconto não sai dos supermercados, e sim do próprio produtor. O exemplo mais emblemático é o maço de alface, cujo preço varia de R\$1,50 (um real e cinquenta centavos) à R\$ 2,00 (dois reais). No dia da feirinha a encomenda geralmente é de maior quantidade e o preço pago R\$ 0,99 (noventa e nove centavos de real), e caso haja sobra, a loja não paga, é um prejuízo que fica por conta do produtor.

A gente leva porque precisa vender, é melhor entregar assim, que perder na roça, já plantou então entrega, mas lucro mesmo não dá. E só assim, pegam verduras da gente, se você não concorda não vende. É melhor ter um lugar para levar que nada, precisamos do dinheiro, para comprar um arroz, uma carne, pagar conta de luz, e ajuda (ASSENTADO, 30 anos).

A venda de forma regular para mercados e quitandas, exige constância produtiva e padrão de qualidade, isso requer uma ATER constante, para que as famílias possam se planejar para isso, o que ainda não ocorre no Horto Bela Vista, nem para os produtores agroecológicos ou para os orgânicos.

esse comercio exige que você tenha permanência de produto no mercado aí aperta também porque você tem que fazer um planejamento da sua produção (ASSENTADO, 29 anos)

mercado na época que eu tinha bastante limão, o “camarada” falou assim: não, eu fecho um contrato com o senhor e pego do senhor, só que eu quero por semana, 40 caixas de limão. duas vezes eu podia entregar 40 caixas de limão, mas depois eu já não tinha mais e como eu iria cumprir meu contrato?) (ASSENTADO, 70 anos).

Ao analisarmos as afirmações ficam claras as preocupações dos agricultores no cumprimento de suas responsabilidades contratuais com seus fornecedores. Na mesma medida em que percebemos que para atender ao segmento de supermercados e quitandas, se faz necessário a constância em volume de produção, o que apenas um produtor dificilmente daria conta, face as condições edafoclimáticas para cada cultura e sazonalidade. Utilizamos como exemplo, o limão citado pelo assentado.

A cultura do limão segundo a EMBRAPA (2019), é exigente em solos férteis e drenados, onde haja aproximadamente 1.200 mm anuais de chuvas bem distribuídas, tendo picos

produtivos entre os meses de janeiro a junho e baixa produtividade nos demais meses do ano. Como é possível a apenas um produtor, ou um pequeno grupo de produtores atender à demanda de supermercados, tendo essas barreiras técnicas?

A organização social e intercâmbio com produtores poderiam permitir essa manutenção, mas para isso a diversificação também teria papel importante, para que a troca de produtos ou envio em substituição pudesse ser efetivada, mas essas possibilidades recaem em necessidade de logística, planejamento e organização social.

O caminho entre a produção e comercialização é multidimensional, onde existem e se inter-relacionam diversas forças e agentes (atores/segmentos), sendo o agricultor o elo mais fraco dessa corrente. A venda para distribuição como percebemos representa perfeitamente parte desse caminho. A multidimensionalidade se apresenta como própria produção em todas as suas nuances, a logística de escoamento, a dificuldade de insumos, e como vimos até mesmo de água, item primordial para produção, a ATER, que embora haja boa vontade dos agentes é incipiente, principalmente por falta do investimento do Estado.

Sem ATER, não há planejamento que é uma dimensão fundamental no processo. Como vimos é impossível o atendimento dos mercados e planejamento produtivo sem esse serviço. Outra dimensão é o relacionamento com os consumidores, na mesma medida que há crescimento de clientes conscientes da necessidade de um ambiente de produção menos agressivo ao ambiente e biodiversidade, observamos maior número de exigências quanto ao padrão, qualidade, textura e principalmente a aparência de produtos nas gondolas dos supermercados.

Como as famílias se organizam sócio e politicamente, como vimos é dessa organização dos grupos, que surgem demandas para serem apresentadas ao poder público, para que sejam trabalhadas como políticas públicas, conforme Lopes e Amaral (2008), também sendo uma dimensão importante.

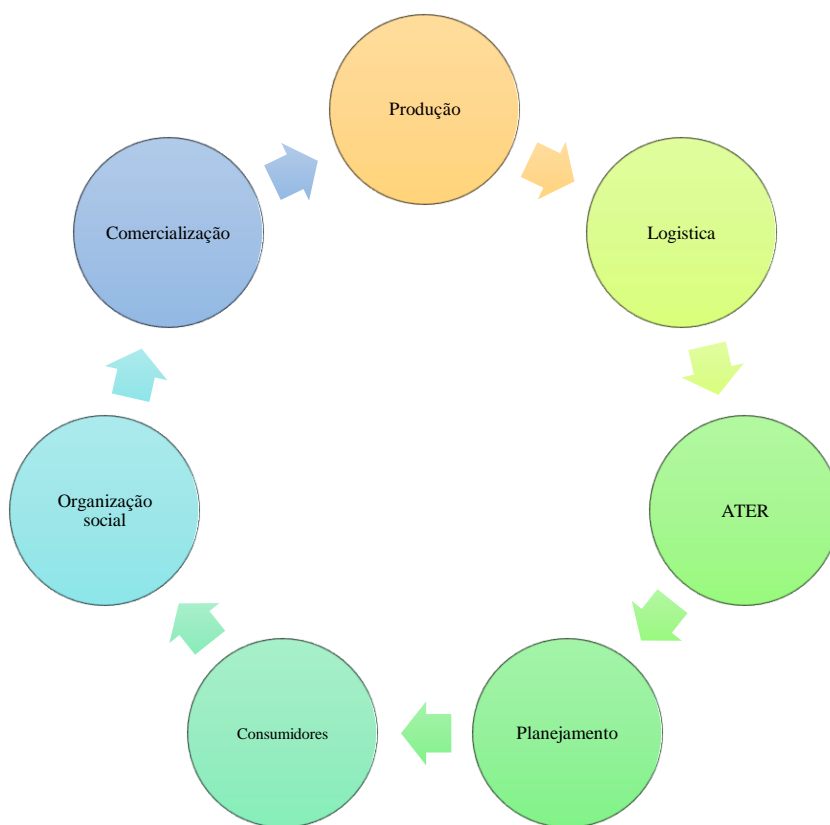
Neste aspecto, a prefeitura de Iperó, tenta conforme declarações do Secretário do Meio Rural, Ambiente e Turismo, apoiar a ampla participação dos assentados nos conselhos de desenvolvimento rural, ambiente e também de alimentação escolar, todavia, não há ações diretas que permitam espaços de debate dos interesses deste grupo social, que sejam fora dos conselhos.

Essas multidimensões (Ver figura 27), são entrelaçadas uma a outra e todas possuem variáveis que também interferem umas nas outras. A falta de água na produção por exemplo,

impacta no planejamento da produção, podendo exigir a formulação de políticas públicas que garantam o abastecimento da população pela comercialização.

Dentro das estratégias de comercialização e de forma multidimensional a estratégia utilizada pelo grupo de produtores agroecológicos, organizados socialmente em forma de uma associação (AproBio), na tentativa de facilitar essa interação, foi de como resolver o dilema da especialização. A produção exige especialização, dedicação, planejamento e principalmente tempo, da mesma forma que a comercialização também tem essas exigências. Como conciliar isso?

Figura 27 - Multidimensões entre a Produção e a Comercialização



Fonte: Elaborado pelo autor

A venda para distribuição, com a ajuda de um intermediário, pareceu a coisa mais sensata a ser feita, pelas famílias do Horto Bela Vista na tentativa de superação desse bloqueio.

Nessa trama o Instituto Terra Viva, despontou como a melhor opção, mas quais caminhos levaram a isso? Pois em sua concepção inicial, pretendia ser apenas uma associação prestadora de serviços de ATER e, diante da demanda das famílias associadas criou-se a

AproBio visando escoar a produção agroecológica, aumentando assim a oferta destes produtos em outras localidades.

Organizaram-se e criaram uma estrutura de comercialização, forjada com pouco investimento e com base na lei da demanda, onde quem precisa procura e aquele que possui oferta, buscando parceiros na região e na capital. Criou-se uma rede indireta onde todos os atores se conectam por intermédio do Terra Viva

Atualmente o Terra Viva comercializa produtos em quinze (15) pontos diferentes da capital paulista e Barueri (Ver quadro 2), e ainda articula feiras em Sorocaba e dá suporte para entregas da CSA Sorocaba, tendo como fornecedores 23 agricultores agroecológicos, que produzem com certificação orgânica em sua maioria, OCS e 3 já certificados na modalidade de SPG.

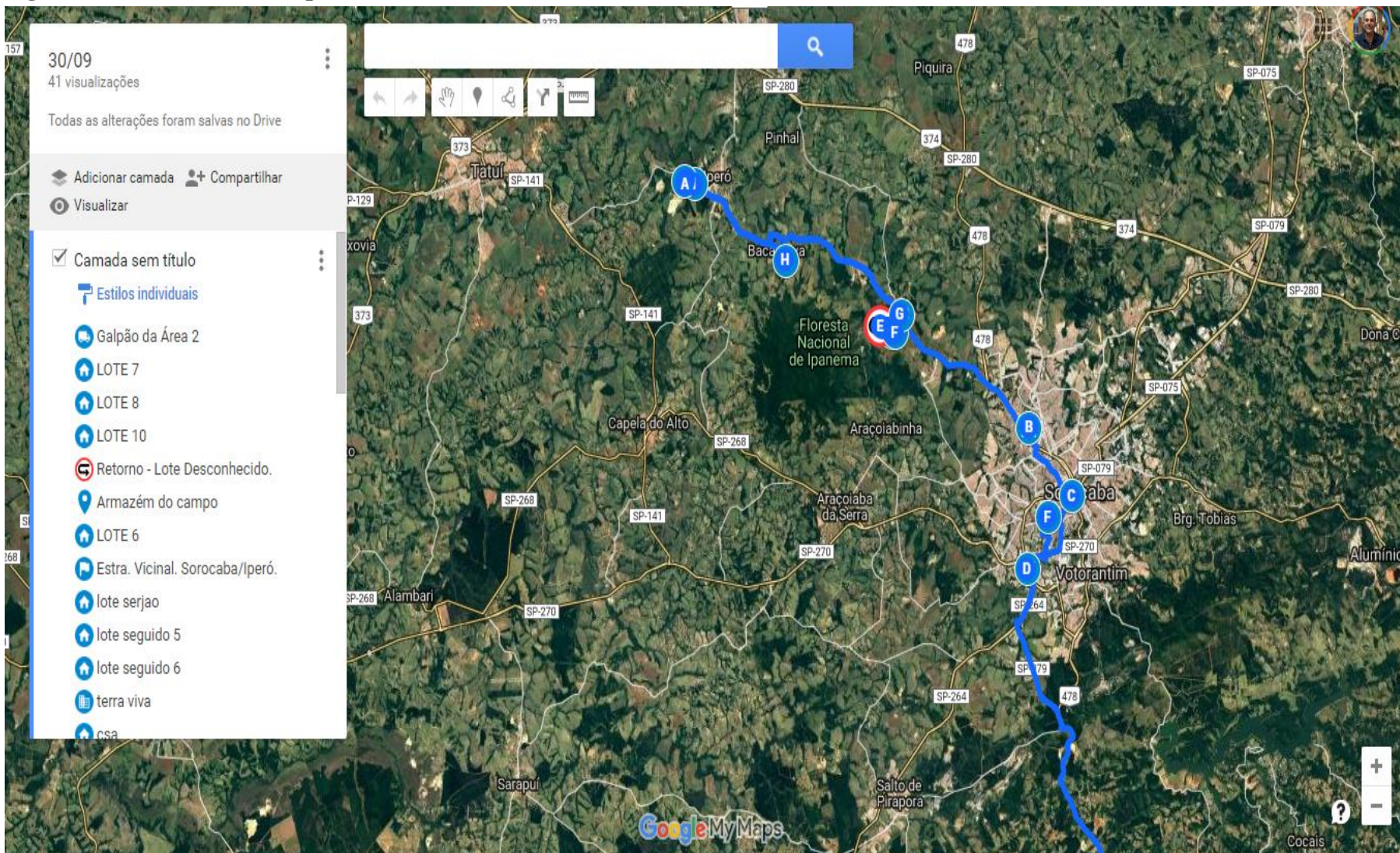
A coleta da produção que é comercializada pelo Terra Viva, tem maior concentração nos assentamentos de Iperó sendo 8 famílias no Horto Bela Vista e as demais em Itapetininga, Piedade, Porto Feliz e Salto do Pirapora (Quilombo Cafundó).

tem a comercialização de terceiros em São Paulo e é uma relação de corresponsabilidade porque o pessoal vem aqui muito para ver o que a gente está produzindo, uma relação diferente não é fria, se junta ao Instituto Terra Viva para fazer a logística da comercialização e da produção, então uma coisa foi puxando a outra né, aí no Terra Viva o pessoal precisava que fosse certificado e não credenciado, aí nasce a necessidade de criar um SPG, por que aí a gente podia fazer a venda através de terceiro, então em 2015/2016 a gente faz o SPG Iperó, parte dessa turma vai para no SPG Iperó (ASSENTADA, 59 anos)

Na declaração de uma das lideranças entrevistadas foi possível, confirmar a importância das ações do Terra viva nesta estratégia de comercialização, ficando clara que a relação está, para além da comercial, para os assentados há um respeito pela terra, pela forma de produção, por parte da Terra Viva. Da mesma forma que eles respeitam as questões familiares relativas ao racionamento da mão de obra, que inviabiliza uma produção em maior escala.

[...] questão do planejamento, eu estou falando da terra sabe, do Terra Viva, nós tem que fazer um planejamento, só pra ele e tem a questão de mão e obra sabe, tem a família mais integrada com a atividade agrícola os limites de cada família não dá para aumentar a produção, assim. Só para atender o mercado(ASSENTADO, 29 anos).

Figura 28 - Pontos de coleta pelo Terra Viva



Fonte: Elaborado com Google maps

O Instituto Terra Viva possui vínculos com os agricultores parecidos com os previstos por Junior et al (2008), ao tratar dos princípios da CSA. Há entre o grupo uma relação de parceria, comprometimento e solidariedade, na mesma medida que possui o contato direto e a confiança com as entidades que estão na outra ponta da relação comercial, corroborando a relação Produtor/consumidor proposta por Bashford et al (2013). Mesmo que nessa relação haja a intermediação do Terra Viva.

Quadro 2 - Pontos de distribuição em São Paulo e Barueri

Tipo	Nome Fantasia
Quitandas	ECOSOL
	Instituto Chão
	Instituto feira Livre
	Instituto Baru
	Núcleo Orgânico
Restaurantes	Comida Sustentável
	SESC Vila Mariana
	Canto do Saci
	Rede Mocotó
Startup - Cozinha Industrial	Liv Up
	DuLocal
	Liv Up
Cantina escolares	Arco escola
Cesteiros	Rhaiz
	Terra da Serra

Fonte: Terra Viva

O quadro 2, nos apresenta os 15 pontos de comercialização, cinco deles são quitandas especializadas ligadas a grupos de clientes, que criaram associações ou cooperativas com essa finalidade de obterem produtos que atendessem as suas necessidades, por um preço justo e que não explorasse os agricultores.

O portfólio de clientes também é composto por dois restaurantes, e uma rede de restaurantes de comida sertaneja (tipicamente nordestina), composta por 3 unidades na capital,

uma na Vila Medeiros, uma no shopping na Zona Norte e outra no Instituto Moreira Sales. A lanchonete instalada no SESC Vila Mariana onde são servidos sanduiches, salgados, bebidas quentes e frias, doces e pratos torcionados.

Quanto aos restaurantes, um deles no bairro de Pinheiros oferece Lanches e pratos típicos da culinária brasileira, além de doces. O outro traz o conceito do veganismo com refeições produzidas somente com produtos orgânicos.

Compõem a rede de clientes também duas Startups de alimentação, que realizam o delivery de pratos saudáveis produzidos a partir de ingredientes selecionados e rastreados na origem. Ambos oferecem pratos individuais e kits para a semana, acompanhamentos e lanches com opções veganas, vegetarianas, dietas lowcarb, isentos de açúcar e glúten.

E também os cesteiros, que são duas pessoas, que adquirem os produtos do Terra viva, e montam cestas que são repassadas aos consumidores, a entrega aos cesteiros é feita na capital em local previamente agendado, geralmente em outro ponto de entrega fixo.

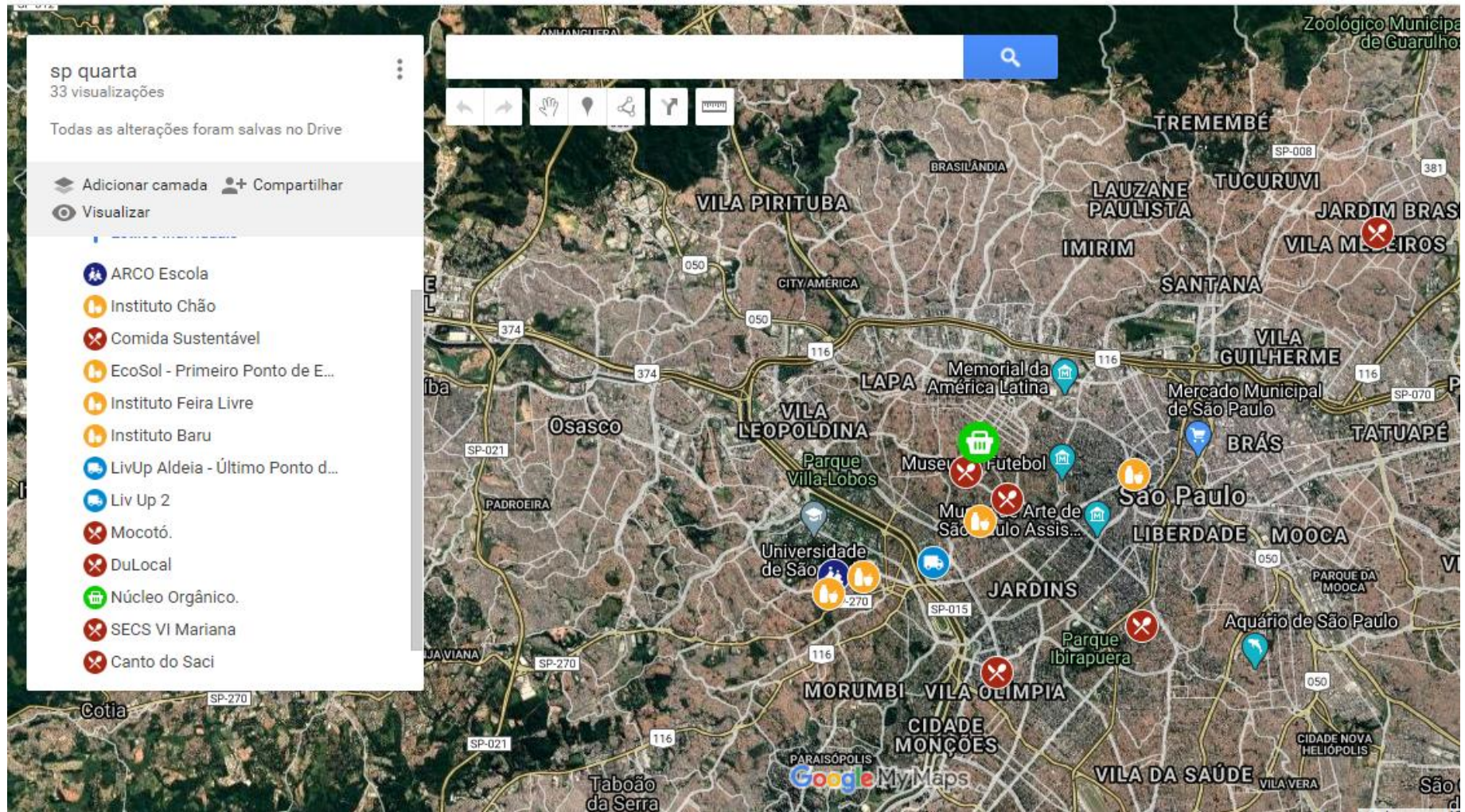
Há também a cantina de uma escola privada que é uma cooperativa, onde há uma maior preocupação com a alimentação de jovens e crianças. Essa preocupação já é bem discutida no país e em São Paulo tramita na câmara de deputados estadual o projeto de lei 697 / 2016, que dispõe sobre a promoção da alimentação saudável e proíbe a comercialização de produtos que colaborem para a obesidade, diabetes, hipertensão, em cantinas e similares instalados em escolas da rede estadual e privadas do Estado.

A rede de distribuição abastecida em parte pelas FLV, oriundas do Horto Bela Vista, pode impressionar ao ser descrita, todavia, é uma rede que mesmo com princípios e ideais, tem como objetivo auferir lucro ao final de cada operação de distribuição dos produtos, seja *in natura* ou processados na forma de alimentos e ou refeições. Para tanto, está sujeita aos princípios e regras de mercado dentro de uma lógica capitalista.

Esta rede um lado amplia os canais de comercialização para o Terra Viva o que não garante que essa ampliação se estenda na outra ponta aos assentados do Horto Bela Vista.

Portanto, ainda que atenda públicos mais seletos, (não consideramos como nichos específicos), o lucro é o um dos objetivos e para tanto se apresentam demandas como em todo segmento de mercado, quanto à qualidade, variedade, frequência de oferta e sazonalidade, a certificação que via de regra é uma exigência da maioria dos estabelecimentos. Ou seja, a correlação multidimensional de forças entre a produção e comercialização, aqui se apresenta da mesma forma, sendo que em alguns aspectos, ainda de maneira mais forte.

Figura 29 - Pontos de venda para distribuição na capital



Fonte: Elaborado com Google maps

As multidimensões foram identificadas claramente, na entrevista realizada com gestores do Terra Viva.

Fazemos atividades de comercialização e logística, que as vezes nem fazemos bem feito. Precisamos pensar e puxar as atividades de planejamento. Aqui precisamos de um choque de organização, também sempre com a falta de recursos. Eu já fui a campo planejar produção sem agrônomo, como se faz isso? Ou mesmo ir a no campo (economista, para propor práticas de manejo para a couve que têm problemas de nutrição na planta. Na produção de tomate por exemplo, de muito baixa qualidade, não houve investimento em boa semente, ontem levamos 03 caixas do agricultor, e foi devolvida por qualidade, tem tomate verde e amarelo juntos, outros com a ponta já pretejando, problemas de nutrição que vem da falta de ATER, que não conseguimos fazer, embora seja nosso objetivo, não damos conta no momento e na região não tem. (GESTOR TERRA VIVA, 2019).

O conjunto das frases do gestor, deixa claramente definidos os principais problemas que são enfrentados pelo grupo, há uma denotação, de que por vezes os produtores sabem desses problemas relativos à produção, mas não buscam melhorias, como no caso do tomate cereja, onde pequeno investimento em sementes resolveria esse problema, mesmo sem a ATER, com exemplos dessa possibilidade na prática.

Uma produtora de Piedade ela é metódica rigorosa, tem o melhor tomate. Praticamente chega em São Paulo tudo vendido, só que ela produz pouco. Tem cliente que já falou: “tudo o que tiver dela você sempre me oferta. Mesmo sendo mais caro”, e o tomate dela recebe cerca de R\$ 0,50 a mais sempre e nunca voltou (GESTOR Terra Viva, 2019).

A qualidade é um grande diferencial mesmo nos mercados onde há a predominância de valores como a solidariedade, comprometimento e parceria.

Essa simples intervenção contribuiria dentro do processo de produção primando para mais qualidade, impactaria as vendas significativamente, reforçando assim, a nossa hipótese de que a produção e a comercialização são indissociáveis e devem ser estudadas conjuntamente para melhor entendimento.

O planejamento de todas as etapas, mais especificamente a falta de planejamento é algo presente na fala dos gestores, causa transtornos para todos os atores, sendo mais sentido na efetivação do processo de venda. “um tomatinho mais da hora (qualidade) facilita a comercialização, tá ruim fora de padrão não flui” (GESTOR Terra Viva, 2019).

Precisamos olhar planejamento e padronização, eu peço para dois vizinhos coentro, um me traz com 100 gramas o maço, o outro, maços de 50 gramas. Como assim? Um corta lá embaixo e outro nas folhas. E não tivemos como nos estruturar até em termos de custo, para atuar e pode atingir padrões e tamanho. Não quer dizer que vende a abobrinha fora de medida, mas no padrão vende melhor, mais fácil, maior preço. É mercado!

Há também grande dificuldade de manutenção econômica do Terra Viva, conforme percebemos na declaração dos gestores. A cobrança de uma taxa sobre o preço final das FLV de 25%, ou seja, um quilograma de banana ou mandioca é vendido (hipoteticamente) a R\$ 10,00 (dez reais), deste total R\$ 7,50 (sete reais e cinquenta centavos), são da família assentada e R\$ 2,50, para custear todas as operações do Terra Viva. Acontece que esse valor não está remunerando todos os fatores de custo, impedindo a sua melhor organização e investimentos que poderiam melhorar a estrutura e o funcionamento.

A equipe do Terra Viva percebe uma remuneração mensal, mas conforme declarações estão com valores abaixo dos praticados no mundo do trabalho, as viagens semanais têm um custo com caminhão de cerca de R\$ 1.000,00 (mil reais), o custo por quilômetro rodado é de R\$ 1,66 (Um real e sessenta e seis centavos), valor que cobre as despesas com combustível (diesel), manutenção e seguro. Pedágios e motorista são pagos pelo Terra Viva.

Essa semana teve feriado, o pedido foi baixíssimo, o caminhão levou R\$ 7.000,00 (sete mil reais), disso cinco mil é dos agricultores, mil do caminhão, mais trezentos reais para diaristas, no dia de operação como hoje, fica um conferente de plantão e ainda tem alimentação (diárias. Trabalhamos de ontem até hoje para ganhar cerca de R\$ 200,00 (duzentos reais) para o Terra Viva.

Inferimos que em períodos com feriados prolongados e férias escolares, há uma redução do número de pedidos impactando diretamente na renda das famílias e do Terra Viva. E mesmo nas épocas fora desses eventos, há vez ou outra alguma flutuação nas vendas, isso gera um certo desânimo para os produtores.

Vez ou outra a gente colhe, ou diz para o Caio que tem 50 maços almeirão, ou couve e cheiro verde, mas eles só vendem 30, aí perde, ficou na roça, está no tempo de colher, não tem como esperar. Isso desanima, um pouco, mas a gente vive disso né menino, só sabe fazer isso (ASSENTADO, 53 anos).

São Paulo acho que é legal e uma linha de comércio bacana, só que tem esse limite, as vezes sobra verdura aqui na roça, agora eu acho que o Terra Viva, o

trabalho que eles estão fazendo eu acho que eles tem a crescer muito eu acho que eles tem de abrir mercado (ASSENTADO, 48 anos).

hoje eu tenho mandioca, banana, goiaba, manga, um pouco de abacaxi, e lichia eu plantei bastante, mas sobra não vende tudo, aí parte vai para criação (ASSENTADO, convencional, 70 anos).

A flutuação de quantidade de compras não é uma exclusividade para os agricultores agroecológicos, haja vista que há o mesmo discurso por parte de um produtor convencional de FLV, cujas vendas são realizadas em parte para supermercados e quitandas do município. Todavia, para as FLV comercializadas com apoio do Terra Viva esse impacto se torna maior, em função da maior capilaridade de distribuição da receita.

Os gestores foram questionados sobre uma melhor organização e sua capacidade de ampliação, e na resposta fica claro o peso da dimensão cultural das famílias no ato da compra de FLV.

Como ampliar? Humm, em Sorocaba a gente sabe que há uma grande demanda, o que tem para atender hoje são 5 ou 6 cesteiros, que distribuem pouca variedade de produtos orgânicos não certificados. Nossa ideia não é tirar essa clientela deles, mas trazer mais diversidade de produtos, com uma melhor frequência de oferta. Mas tem muita gente ainda que gosta de ir lá no espaço físico, escolher o produto, tem essa cultura. Vai com uma ideia, chega lá muda, porque encontrou uma outra coisa e quer experimentar ou talvez a verdura não está do agrado, leva outra, escolhe um maior, sem arranhão (Gestor Terra Viva, 2019).

Embora a narrativa tenha apresentado uma demanda latente, que poderia contribuir para o aumento das vendas, a estratégia de venda de distribuição (indireta), não se mostra como uma saída viável para o Terra Viva, segundo a visão de seus gestores. A dimensão cultural, o hábito conforme Bourdieu (2001, 2007), que nada mais é do que um sistema de disposições transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, sendo um conjunto unificador e ao mesmo tempo que diferencia as pessoas umas das outras, por seus bens, escolhas, práticas e consumos, portanto cultural.

O que funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações, que se faz presente dentro da comercialização, a possibilidade de olhar, tocar para efetivar a escolha é sem dúvida uma prática constante para as pessoas que realizam as compras de FLV.

Embora tendo sido relatadas que as igrejas apoiassem a comercialização de FLV do Horto Bela Vista, no conjunto de respostas das famílias, não conseguimos identificar de que modo esse apoio acontece, todavia, é possível afirmarmos que esse apoio não ocorre na forma de uma venda de distribuição ou outra das formas citadas, portanto, embora estejam as igrejas inseridas no espaço onde ocorre a produção/comercialização, as mesmas não têm ação nas estratégias de venda, ou impactam nesta relação das FLV.

Nas entrevistas e nos cadernos de campo, conseguimos inferir, que há pelas famílias de mesma denominação religiosa, a preferência por adquirir produtos dos “irmãos de fé”, conforme declarações efetuadas pelas famílias.

5.5. Mercados institucionais: entre perspectivas e castrações

Os programas e políticas que constituem os mercados institucionais, sejam eles, federais ou estaduais, como os que foram relatados no Horto Bela Vista, têm no primeiro plano a premissa de melhorar o fornecimento de alimento e promover a produção rural, com ênfase na comercialização, dentro da perspectiva do comércio justo e solidário (DELGADO, 2013).

Grisa et al. (2011) e Delgado (2013), estudaram os impactos que as compras institucionais especialmente do PAA, em que medida essas compras influenciaram na produção e sua ampliação, se houve diversificação produtiva, organização social mais intensa, e se houve impacto na SAN das famílias que se beneficiavam do programa.

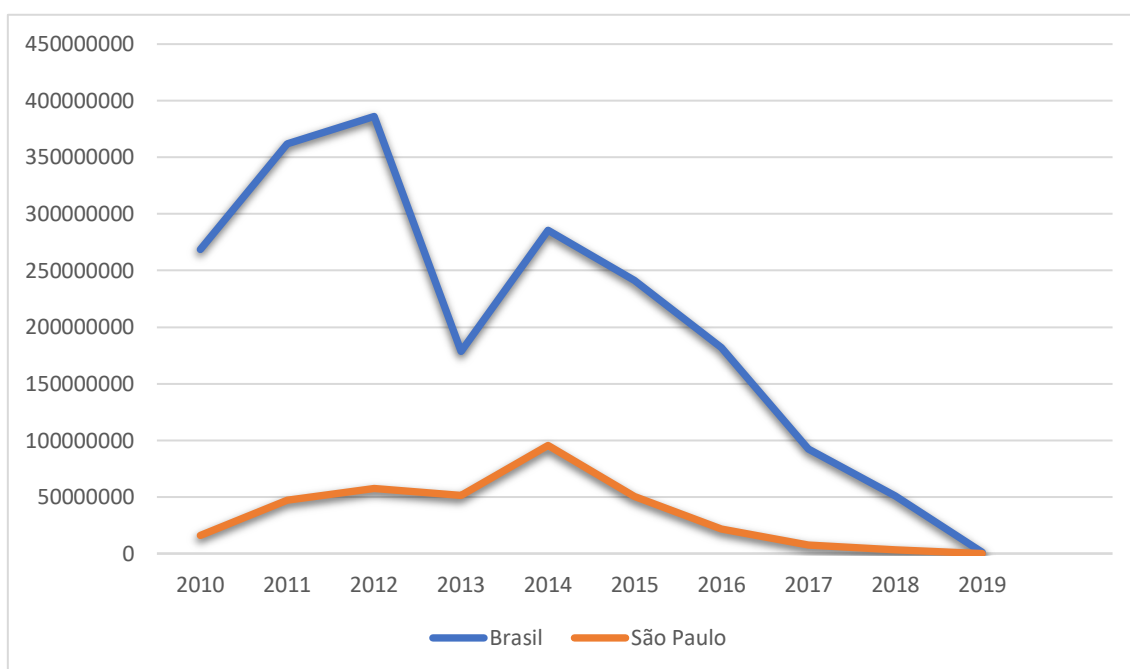
No Horto Bela Vista esses programas geraram as mesmas expectativas e impactos, todavia, nos últimos anos, mais precisamente a partir do ano de 2015, o PAA, deixou de ser executado no município. E em 2019 com base nos dados da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), o programa foi praticamente extinto, sendo operacionalizado apenas nos estados do ES, PI e RN.

O PNAE, por outro lado, conforme dados da Controladoria Geral da União CGU, operacionalizou entre os anos de 2011 a 2015, cerca de R\$ 13.607.061.440,70 (treze bilhões, seiscentos e sete milhões, sessenta e um mil quatrocentos e quarentas reais e setenta centavos). Não obtivemos informações sobre os recursos empregados entre 2016 e 2019, por não disponibilização dos dados pela CGU.

5.5.1 PAA do auge à extinção, os impactos no Horto Bela Vista

Sem dúvida o PAA, teve forte relevância na produção de FLV em todo o país, dada a imponência dos números relativos ao programa. Todavia, desde o ano de 2014, os valores investidos no programa sofreram reduções, o que levou a praticamente à sua extinção no ano de 2019.

Gráfico 17 - Evolução de recursos Investidos pelo PAA (R\$), no Brasil e São Paulo (2010 – 2019)



Fonte: CONAB - transparência PAA, 2020.

Constatamos no Horto Bela Vista que as impressões de Grisa et al. (2011), Viana e Viegas (2011), Delgado (2013), e de Maluf e Reis (2013), são semelhantes às outras regiões do Brasil, tanto nos impactos quanto no aumento de produção e maior oferta de alimentos no período de operacionalização, quanto nos impactos que a sua extinção causou e tem causado em todo o país.

No que tange aos valores, inferimos que no ano de 2012, houve o maior aporte de recursos do MDS, destinado ao programa, tendo uma súbita queda em 2013, em 2014, houve uma breve recuperação, porém nos anos seguintes a queda no montante investido foi constante.

O investimento deixa o patamar de R\$ 386.093.480,60 em 2012, chegando aos parques R\$ 1.094.264,95 investidos em 2019 conforme dados da CONAB.

A Associação Agrícola de Desenvolvimento Agrário (ARDA), nasceu do anseio dos participantes do Movimento dos Sem Terra (MST, nos assentamentos, para que pudessem ser um ente facilitador da produção e comercialização, teve importante atuação na primeira década dos anos 2000, estando ultimamente relegada a poucas reuniões na tentativa de manter-se viva.

Tabela 3 - Valores formalizados por Iperó e ARDA (PAA)

Ano	Iperó		ARDA	
	Valor Formalizado	Nº Instituições	Valor Formalizado	Nº de contratos
2010	R\$ 325.687,10	2	R\$ 109.980,00	1
2011	R\$ 1.218.173,48	6	R\$ 203.040,00	1
2012	R\$ 1.152.237,88	9	R\$ 170.720,00	3
2013	R\$ 1.355.299,35	5	R\$ 380.399,35	1
2014	R\$ 392.000,00	3	-	-
2015	R\$ 1.165.130,51	2	R\$ 341.130,51	3
2016	-	-	-	-
2017	-	-	-	-
2018	-	-	-	-
2019	-	-	-	-

Fonte; CONAB – Transparência PAA, 2020.

No município de Iperó o PAA foi operacionalizado entre os anos de 2010 a 2015, (Ver tabela 3), neste período, no ano de 2010, apenas duas associações formalizaram contratos com o município, pela modalidade CPR Doação com recursos do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), A ARDA operacionalizou em 2010, R\$ 109.980,00 (cento e nove mil novecentos e oitenta reais), e em média cada família, vendeu ao PAA naquele ano R\$ 4.399,20 (quatro mil trezentos e noventa e nove reais e vinte centavos), com destaque para a venda de chuchu, laranja, mandioca e ainda 320 quilogramas de mel.

Os maiores valores operacionalizados pelo programa no município, ocorreram no ano de 2013, quando foram comercializados R\$ 1.355.299,35 (um milhão trezentos e cinquenta e cinco mil duzentos e noventa e nove reais e trinta e cinco centavos). No ano de 2014, embora o município tenha operacionalizado cerca de R\$ 390.000,00 (trezentos e noventa mil reais) pelo

programa a ARDA, não participou, em função de não ter conseguido organizar-se a tempo para atendimento à chamada pública.

Durante o período de comercialização por esta modalidade, podemos averiguar que houve a venda de mais de 200 toneladas de abóboras, quase cerca de 50 toneladas de alfaces diversas, e ainda comercialização de itens como feijão e milho verde, quanto às frutas identificamos a comercialização, de acerola, frutas cítricas, mangas, abacates e outras.

Frutas como jaboticabas e jacas também foram comercializadas pelo PAA, itens que geralmente são produções de quintais e que quando não utilizadas para o autoconsumo, ficavam perdidas ou eram utilizadas na nutrição de animais. O programa permitia o aproveitamento dessas frutas evitando assim o desperdício e contribuindo com a SAN, nas áreas mais carentes do município, conforme relatado por Maluf e Reis (2013).

Embora no estado de São Paulo, o PAA tenha operacionalizado no período compreendido entre os anos de 2016 a 2018, cerca de 320 milhões de reais, o município de Iperó não recebeu nenhum recurso neste período.

Na percepção das famílias do Horto Bela Vista, o programa cumpriu enquanto existiu, os objetivos a que se propunha, conforme elencados em nossos pressupostos teóricos.

o PAA - Programa de Aquisição de Alimentos que a gente criou uma associação e fez as primeiras entregas aqui, é uma associação estadual e foi muito legal isso. Aí a gente começou a mudar a paisagem e qualidade produtiva de cada lote, porque todo mundo tinha horta tinha muita coisa, e isso também ajudou na sua alimentação das famílias, eles montavam feira, levava e vendia (ASSENTADA, 64 anos).

A comercialização pelo programa incentivou as famílias a realizarem pequenos investimentos em irrigação e estufas para a produção de mudas de hortaliças e para o plantio de legumes como pepinos e tomates, que são culturas consideradas mais vulneráveis ao ataque de pragas e doenças.

Os dados da CONAB, nos permitiram calcular que os agricultores do Horto Bela Vista que efetuaram vendas pelo PAA no ano de 2015, comercializaram em média o valor de R\$ 666,58 (seiscentos e sessenta e seis reais e cinquenta e oito centavos) por mês naquele ano. Se considerarmos a renda média atual das famílias que conforme as declarações em sua maioria são de 1 a 2 salários mínimos, o PAA, contribuía mensalmente com 64%, de um salário mínimo a mais na composição da renda familiar.

A gente entregava para o PAA né mãe, era uma coisa que a gente tinha isso do aí nesses histórico que a gente falou do antes e depois, a gente produzia mais para esse daí. Mesmos os produtores que não eram orgânicos eles eram mais animados, sabe?! Por mais que ficasse algo assim: “Aí vou plantar só abóbora”, “Vou plantar só mandioca” tipo independente eles iam trabalhar, sabe?! E depois que acabou, nossa deram uma desanimada, ficaram amargurados depois que saiu o PAA.

O programa como fica evidente, estimulava o plantio de FLV, pelas famílias, sendo uma estratégia de comercialização importante, o que contribuía para o planejamento de lavouras e hortas, pois havia o compromisso da entrega das FLV em datas pré-determinadas. Porém com o fim do programa houve o desânimo e algumas famílias inclusive eliminaram suas plantações de FLV.

5.5.2 PNAE: uma esperança de futuro?

O PNAE, assim como o PAA, tem significativa importância dentro das estratégias de comercialização para a agricultura familiar, todavia, não é muito significativo como estratégia de comercialização para as famílias do Horto Bela Vista, apenas 9,09%, dos entrevistados declararam que em algum momento realizaram a comercialização para o PNAE.

Investigamos como se efetivavam essas operações declaradas, e descobrimos que em anos anteriores a venda era realizada por uma família, para a prefeitura do município de Itapetinga - SP, todavia, não conseguimos na pesquisa documental averiguar, como ocorreram essas operações.

As demais comercializações para o PNAE, conforme declarações dos respondentes foram efetuadas até o ano de 2018, para a prefeitura do município de Guarulhos – SP, que fazia a aquisição por intermédio de uma cooperativa com sede no Assentamento Fazenda Ipanema. Ainda conforme as declarações eram comercializadas hortaliças, mandioca e abóboras, também não conseguimos dados ou documentos que tratassem dessas operações entre os assentados e aquele município.

Para a SERAT, o PNAE tem papel importante dentro município, importância econômica, mas principalmente na melhoria do cardápio, uma vez que a merenda é terceirizada e em grande parte, com produtos processados.

Os produtos adquiridos pelo PNAE, reforçam a merenda com produtos da época e de maior valor nutricional, conseguimos fornecer frutas e legumes que

talvez os alunos não tenham acesso em suas casas. Como secretário e vendo o lado dos produtores, há uma melhora na comercialização, mas falta planejamento de longo e médio prazo. Hoje se quiséssemos comprar mais, eles ainda têm dificuldades de produzir para entregar os 30%. (Secretário de Meio Rural, 2020)

Na visão do representante da pasta que cuida da agricultura e do meio rural no município, o planejamento produtivo é apontado como um dos desafios a serem superados pelos agricultores familiares do município, assim como também o crédito, ATER e falta de políticas públicas.

O PAA acabou, e o PNAE ele é fundamental para a agricultura familiar, mas é preciso avançar, irmos além dos 30%, precisamos de uma política neste sentido, tudo que compramos direto do produtor acredito que saia mais barato para a cidade. As nutricionistas têm boa vontade, mas também tem dificuldades, elas não sabem o que se produz e quando se produz é preciso aproximar todos os atores para melhoria do PNAE. Neste ano passado fizemos uma chamada pública grande, todos os que se inscreveram conseguiram se habilitar (Secretário de Meio Rural, 2020).

As afirmações do secretário apontam para a visão do poder público municipal, para as vantagens que o programa proporciona seja para as crianças em idade escolar, seja para a agricultura familiar e ainda para as contas municipais, que podem ser menores com a aquisição de produtos locais. Da mesma forma que sinaliza seu conhecimento da necessidade de elaboração de políticas de apoio à produção e comercialização no âmbito municipal.

A chamada pública a que se referiu o secretário foi publicada no início de 2019, e tinha como objetivo a obtenção de propostas e credenciamento de Associações ou Cooperativas da Agricultura Familiar visando posterior aquisição de gêneros e produtos alimentícios, oriundos da agricultura familiar, para atendimento aos alunos matriculados na rede pública de ensino, em conformidade com as normas do PNAE.


A chamada previu a aquisição de 24 variedades de FLV, que seriam pagas com base nos preços do boletim anual da CONAB, sendo agregados ao valor do peso percentuais para cobrir os custos de embalagem, transporte, armazenamento e distribuição nas 21 unidades atendidas pela secretaria de educação, o contrato teve vigência até 31 de dezembro de 2019.

tem um programa que é o da merenda que é uma lei federal inclusive a comprar 30% no valor de um certo recurso para a merenda escolar, em Iperó são 200 mil reais, o que é feito tem abertura de um edital (um chamamento) os interessados ou eles estão em cooperativas ou em associações eles entram

com uma proposta e geralmente este valor é dividido todos que entraram na proposta. sempre são 4 ou 5 cooperativas e associações que participam e de R\$ 200 mil esse ano deu uns r\$ 38.000,00. então esses que participaram, eles entregam os produtos mediante a solicitação da equipe de nutrição da prefeitura (secretário de meio rural, 2020).

Foram previstos (ver figura 30), a aquisição de 69.553,30 quilogramas de FLV, com destaque para laranjas previsão na chamada de 17.918 quilogramas, Banana da variedade nanica, previstos 13.702 quilogramas e alfaces 4.362,50 quilogramas. Todavia, não foi possível para a prefeitura adquirir todos os produtos dos agricultores da cidade, do valor inicial previsto de R\$ 200.000,00, segundo secretário foram contratados apenas cerca de 20%, deste valor, por isso, a afirmação do mesmo que há uma necessidade de planejamento produtivo para a agricultura familiar do município.

Figura 30¹¹ – Chamada Pública PNAE Iperó- 2019



Processo nº 22/2019
 Chamada Pública nº 1/2019
 Folha: _____

ANEXO I – TABELA DE PRODUTOS DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
 PROCESSO Nº 22/2019 - CHAMADA PÚBLICA Nº 1/2019

ITEM	DESCRIÇÃO	MEDIDA	QUANTIDADE KG ANUAL
01	ABOBRINHA B.	KG	955,00
02	ABOBIORA SECA	KG	955,00
03	ACELGA	KG	523,50
04	ALMEIRÃO	KG	523,50
05	ALFACE CRESPA	KG	4.362,50
06	BANANA NANICA	KG	13.702,00
07	BERINJELA	KG	955,00
08	BETERRABA	KG	573,00
09	CENDOURA	KG	764,00
10	CEBOLINHA	KG	996,30
11	CHICORIA	KG	2.268,50
12	COUVE FLOR	KG	573,00
13	GOIABA	KG	4.216,00
14	LARANJA	KG	17.918,00
15	LIMÃO	KG	1.036,00
16	MANDIOCA DESC.	KG	1.205,00
17	MELANCIA	KG	4.216,00
18	MEXIRICA P.	KG	6.305,00
19	QUIABO	KG	382,00
20	PEPINO JAPONÊS	KG	955,00
21	PIMENTÃO	KG	1.146,00
22	REPOLHO	KG	1.920,00
23	SALSINHA	KG	972,00
24	TOMATE	KG	2.112,00

Observação: Os produtos deverão ser entregues nas unidades, conforme solicitado nos pedidos semanais.
 Também poderão ser adquiridos outros produtos constantes na tabela CONAB, em substituição, supressão ou adição de outros constantes na supracitada tabela.

Prefeitura Municipal de Iperó
 Av. Santa Cruz, 151 - CEP 13160-000 - Iperó/SP - F: 13 3619.9999 - www.iperosp.gov.br

Chamada Pública nº 1/2019 – Pág. 014

Fonte: Iperó, 2020.

¹¹ Figura 30 – disponibilizada na íntegra no anexo 1

Quanto aos agricultores familiares do Horto Bela Vista, questionamos as lideranças da AproBio sobre essa chamada e a resposta obtida foi que, houve um consenso de que o valor individual para cada produtor seria baixo, e a gestão como todo e a entrega, demandariam muito tempo e os custos não seriam viáveis, desta forma fizeram a opção à época de não participar.

Merenda ainda tem em algum lugar que ainda tem chamada publica, você vai ver por exemplo, eu não me lembro qual município lembro de um período que saiu ou a gente foi saber como que era o esquema de entrega desses alimentos. Você tinha lá um determinado valo, sei lá r 20 mil reais, para você produzir e entregar para eles. Só que a logística e toda tua ou seja e você chegava lá você que tinha que distribuir nas escolas você que tem que fazer sua logística ai se vem começa a refletir eu não tenho condições de fazer isso até porque o pedido e muito pouco as vezes você leva uma caixa de alface lá em Itapetininga por exemplo distribui em 10 escolas cara eu vou pagar pra trabalhar

A dificuldade apresentada pela AproBio, já havia sido apresentada em uma das entrevistas realizadas com as lideranças e essa operação na percepção dos assentados inviabiliza a participação nas chamadas públicas dos pequenos municípios, os valores a serem executados por esses processos de compras, são considerados baixos pelos agricultores, face a todo o trabalho que devem realizar para cumprimento dos contratos.

Questionamos também dois agricultores convencionais não vinculados a associações ou cooperativas, sendo que um deles informou que não tomou conhecimento e o outro, embora tivesse tomado conhecimento da chamada, optou por não participar, alegando as mesmas dificuldades relativas ao processo de entregas nas escolas.

Ficou evidente nos discursos das famílias assentadas, que o PNAE é uma possível estratégia de comercialização que poderia elevar a renda e contribuir com a reprodução social dessas famílias, todavia, o montante de recursos ainda é pequeno, quando considerado o número de famílias agricultoras no município, se dividido de forma equitativa cada família receberia menos de R\$ 1.000,00 (mil reais) ao ano. E o valor investido, quando comparado ao valor total gasto com a terceirização da preparação das refeições é ínfimo.

Tanto para as produções agroecológicas, quanto para as convencionais, a logística de distribuição é complexa e inviabiliza para as famílias a entrega ao programa. Cabe destacarmos, que a merenda é fornecida diariamente, durante o período das aulas, isso implica no deslocamento diário do assentamento até às escolas, ou locais previstos para as entregas.

Essas dificuldades, inibem as famílias de aderirem ao PNAE no município, e juntamente com outras demandas e desafios, poderiam ser discutidas, de forma participativa, como sugere o secretário municipal de meio rural, ambiente e turismo, porém ainda são incipientes as ações para esse desdobramento.

Ficando o PNAE como uma possibilidade remota, e que embora seja uma esperança, não causa desejo de participação, dependendo assim, de maior esforço público para mais aporte de recursos e aproximação com as famílias produtoras para alavancagem do fornecimento.

5.5.3 PPAIS: uma promessa frustrada.

O programa PPAIS, foi indicado por apenas um dos respondentes de nossa pesquisa, e ainda assim, como uma opção de venda em algum momento do passado, não sabendo precisar valores e ou produtos dessa comercialização.

PPAIS ele é estadual que atende o presídio e o município não tem participação, o presídio abre o edital e a gente não tem essa base para atender, provavelmente deve ser feito uma divulgação em algum jornal uma coisa do tipo (ASSENTADO, 40 ANOS)

Na visão dos assentados do Horto Bela Vista, o PPAIS é um programa de difícil acesso, com processo burocrático e onde as chamadas não têm ampla divulgação. Questionamos a um grupo de assentados se haviam tomado conhecimento da chamada pública 04/2019 de 12 de novembro de 2012. A resposta obtida por todos é de que não tinha sido informado sobre a mesma.

A referida chamada previa o cadastro de agricultores familiares para fornecimento à Penitenciária Odon Ramos Maranhão, de gêneros alimentícios (Ver Figura 31), para o período de 01 de janeiro de 2020 até 31 de março de 2020.

Figura 31– Recorte da Chamada 04/2019 PPAIS

Órgãos oficiais competentes bem como na média de preços pagos a Agricultores Familiares em mercados varejistas local e/ou regional, está fixado no seguinte:

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QUANTIDADE	PREÇO POR QUILO/LITRO/DÚZIA
01	Abobrinha Brasileira	975 quilos	1,25
02	Banana nanica	8.000 quilos	1,30
03	Batata Comum	3.096 quilos	1,07
04	Beterraba	975 quilos	1,02
05	Cebola	2.520 quilos	1,24
06	Cenoura	975 quilos	1,08
07	Ovo de galinha Bco Gde	2115 dúzias	2,23
08	Ovo de Galinha Bco Md	1.440 dúzias	2,20
09	Repolho	975 quilos	0,62
10	Tomate	2520 quilos	1,50

Fonte: SAP, 2019.

Ao realizarmos uma análise mais aprofundada da chamada pública é possível entender alguns aspectos pelos quais os assentados, acham o PPAIS um programa complexo e de difícil acesso. Há na chamada a previsão de multas para o não cumprimento dos contratos, diante da problemática organização produtiva, e da falta de ATER, já citadas, a possibilidade da multa assusta os agricultores familiares.

Ao analisarmos o descritivo dos itens a serem adquiridos, nos foi possível verificar que os assentados do Horto Bela Vista, não teriam condições de concorrer com alguns itens, justamente pelo fato de que eles não podem ser produzidos na região, como a cebola vermelha e a batata inglesa, por exemplo. Ou pela dificuldade de se atingir padrões de tamanho exigidos na descrição dos itens na chamada.

A inclusão destes itens na chamada, e os tamanhos propostos, pode nos dar indícios de que a vocação produtiva regional, não foi considerada no momento de confecção da referida chamada. Mesmo que esses itens não possam ser trocados por outros, poderiam ser substituídos em parte, dando prioridade às famílias produtoras locais, com a substituição parcial de produtos, como batata doce e outros.

Embora sejam importantes, os mercados institucionais, não se apresentam para as famílias do Horto Bela Vista, como uma estratégia de comercialização capaz de contribuir para a garantia de sua sobrevivência e muito menos na busca da autonomia.

5.6 Raízes da reprodução social: elos entre produção e comercialização

A reprodução social das famílias só é possível graças a força de seu trabalho, seja na produção ou na comercialização conforme Giddens (1976) Bourdieu (1974, 1976) e Garcia (2008), para isso, como verificamos as famílias, criaram um conjunto de estratégias próprias para que possam se manter no campo.

O produtor é expert na terra, na produção, mas tem uma falha na comercialização, por que eles sabem produzir né, por que para produzir é uma excelência, mas comercializar geralmente não infelizmente, as vezes até por dois motivos eles não estão preparados para isso ou outro que é... eles, ou ele produz ou comercializa, então é tremenda dificuldade(SECRETARIO DE MEIO RURAL, 2019).

Sim, precisamos de apoio na hora de vender. Sabemos produzir bastante, mas perdemos porque o produto está pronto e não sabemos vender, levar na feira ou para o cliente (ASSENTADO, 53 anos)

Na percepção do secretário municipal ficam evidentes que a produção e a comercialização são indissociáveis, e ao mesmo tempo, o grande dilema das famílias, percebido na fala do produtor, equacionar as dificuldades na arte da comercialização, ou apenas equacionar a questão do tempo entre a produção e comercialização tem sido um grande desafio para essas famílias.

Questionamos as famílias quanto ao rendimento médio familiar, em salários mínimos ao mês, e 32%, afirmaram que a renda média mensal da família, era composta por 1 a 2 salários mínimos, ou seja, de R\$ 1.039,00 até R\$ 2.078,00. A renda de 16%, conforme declarações estavam na faixa de 3 a 5 salários mínimos, e apenas uma família declarou ter renda superior a 6 salários mínimos, por outro lado, 16% das famílias tem renda inferior a 1 salário mínimo.

Os assentados foram questionados sobre como avaliavam a renda familiar, 56% , responderam que a renda era uma renda razoável e 28%, responderam que consideravam a renda como boa, para esses dois grupos, há a percepção de que a renda, lhes permitia viver com certo conforto, “ um pouco apertado”, mas em condições dignas.

Para 12%, dos assentados a renda foi considerada como ruim, não lhes permitindo mudanças em seu padrão de vida. Para 4%, o que corresponde a uma família, a renda é ótima, pelo cruzamento dos dados essa família é justamente, a que declarou a renda acima de 6 salários mínimos, nossos estudos se voltaram a essa situação exclusiva.

Ao aprofundarmos o estudo sobre essa peculiaridade, pudemos inferir por intermédio das declarações dos demais assentados que a família, embora resida e produza no lote, não é a produção sua principal atividade geradora de renda. Obtivemos indícios de que a família seja uma atravessadora dos produtos do assentamento e de outros agricultores familiares do município, se dedicando exclusivamente a essa atividade, tendo assim maiores rendimentos.

Ao confrontarmos os dados referentes aos processos de comercialização desta família, observamos que ela foi a única a declarar a comercialização de produtos na CEAGESP.

Mesmo com todo esse conjunto de dificuldades, quando questionamos as famílias assentadas, se elas por meio das suas atividades nos lotes, obtinham alguma satisfação pessoal e familiar, a resposta da maioria foi de que sim, tinham satisfação pessoal e familiar em exercer a atividade de agricultores familiares.

O conjunto de dificuldades e desafios, apresentado pelas famílias é amplo, e se apresenta em várias dimensões, a partir dos dados da pesquisa, pudemos analisar as relações existentes entre a produção e comercialização no Horto Bela Vista, identificando e compreendendo o universo de forças no processo de comercialização, quem são os sujeitos que atuam neste processo, as entidades atuantes sejam elas públicas ou privadas.

Analisamos a trama deste universo, entendemos suas tensões, conhecemos seus bloqueios e avanços que apresentamos no quadro 3, contendo o Panorama de tendências dos avanços e bloqueios no Horto Bela Vista por dimensões.

São essas dimensões, que formam o universo das famílias, a sua constituição, quem são, quais seus interesses, os seus limites, sua situação educacional, o quanto interfere na permanência das famílias no campo, qual impacto da formação da produção.

A produção e o mercado, como influenciam no dia a dia de cada família, seja pela busca na qualidade da produção, dificultada pela falta de ATER, ou dificuldade de insumos permitidos, a falta de água e o desinteresse do poder público.

Tecnologia, técnicas e práticas agroecológicas, o quanto elas conseguiram agregar às famílias? Se é que conseguiram, de que forma são acolhidos aqueles que não são agroecológicos?

Conhecimento acumulado durante os anos de assentados, tem melhorado a reprodução social dessas famílias? Essas perguntas foram respondidas pelos dados, e com eles confeccionamos o mapa de tendências sobre o Horto Bela Vista.

Quadro 3 – Panorama dos avanços e bloqueios no Horto Bela Vista

Dimensão	Avanços	Bloqueios
Composição Familiar		Questões de gênero Idade dos Titulares Desinteresse e êxodo dos jovens Problemas sucessão Manutenção da atividade
Situação educacional	Não há analfabetos	Jovens abandonam o Ens. Médio Falta de cursos técnicos Desinteresse em formação adultos
Produção, Mercado e Cooperativismo	Aumento da produção e produtividade Maior diversidade Acesso a novos mercados Maior organização social OCS – SPG	Qualidade da produção Falta de Ater Dificuldade de Insumos Exclusão dos convencionais Falta de água Desinteresse poder público Oscilação e preços Comparação FLV convencionais x orgânicos pelos consumidores Formas de apresentação FLV (porções individualizadas)
Tecnologia, técnicas e práticas agroecológicas	Instituto Terra Viva Melhoria da conscientização Embate Agroecologia x Convencional	Falta de ATER (agroecologia) Dificuldades estruturais Convicções pessoais Exigências dos mercados Falta de consciência consumidores Falta de planejamento em Função da sazonalidade Baixo relacionamento poder publico Percibilidade Baixo nível processamento
Trabalho, renda e consumo	Aumento da renda pela produção Melhoria na qualidade de vida Pequenos investimentos em produção	Falta de recursos investimento Convicções pessoais Oscilação de preços no mercado
Conhecimento	Preservação ambiental Maior uso de práticas de conservação Interesse em formação técnica Descarte correto resíduos	Ausência de curso técnico relacionado a produção na região Falta de Conscientização dos consumidores

		Descarte incorreto de resíduos Uso indiscriminado de produtos químicos
Infraestrutura	Pequenos investimentos na estrutura relacionada à produção, comercialização e logística	Falta de veículos Logística de distribuição Armazenamento – embalagens Melhoria na estrutura geral Estradas ruins Falta de equipamentos adequados Disponibilidade de implementos Falta água /irrigação Alto custo Poços Tubulares Packing house – Câmara fria
Organização social, política e religiosa	OCS- SPG Compras coletivas Estratégias de comercialização Organização social como forma de benefício	Diminuição quadros sociais Atividades conjuntas Grupos de mulheres/jovens Intrigas relacionadas à produção Organização apenas para ter acesso aos mercados Falta de colaboração Exclusão dos assentados convencionais Assentados que atuam como atravessadores Interferência religiosa

Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Os dados nos revelaram também, a falta de uma melhor organização social, mais articulada, com planejamento e objetivos definidos, com engajamento das pessoas. Percebemos algumas associações que existem de fato, mas não estão regularizadas, na mesma medida existem aquelas regularizadas e que não funcionam, ou estão em dormência.

Revelaram que mesmo com todo o conhecimento adquirido nestes anos, ainda não são capazes de lidar com a falta de conscientização dos consumidores, não conseguem sozinhos sem o apoio do Terra Viva, manter essa relação. Não conseguiram tornar seu espaço mais sustentável, capaz de sanar problemas como descarte incorreto de resíduos, ou o uso indiscriminado de produtos químicos.

Aqui a ressalva de que há que se respeitar as escolhas individuais sobre as formas de produção, mas que essas também devem respeitar as convenções técnicas a que se sujeitam em prol do bem comum, do ambiente e da natureza.

Revelaram também os dados, que as dimensões se relacionam a todo tempo, e que a dificuldade da falta de ATER (agroecologia) e em sistemas convencionais, aliadas às dificuldades estruturais, e a um conjunto diverso de convicções pessoais, interferem no trabalho, na renda e na organização social dessas famílias. Impedindo-as de fazerem maiores investimentos, elas têm o acesso ao crédito dificultado, ainda sofrem preconceito pela sua condição de assentadas.

Essa situação as conduz a falta de planejamento, baixa capacidade de ofertar opções a sazonalidade, que via de regra não é entendida pelos consumidores, os quais são receptores de uma ideologia cerceadora dos canais possíveis de sustentabilidade.

Para as exigências conhecidas, mais uma vez a falta de recursos financeiros se mostra como um desafio, que poderia ser revertido, com pequenos investimentos na estrutura relacionada à produção, comercialização e logística.

Não há uma política ou mesmo plano de logística de distribuição no assentamento, faltam veículos, observamos o uso de charretes, que trazem consigo um conjunto de transtornos para as entregas e nem estamos tratando aqui do desconforto para os animais, que é um ponto crucial a ser pensado.

Mesmo a instituição que faz a maior parte da comercialização, também apresentou esses bloqueios, como problemas a serem superados, a comercialização não se expandiu, por falta de condições de armazenamento, mão de obra para melhor acondicionamento e até pela falta de embalagens adequadas.

Ainda que houvessem embalagens adequadas, as estradas são ruins e causam prejuízos, faltam equipamentos adequados para o processamento mínimo de FLV, e até equipamentos que facilitem o plantio e a colheita.

A montagem pelo Microbacias de uma agroindústria no Assentamento fazenda Ipanema, distante cerca de 15 quilômetros do Horto Bela Vista, não viabilizou ainda melhorias neste sentido. A agroindústria reflete mais uma vez o bloqueio da ATER, houve o investimento, mas não se pensou em como ele poderia ser utilizado pelas diferentes modalidades de produção. Atendendo prioritariamente aos convencionais, podendo inviabilizar o uso pelos agroecológicos.

Acentuando ainda mais os embates que já existem no Bela Vista, onde é clara a ruptura causada pelas vertentes de produção, os convencionais não têm força para se organizarem socialmente, e criticam a organização dos agroecológicos, nos relatos fica claramente definida

uma mágoa, os convencionais se declaram segregados de uma série de benefícios que são concedidos apenas às mulheres e aos agroecológicos, criticam a forma de produção destes, questionando inclusive se são mesmos orgânicos.

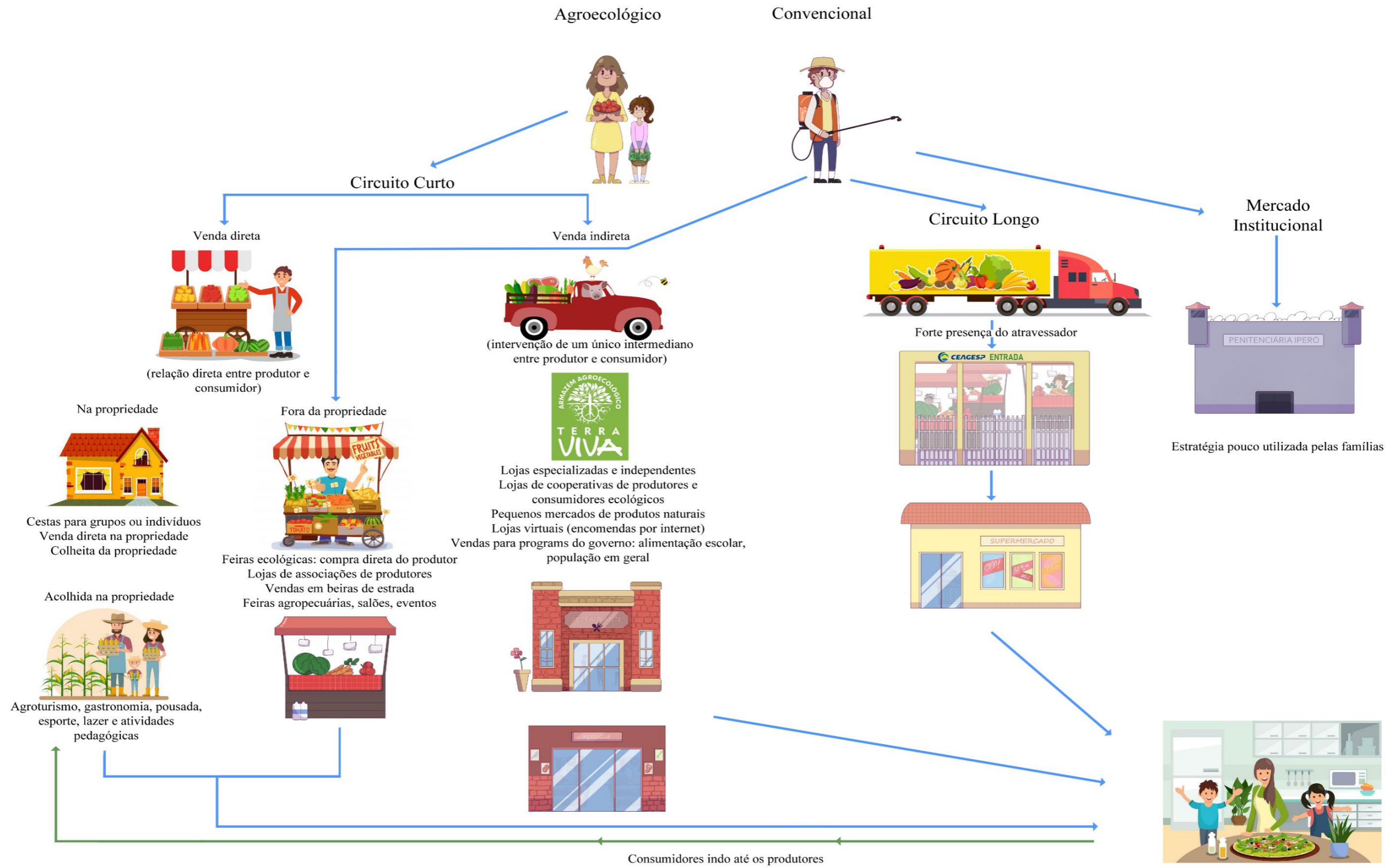
Os convencionais colocam em dúvida, pelo seu discurso, o árduo trabalho de anos, pela atuação das mulheres assentadas, para a constituição de uma associação, a AproBio, que articulou e possibilitou às famílias processos de certificação por OCS e SPG, que tem lhes garantindo o acesso aos mercados em que estão hoje inseridas. Da mesma forma que criticam a organização social dos agroecológicos como forma de benefício. E não é este o papel da organização social, melhorar e facilitar os objetivos ao qual o grupo organizado se propõe?

Esses embates poderiam ser revertidos, se houvessem políticas públicas integradoras para todos os grupos e vertentes produtivas, o que é um desafio aos gestores públicos, promover e integrar as diversas formas de produção não só no Horto Bela Vista, mas em todo o município, facilitando a comercialização.

Comercialização defendida nesta tese, como atividade de mercado e, portanto, uma construção social, que se dá pela interação entre todos os atores que a realizam sejam eles públicos e ou privados, é formada por agricultores, fornecedores de insumos, pesquisadores, agentes e órgãos de ATER, instituições públicas (regulamentação, organização e outros) compradores, atravessadores e intermediários, associações e cooperativas e outras formas de organização social (Grupo de jovens, mulheres), agentes financeiros, comércio, indústrias processadoras e consumidores finais.

Desde o acampamento das famílias no horto da fazenda Bela Vista, iniciou-se as atividades de produção, que obviamente vislumbravam a comercialização, até os dias atuais, houve muitos bloqueios e também avanços pequenos, mas que mudaram de forma significativa a forma de produzir, a qualidade tanto da produção, quanto da vida das famílias assentadas, sem esquecer que são muitos os bloqueios que se interpõem, para impedir a inserção de elementos de sustentabilidade na realidade multidimensional dos assentamentos.

Figura 32 - Estratégias de comercialização Horto Bela Vista – Esquema representativo



Fonte: Elaborado pelo autor.

Na figura 32, apresentamos o esquema simplificado das estratégias de comercialização utilizadas pelas famílias assentadas no Horto Bela Vista. No primeiro plano vemos a representação dos dois grupos conforme a tipo de produção, convencionais e agroecológicos onde há destaque para atuação das mulheres.

As estratégias descritas pelas famílias estão dentro dos circuitos curtos ou longos, sendo que estes se apresentaram da seguinte forma:

Circuitos curtos: neste circuito há predominância do grupo agroecológico, há uma divisão por vendas diretas e indiretas. As vendas diretas, por sua vez se dividem em Vendas na propriedade (lote) e vendas fora da propriedade.

Nas vendas nos lotes, onde o próprio cliente se dirige ao lote, buscando frutas, legumes e verduras e até entretenimento e/ou gastronomia. Não verificamos participação dos produtores convencionais nas vendas dentro do lote.

Por sua vez as vendas fora do lote, onde a comercialização é feita em vendas de porta em porta, ou pontos informais de venda, como o exemplo verificado, o produtor para em determinado local instala ali uma barraca provisória e realiza as vendas, podendo algum excedente não comercializado ser destinado a pequenos comércios do município.

Nas vendas fora do lote observamos uma maior aderência do grupo de produtores convencionais, mais ainda os agroecológicos são maioria.

As vendas indiretas, onde há intervenções de apenas um intermediário entre a produção e o consumo foi adotada pelas famílias de produção de base agroecológica, como uma das principais estratégias de comercialização. Sendo o Instituto Terra Viva o agente comercial que liga à produção do assentamento ao conjunto de compradores, em restaurantes, escolas, cesteiros e ainda ajuda na distribuição de cestas e organização das feiras. Permitindo ao consumidor receber produtos de maior valor biológico, isentos de agrotóxicos e a preços justos, esta relação comercial é permeada por solidariedade, ética e respeito a natureza.

Já no circuito longo, há predominância do grupo convencional, com presença dos atravessadores, que como vimos em alguns casos são os próprios assentados. A produção quase em sua totalidade e vendida passando pelo CEAGESP e depois indo para outras regiões, ou mesmo abastecendo supermercados, locais.

Por esse circuito, há um maior número de agentes que negociam a produção, antes de que ela chegue à mesa das famílias consumidoras. Passando por atravessadores, atacadistas, supermercados, quitandas, sacolões e outros.

Os mercados institucionais se apresentaram com ferramentas incipientes, diante do objetivo para o qual foram criadas. O PAA praticamente extinto no território nacional, não realizava aquisições no Horto Bela Vista, o PNAE é segundo as famílias um programa cujo custo de distribuição inviabiliza a participação dos assentados no programa.

O PPAIS é considerado como uma promessa com pouca esperança de se concretizar, onde observamos, havia comercialização apenas junto à penitenciária de Iperó, com valores parcos e as chamadas que haviam sido realizadas recentemente, apresentavam problemas que dificultavam a participação das famílias assentadas no processo.

6 Conclusões

Uma viagem sempre se inicia com um primeiro passo: Qual o destino, quais paisagens, e quais as conclusões o viajante fará após a chegada, dependem muito da flexibilidade de percepção, de seu estado de espírito e, principalmente, da sua pré-disposição para a viagem.

Ao viajar pela trama da produção e da comercialização no Horto Bela Vista, não foi diferente, escolhi esse itinerário diante de diversas possibilidades, mas a rota, essa foi se apresentando a cada dia da caminhada, passos à frente, alguns outros para trás, paisagens e personagens que se delineavam e traziam histórias, que nos ajudaram a entender essa realidade nada linear da rota entre a produção e a comercialização.

Mas, onde foi mesmo o nosso ponto de partida? Nossa tentativa era a de comprovar a tese de que, a sobrevivência e a reprodução social de um grupo social, neste caso de assentados rurais, dependem das condições de produção e comercialização. A partir do estudo de caso do Assentamento Horto Bela Vista.

Entendemos que tanto a produção quanto a comercialização, são indubitavelmente as atividades que garantem a sobrevivência e manutenção das famílias no campo, ou seja, a sua reprodução social. Assim, nossa pesquisa começou a desenvolver-se na tentativa de elucidar as nuances que compunham essa trama buscando analiticamente uma unidade entre produção e comercialização.

Definimos o assentamento como um território, tomamos como base, o seu modo de vida, a relação de pertencimento das famílias, as estratégias e outros fatores, que em acordo as teorias estudadas nos permitiram essa definição. É no território do assentamento, que surge nossa primeira conclusão, em um grupo social composto por 29 famílias, concluímos que o sistema de produção (agroecológico x convencional), definiu dos grupos sociais distintos a partir da forma escolhida para a produção, essa distinção vai interferir nas estratégias adotadas e nos caminhos de sua reprodução social.

Esses grupos apresentam demandas diferentes, e muito específicas dentro do processo estudado por essa tese. E são formados por personagens bem diversos quanto as posições ideológicas, embora a trama seja para ambos os grupos plena de dilemas, desafios e algumas perspectivas.

Não se apresentou no caso analisado com significação expressiva o problema do envelhecimento, hoje um dos dilemas maiores a mudar o futuro dos assentamentos, talvez por

ser um assentamento que tem menor percentual de idosos o que adia em princípio decisões sobre sucessão e sua continuidade.

Os jovens, são um grupo fundamental de atores desta trama, tem carências específicas, precisam receber atenção especial dos formuladores de políticas públicas, pois são eles, que garantirão pela produção e comercialização, a continuidade do grupo social.

E a juventude se mostrou desmotivada ou pouco interessada nos meandros desta trama. Não por incapacidade ou desinteresse, mas por ser produtos de um sistema fechado para muitas políticas públicas de apoio à agricultura familiar, são pouco estimulados a enfrentar os dilemas e bloqueios analisados ao longo deste trabalho.

Encontramos um cenário repleto de gestores públicos, consumidores, fornecedores, compradores, atravessadores e intermediários, associações e cooperativas órgãos de ATER e todas as demais instituições que orbitam no universo do assentamento, atuando ou contribuindo nas atividades de produção e comercialização, com destaque para a existência de 15 sistemas agroflorestais, o que é significativo na perspectiva dos ganhos ambientais e da biodiversidade.

Mas dentre todos os atores, um grupo se destaca, percebemos que a atuação das mulheres, extrapola os apontamentos da produção científica quanto à produção, independente de qual sistema de produção foi adotado. Essa característica de protagonistas, se concretiza e é evidenciada nos quintais, cujo planejamento e execução são exclusivamente delas.

Protagonismo muitas vezes invisibilizado, mas parte integrante das estratégias das famílias dos assentados e fundamental para a reprodução do grupo social.

Foi nos quintais que encontramos uma riqueza de sabores, aromas e princípios fitoterápicos que nos encantaram aos olhos, da mesma forma que nos mostraram o amplo leque de possibilidades de produtos que a agricultura familiar assentada pode colocar à disposição do mercado consumidor.

Um mix de produção bem diversificado, composto não somente por frutas legumes e verduras, mas também por PANCS, flores alimentícias, frutas exóticas, e criações de animais, que garantem as famílias fornecimento de proteína de qualidade, mas, são as FLV, os itens que mais contribuem na formação da renda das famílias. Infelizmente verificamos que há pouco processamento dessas FLV, que pudessem transformá-las em compotas, doces, geleias, pães, picles, e conservas, aumentando assim o aproveitamento e prologando a vida das FLV, bem como aumentando o valor agregado nas mesmas.

Neste conjunto ganha destaque a produção de pimentas consideradas como uma das expressões do patrimônio cultural formado por saberes e valores adquiridos pelos assentados em sua trajetória de vida.

O autoconsumo mostrou-se nos resultados da pesquisa como extremamente importante para as famílias, além da melhoria dos aspectos relativos à segurança alimentar e nutricional, quanto mais itens são produzidos, menor é o número de produtos que precisam ser adquiridos fora dos lotes, elemento frequentemente negligenciado nas discussões sobre renda familiar, mas que, sob comando das mulheres, é parte fundamental de seu modo de vida.

Analisar em que medida as políticas públicas interferiam, na relação da reprodução social dessas famílias, era um de nossos objetivos e pudemos perceber a sua importância, é inegável, que a ausência de políticas públicas específicas, dificultam todo o processo impactando na comercialização, que por sua vez inviabiliza melhorias na produção, condenando as familiares a vivenciarem um ciclo vicioso de dificuldades nessas atividades.

O processo de globalização, mudou mercados, aproximou concorrentes, trouxe novas tecnologias, deu aos consumidores mais possibilidades, agilidade nas compras, melhores preços e qualidade, sem, no entanto, apresentar efetivas perspectivas para a agricultura familiar. Por outro lado, os assentados ainda vivenciam dificuldades relativas à falta de ATER, o que os coloca frente a problemas de produção como a qualidade de algumas FLV, os quais poderiam ser revertidos por esse serviço, que é regido por uma política pública ineficiente.

Vale aqui ressaltar, que na grande maioria das vezes, a escolha de FLV se dá pelo olhar atento do consumidor, sendo uma questão cultural. Pegar os vegetais, verificando sua aparência, uniformidade, ausência de danos aparentes, coloração e beleza, refulgindo aqueles que apresentem alguma deficiência, manchas, pequenos furos, ou amassamentos, ou seja, a qualidade de um produto é definida apenas pela visão e a impressão que provoca.

Mesmo neste cenário, a procura por alimentos mais saudáveis, livres de agrotóxicos e com melhor qualidade “biológica”, tem se tornado uma tendência em franca expansão, tanto nos grandes centros quanto nas cidades de menor porte.

Para atender a públicos específicos, por exemplo, vegetarianos, veganos, ou apenas consumidores preocupados com o consumo de alimentos sem contaminantes, ou ainda casais sem tempo para preparar suas refeições, pessoas que moram sozinhas, àquelas que buscam produtos semiprontos ou, pelo menos, que tenham passado por um processamento mínimo, ou

cujos fracionamento e embalagem ofereçam praticidade, funcionalidade, tanto as FLV orgânicas ou não, são alternativas que agregam maior valor ao alimento in natura e atendem a nichos específicos de mercado.

Nesta perspectiva, esses nichos poderiam ser à luz da teoria, canais curtos de comercialização, definidos como estratégias fundamentais para os agricultores assentados, usar esses canais com eficiência para as famílias estudadas, como a possibilidade de desenvolvimento e autonomia.

Todavia, participar desses segmentos de mercado exige algum investimento que as famílias não podem bancar, tendo inclusive dificuldades para realizar a comercialização das vendas indiretas, contando com o apoio no caso investigado do Instituto Terra Viva.

O Terra Viva, responsável pelas vendas indiretas a restaurantes, quitandas, mercados, cesteiros e cantinas escolares, é para os produtores agroecológicos o principal articulador entre a produção e os consumidores, o rompimento com esse método, nem está sendo cogitado. Ainda que, efetivamente organizados socialmente em associações, preferem deixar para os intermediários as tarefas ligadas a comercialização. Talvez esta seja a

Constatou-se a existência inicial de 16 assentados participando de uma OCS, número atual que está em 3 produtores, parte deles migraram para SPG, na tentativa de atender as exigências impostas pelo mercado criado pelo intermediário. Tais canais parecem ser estimulados para cumprir exigências externas, não implicando via de regra em amadurecimento do seu processo organizativo.

Os agricultores convencionais têm menor articulação e, em sua maioria, dependem dos atravessadores para escoamento de seus produtos, e se mantêm reféns dessa situação, talvez cômoda para o que pretendem.

Organizarem-se socialmente, para a construção de estratégias que facilitem sua entrada a mercados mais competitivos e mais lucrativos, ou para atendimento à chamada públicas, onde um produtor sozinho talvez não possa dar conta do volume exigido, é uma solução, que ainda não foi conseguida para os agricultores convencionais. Mesmo nas ações já executadas pelo grupo de agricultores agroecológicos neste sentido, embora contribuam na renda das famílias, não nos é possível afirmar que essas estratégias, sejam eficientes, ou possam lhes dar autonomia, mas, permitem que as famílias garantam a sua reprodução social.

A abertura de novas frentes de comércio, esbarra nos problemas citados anteriormente, relacionados à produção, mas também ao planejamento de vendas, sincronizado com formação

de preços, épocas de maior demanda ou estrangulamento de vendas, falta de parcerias entre os assentados e outras instituições que podem ou deveriam contribuir neste processo.

Ainda assim, consideramos que as famílias agricultoras familiares são as protagonistas de suas operações entre a produção e a comercialização, permeada por uma trama de tensões, envolvendo os diversos atores, dos quais são dependentes para a concretização do ciclo que se inicia no plantio e termina na entrega das FLV ao consumidor.

As associações têm contribuído para ampliar o conhecimento das famílias assentadas sobre técnicas, práticas e formas de comercialização, tem papel preponderante na organização das famílias que lhes têm permitido buscar novos mercados, se organizarem para atenderem demandas específicas, mas ainda assim não as tornam livres do intermediário na comercialização.

Torna-se difícil pois falar em conquista da autonomia após a entrada no assentamento, autonomia essa, que lhes permitiria melhores condições produtivas, independente de qual forma de produção escolherem, facultando a essas famílias capacidade em investimentos, pelo acesso a crédito, que deveria fomentar em maior grau a produção de alimentos que garantam a soberania alimentar do país

Esses investimentos, diga-se de passagem, geralmente são de pequenos valores, e tem a capacidade de aumentar significativamente o volume e a qualidade da produção de alimentos, e fomentar o desenvolvimento regional a partir da comercialização de FLV.

A produção e a comercialização, na maioria dos estudos acadêmicos observados, foram estudadas separadamente e, neste trabalho, analisamos ambas conjuntamente, posto que são indissociáveis, são ponto de partida e de chegada desta investigação, baseada análise da multifuncionalidade que permeia o modo de vida dos assentados.

Uma tese não encerra a caminhada, talvez a consciência da raiz dos entraves da produção e da comercialização, possa estimular outros estudos que apontem para a importância das políticas públicas, que possam subsidiar não apenas debates, mas intervenções que representem passos concretos na conquista de autonomia pelos agricultores familiares.

Pretendemos com este estudo, mostrar que o pensamento crítico exige reflexões sobre a unidade entre a produção e a comercialização, sobre perspectivas de um modo de vida digno em assentamentos rurais, muitas vezes relegados preconceituosamente à invisibilidade por pressão de lógicas de mercantilização típicas dos sistemas agroindustriais.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABA – Associação Brasileira de Biodinâmica, História da biodinâmica no Brasil, disponível em: <https://biodinamica.org.br/2/a> acesso em jul.2019.

ABRAMOVAY; R. (2003). **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

ALENTEJANO, P. R. R. O que há de novo no rural brasileiro? **Terra Livre**, São Paulo, 2000.

ALLOTTE; J., T., B., LIMA; D., M. OLIVEIRA; A., L., R., **Caracterização da Agricultura Sustentada pela Comunidade (CSA) no Brasil**, disponível em: <http://www.revistaespacios.com/a18v39n42/a18v39n42p07.pdf> , acesso em julho de 2019.

AMARAL; D., T.; **Circuitos curtos de comercialização em assentamentos de Araraquara: entre os “mundos” do sistema agrolimentar** Tese doutorado defendida pela Universidade Araraquara UNIARA, Araraquara, 2019.

ANDRADE, A. J. P.; SOUZA, C. R.; SILVA, N. M. A vulnerabilidade e a resiliência da agricultura familiar em regiões semiáridas: o caso do Seridó Potiguar. **CAMPO-TERRITÓRIO** - Revista de Geografia Agrária, 2013.

ANVISA- Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Gerência Geral de Toxicologia. **Nota técnica sobre a reavaliação toxicológica do ingrediente ativo Pentaclorofenol e seus sais**, disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/documents/111215/117797/penta.pdf/fc82b388-d6da-4b5e-912f-ebd792d2d6fb?version=1.0> acesso em maio de 2019.

ASSIS, S. C. R. et al. **Impacto do Programa de Aquisição de Alimentos na Segurança Alimentar e Nutricional dos agricultores**. Ciência e Saúde coletiva, v. 22, n. 2, p. 617-626, 2017.

BALDIN, Nelma; MUNHOZ, Elzira M. B. **Snowball (bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária**. In: X Congresso Nacional de Educação. PUCPR: Curitiba, Anais... 07 a 10 de novembro de 2011.

BANDEIRA; L. M., **Técnicas de pesquisa: Caderno de Disciplinas do Departamento de sociologia** Universidade de Brasília, UNB, Brasília, 2016.

BARBIERI; M., G RIBEIRO; C., LUIZ; I., F., JULIÃO; L., **Um agricultor para chamar de seu: conheça o conceito de CSA**, revista hortifruti, CEPEA/ESALQ, nº 166 ano 15, 2017.

BASHFORD; J., CROSS; K., EICHINGER W., GEORGAKAKIS; A., M., ISERTE, F. K., LEŠINSKÝ; D., PABST; E., JOCELYN P., ZSÓFIA; P., JAN VALEŠKA; WENDLAND; M. **EUROPEAN HANDBOOK ON COMMUNITY SUPPORTED AGRICULTURE** - Sharing Experience: cartilha digital. Vienna: Community Supported Agriculture for Europe Project, 2013. Disponível em: . Acesso em: abr/2019.

BATALHA, M. O. **Gestão Agroindustrial**. São Paulo: Atlas, 1997.

BATALHA; M.O; **Gerenciamento de Sistemas Agroindustriais: Definições, Especificidades e Correntes Metodológicas.** In: Batalha, M.O. (org.), Gestão Agroindustrial. Vol. 1, pp. 1-60, 3a Edição, Atlas, São Paulo, 2007.

BEDIN, O. L. **Participação dos agricultores familiares no Programa PRONAF modalidade infraestrutura: um estudo de caso no município de TUPÃSSI – PR.** (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Florianópolis, 2005.

BERGAMASCO, S. M.; NORDER, L. A. C. **O que são assentamentos rurais.** São Paulo: Brasiliense, 1996. 88p. (Col. Primeiros Passos, 301).

BERGAMASCO, S. M. P.P.; SOUZA-ESQUERDO, V. F. Análise Sobre o Acesso aos Programas de Políticas Públicas da Agricultura Familiar nos Municípios do Circuito das Frutas (SP). **RESR**, Piracicaba, 2015.

BITTENCOURT, G. A.; BIANCHINI, V. **Agricultura familiar na região sul do Brasil.** Consultoria UTF/036-FAO/INCRA, 1996.

BORSATTO; R., S., **A agroecologia e sua apropriação pelo movimento dos trabalhadores rurais sem-terra (MST) e assentados de reforma agrária.** Tese de doutorado Universidade de Campinas, UNICAMP, Campinas, 2011.

BOURDIEU, P. **Les modes de domination.** Actes de la Recherche en Sciences Sociales, Paris, n. 2-3, p. 122-132, jun. 1976.

BOURDIEU, P. **Reprodução social e reprodução cultural.** In: BOURDIEU, P. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 1974, p. 295-336.

BOURDIEU, P. **Coisas Ditas.** São Paulo: Brasiliense, 1983

BOURDIEU, P. **O campo econômico: a dimensão simbólica da dominação.** Campinas, SP: Papirus, p. 93-119. 2000.

BOURDIEU, P. **O Poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BOURDIEU, P., **A economia das trocas simbólicas** (5a ed.). São Paulo: Perspectiva, 2007.

BRASIL - GOVERNO FEDERAL. Ministério do Desenvolvimento Agrário /Secretaria de Desenvolvimento Territorial, **SGE - Documento de referência**, Brasília: MDA/SDT. Disponível em: < http://sge.mda.gov.br/sge/doc/SGE_documento_referencia.pdf >., acesso em novembro de 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Referências para uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável no Brasil.** Brasília, DF: MDA/SDT, 2005a. 32 p. (Série documentos SDT, 1). Disponível em: http://sge.mda.gov.br/bibli/documentos/tree/doc_212-28-11-2012-11-25-585155.pdf. Acesso em: 5 mai. 2014a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Marco referencial para apoio ao desenvolvimento de territórios rurais**. Brasília, DF: MDA/SDT, 2005b. 30 p. (Série documentos institucionais, 2). Disponível em: http://sge.mda.gov.br/bibli/documentos/tree/doc_214-28-11-2012-11-32-675117.pdf. Acesso em: 5 mai. 2014.

BRASIL Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Programa de Aquisição de Alimentos**. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitenda/secretaria/saf-paa/modalidades-do-paa>. Acesso em: out. 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **O que é Agricultura Familiar**, disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitenda/noticias/o-que-é-agricultura-familiar>. Acesso em: out. 2018a.

BURG, I.C. **As mulheres agricultoras na produção agroecológica e na comercialização em feiras no sudoeste paranaense**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, 2005.

CALDART; R., S.; **Elementos para construção do projeto político e pedagógico da educação do campo (2004)**. , disponível em <http://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/3644> acesso em mar.2017.

CAMARGO, R. A. L., BACCARIN, J. G.; SILVA, D. P. O papel do programa de aquisição de alimentos (PAA) e do programa nacional de alimentação escolar (PNAE): no fortalecimento da agricultura familiar e promoção da segurança alimentar. **Revista Temas da Administração Pública**, v. 8, n. 2, 2013.

CAPORAL, F. R. & COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e Extensão Rural: contribuições para a Promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável**. Brasília:MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.166 p

CARRIERI-SOUZA, M. et al. **Cadeias produtivas do carvão vegetal na agricultura familiar no sul do Brasil**. Disponível em: <file:///C:/Users/Marcos/Downloads/34084-138899-1-PB.pdf>.

CARVALHO, D. M.; COSTA, J. E. Cadeia Produtiva e Comercialização Agrícola no Brasil. Edição Especial dos 30 anos do **NPGeo Geonordeste**, Ano XXIV, n.2, 2013.

CASTRO; E.; **Aspectos da relação cidade-campo: o assentamento Ipanema**, Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina 20 a 26 de março – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CASTRO; E., I.; GOMES; P., C., C.; CORRÊA; R., L.; **Geografia: conceitos e temas** 9ª ed., Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2006.

CHAYANOV, A. V. **La Organización de La Unidad Económica Campesina**. Instituto de Investigación Científica de Economía Agrícola de Moscú, y publicado por la Cooperativa Editora, Moscú. 1925. Reeditado por: Ediciones Nueva Vision. Buenos Aires. 1974.

COÊLHO, J.D.; PINHEIRO, J.C.V. **Grau de organização entre os feirantes e problemas por eles enfrentados nas feiras livres de Cascavel e de Ocara, no Ceará.** In: CONGRESSO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL - SOBER, 47, 2009, Porto Alegre: Anais... Porto Alegre: SOBER, 2009

COLLA, C.; STADUTO, J.A.R.S.; JÚNIOR, W.F.da R.; RINALDI, R.N.A **Escolha da feira livre como canal de distribuição para produtos da Agricultura Familiar de Cascavel - PR.** In: CONGRESSO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL - SOBER, 45, 2007, Londrina: Anais... Londrina: SOBER, 2007

COLPANI, F. **Estudo de Sorocaba:** estudo econômico. 2010. Disponível em: <http://oestudodesorocaba.blogspot.com/2010/04/economia-de-sorocaba.html>. Acesso em: out. 2018.

Da MATTA, Roberto. **A casa e a rua:** espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. 5. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DAROLT, M.R. **Conexão Ecológica:** novas relações entre produtores e consumidores. Londrina: IAPAR, 2012. 162 p.

Darolt, M. R. **Circuitos curtos de comercialização de alimentos ecológicos:** Reconnectando produtores e consumidores. In: Niederle, P. A.; Almeida L.; Vezzani, F. M. (Org.). Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura. Curitiba: Kairós, 2013, p. 139-170.

DAROLT; M., R., LAMINE; C., BRANDENBURG; A., ALENCAR; M., C., F., ABREU; L., S., **Redes alimentares alternativas e novas relações produção-consumo na França e no Brasil,** Revista Ambiente & Sociedade n São Paulo v. XIX, n. 2 n p. 1-22 n abr.-jun. 2016.

DAVIS, J.H.; GOLDBERG, R.A. - **A Concept of Agribusiness** - Harvard University, Boston, 1957, 135p.

DELGADO, G. C. *et al.* **Avaliação do programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar.**, 2005.

DELGADO, G. C. **Pesquisa de avaliação de concepção e implementação do Programa Aquisição de Alimentos – PAA:** relatório de avaliação do PAA (Síntese). Brasília: Conab; PNUD, 2013. 17 p. Mimeografado.

DEMO, P. **Metodologia do conhecimento científico.** São Paulo: Atlas, 2000.

DUVAL, H. C.; **O diário de campo no acompanhamento e na apreensão de vivências nos assentamentos.** Revista retratos de Assentamentos, UNIARA, Araraquara, n°7 v1, 2004.

DUVAL, H. C.; FERRANTE, V. L. S. B.; **Autoconsumo e políticas municipais:** perspectivas de segurança alimentar e de desenvolvimento, in.; FERRANTE, V. L. S. B.; WHITAKER;

D., A., C; FERNANDES; B., M.; **Reforma Agrária e Desenvolvimento:** desafios e rumos da política de assentamentos rurais, NEAD/UNIARA, São Paulo, 2008.

DUVAL, H. C.; VALENCIO, N. F. L. S.; FERRANTE, V. L. S. B., **Da terra ao prato:** a importância da memória nas estratégias de segurança alimentar de famílias assentadas. Retrato de Assentamentos, Araraquara, nº 12, pp 189-216, 2009.

DURKHEIM, E. **Educación y Sociología.**, Shapire, Buenos Aires. 1973.

DYE, Thomas D. **Understanding public policy.** Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall, 1984.

ECHEVERRI, R. Emergência e evolução do programa de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e nos territórios da cidadania. *In:* MIRANDA, C.; TIBURCIO, B. (Org.). **Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil:** avanços e desafios. Brasília, DF:IICA, 2010. p. 81-114. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, 12). Disponível em: <http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/S%C3%A9rie-DRS-vol-12Pol%C3%ADticas-de-Desenvolvimento-erritorial-Rural-o-Brasil-Avan%C3%A7os-e-Desafios.pdf>.

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, **Estratégia de recuperação | Sistemas Agroflorestais – SAFs, Disponível em:** <https://www.embrapa.br/codigo-florestal/sistemas-agroflorestais-safs> acesso: em março de 2019.

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, **Ciência que transforma Resultados e impactos positivos da pesquisa agropecuária na economia, no meio ambiente e na mesa do brasileiro,** Disponível em : <https://www.embrapa.br/grandes-contribuicoes-para-agricultura-brasileira/frutas-e-hortalicas> acesso em: setembro de 2019a.

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, **Pimenta:** de todos os sabores e gostos, revista a lavoura, nº 716. EMBRAPA, Brasília, 2016.

EMPLASA – Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S/A, **Região Metropolitana de Sorocaba, disponível em** <https://emplasa.sp.gov.br/RMS> acesso em agosto 2018.

ESCHER, F. **Os assaltos do moinho satânico nos campos e os contramovimentos da Agricultura Familiar:** atores sociais, instituições e desenvolvimento rural no Sudoeste do Paraná. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

ESTEVE; E. V. **O Negócio da Comida:** quem controla nossa alimentação? Expressão Popular, São Paulo, 2017.

FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, **Um amplo olhar sobre a Biodiversidade,** São Paulo, FAPESP, 2006

FARIAS; M., F., L., **O Cotidiano dos Assentamentos de Reforma Agrária:** entre o vivido e o concebido *in:* FERRANTE; V.L.S.B., WHITAKER; D., C., A., **Reforma Agrária e**

Desenvolvimento: Desafios e rumos da política de assentamentos rurais. MDA/UNIARA, São Paulo, 2008.

FERNANDES, B. M. **MST: formação e territorialização.** São Paulo: Hucitec, 1996.

FERRANTE, V. L. S. B. Itinerário de Pesquisa em Assentamentos Rurais: Inesgotável aventura sociológica. **Retratos de Assentamentos**, v.7, 1999.

FERRARI, D. **Cadeias agroalimentares curtas:** a construção social de mercados de qualidade pelos agricultores familiares em Santa Catarina. 2011. 347f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2011.

FRANÇOIS, M. **Comercializar os produtos locais:** circuitos curtos e circuitos longos. Inovação no meio rural. Caderno nº 7, Observatório Europeu LEADER, 2000.

FOUCAULT, M. A. **Ordem do Discurso.** ed. 5°. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do Saber.** Tradução Luiz Felipe Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.

FRIEDRICH, C.; **The grassroots base of the unification of Europe**, Magazine Public Policy, 12:23-40. 1963.

FURTADO, R., FURTADO, E. **A intervenção participativa dos atores (INPA) –** uma metodologia de capacitação para o desenvolvimento local sustentável. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), 2000. 180p.

GARCIA; A. Reprodução Social : Reprodução social e mudança social, 2008, disponível em: <http://esscpsociologiaalfredogarcia.blogspot.com/2008/03/controlo-social.html>, acesso em: dez/2019.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. **O Processo de Mercantilização do Consumo de Alimentos na Agricultura Familiar.** Rio Grande do Sul, 2004.

GIDDENS, A. **New rules of sociological method.** London, Anchor. 1976

GIESBRECHT; R., M., **Estações Ferroviárias do Brasil: IPERÓ** Município de Iperó, SP, disponível em: <https://www.estacoesferroviarias.com.br/i/iperó.htm> acesso em maio de 2019.

GIL; A., C.; **Como elaborar projetos de pesquisa.** - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002

GODOY, W., I; ANJOS, F. S. **A importância das feiras livres ecológicas:** um espaço de trocas e saberes da economia local. Revista cadernos de agroecologia, [s.l.], v. 2, n. 1, maio, 2007.

GLIESMANN; S. R. **Agroecologia:** processos ecológicos em agricultura sustentável. UFRGS: Porto Alegre, 2005

GREEN, D. **Da pobreza ao poder**: como cidadãos ativos e estados efetivos podem mudar o mundo, Oxfam/Cortez, São Paulo, 2009.

GREENFIL, N. **A História das Moedas**, disponível em: <https://www.newgreenfil.com/pages/a-historia-das-moedas> acesso em: 15 de agosto de 2018.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três Gerações de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar e Formas de Interação entre Sociedade e Estado no Brasil. **Revista Economia Sociologia Rural**, v. 52, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032014000600007>. Acesso em: ago. 2018.

GRISA, C. *et al.* O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em perspectiva: apontamentos e questões para o debate. **Revista Retratos de Assentamentos**, n. 13, 2010.

GRISA, C.; SCHMITT, C. J.; MATTEI, L. F.; MALUF, R. S.; LEITE, S. P. **Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos à segurança alimentar e nutricional e à criação de mercados para a agricultura familiar**. *Agriculturas*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 34-41, set. 2011

GUZMÁN, E.S.; MONTIEL, M.S.; HERNÁNDEZ, D.G.; SÁNCHEZ, I.G.; COLLADO, A.C. **Canales Cortos de Comercialización Alimentaria en Andalucía**. Instituto de Sociología y Estudios Campesinos. Universidad de Córdoba. Fundación Pública Andaluza Centro de Estudios Andaluces: Sevilla, IFO 14, 2012. 164p.

HESPANHOL, R. A. M. Programa de Aquisição de Alimentos: Limites e Potencialidades de Políticas de Segurança Alimentar para a Agricultura Familiar. **Sic. & Nat.**, Uberlândia, set/dez/2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, **Censo Agropecuário 2016**, Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA, Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/1116>, acesso em maio de 2019.

INICIATIVA VERDE. **Nossas publicações**. Revista Iniciativa 4ª edição Site. s.d. Disponível em: <<http://www.iniciativaverde.org.br/biblioteca-nossas-publicacoes.php>> Acesso em: abril de 2019.

JACQUES; J., C., B., CRUZ, M., T., SILVA, G., P., DAMASCENO; F., COSTA, C D., DEON, P., R., C., **As Feiras Livres como Espaço de Comercialização dos Produtos da Agricultura Familiar Enquanto Campo de Ação para a Extensão Rural**: uma abordagem desde a região de abrangência do IFfarroupilha São Vicente do Sul – RS, disponível em: http://www.aader.org.ar/XVI_jornada/trabajos/archivos/2012/181_trabajo_atm_bueno.pdf acesso em maio de 2019.

JANNUZZI, P. M. **Indicadores sociais do Brasil**. 4. ed. Campinas:

JUNQUEIRA, A., H.; PEETZ; M., S.; **100 anos de feiras livres na cidade de São Paulo**; São Paulo: Via Imprensa, São Paulo, 2015.

- KAPLAN, A. LASWELL H. **Power and society**. New Haven: Yale University Press, 1950.
- KAUARK; F, MANHÃES; F. C. E; MEDEIROS; C. H. **Metodologia da Pesquisa: guia prático**. Itabuna: Via Litterarum, 2010.
- KHATOUNIAN; C. A., **A reconstrução ecológica da agricultura**. Editora Agroecológica, Botucatu, 2001.
- KIYOTA, N.; GOMES, M. A. O. **Agricultura familiar e suas estratégias de comercialização: um estudo de caso no município de Capanema – Região Sudoeste do Paraná. Revista de Organização da UFLA**, Lavras, v. 1, n.2, p. 43-54. 1999.
- KOTLER, P. **Administração de Marketing**. São Paulo: Prentice Hall, 2000.
- LAMARCHE, Hughes, et all **A agricultura familiar: comparação internacional. I uma realidade multiforme**. Trad. Tijiwa, Ângela M. N. Campinas, SP. UNICAMP, 1993.
- LASAT – UFPA. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Sudeste do Pará (PTDRS)**. Laboratório Sócio Agrônômico do Tocantins (LASAT). Marabá, PA: UFPA, 2006.
- LAVILLE; C., DIONNE; J. A., **A Construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**, Artmed/UFMG, Belo Horizonte, 1999.
- LEAL; L., S., G., **As Mulheres na Produção Orgânica na Região de Araraquara: rompendo invisibilidades**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, curso de mestrado da Universidade de Araraquara - UNIARA – Araraquara, 2019.
- LEAL, L. S. G.; PIZZAIA, L. G. E. ; FERRANTE, V. L. S. B.; **A feira de produtos orgânicos e artesanais da roça para a mesa: como espaço de comercialização, socialização e formação**. In: VIII Simpósio Reforma Agrária e Questões Rurais. Terra, Trabalho e Lutas no Século XXI: Projetos em Disputa, 2018, Araraquara. VIII Simpósio de Reforma Agrária e Questões Rurais - Terra Trabalho e Lutas do Século XXI: Projetos em disputa, 2018.
- LEFEBVRE, Henri. **Espacio y política**. Barcelona: Península, 1976.
- LEITE, S. P. *et al.* Desenvolvimento territorial: articulação de políticas públicas e atores sociais. In: MIRANDA, C.; TIBURCIO, B. (Org.). **Articulação de políticas públicas e atores sociais**. Brasília, DF: IICA, 2008. p. 69-169. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável). Disponível em: <http://repiica.iica.int/docs/B0708p/b0708p.PDF>. Acesso em: dez. 2015.
- LOKOI, M.G.Z. **Vozes da Terra: histórias de vida dos assentados rurais de São Paulo**. São Paulo: Fundação Itesp, 2005.

LOPES; D., L.; LIMA; H., S., COSTA; S., A.; RIBEIRO; V.; O diário de campo e a memória do pesquisador, p 131 -134. In WHITAKER; D., C., A.; Sociologia rural: questões metodológicas emergentes, Letras a Margem, Presidente Venceslau, 2002.

LOPES B., AMARAL; J., N., Políticas **Públicas**: conceitos e práticas, Sebrae/MG, Belo Horizonte, 2008.

LOURENZANI, W. L.; LOURENZANI, A. E. B. S. Mario Otávio Batalha. **Barreiras E Oportunidades Na Comercialização De Plantas Medicinais Provenientes Da Agricultura Familiar**. São Carlos, 2014.

LUPA – Coordenadoria de Assistência Técnica Integral. Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo, (2008) disponível em: <http://www.cdrs.sp.gov.br/projetolupa/dadosmunicipais1617.php#i> acesso em ago. 2019

LYNN, L. E. **Designing public policy**: a casebook on the role of policy analysis. Santa Monica, Calif.: Goodyear, 1980.

MACHADO, M. D.; SILVA, A. L. Distribuição de produtos provenientes da agricultura familiar: um estudo exploratório da produção de hortaliças. **Revista de Administração da UFLA**, 2004.

MACIEL, L. R. **Mercado institucional de alimentos**: potencialidades e limites para a agricultura familiar. 2008. 115f. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília.

MALUF, R. S. **Consumo de alimentos no Brasil**: traços gerais e ações públicas locais de segurança alimentar. São Paulo, PÓLIS, 2000.

MALUF, R. S. **Liberalização comercial e os mercados de produtos agroalimentares para a agricultura familiar**. Brasília, ÁGORA/FIDA, 2001. (Relatório de pesquisa)

MALUF, R. S. Produtos agroalimentares, agricultura multifuncional e desenvolvimento territorial no Brasil. In: MOREIRA, R. J.; COSTA, L. F. C. (Org.). Mundo rural e cultura. Rio de Janeiro: Mauad, 2002. p. 241-261.

MALUF, R. S. (2004). **Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil**: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. Ensaio FEE, vol 25 (1), pp. 299-322.

MALUF, R. S. J; REIS, M. C. **Conceitos e Princípios de Segurança Alimentar e Nutricional**. In: ROCHA, C.; BURLANDY, L.; MAGALHÃES, R. (orgs.). Segurança Alimentar e Nutricional: perspectivas, aprendizados e desafios para as políticas públicas. p.15 42. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013

MARSDEN, T. Rural Futures: **The Consumption Countryside and its Regulation**. Sociologia Ruralis. v. 39, n. 4, p. 505-520, 1999.

MARSDEN, T.; BANKS, J.; BRISTOW, G. **Food supply chain approaches**: exploring their role in rural development. *Sociologia Ruralis*, v.40, n.4, p.424-438, 2000.

MARSHALL, A. **Princípios de Economia**. São Paulo: Abril Cultural. 1992.

MARQUES, W. **Metodologia de pesquisa em análise do discurso face aos novos suportes midiáticos**. *Domínios de Linguagem – Revista eletrônica* volume 5 nº1, 2011. Disponível em <http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/12277>. Acesso em jul. 2018.

MAYNART, R. **Produção de frutas e legumes emprega 13 milhões de pessoas no Brasil**: pesquisa inédita revela perfil do setor, veja lista com os cultivos que mais geram postos de trabalho, Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/producao-de-frutas-e-legumes-emprega-13-milhoes-de-pessoas-no-brasil/> acesso em dezembro de 2019.

MAZOYER M., ROUDART; L., **História das agriculturas no mundo**: do neolítico à crise contemporânea. Editora Unesp. 2010.

MEAD, L. M. **Public policy**: vision, potential, limits. *Policy Currents*, [S.l.], p. 1-4, fev., 1995.

MEIRA; C., B; DUVAL; H., C; **Mulheres rurais e agroecologia**: uma análise do papel das mulheres nos sistemas de produção agroecológicos dos assentamentos da fazenda pirituba - região sudoeste do estado de São Paulo. Disponível em: https://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2018/9/3_Bruna_Meira.pdf, acesso em out.2019.

MINNAERT Ana Cláudia de S. Teles **A feira sob um olhar etnográfico**, in FREITAS; M., C., FONTES; G., OLIVEIRA; N. *Escritas e narrativas sobre alimentação*, UFBA, salvador, 2008.

MORAES; J., L., A., **O papel dos Sistemas e Cadeias Agroalimentares e Agroindustriais na formação das aglomerações produtivas dos territórios rurais**, *COLÓQUIO - Revista do Desenvolvimento Regional - Faccat* - volume 10, edição n. 1, jan./jun. 2013.

MOREIRA, Daniel Augusto. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

MÜLLER, A. L.; FIALHO, M. A. V.; SCHNEIDER, S. **A inovação institucional e a atuação dos atores locais na implementação do Programa de Aquisição de Alimentos no Rio Grande do Sul**. In: BOTELHO, F. B. F. *Avaliação de políticas de aquisição de alimentos*. Brasília: Universidade de Brasília, CEAM, NEAGRI. v. 7, n. 27, 2007.

MÜLLER, A. L. **A construção das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil**: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos. Porto Alegre: PGDR/UFRGS, 2007.

NEVES, M. F. **Agronegócios e desenvolvimento sustentável**: uma agenda para a liderança mundial na produção de alimentos e bioenergia. São Paulo: Atlas, 2007.

NIEDERLE; P., A., **Compromissos para a qualidade**: projetos de indicação geográfica para vinhos no Brasil e na França, tese de Doutorado apresentada a Universidade federal do Rio Janeiro, UFRJ, 2011.

NIEDERLE; P., A., Comunicação pessoal; Jornada de Estudos em Assentamentos Rurais, Unicamp – FEAGRI, julho de 2019. Campinas, 2019.

NIEDERLE; P., A., WEIZ JUNIOR; V., J., As novas ordens alimentares, UFRGS, 2018.

OLIVEIRA; L. Z. **Análise Do Programa Nacional De Desenvolvimento Sustentável Dos Territórios Rurais (PRONAT)**: O caso do Território Meio Oeste Contestado (SC). (Dissertação de mestrado) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

OLIVEIRA L. C. **Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (Pronat) no Território Noroeste Paulista**: análise da participação dos atores sociais. (Dissertação de mestrado) Faculdade de Ciências e Tecnologia - FCT UNESP, Ilha Solteira, 2014.

OLIVEIRA; C., L.; **Um apanhado teórico-conceitual sobre a pesquisa qualitativa**: tipos, técnicas e características, Revista travessias ed 04 nº 1, UFAL, 2011

PACHECO, M. E. L. Em defesa da agricultura familiar sustentável com igualdade de gênero. In: GT Gênero – Plataforma de Contrapartes Novib/SOS Corpo. Perspectivas de gênero: debates e questões para as ONG's. Recife: Gênero e Cidadania, 2002.

PASTORIO I., T., ROESLER, M., R. V. B., **O papel da mulher no processo produtivo familiar com sustentabilidade** 6 Seminário Nacional do estado e Políticas Sociais, UNINOVE - Toledo, 2014.

PÊCHEUX, M. **Ouverture**. In: CONEIN, B et al **Matérialités discursives**. Lille: Presses Universitaires de Lille, 1981. _____. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio., SP: Editora da Unicamp, 1975. _____. O discurso: estrutura ou acontecimento. Trad. Eni Orlandi. 2 ed. Campinas, SP: Pontes, 1997

PEREIRA, E. L.; PONTES, F. A.; BARONE; L. A. **Programa de Aquisição de Alimentos no município de Mirante do Paranapanema- SP**. Revista Retratos de Assentamentos, v.18, n.1, 2015.

PEREIRA, C. S. BARONE, L. A. **Análise preliminar de projetos PROINF voltados para a pecuária de leite no território rural do Pontal do Paranapanema**. In: Caderno de Resumos da VII Jornada de Estudos em Assentamentos Rurais, FEAGRI, Campinas, 2015.

PEREIRA, S. L. I.; WESZ JÚNIOR, V. J. **Um estudo sobre o financiamento da política de desenvolvimento territorial no meio rural brasileiro**. Rev. Econ. Sociol. Rural v.50, n.4, Brasília, 2012.

PEREIRA; A., M., ALVES; C., H., S., COSTA; D., S., M., **A Plurifuncionalidade e o Ordenamento Territorial nos Espaços Periurbanos, breves considerações**, Revista Vozes dos Vales Nº. 02 – Ano I, Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuripe, 2012.

PETERS, B. G. **American public policy**. Chatham, N.J.: Chatham House, 1986

PIERRI, M. C. Q. M; **um recorte do Território Artificializado: agricultura familiar e comercialização na feira dos Goianos – Gama DF**, Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília, UNB, Brasília, 2010.

PIERRI, M. C. Q. M.; VALENTE, A., E. F. **A feira livre como canal de comercialização de produtos da agricultura familiar**. In: CONGRESSO DA SOBER, 48, 2010, Campo Grande. PCT IICA/MDA. Campo Grande: NEAD, 2010. p. 8-20.

PIRAUX, M., L. S., Diniz P., & Duque G. (2012). **Transição agroecológica e inovação socioterritorial**. Estudos Sociedade e Agricultura, vol 20 (1), pp. 5-29.

PIZZAIA; L., G., E.; **A Organização de Controle Social em Assentamentos de Reforma Agrária: Um estudo de quatro organizações na Região Centro-Oeste do Estado de São Paulo**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, curso de Mestrado, da Universidade de Araraquara – UNIARA, Araraquara, 2019.

PLOEG, J. D. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Ed.da UFRGS, 2008. (Coleção Estudos Rurais).

PONTES, F. A. **A formação do técnico em agroecologia na escola Professora Nair Luccas Ribeiro, no assentamento Gleba XV de Novembro, SP: sua gênese e seus egressos**. (Dissertação de Mestrado), Universidade Federal de São Carlos, Araras, 2015.

PONTES, F. A.; PEREIRA, E. L.; SILVA, A. A. **Pontal do Paranapanema, tendências relativas à produção animal**. In: **Anais do V Simpósio Nacional de Tecnologia em Agronegócios**, FATEC, Ourinhos, 2013.

PORTO; G. **Análise do discurso**, 2013. Disponível em: <http://www.infoescola.com/linguistica/analise-do-discurso/>. Acesso em: mar. 2019.

PRIMAVESI; A. M., **Agricultura sustentável: manual do produtor rural**. São Paulo: Nobel, 1992.

PUJOL, D. **A organização coletiva de uma fileira para a valorização local dos recursos agrícolas: o exemplo da produção de queijo**. Observatório Europeu LEADER / AEIDL, 1997.

RAMBO, A.G; DENZ, E.V. **Circuitos Curtos de Comercialização Fomentando novos usos do território: Considerações sobre o PNAE e as feiras livres**. Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 9 a 11 de setembro de 2015;

RICUPERO; R. **Desigualdade e pobreza**: apresentação da versão brasileira. In GREEN. D. da pobreza ao poder: como cidadãos ativos e estados efetivos podem mudar o mundo, Oxfam/Cortez, São Paulo, 2009.

RODRIGUES; H., A., **A mudança de nome a elevação a Distrito e a emancipação**. A cidade de Iperó, disponível: <http://cidadedeipero.com.br/mudanca-de-nome-elevacao-a-distrito-e-emancipacao/> acesso em outubro de 2018.

ROSEMBLOOM, B. **Marketing Channels: a management view**. Orlando (FL): The Dryden Press, 1999.

RUEDA, J. L.; BARROS, A. N. D. **O conselho municipal de educação de Iperó/sp**: caracterização do município e estrutura educacional. Ensaios Pedagógicos (Sorocaba), vol.1, n.3, set./dez. 2017, p.15-21. ISSN: 2527-158X.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal, Record, Rio de Janeiro, 2001.

SÃO PAULO (Estado). Secretária de Justiça; **Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo – “José Gomes da Silva” – (ITESP)**, quem somos, (2014), disponível em: http://201.55.33.20/?page_id=789 acesso em mar.2018.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto Nº 63.278, de 19 de março de 2018**, dispõe sobre o reajuste dos tetos específicos para o Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social - PPAIS e do subprograma PPAIS - LEITE, nos termos da Lei nº 14.591, de 14 de outubro de 2011, regulamentada pelo Decreto nº 57.755, de 24 de janeiro de 2012. Palácio dos Bandeirantes - São Paulo, 2018.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral. Instituto de Economia **Agrícola. Levantamento censitário de unidades de produção agrícola do Estado de São Paulo - LUPA 2007/2008**. São Paulo: SAA/CATI/IEA, 2008. Disponível em: <<http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa>>. Acesso em: Julho/2019.

SABOURIN, E. **Teoria da Reciprocidade e sócio-antropologia do desenvolvimento**. Sociologias, Porto Alegre, ano 13, no 27, mai./ago. 2011, p. 24-51;

SANTOS, Milton. **O Espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2 ed., 1. Reimpr. São Paulo: EDUSP, 2008.

SAP – Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo, **Penitenciária Odon Ramos Maranhão**. Disponível em: <http://www.sap.sp.gov.br/>, acesso em maio de 2019.

SARAIVA; EB, SILVA APF, SOUSA; AA, CERQUEIRA; GF, CHAGAS; CMS, TORAL; N. **Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar**. Cien Saúde Coletânea, 2013.

SATO, G. S. *et al.* **Fluxo de Comercialização de Hortaliças Produzidas na Região Alto Cabeceiras do Tietê.** Instituto de Economia Agrícola, São Paulo, 2006.

SATO, L. **Processos cotidianos de organização do trabalho na feira livre.** Psicologia e Sociedade, Porto Alegre, v. 19, p. 95-102, 2007. Edição Especial

SCHERER, E.; OLIVEIRA, J. A. **Amazônia: políticas públicas e diversidade cultural.** Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

SCHNEIDER, S.; FERRARI, D. L. **Cadeias curtas, cooperação e produtos de qualidade na agricultura familiar: o Processo de Relocalização da Produção Agroalimentar em Santa Catarina.** Organizações Rurais & Agroindustriais, v. 17, n. 1, p. 56-71, 2015.

SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil.** Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, v. 16, p. 164-184, 2001.

SEN, A., K., **Desenvolvimento como liberdade.** Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILIPRANDI; E., **Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas,** UFRJ, Rio de Janeiro, 2015.

SILVA; A., A., FERNANDES; B., M., VALENCIANO; R., C., **RIST – Relatório de Impactos socio territoriais: desenvolvimento territorial e políticas públicas no Pontal do Paranapanema,** Unesp, Presidente Prudente, 2006.

SILVA; S. FLORES; A.F. FERRANTE V.L.B **Entre flores e espinhos: A situação da juventude em duas regiões do estado de São Paulo in Retratos de assentamentos v 15 n. 01,** Nupedor/Uniara, Araraquara, 2012.

SIMONI; J. C., **O processo de construção da política nacional de agroecologia e produção orgânica (PNAPO): diálogos e disputas no caminho da transição.** In ENCUESTRO DE GEÓGRAFOS DE AMERICA LATINA, 2013, Lima. Anais do EGAL, Lima, Peru, 2013.

SIQUEIRA, A.P.P. *et al.* **Empoderamento e participação social: o caso das Mulheres agroecológicas do assentamento Vergel (p. 293 -312).** In: BERGAMASCO, S., M., P., P., OLIVEIRA, J.T.A.; SOUZA-ESQUERDO, V.F. **Assentamentos no século XXI: temas recorrentes.** Unicamp, Campinas 2011.

STAKE, R. E. **The art of case study research.** Thousand Oaks: SAGE Publications, 1995.

SIXEL, B. T. **O que é agricultura biodinâmica.** Sociedade Antroposófica no Brasil. SAB. 2003. Disponível em <http://www.sab.org.br/portal/agricultura-biodinamica/45-o-que-e-a-agricultura-biodinamica>. Acesso em set/2018

SOUSA, R. G. **História do Comércio;** Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilescuela.uol.com.br/historia/historia-do-comercio.htm>. Acesso em: 16 set. de 2018.

Souza; J. S.; A feira na idade média (2009) disponível em: <http://cadernosdahistoria.weebly.com/a-feira-na-idade-meacutedia.html> acesso em maio.2019.

SPAROVEK, G. **A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira**. São Paulo: Páginas & Letras, 2003. 204 p

SQUEFF; E., FERREIRA; H., P., **A origem dos nomes dos municípios paulistas**, Fundação Prefeito Faria Lima, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, São Paulo, 2003.

STEINER, R. **Fundamentos da Agricultura Biodinâmica**. 8 palestras dadas em Korberwitz, 7-16/6/1924, GA (Gesamtausgabe, catálogo geral) 327. Trad. Gerard Bannwart. São Paulo: Editora Antroposófica, 1993.

STERN, L.W. et al. **Marketing channels**. Englewood Cliffs: Prentice – Hall, 1996.

TARSITANO, R. A.; SANT'ANA, A. L.; ARAÚJO, C. A. M. **Análise dos projetos PROINF do território ANDRADINA, estado de São Paulo, período 2004 a 2011**. Disponível em: <ftp://ftp.sp.gov.br/ftpiea/publicacoes/ie/2013/tec5-0613.pdf>. Acesso em: nov. 2015.

TIBÉRIO, L.; CRISTÓVÃO, A., **Comprar Fresco, Comprar Local: Será que temos algo a aprender com a experiência americana?** In Moreno, L., M. M. Sanchez e O. Simões (Coord.). *Cultura, Inovação e Território, O agroalimentar e o Rural*, pp. 27-34. Lisboa: SPER. (2009).

TUMOWSKI; S., **A organização do espaço no estado do Rio de Janeiro: As áreas periurbanas**, Revista. Administração Pública., Edição 26 volume (I): páginas 82-95, Rio de Janeiro, 1992

UNIAO EUROPEIA, Conferencia Europeia dos Ministros Responsáveis pelo Ordenamento do Território da União Europeia, **Glossário de Desenvolvimento Territorial**, União Europeia, Lisboa, 2011.

VIANA, C.; VIEGAS, G. L. **PAA – Evolução das Operações**. In: COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. *Agricultura e Abastecimento Alimentar: Políticas Públicas e Mercado Agrícola*. Brasília: CONAB, 2011. p. 146 -154.

VILLAR, B.S. et al. Situação dos municípios do estado de São Paulo com relação à compra direta de produtos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 16, nº1, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1415-790X2013000100021>. Acesso em: set. 2018.

WANDERLEY, M. N. B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. In: TEDESCO, J. C. *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. Passo Fundo, Ed. UPF,1999, (p.23-56)

WANDERLEY, M., N., B., **A ruralidade no Brasil moderno**. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACCA, Norma. (Org.). **Una Nueva Ruralidad en América Latina?** Buenos Aires: Asdi/Clacso, p. 89-112, 2001.

WILKINSON, J. Cadeias Produtivas Para Agricultura Familiar. **Revista de Administração da UFLA**, 1999.

WILKINSON, J. **A pequena produção e sua relação com os sistemas de distribuição**, anais do Seminario de Políticas de Seguridade Alimentaria i Nutrición em América latina, UNICAMP, Campinas, 2003.

WILKINSON, J.; **Global value chain and networks in dialoge with consupitiom and social movimentes** International Journal of technological, innovation and development. V1, p 536 557, 2008

WOLFF; L. F. **Agricultura ecológica: Agricultura Sustentável e Sistemas Ecológicos de Cultivo** (Agricultura Química x Agricultura Ecológica) disponível em: <http://www.agrisustentavel.com/doc/tipos.htm>. Acesso em: Set/2018.

WHITAKER; D., C., A.; **Sociologia rural**: questões metodológicas emergentes, Letras a Margem, Presidente Venceslau, 2002.

WHITAKER, D., C.A, SOUZA, M. F. **A Permanência dos jovens nos assentamentos de reforma agrária**: um rosário de equívocos. Revista retratos de assentamentos, n10 2006, Nupedor/Uniara, Araraquara,2006.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015

ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, M. F.; (Orgs.). **Economia e gestão dos negócios agroalimentares**. São Paulo: Pioneira, 2000. 428 p.

Apenso 1 – Instrumento de pesquisa – questionário

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA - UNIARA

HORTO BELA VISTA

LEVANTAMENTO E CARACTERIZAÇÃO DAS FAMILIAS

Município de IPERÓ - SP



1. DADOS DA (A) ENTREVISTA (A)

Nome do pesquisador de campo: _____

Data da entrevista ___/___/2019

Período da entrevista:

() manhã Início /___:___/ h Término /___:___/ h

() tarde Início /___:___/ h Término /___:___/ h

2. IDENTIFICAÇÃO DO LOTE

Número do lote: _____/ Setor: _____/ Quadra: _____ ÁREA DO LOTE em há -----

3. CHECAGEM/ TRANSCRIÇÃO DADOS - SURVEY

Assinatura: _____ Data ___/___/2019

PARTE 1 – DADOS DA FAMÍLIA

1. DADOS DO (A) RESPONDENTE (A)

Nome do respondente: _____

Telefones para contato: /___/___/ - /___/___/___/___/___/___/___/___/

2. QUANDO NASCEU MORAVA NO CAMPO OU NA CIDADE?

1. campo 2. cidade

4. INDICAR O GRAU DE PARENTESCO DO RESPONDENTE EM RELAÇÃO AO TITULAR:

OBS: é permitido que outra pessoa que não seja o titular responda as perguntas, desde que a mesma tenha as informações necessárias para realização de um bom questionário

1. O questionário foi respondido pelo próprio titular do lote

2. Cônjuge do titular/companheiro (a)

3. Filho/Filha

4. Pai/mãe

5. Irmão/Irmã

6. Avô/Avó

7. Neto/Neta

8. Sogra/Sogra

9. Genro/Nora

10. Tio/Tia

11. Sobrinho/Sobrinha

12. Cunhado/Cunhada

13. Outro parente

14. Agregado

PARTE 3 – PRODUÇÃO, MERCADO E COOPERATIVISMO

1. Produz frutas, verduras e legumes	3. Possui alguma certificação das FLV:
<p>() 1. Produz</p> <p>() 2. Não produz</p> <p>() 3. Somente autoconsumo</p>	<p>() 1. sim</p> <p>() 2. Não</p> <p>Descrever qual:-</p> <p>_____</p>
2. Comercializa onde?	4. Sua produção é?
<p>() 1. Feiras</p> <p>() 2. CSA</p> <p>() 3. Mercados - Quitandas</p> <p>() 4. Venda Informal</p> <p>() 5. Venda no lote</p> <p>() 6. PAA</p> <p>() 7. PNAE - Merenda</p> <p>() 8. Cestas</p> <p>() 9. Outros. Quais? _____</p>	<p>() 1. Convencional</p> <p>() 2. Agroecológica</p> <p>() 3. Transição Agroecológica</p> <p>() 4. Biodinâmica</p> <p>() 5. Agricultura Natural</p> <p>() 6. Outra _____</p>
2.1 Quem realiza a comercialização?	2.2 A comercialização conta com alguma ajuda de fora da família?
<p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p>	<p>() 1. Associação/Cooperativa</p> <p>() 2. Grupos de consumo</p>

<hr/> <hr/> <hr/>	<input type="checkbox"/> 3. Atravessador/intermediário <input type="checkbox"/> 4. Igrejas <input type="checkbox"/> 5. Poder Público <input type="checkbox"/> 6. Outros
-------------------	--

5. Onde o senhor guarda a produção agrícola do seu lote:

1. Tenho galpão, barracão ou casinha em meu lote
2. Não guardo, repasso diretamente para o atravessador
3. Não guardo repasso diretamente para indústria
4. Vendo para mercearia, mercado ou armazém das cidades vizinhas. Especificar questão 8.
5. Deixo minha produção guardada no galpão da cooperativa. Especificar NOME? _____
6. Outros. Quais? _____
7. Não produz

6. Qual é a área utilizada para cultivo?

1. Uma quarta de hectare
2. Menos de uma quarta de hectare
3. Meio hectare
4. Um hectare
5. Dois hectares
6. Três hectares
7. Quatro hectares
8. Cinco hectares

- () 9. Seis hectares
- () 10. De seis hectares a dez hectares
- () 11. De dez a vinte hectares
- () 12 Mais de vinte hectares
- () 13. Não planta nada no lote
- () 14. O valor máximo do gênero agrícola mais plantado no lote é inferior a uma quarta de Hectare

6.1 Existem mais áreas disponíveis para plantio? _____ tamanho em hectares _____

6.2. Tem SAF no lote?	6.3 Tem produção de quintal?
<ul style="list-style-type: none"> () Sim () Não () Em implantação () Ainda não mas pretende implantar 	<ul style="list-style-type: none"> () sim () Não <p>Quem cuida dessa produção _____</p> <p>6.4 Essa produção (se houver) é comercializada?</p> <ul style="list-style-type: none"> () sim () Não
7. É filiado a alguma cooperativa ou Associação?	7.1 Considera relevante o funcionamento da Cooperativa para melhoria do mercado e comercialização da produção do seu lote:
<ul style="list-style-type: none"> () 1. Sim () 2. Não () 3. Outros. Quais? _____ 	<ul style="list-style-type: none"> () 1. Sim () 2. Não

<p>Nome da Cooperativa _____</p> <p>_____</p>	<p>Por quê? _____</p> <p>_____</p> <p>_____</p>														
<p>8. Qual feira e comercio vende seus produtos?</p>	<p>9. Produz doces, pães ou artesanatos para vender na cidade:</p>														
<table border="0"> <thead> <tr> <th data-bbox="76 689 354 721">Feiras</th> <th data-bbox="370 689 689 721">Mercado/Quitanda/outros</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>_____</td> <td>_____</td> </tr> <tr> <td>_____</td> <td>_____</td> </tr> <tr> <td>_____</td> <td>_____</td> </tr> <tr> <td>_____</td> <td>_____</td> </tr> <tr> <td>_____</td> <td>_____</td> </tr> <tr> <td>_____</td> <td>_____</td> </tr> </tbody> </table>	Feiras	Mercado/Quitanda/outros	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	<p>() 1. Sim</p> <p>() 2. Não</p> <p>O quê? _____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p>
Feiras	Mercado/Quitanda/outros														
_____	_____														
_____	_____														
_____	_____														
_____	_____														
_____	_____														
_____	_____														
<p>8.1 Quem faz a venda na feira?</p>	<p>9. Quem produz doces, pães ou artesanatos para vender na cidade? Faz parte da renda familiar essa atividade></p>														
	<p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>() 1. Sim</p> <p>() 2. Não</p>														

10. Cria gado de corte:	11. Cria alguns desses animais que eu vou ler em seu lote:
<p>() 1. Sim (se sim especificar na pergunta Nº 10.1)</p> <p>() 2. Não</p> <p>10.1 Nº de cabeças de gado de corte _____</p>	<p>() 1. Suínos (porcos, porcas, leitões, leitoas)</p> <p>() 2. Caprinos (cabras, ovelhas, carneiros, cabritos)</p> <p>() 3. Peixes</p> <p>() 4. Abelhas (com ou sem ferrão)</p> <p>() 5. Não cria nenhum destes animais</p>
12. Cria Gado leiteiro	13. Qual é a produção de leite dia obtida pelo senhor com essa quantidade de vacas:
<p>() 1. Sim (se sim especificar na pergunta Nº 12.1 e 12.2 quantas cabeças?)</p> <p>() 2. Não (se não pular para pergunta Nº 14)</p> <p>_____</p> <p>12.1 Nº total de cabeças de vaca _____</p> <p>12.2 Desse Nº quantas estão produzindo _____</p> <p>*Contexto da pergunta: queremos saber se o número total de vacas item 12.1 é o mesmo do número total de cabeças de vaca que estão produzindo leite item 12.2, pois caso todas as vacas estejam em produção, em alguma época do ano as vacas deste assentado ficarão sem produzir leite, ou seja, ele não esta manejando adequadamente o seu rebanho de forma a produzir leite o ano todo.</p>	<p>13.1 Especificar quantidade de leite dia produzido</p> <p>LITROS DE LEITE DIA</p> <div style="border: 1px solid black; width: 100px; height: 20px; margin: 0 auto;"></div>

<p>14. Faz queijo com o leite produzido no lote:</p>	<p>14. Faz algum tipo de embutido, (linguiça, salame) ou comercializa carne de alguma forma?</p>
<p>() 1. sim</p> <p>() 2. Não</p> <p>_____</p> <p>14.1 Nº de queijos produzidos no mês _____</p>	<p>() 1. Sim</p> <p>() 2. Não</p> <p>14.1 o que?</p> <p>() 1. Carnes</p> <p>() 2. Linguiças e outros embutidos</p> <p>() 3. Animais vivos apenas</p>
<p>16. Cria aves no lote: são considerados aves: galinhas, frangas, frangos e pintos, patos, marrecos, gansos, codornas e galinhas d' angola.</p>	<p>17. Consegue obter das aves que o cria quantos ovos por mês:</p>
<p>() 1. Sim (se sim especificar na pergunta Nº 16.1 quantas cabeças?</p> <p>() 2. Não</p> <p>_____</p> <p>16.1 Nº de cabeças de aves _____</p>	<p>Valor aproximado:</p> <p>() De 1 dúzia a 2 dúzias</p> <p>() De 2 dúzias a 3 dúzias</p> <p>() De 3 dúzias a 4 dúzias</p> <p>() De 5 dúzias a 6 dúzias</p> <p>() De 6 dúzias a 7 dúzias</p> <p>() De 7 dúzias a 8 dúzias</p> <p>() Mais de 8 dúzias</p>

18. A respeito da produtividade do seu lote o senhor sabe nos informar se :

- 1. corresponde as minhas expectativas de produção
- 2. São sempre abaixo das minhas expectativas
- 3. Não produz
- 4. não soube informar

19. Faz uso de quais dos insumos agrícolas no seu lote:

- 1. Adubo (orgânico)
- 2. Adubos e corretivos (comuns)
- 3. Herbicidas
- 4. Fungicidas e adesivos
- 5. Inseticidas
- 6. Formicidas
- 7. Sementes transgênicas
- 8. Sementes (comuns)
- 9. Maturadores
- 10. Nenhum (não planta)
- 11. Sementes orgânicas - crioulas
- 12. Somente insumos permitidos pela agroecologia

20. Em quais município é vendida a produção?

- 1. Araçariguama
- 2. Araçoiaba da Serra
- 3. Boituva
- 4. Capela do Alto

5. Cesário Lange

6. Cerquillo

7. Itapetininga

8. Piedade

9. São Paulo

10. Sorocaba

11. Tatuí

12. Tietê

13. Iperó

14. Não comercializa

15. Outros municípios.

16. Não produz

Município _____ UF _____

Município _____ UF _____

Município _____ UF _____

21. Comercializa a produção do seu lote diretamente com alguma indústria:

1. Sim (se sim responder pergunta Nº 2.1 e 2.2)

2. Não

2.1 Especificar nome do município e estado em que se localiza a indústria

Nome do município _____ Estado: _____

2.2 Nome da Indústria: _____

OBS: Caso venda a produção para mais de uma indústria, anotar as informações referentes à segunda indústria no verso desta página do questionário.

22. Vende ou vendeu em programas institucionais?	22.1 Quais programas?
<p><input type="checkbox"/> Sim</p> <p><input type="checkbox"/> Não</p> <p><input type="checkbox"/> Já vendi no passado.</p>	<p><input type="checkbox"/> PAA</p> <p><input type="checkbox"/> PNAE - Merenda</p> <p><input type="checkbox"/> PPAIS</p> <p><input type="checkbox"/> Prefeitura</p> <p><input type="checkbox"/> Outro.</p>

PARTE 4 – TECNOLOGIA, TÉCNICAS E PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS

1. Qual tipo de manejo utiliza para fertilidade e adubação do solo?	2. Como controla pragas, doenças e plantas espontâneas?
---	---

- () 1. Calcário
- () 2. Fosfato natural
- () 3. Cobertura Morta
- () 4. Cobertura Viva
- () 5. Compostagem
- () 6. Adubação Verde
- () 7. Pó de rocha
- () 8. Biofertilizantes
- () 9. Preparos Biodinâmicos
- () 9. Outros

- () 1. Cultivo consorciado
- () 2. Controle biológico
- () 3. Rotação de Culturas
- () 4. Caldas protetoras
- () 5. Preparos Biodinâmicos e homeopáticos
- () 6. Cobertura Verde
- () 7. Roçada e capina manual
- () 8. Outros _____
- _____
- _____
- _____
- _____
- _____
- _____

3- Pratica alguma forma de integração lavoura x animal?

- () 1. Sim
- () 2. Não

Se sim, descrever _____

4. Já aplicou em seu lote alguma pratica de conservação de solos:

() 1. Sim

() 2. Não quais?

5. As famílias recebem algum tipo de assistência técnica para produção, beneficiamento e comercialização:

() 1. Sim () 2. Não

5.1 Especificar Órgão:

() 1. Órgão público federal (INCRA)

() 2. ITESP

() 3. Órgão público municipal (prefeitura)

() 4. Movimentos sociais organizados e sindicatos

() 5. Órgão não governamental (ONG's)

() 6. Contratada pela própria comunidade, cooperativa de associação de produtores

6. Desde que o senhor mora aqui quantas vezes já foi visitado pelos técnicos do ITESP no seu lote:

() 1. Uma vez

() 2. Duas vezes

() 3. Sempre recebo visitas dos técnicos do ITESP Periodicidade_____

() 4. Nunca recebi

7. Tem conhecimento de algum projeto que esteja sendo desenvolvido neste momento pelo ITESP no assentamento voltada a produção agroecológica , comercialização, processamento?

() 1. Sim

() 2. Não

7.1 Indicar nome do projeto desenvolvido pelo ITESP: _____

8. Por favor, indique abaixo a sua opinião sobre a qualidade dos serviços prestados pelo ITESP no seu lote:

() 1. Ótima

() 2. Boa

() 3. Regular

() 4. Ruim

() 3. Péssima

Gostaria de dizer algo sobre a qualidade do serviço?

--

9. Desde que o senhor mora aqui quantas vezes já foi visitado pelos técnicos da Prefeitura de no seu lote:

- 1. Uma vez
- 2. Duas vezes
- 3. Sempre recebo visitas dos técnicos da Prefeitura
- 4. Nunca recebi

10. Tem conhecimento de algum projeto que esteja sendo desenvolvimento neste momento pela Prefeitura no assentamento:

- 1. Sim (se sim responder pergunta Nº 10.1)
 - 2. Não
- 10.1 Indicar nome do projeto desenvolvido pela Prefeitura: _____
- _____

11. Por favor, indique abaixo a sua opinião sobre a qualidade dos serviços prestados pela Prefeitura no seu lote:

- 1. Ótima
- 2. Boa
- 3. Regular
- 4. Ruim
- 3. Péssima

12. Existe algum tipo de agroindústria familiar no assentamento:

() 1. Sim

() 2. Não

12.1 Especificar tipos: _____

EX: casa de farinha, produção de queijo, artesanato, doces, salgados, pães

13. Recebe algum tipo de assistência técnica específica para aumentar a produtividade da produção no seu lote:

() 1. Sim

() 2. Não

10.1 Tem vontade de receber

() 1. sim

() 2. não

14. Os técnicos do ITESP tem formação em agroecologia?

() 1. sim

() 2. não

15. Os técnicos tem formação e conseguem passar conhecimentos sobre comercialização de produtos?

() 1. sim

() 2. não

PARTE 5 – TRABALHO, RENDA E CONSUMO

1. O trabalho no lote se dá:	3. Quantas pessoas trabalham no lote:
<p>() 1. Apenas com familiares</p> <p>() 2. Eventualmente contratamos</p> <p>() 3. Familiares e funcionário fixo</p> <p>() 4. Outras opções:</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p>	<p>() 1. Uma pessoa</p> <p>() 2. Duas pessoas</p> <p>() 3. Três pessoas</p> <p>() 4. Quatro pessoas</p> <p>() 5. Cinco pessoas ou mais</p> <p>*Contexto da pergunta: considerar apenas as pessoas que trabalham dentro do lote, não devem ser contados, por exemplo, os filhos ou parentes que morarem na cidade, ou que vão ao assentamento com pouca frequência.</p>
2. A renda do lote permite a sobrevivência da família:	4. Qual o tipo de trabalho é desenvolvido no lote por meio de contratação:
<p>() 1. Sim</p> <p>() 2. Não</p> <p>Na sua percepção a renda tende a melhorar no futuro?</p> <p>-</p>	<p>Respostas Múltiplas</p> <p style="text-align: right;">Meses do ano</p> <p>() 1. Assalariamento temporário De ___/ a ___/</p> <p>() 2. Assalariamento permanente De ___/ a ___/</p> <p>() 3. Familiar De ___/ a ___/</p> <p>() 4. Outros. Quais? _____</p> <p>De ___/ a ___/</p>

5. Troca dias de serviço com os vizinhos:	6. Realizam mutirão para determinadas atividades como preparação, plantio ou colheita?
<input type="checkbox"/> 1. sim <input type="checkbox"/> 2. Não	<input type="checkbox"/> 1. sim <input type="checkbox"/> 2. Não
7. Alguém da família trabalha como assalariado:	8. A renda mensal familiar em média é de?
<input type="checkbox"/> 1. Não <input type="checkbox"/> 2. Sim/1 pessoa <input type="checkbox"/> 3. Sim/2 pessoas <input type="checkbox"/> 4. Sim/3 pessoas <input type="checkbox"/> 5. Sim/4 pessoas <input type="checkbox"/> 6. Sim/5 pessoas ou mais	<input type="checkbox"/> 1. Até 1 salário mínimo <input type="checkbox"/> 2. De 1 a 2 salários mínimos <input type="checkbox"/> 3. De 3 a 5 salários mínimos <input type="checkbox"/> 4. De 6 a 8 salários mínimos <input type="checkbox"/> 5. Acima de 9 salários mínimos <input type="checkbox"/> 6. Não soube/não quis declarar
7.1 Alguém da família recebe aposentadoria?	8.1 A renda é geral ou partilhada? Como ocorre a divisão?
<input type="checkbox"/> 1. Não <input type="checkbox"/> 2. Sim/1 pessoa <input type="checkbox"/> 3. Sim/2 pessoas <input type="checkbox"/> 4. Sim/3 pessoas <input type="checkbox"/> 5. Sim/4 pessoas <input type="checkbox"/> 6. Sim/5 pessoas ou mais	

9. De todas refeições diárias, qual a participação do que você produz no lote e qual parte que você compra no supermercado	
Produz no lote	Adquirimos fora
<input type="checkbox"/> Menos de metade <input type="checkbox"/> Metade <input type="checkbox"/> Mais de metade	<input type="checkbox"/> Menos de metade <input type="checkbox"/> Metade <input type="checkbox"/> Mais de metade
10. O trabalho é dividido? A Mulher tem funções específicas?	11. A mulher exerce atividades fora do lote? (artesanatos – padaria) Grupos/Igreja?
<input type="checkbox"/> 1. Sim <input type="checkbox"/> 2. Não Se sim, quais? _____ _____	<input type="checkbox"/> 1. Sim <input type="checkbox"/> 2. Não
12. Há serviços relacionados ao quintal que são exclusivos a mulher?	13. Quanto a sua participação no mercado e a renda que a produção garante a sua família, se fosse para atribuir uma nota, qual seria?
<input type="checkbox"/> 1. Sim <input type="checkbox"/> 2. Não Se sim, quais? _____ _____	<input type="checkbox"/> 1-2 Péssima <input type="checkbox"/> 3-4 Ruim <input type="checkbox"/> 5-6 Regular <input type="checkbox"/> 7-8 Boa <input type="checkbox"/> 9-10 Ótima
14. Fez algum financiamento rural nos últimos 3 anos?	15 – Já usaram o PRONAF Mulher ou Jovem?(ou Outro)

<p><input type="checkbox"/> Não</p> <p><input type="checkbox"/> Sim,</p> <p>14.1 se sim já está:</p> <p><input type="checkbox"/> pagando <input type="checkbox"/> quitado</p> <p>14.2 Foi fácil acessar o crédito?</p>	<p><input type="checkbox"/> Não</p> <p><input type="checkbox"/> Sim</p> <p>Qual _____</p> <p>15.1 se sim já está:</p> <p><input type="checkbox"/> pagando <input type="checkbox"/> quitado</p> <p>15.2 Foi fácil acessar o crédito?</p>
<p>16 – A atividade de produção e comercialização traz alguma satisfação pessoal e familiar?</p>	
<p>(pessoal)</p>	<p>(Familiar)</p>
<p><input type="checkbox"/> Sim</p> <p><input type="checkbox"/> Não</p> <p><input type="checkbox"/> Nunca pensei nisso</p>	<p><input type="checkbox"/> Sim</p> <p><input type="checkbox"/> Não</p> <p><input type="checkbox"/> Nunca pensei nisso</p>
<p>17. em sua percepção há algum potencial para comercialização que poderia ser melhor explorado por sua família.</p>	<p>18. em sua percepção há algum gargalo/difuldade para comercialização que interfere na produção, comercialização e renda da sua família.</p>
<p><input type="checkbox"/> Sim</p> <p><input type="checkbox"/> Não</p> <p><input type="checkbox"/> Nunca pensei nisso</p>	<p><input type="checkbox"/> Sim</p> <p><input type="checkbox"/> Não</p> <p><input type="checkbox"/> Nunca pensei nisso</p>

() Não soube responder.

Se sim saberia me responder quais?

() Não soube responder.

Se sim saberia me responder quais?

Sobre a comercialização o que o senhor gostaria de acrescentar?

PARTE 6 – CONHECIMENTO

1. Existe algum membro da família realizando algum curso técnico ou superior em áreas que possam futuramente trazer melhorias para o desenvolvimento do seu lote/assentamento:	
<input type="checkbox"/> 1. Sim <input type="checkbox"/> 2. Não 1.1 Especificar qual é o curso técnico ou superior: <input type="checkbox"/> 1. Técnico agrícola <input type="checkbox"/> 2. Agronomia <input type="checkbox"/> 3. Veterinária <input type="checkbox"/> 4. Outros. Quais? _____	
2.1 Já participou de algum curso de gestão ou planejamento?	2.1 Já participou de algum curso sobre comercialização?
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não

3. Sabem calcular o preço de custo de seus produtos?	3.1 Sabem planejar a produção para atender o canais de comercialização.
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não

4 Já participou de algum curso de capacitação oferecido por alguns dos órgãos abaixo relacionados:

- 1. Sim pelo ITESP
- 2. Sim pelo INCRA
- 3. Sim pela Prefeitura Municipal
- 5. Não (Nunca participei)
- 6. Outros. Quais? _____

5. Sobre quais assuntos abaixo o senhor considera interessante que lhes oferecessem cursos de capacitação:

Respostas múltiplas:

- 1. Como melhorar a produção de leite
- 2. Como melhorar a produção do gado de corte
- 3. Como melhorar a produção agrícola
- 4. Artesanato
- 5. Agroindústria familiar em geral (indústria que beneficia matéria- prima oriunda da produção dos próprios lotes/assentados e vende o produto final, a um prelo que o produto in natura não conseguiria atingir)
- 6. Sobre como aplicar o crédito agrícola (cursos de capacitação junto aos assentados que os orientem sobre formas de investir o crédito obtido no lote de forma que obtenham maior produtividade e com isso tenham condições de realizar o pagamento das parcelas junto ao banco a partir da renda obtida com a venda da própria produção)
- 7. Sobre o tipo de semente que deve utilizar de acordo com o período do ano e tipo de solo
- 8. Sobre hortaliças (alface, almeirão, chuchu, abobrinha – legumes em geral)
- 9. Sobre SAFs
- 10. Sobre Criação de pequenos animais
- 11. Sobre Agroecologia
- 12. Sobre Formação de Preços

() 13. Outros? _____

6. O conhecimento que a família tem hoje ele permite melhorar a situação da comercialização e das condições de vida?

() Sim ou () Não, por quê?

PARTE 7 – INFRAESTRUTURA

1. Com quais materiais foi construída sua casa:**2.1 PAREDES**

- () 1. Tijolos
- () 2. Madeira
- () 3. Lona
- () 4. Pau-a-pique
- () 5. Mista (alvenaria e madeira)
- () 6. Outros

OBS: Resposta única**2.2 PISO**

- () 1. Terra batida
- () 2. Vermelho
- () 3. Contrapiso
- () 4. Cerâmica
- () 5. Outros

OBS: Resposta única**2.3 COBERTURA**

- () 1. Lona
- () 2. Telha
- () 3. Laje
- () 4. Outros

OBS: Resposta única

PARTE 7 – INFRAESTRUTURA

2. A instalação de energia elétrica ocorreu como:	3. Tipos de instalação sanitária:
<input type="checkbox"/> 1. Programa luz da terra <input type="checkbox"/> 2. Programa luz para todos <input type="checkbox"/> 3. Recursos próprios <input type="checkbox"/> 4. Não Possui energia <input type="checkbox"/> 5. Outros. Quais? _____	<input type="checkbox"/> 1. Sanitário dentro de casa e cano até a fossa <input type="checkbox"/> 2. Fora de casa direto da fossa <input type="checkbox"/> 3. Não possui instalação sanitária
4. Tem posto de saúde dentro do assentamento ou nas suas proximidades:	5. Fonte de abastecimento de água
<input type="checkbox"/> 1. Sim <input type="checkbox"/> 2. Não <input type="checkbox"/> 3. O posto de saúde mais próximo fica na cidade de Iperó.	<input type="checkbox"/> 1. Água e esgoto concessionária <input type="checkbox"/> 2. Poço Cachimba <input type="checkbox"/> 3. Poço Tubular profundo <input type="checkbox"/> 4. Outros. Quais? <input type="checkbox"/> 5. Combinação _____ _____
5.1 Quais os usos da água no lote:	7. Em sua casa há Internet
<input type="checkbox"/> 1. Doméstico <input type="checkbox"/> 2. Animais <input type="checkbox"/> 3. Irrigação <input type="checkbox"/> 4. Outros. Quais? _____	<input type="checkbox"/> 1. Sim – provedor <input type="checkbox"/> 2. Sim (celular rural) <input type="checkbox"/> 3. Sim (via rádio) <input type="checkbox"/> 4. não
6. A água que sua família usa para beber é:	7.1 Em sua casa há telefone:

<input type="checkbox"/> 1. Filtrada <input type="checkbox"/> 2. Fervida <input type="checkbox"/> 3. Clorada/tratada com água sanitária <input type="checkbox"/> 4. Tratamento permitido legislação orgânicos <input type="checkbox"/> 5. Sem tratamento	<input type="checkbox"/> 1. Sim (telefone convencional) <input type="checkbox"/> 2. Sim (celular rural) <input type="checkbox"/> 3. Sim (telefone celular convencional) <input type="checkbox"/> 4. não
--	--

8. Como ocorre o deslocamento até a cidade:

Respostas múltiplas

1. Não passa ônibus no meu lote
 2. Coletivo público (prefeitura)
 3. Coletivo privado (EX: empresa de transporte andorinha)
 4. Carro próprio
 5. Carona conseguida com 5.1 Vizinhos 5.2 Na beira da rodovia 5.3 Ônibus escolar
 6. Outros. Quais? _____

9. As estradas do assentamento estão em boas condições de conservação:

1. Sim
 2. Não

10. As estradas do assentamento até as principais cidades vizinhas, estão em boas condições de conservação:

1. Sim
 2. Não

11. O transporte afeta a comercialização do que é produzido por sua família?

- Sim Não por quê ?

12. O deslocamento dos estudantes até a escola é feito como:

- 1. A pé
- 2. De bicicleta
- 3. De cavalo
- 4. De moto
- 5. Com transporte fornecido pela Prefeitura
- 6. Com transporte particular pago pelos assentados
- 7. Com empresas de ônibus (Ex: Andorinha, Motta)
- 8. Carro próprio
- 9. Carona 9.1 Vizinhos 9.2 Na beira da rodovia
- 10. Não estuda
- 11. Outros. Quais? _____

13. Eu vou ler alguns itens e gostaria de saber qual deles o senhor possui no seu lote:

14. Quantas residências tem no seu lote:

<p>() 1. Tratores N^o _____</p> <p>() 2. Caminhões N^o _____</p> <p>() 3. camionetas N^o _____</p> <p>() 4. Automóveis N^o _____</p> <p>() 5. Máquinas agrícolas N^o _____</p> <p>() 6. Motocicletas N^o _____</p> <p>() 7. Outros. Quais? N^o _____</p> <p>_____</p>	<p>() 1. Uma residência</p> <p>() 2. Duas residências</p> <p>() 3. Residências</p> <p>() 4. Quatro residências ou mais</p>
<p>15. Tem banheiro dentro ou fora de casa</p>	<p>16. Principal destino do esgoto da sua casa:</p>
<p>() 1. Dentro da casa</p> <p>() 2. Fora da casa</p> <p>() 3. Não tem banheiro</p>	<p>() 1. Rede pública</p> <p>() 2. Fossa séptica (revestida com alvenaria)</p> <p>() 3. Fossa negra (rudimentar)</p> <p>() 4. Rio, igarapé, riacho, lagoa</p> <p>() 5. A céu aberto</p>
<p>17. Principal fonte de abastecimento de água:</p>	<p>18. Existe algum lugar adequado para armazenamento da produção agrícola:</p>
<p>() 1. Poço artesiano (sem tratamento)</p> <p>() 2. Poço artesiano (com tratamento)</p> <p>() 3. Cacimba, cisterna ou poço</p> <p>() 4. Busca água água na mina, rio, igarapé, córrego riacho, ribeirão</p> <p>() 5. Caminhões pipa</p> <p>() 6. Outras fontes. Quais? _____</p>	<p>() 1. Não existe</p> <p>() 2. Barracão</p> <p>() 3. Despensa</p> <p>() 4. Casinha</p> <p>() 5. Galpão</p> <p>() 6. Cooperativa</p> <p>() 6. Outros. Quais? _____</p>

19. Principais destinos do lixo doméstico:	20. Possui quais destes itens que eu vou ler no seu lote:
<p>Respostas Múltiplas</p> <p>() 1. Coleta direta feita pela prefeitura</p> <p>() 2. Coleta indireta feita em caçamba</p> <p>() 3. Queimado</p> <p>() 4. Enterrado</p> <p>() 5. Reciclado</p> <p>() 6. Em terreno a céu aberto</p> <p>OBS: quando houver na pergunta a indicação de respostas múltiplas, significa que mais de uma alternativa poder ser assinalada.</p>	<p>Respostas Múltiplas</p> <p>() 1. Fogão</p> <p>() 2. Geladeira</p> <p>() 3. Freezer</p> <p>() 4. Microondas</p> <p>() 5. Máquina de lavar</p> <p>() 6. Tanquinho</p> <p>() 7. Rádio</p> <p>() 8. Aparelho de som</p> <p>() 9. Televisão</p> <p>() 10. Videogame</p> <p>() 11. Antena parabólica</p> <p>() 12. Máquina de costura</p> <p>() 13. liquidificador</p> <p>() 14. Câmera fotográfica</p> <p>() 15. Câmera filmadora</p> <p>() 16. Máquina de calcular</p> <p>() 17. Impressora</p> <p>() 18. Microcomputador</p> <p>() 19. Ventilador</p> <p>() 20. vídeo cassete</p> <p>() 21. aparelho DVD</p>
<p>21. Opinião do assentado sobre:</p>	

1. Tamanho do lote	() 1. Bom () 2. Regular () 3. Ruim
2. Localização dos lotes	() 1. Bom () 2. Regular () 3. Ruim
3. moradia e residência	() 1. Bom () 2. Regular () 3. Ruim
4. Serviços (água, luz, esgoto)	() 1. Bom () 2. Regular () 3. Ruim
5. Atendimento aos serviços básicos de saúde	() 1. Bom () 2. Regular () 3. Ruim
6. Atendimento aos serviços básicos de emergência	() 1. Bom () 2. Regular () 3. Ruim
7. Facilidade para conseguir crédito agrícola	() 1. Bom () 2. Regular () 3. Ruim
8. Facilidade para obter assistência técnica	() 1. Bom () 2. Regular () 3. Ruim

22. Atitudes: não esquecer de começar a fazer a pergunta sempre pelo concorda ou discorda e só depois ler a alternativa

- | | |
|--|---------------------------------|
| 1. O que a população do campo mais precisa é saber, ler, escrever e contar | () 1. Concorda () 2. discorda |
| 2. O campo só vai se desenvolver se as pessoas que aqui vivem tiverem acesso a todos os níveis de ensino | () 1. Concorda () 2. discorda |
| 3. Hoje em dia os jovens querem permanecer no campo de qualquer jeito | () 1. Concorda () 2. discorda |
| 4. Quanto menos estudo tiverem as pessoas do campo, maior a destruição do meio ambiente | () 1. Concorda () 2. discorda |
| 5. Os alunos da cidade apreendem mais que os do assentamento | () 1. Concorda () 2. discorda |
| 6. Os filhos que trabalham na roça não precisam estudar | () 1. Concorda () 2. discorda |
| 7. Apreender computação não é importante para os alunos do campo | |
| 8. Eu não tenho esperança que a maioria dos jovens do assentamento entrem na universidade | |

23. Quais as condições que você tem para recusar o preço pago pelo atravessador/comprador quando você não concorda com o preço oferecido:

Respostas múltiplas

- () 1. Nenhuma condição
- () 2. Guardo a produção em casa até encontrar melhor preço
- () 3. Vou atrás de outros compradores que paguem melhor
- () 4. Somo a minha produção a de vizinhos na mesma situação e juntos vendemos direto para indústria
- () 5. Outros. **Quais?**
- _____

PARTE 8– ORGANIZAÇÃO SOCIAL, POLÍTICA e RELIGIOSA

1. Quais são as organizações sócias existentes neste assentamento:

- () 1. Não temos nenhum tipo de organização social no assentamento
- () 2. Desconheço a existência de algum tipo de organização social no assentamento
- () 3. Associação de produtores rurais () 3.1 participo () 3.2 não participo
- () 4. Sindicato de trabalhadores rurais () 4.1 participo () 4.2 não participo
- () 5. Grupos informais de mulheres de jovens, etc... () 5.1 participo () 5.2 não participo

6. Núcleo de partido político
7. Igreja Evangélica 5.1 participo 5.2 não participo
8. Igreja Católica 5.1 participo 5.2 não participo
9. Movimento social organizado (**responder pergunta Nº 3.1**) 7.1 participo 7.2 não participo
-

2. Medidas emergenciais – Em que você acha que a Poder Publico deveria investir no assentamento:

Respostas Múltiplas

1. Saúde
2. Educação
3. Infra-estrutura
4. Tecnologia
5. Cursos de capacitação
6. Assistência técnica
7. Batalhar recursos junto ao governo federal e estadual para colocar a cooperativa em pleno funcionamento
8. Outros. **Quais?** _____

Especificar

3. Atualmente sua família ajuda a organizar atividades coletivas no assentamento:

1. Sim, mutirão para (plantio, colheita e construções de casas)

<input type="checkbox"/> 2. Campanhas sobre (educação, saúde, meio ambiente, obtenção de documentação)	
<input type="checkbox"/> 3. Eventos comunitários (festas religiosas, bingos, futebol, teatro)	
<input type="checkbox"/> 4. Outros. Quais? _____	
<input type="checkbox"/> 5. Nenhuma	
4. Sua igreja realiza alguma atividade que apoie a comercialização?	
4.1 Você compra alguns produtos exclusivamente de membro da mesma igreja?	
<input type="checkbox"/> 1. Sim <input type="checkbox"/> 2. Não	<input type="checkbox"/> 1. Sim <input type="checkbox"/> 2. Não
5. Sua participação na associação ou cooperativa melhorou sua relação na comercialização?	
5.1. Sua participação na associação ou cooperativa melhorou a renda familiar	
<input type="checkbox"/> 1. Sim <input type="checkbox"/> 2. Não	<input type="checkbox"/> 1. Sim <input type="checkbox"/> 2. Não

Anexo -1 Tabela chamada pública PNAE -1/20019/Iperó



Processo nº 22/2019
Chamada Pública nº 1/2019

Folha _____

ANEXO I - TABELA DE PRODUTOS DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PROCESSO Nº 22/2019 - CHAMADA PÚBLICA Nº 1/2019

ITEM	DESCRIÇÃO	MEDIDA	QUANTIDADE KG ANUAL
01	ABOBRINHA B.	KG	955,00
02	ABOBORA SECA	KG	955,00
03	ACELGA	KG	523,50
04	ALMEIRÃO	KG	523,50
05	ALFACE CRESPA	KG	4362,50
06	BANANA NANICA	KG	13702,00
07	BERINJELA	KG	955,00
08	BETERRABA	KG	573,00
09	CENOURA	KG	764,00
10	CEBOLINHA	KG	996,30
11	CHICÓRIA	KG	2.268,50
12	COUVE FLOR	KG	573,00
13	GOIABA	KG	4.215,00
14	LARANJA	KG	17.918,00
15	LIMÃO	KG	1.035,00
16	MANDIOCA DESC.	KG	1.205,00
17	MELANCIA	KG	4.215,00
18	MEXIRICA P.	KG	6.305,00
19	QUIABO	KG	362,00
20	PEPINO JAPONÊS	KG	955,00
21	PIMENTÃO	KG	1.145,00
22	REPOLHO	KG	1.920,00
23	SALSINHA	KG	972,00
24	TOMATE	KG	2.112,00

Observação: Os produtos deverão ser entregues nas unidades, conforme solicitado nos pedidos semanais.

Também poderão ser adquiridos outros produtos constantes na tabela CONAB, em substituição, supressão ou adição de outros constantes na supracitada tabela.

Anexo 2 – Listagem de produtos ofertados cestas verdes (Terra Viva)

Saudações!

Segue a lista de alimentos Terra Viva dos Agricultores Familiares da região de Sorocaba-SP.

Previsão de entrega: Quinta-Feira 19/12

Realizar pedido até: Terça-Feira 17/12 19:00pm

FRUTAS, LEGUMES, TEMPEROS, FOLHAS

Abóbora Moranga (pequena)	20	kg	R\$ 3,50
Abobrinha Italiana		kg	R\$ 4,50
Abobrinha Paulista	100	kg	R\$ 4,50
Açafrão da Terra (D.Clara)	30	kg	R\$ 15,00
Acerola (400g)	20	pct	R\$ 5,00
Alcachofra	40	un	R\$ 7,00
Alho Poró	35	kg	R\$ 10,00
Banana Nanica	30	kg	R\$ 3,50
Banana Pão (verde)		kg	R\$ 4,50
Banana Prata Mineira (verde)		kg	R\$ 4,00
Batata Inglesa	200	kg	R\$ 5,50
Berinjela	200	kg	R\$ 5,00
Beterraba	100	kg	R\$ 5,00
Beterraba Dourada		kg	R\$ 5,50
Capim Cidreira	50	mç	R\$ 2,50
Catalonia	50	mç	R\$ 2,50
Cebola	200	kg	R\$ 6,50
Cebolinha	30	mç	R\$ 2,50
Cenoura MAÇO	30	mç	R\$ 4,00
Cheiro Verde	30	mç	R\$ 2,50
Couve	70	mç	R\$ 3,00
Couve Mizuna	10	mç	R\$ 3,00
Feijão Carioca	50	kg	R\$ 7,00
Folha de Erva Doce	5	mç	R\$ 2,50
Hortelã	20	mç	R\$ 2,50
Jaca Madura		kg	R\$ 3,50
Jiló	40	kg	R\$ 5,50
Lichia	80	kg	R\$ 15,00
Malva do Reino	10	mç	R\$ 2,50
Mandioca com casca		kg	R\$ 4,00
Manga Espada	220	kg	R\$ 4,50
Manga Keitt	2000	kg	R\$ 4,50
Manjericão	20	mç	R\$ 2,50
Manjerona	20	mç	R\$ 2,50
Nirá	20	mç	R\$ 2,50
Orégano	10	mç	R\$ 2,50
Repolho Roxo		un	R\$ 3,50

Repolho Verde		un	R\$ 3,50
Salsinha	200	mç	R\$ 2,50
Tomate Grape BANDEJA	300	bdj	R\$ 3,50
Tomate Grape GRANEL	100	kg	R\$ 12,00

PANCS

Azedinha	50	mç	R\$ 3,00
Beldroega		mç	R\$ 2,50
Caruru		mç	R\$ 2,50
Coração de Banana	20	un	R\$ 2,50
Jaca Verde	30	kg	R\$ 3,50
Menta Peruana		mç	R\$ 2,50
Nabo Forrageiro		mç	R\$ 2,50
Peixinho	15	mç	R\$ 3,00
Ora Pro Nobis	30	pct	R\$ 3,00

PROCESSADOS

Cachaça Socialista (500ml)	80	un	R\$ 25,00
Colorau pct (30g)	20	pct	R\$ 3,00
Mandioca Descascada na Água		kg	R\$ 5,50
Arroz Agulha Orgânico Integral	pct (1kg)	5	pct R\$ 6,00
Arroz Agulha Orgânico Parboilizado	pct (1kg)	5	pct R\$ 6,00

MEDICINAIS

Alfavaca	5	mç	R\$ 2,50
Aloe Vera	5	mç	R\$ 3,00
Boldo Africano	20	mç	R\$ 2,50
Cambará	20	mç	R\$ 3,00
Citronela		mç	R\$ 3,00
Folhas de Abacate		pct	R\$ 2,50
Folhas de Amora		pct	R\$ 2,50
Folhas de Bananeira		un	R\$ 2,50
Folhas de Eucalipto Citroodoro		pct	R\$ 5,00
Folhas de Goiaba		pct	R\$ 2,50
Folhas de Graviola		pct	R\$ 2,50
Folhas de Jambolão		pct	R\$ 2,50
Folhas de Pitanga		pct	R\$ 2,50
Losna		mç	R\$ 2,50
Malva do Reino	10	mç	R\$ 2,50
Pau D'alho		mç	R\$ 3,00
Penicilina	10	mç	R\$ 3,00
Picão Preto		mç	R\$ 2,50
Rubim	5	mç	R\$ 2,50